



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA



Presidente Fernando Henrique Cardoso

A stylized graphic of the Brazilian flag, with green and gold fields and a blue globe in the center, positioned behind the title text.

**MENSAGEM AO
CONGRESSO
NACIONAL**

Brasil

BRASÍLIA
1998



Presidente Fernando Henrique Cardoso

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na abertura da 4ª Sessão
Legislativa Ordinária
da 50ª Legislatura.

BRASÍLIA
1998

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**

Brasil, Presidente (1995 - : F.H. Cardoso)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. - Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1998.

232 p. - (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo - Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 - II. Título III Série.

CDD 320.981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidente da República

Marco Antônio de Oliveira Maciel

Ministro de Estado da Justiça

Iris Rezende Machado

Ministro de Estado da Marinha

Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira

Ministro de Estado do Exército

General-de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Ministro de Estado da Fazenda

Pedro Sampaio Malan

Ministro de Estado dos Transportes

Eliseu Lemos Padilha

Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Arlindo Porto Neto

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Paulo Renato Souza

Ministro de Estado da Cultura

Francisco Correa Weffort

Ministro de Estado do Trabalho

Paulo de Tarso Almeida Paiva

Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Aeronáutica

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélvio Viana Lôbo

Ministro de Estado da Saúde

Carlos César Silva de Albuquerque

Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

Ministro de Estado de Minas e Energia

Raimundo Mendes de Brito

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento

Antonio Kandir

Ministro de Estado das Comunicações

Sérgio Roberto Vieira da Motta

Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado

Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

José Israel Vargas

Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes

Edson Arantes do Nascimento

Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária

Raul Belens Jungmann Pinto

Ministro de Estado Extraordinário para Coordenação de Assuntos Políticos

Luiz Carlos dos Santos

Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

General-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leonel

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Clóvis de Barros Carvalho

Secretário-Geral da Presidência da República

Eduardo Jorge Caldas Pereira

Chefe da Casa Militar da Presidência da República

General-de-Brigada Alberto Mendes Cardoso

Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg

Secretário de Comunicação Social da Presidência da República

Embaixador Sérgio Silva do Amaral

Secretário Especial de Políticas Regionais

Fernando Rodrigues Catão

Advogado-Geral da União

Geraldo Magela da Cruz Quintão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XI
Leis para um país em transformação	XIII
Organizar a maioria, responsabilidade democrática	XV
Crescimento com estabilidade e continuidade	XVI
Os fundamentos da estabilidade	XVII
Agenda de competitividade.....	XVIII
Investindo na eficiência	XVIII
Desonerar a produção	XIX
Apoio às exportações	XIX
A projeção internacional do Brasil.....	XX
“Capital se faz em casa”	XXI
Estabilização e distribuição de renda	XXI
Ocupação e renda para todos.....	XXIII
Reformar o estado, democratizar a sociedade	XXV
O desafio da gestão na área social.....	XXV
I ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	1
A CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DA ESTABILIDADE.....	2
PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E GANHOS GENUÍNOS DE COMPETITIVIDADE.....	5
CONSTITUIÇÃO DE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA	14

FORTALECIMENTO DA PRESENÇA DO BRASIL NO PLANO INTERNACIONAL.....	16
REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: PRIORIDADES E MODALIDADES DE GESTÃO.....	17
II A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA.....	21
ESTABILIDADE DE PREÇOS.....	24
OS NOVOS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO	26
PRODUTIVIDADE	30
EMPREGO E RENDA	31
PERFIL DE CONSUMO E DO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	40
POLÍTICA CAMBIAL E COMÉRCIO EXTERIOR.....	44
POLÍTICA MONETÁRIA	47
POLÍTICA FISCAL	49
III DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	53
EDUCAÇÃO	53
SAÚDE	61
TRABALHO	72
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	79
DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E SANEAMENTO.....	87
REFORMA AGRÁRIA	93
JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA	97
ESPORTES	104
CULTURA	109
IV INFRA-ESTRUTURA.....	115
TRANSPORTE	115
ENERGIA	120
COMUNICAÇÕES.....	129

V	SETOR PRODUTIVO	137
	AGRICULTURA	137
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.....	145
	TURISMO.....	151
	MINERAÇÃO	154
	RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO	156
VI	AÇÕES INTEGRADAS.....	165
	CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	165
	MEIO AMBIENTE	172
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	181
VII	GESTÃO PÚBLICA.....	185
	COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	185
	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	185
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	188
	FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	190
VIII	DEFESA NACIONAL	193
IX	POLÍTICA EXTERNA	199

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Ao me dirigir a Vossas Excelências na abertura da quarta e última sessão ordinária desta legislatura, sejam minhas primeiras palavras para registrar, perante a Nação, o reconhecimento devido ao formidável saldo de realizações acumulado por essa Casa de Leis nestes três anos. Um saldo ao qual ainda irá se somar – estou seguro – a deliberação final sobre matérias importantes no decorrer da sessão que se inicia.

É possível que o Congresso Nacional tenha trabalhado com a mesma intensidade em outros períodos no passado. Mas, sem receio de cometer injustiça, posso afirmar: nenhuma legislatura – exceto as Constituintes – terá produzido tanto, em termos da amplitude e importância das modificações introduzidas no ordenamento jurídico do País.

A visão de conjunto da agenda deliberativa cumprida em apenas três anos dignifica essa Casa e reforça a confiança nos rumos do Brasil.

Leis para um país em transformação

No campo econômico, a legislação aprovada por Vossas Excelências abre caminho para uma ampla reestruturação, cujos resultados já começam a se tornar visíveis e que irão se desdobrar ao longo da próxima década, marcando um novo e promissor ciclo de desenvolvimento do País.

Com as emendas constitucionais sobre petróleo, telecomunicações, distribuição de gás, navegação de cabotagem, mineração e resseguros, o Brasil virou uma página da sua história econômica, marcada pelos monopólios estatais e restrições aos investimentos estrangeiros.

Uma nova página começou a ser escrita a partir das leis sobre concessão de serviços públicos; produção independente de energia elétrica; televisão a cabo; transferência da exploração de rodovias e portos federais para os Estados e a iniciativa privada; regime geral das telecomunicações; produção mineral; política nacional de recursos hídricos; criação das novas agências reguladoras dos setores de energia elétrica, petróleo e telecomunicações.

A necessidade de compatibilizar a legislação brasileira com as normas internacionais de proteção da propriedade intelectual teve resposta nas leis de patentes e cultivares, além dos projetos de lei de “software” e direito de autor, em fase adiantada de tramitação.

Paralelamente à abertura da economia, a preocupação de assegurar a competitividade da produção nacional inspirou leis sobre direitos “antidumping” e compensatórios; redução da carga tributária sobre exportações e bens de capital; imposto de renda das empresas; securitização das dívidas do setor agrícola; Registro Especial Brasileiro de navegação; segurança do tráfego aquaviário; subvenção à indústria pesqueira; regime automotivo; incentivos para o desenvolvimento regional; fundo de avais; simplificação do regime tributário das micro e pequenas empresas.

A busca de novas fontes de financiamento do crescimento econômico resultou nas leis criando o Fundo de Aposentadoria Programada Individual e o Sistema Financeiro Imobiliário.

No campo fiscal, os esforços para redução do déficit público contaram com a solidariedade do Congresso por meio das emendas constitucionais sobre o Fundo de Estabilização Fiscal e a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, e regras para o refinanciamento das dívidas dos Estados. A rápida aprovação das medidas econômicas adotadas pelo Executivo em novembro último foi crucial para defender a moeda brasileira da turbulência desencadeada pela crise das bolsas asiáticas.

No campo social, a democratização e a melhoria da qualidade do ensino tiveram apoio decidido dessa Casa com a emenda constitucional criando o Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental, as leis sobre o Plano Nacional de Educação, crédito educativo e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma lei aprovada no fim do ano passado permitirá que o orçamento da União destine recursos a programas municipais de bolsa-escola para famílias carentes.

Leis sobre planejamento familiar, distribuição de medicamentos aos portadores de AIDS e transplante de órgãos apontam para avanços importantes na área da saúde, sem esquecer o projeto de lei sobre planos de saúde, pendente de apreciação final pelo Senado.

Um notável florescimento da atividade cultural, especialmente da produção audiovisual, tem lugar ao amparo dos incentivos fiscais aprovados pelo Congresso.

As leis sobre rito sumário de desapropriação de imóvel rural, o novo Imposto Territorial Rural, a intervenção do Ministério Público nos conflitos fundiários e a criação do Banco da Terra possibilitam um salto de qualidade no processo de reforma agrária, rompendo os bloqueios burocráticos e ideológicos que o emperravam.

Os direitos humanos e a cidadania ganharam instrumentos vigorosos de afirmação com as leis sobre desaparecidos políticos, estatuto dos refugiados, crimes de

tortura, crimes resultantes de preconceito de raça, controle de armas, gratuidade do registro civil e o novo Código de Trânsito Brasileiro.

Organizar a maioria, responsabilidade democrática

Afortunado é o país que conta com legisladores sintonizados com as aspirações de seu povo e capazes de responder com rapidez e propriedade aos desafios do mundo em transformação.

Além da vastidão territorial e da pujança econômica, o que destaca positivamente o Brasil entre os países em desenvolvimento, no panorama internacional deste fim de século XX, é o vigor da nossa democracia.

Não posso esconder o orgulho de me sentir, junto com os Senhores Membros do Congresso, co-responsável por essa conquista.

Tanto quanto eleições limpas, o que caracteriza as democracias maduras é a capacidade de produzir decisões eficazes num ambiente de liberdade e pluralismo. Em outras palavras, a capacidade de traduzir a **maioria eleitoral** momentânea numa **maioria política** estável.

O Brasil de hoje passa com galhardia no teste da governabilidade democrática. Sabemos, os Senhores Congressistas e o Presidente da República, que isso não é uma dádiva dos céus. É fruto do exercício permanente de paciência, humildade e compreensão recíproca a que temos nos dedicado para construir consenso em torno de questões complexas.

Aqui e ali, sou criticado pelo que seria a ênfase excessivamente “congressual” do meu Governo, como se o tempo empregado em entendimentos com o Congresso desviasse a atenção do Presidente e seus auxiliares dos verdadeiros anseios da sociedade. Ao mesmo tempo, vejo a oposição arvorar-se em defensora exclusiva da independência do Legislativo, como se esta fosse maculada pelo apoio consistente da maioria às propostas do Governo.

Enganam-se os críticos de ambas as vertentes. Primeiro, porque ignoram que organizar a maioria política para dar conseqüência à maioria eleitoral é uma responsabilidade inerente ao modo democrático de governar. Segundo, porque desconsideram o fato de que a maioria que tem respaldado o Governo nessa Casa, longe de ser um mero somatório de interesses políticos imediatos, é consistente na medida em que se embasa num amplo consenso social sobre os rumos do País.

Se hoje existe uma convergência sem precedentes de forças na política brasileira, é antes de tudo porque existe convergência na sociedade brasileira. O Brasil sabe o que quer e tem uma democracia capaz de traduzir esse querer coletivo em decisões políticas, tanto na esfera do Legislativo como do Executivo. Isso é que faz a diferença.

Queremos **desenvolvimento** com **justiça social** – um desenvolvimento que signifique melhores condições de vida para todos os brasileiros e resgate os milhões de excluídos pela miséria. E o que é mais importante: temos clareza da estratégia para avançar na direção almejada. Os elementos básicos dessa estratégia permeiam tanto a agenda do Congresso como as ações do Governo, das quais esta Mensagem presta contas.

Crescimento com estabilidade e continuidade

O novo modelo de desenvolvimento cujas bases estamos assentando supõe, antes de mais nada, crescimento continuado, o qual por sua vez depende da manutenção da estabilidade econômica alcançada com o Plano Real.

O Brasil completou em 1997 seu quinto ano consecutivo de crescimento, superando o padrão de avanços e recuos da década de 80. De 1993 a 1997, a economia brasileira cresceu 22,7%, mais do que nos oito anos anteriores. A revisão dos cálculos do Produto Interno Bruto recém-completada pelo IBGE situa-nos como a sétima maior economia do planeta. Ainda mais significativo, o PIB “per capita” voltou a crescer e já ultrapassa a marca dos US\$ 5 mil, o que nos coloca no grupo dos países de renda média.

Como antecipávamos um ano atrás, o eixo dinâmico da economia também mudou: deslocou-se do setor de bens de consumo duráveis, que predominou nos dois primeiros anos após o Plano Real, para o setor de bens de capital. Isto significa que o investimento, mais do que o consumo, passa a impulsionar a produção industrial.

A evolução positiva dos indicadores sobre importação de bens de capital e formação bruta de capital fixo, em 1997, confirma essa tendência, que é a mais desejável do ponto de vista da continuidade do novo ciclo de crescimento. A taxa de investimento como proporção do PIB vem aumentando consistentemente; passou de 16,1% no primeiro trimestre de 1996 para 18,6% no terceiro trimestre de 1997. O ingresso líquido de investimento direto estrangeiro somou US\$ 17 bilhões nos doze meses terminados em novembro de 1997, contra US\$ 1,7 bilhão em 1994.

Quanto à estabilidade de preços, os resultados alcançados em 1997 superaram as previsões mais otimistas. A inflação medida pelos principais índices fechou o ano em torno dos cinco por cento – a menor marca dos últimos 46 anos. A flexibilização das variações de preços, que oscilaram entre zero e um por cento nos últimos doze meses, comprova a quebra dos mecanismos que realimentavam a inflação no passado, quando a taxa de um mês tendia a ser o piso da taxa do mês seguinte.

O progressivo arrefecimento dos preços de aluguéis e serviços, que subiram bem acima da média após o Plano Real, mostra que ainda há muito espaço para a queda da inflação, justificando as expectativas de um índice abaixo dos quatro por cento em 1998.

Sabemos que a estabilidade é uma condição essencial para a continuidade do crescimento. Não haveria retomada dos investimentos se o horizonte dos agentes econômicos continuasse turvado pela superinflação.

A grande questão é conciliar a manutenção da estabilidade com taxas de crescimento suficientemente elevadas para propiciar a melhora substancial dos níveis de emprego e bem-estar na sociedade.

Os fundamentos da estabilidade

O enfrentamento desse desafio se desdobra em várias frentes, mas sem se afastar daquela que tem sido uma premissa da política econômica, desde que assumi sua condução, como Ministro da Fazenda, em 1993: a consolidação dos fundamentos fiscais da estabilidade, atacando as causas estruturais de desequilíbrio das contas públicas.

Coerentemente com essa premissa, o Governo, com apoio do Congresso, tem trabalhado para converter o orçamento da União, da peça de ficção que costumava ser, num instrumento eficaz de definição das prioridades do País, possibilitando a redução do déficit e ganhos expressivos de eficácia do gasto público. Ao mesmo tempo, com a decidida cooperação dos governadores, os Estados estão engajados no esforço de reorganizar as finanças públicas, vinculando a renegociação de suas dívidas junto à União a programas efetivos de ajuste fiscal e reforma patrimonial.

Como fruto do esforço conjunto, registrou-se uma melhora do resultado consolidado das contas do setor público em 1997, com diminuição do déficit nominal para 4,9% do PIB, contra seis por cento no ano anterior.

A resposta contundente do Governo e do Congresso à crise mundial das bolsas, adotando medidas de corte de gastos e aumento de receitas no montante de R\$ 20 bilhões em 1998, foi uma reafirmação inequívoca da determinação de defender a estabilidade do Real a partir de seus fundamentos fiscais. O mesmo sentido teve a aceleração, pelo Congresso, da tramitação das propostas de emenda constitucional sobre a reforma administrativa e a reforma da previdência, cuja aprovação é essencial para o equilíbrio a longo prazo das contas públicas.

Com isso, o Brasil conseguiu defender, ao mesmo tempo, o valor de sua moeda e o nível de suas reservas internacionais. E transmitiu aos investidores nacionais e estrangeiros o sinal de confiança que garantirá o crescimento sustentado da economia, superando o impacto imediato da elevação das taxas de juros em função da turbulência externa.

Agenda de competitividade

A resposta à crise das bolsas incluiu medidas numa outra frente estratégica: o aumento da competitividade da produção nacional nos mercados globalizados. Nesse campo, tanto quanto no da busca do equilíbrio fiscal, o que ocorreu diante da crise não foi uma guinada improvisada, mas sim a aceleração do avanço no rumo previamente definido.

Na década de 80, enquanto a produtividade da indústria brasileira permanecia praticamente estagnada, o equilíbrio das contas externas foi perseguido à custa da manutenção de elevadas barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações e de desvalorizações da taxa de câmbio, que em seguida eram corroídas pela inflação.

Diferentemente, a agenda de competitividade que compõe a nova estratégia econômica parte da maior exposição à concorrência externa para induzir as empresas brasileiras a alcançar níveis de produtividade compatíveis com os padrões internacionais, buscando o crescimento das exportações, não por meio da manipulação da taxa de câmbio, mas pela redução do “custo Brasil”.

Investindo na eficiência

Um dos eixos dessa agenda é a retomada dos investimentos em infra-estrutura por meio das privatizações e de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, dentro do novo quadro institucional definido pelo Congresso a partir das emendas constitucionais da ordem econômica e sua regulamentação.

Em 1997, a receita das privatizações na esfera da União e dos Estados montou a US\$ 23 bilhões, maior do que o resultado acumulado nos seis anos anteriores. Para o biênio 1998-1999 está prevista uma receita da ordem de US\$ 55 bilhões.

Os resultados financeiros desse processo são fundamentais para equilibrar as contas públicas. Ainda mais importantes são os resultados econômicos que o País começa a colher, em termos de eliminação de gargalos, redução de custos e aumento da eficiência de sua infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações.

Não é demais insistir: dentro do novo quadro, a retirada do Estado como produtor direto de bens e serviços não implica o fim, mas antes o fortalecimento do seu papel como regulador e indutor do desenvolvimento.

Na condição de regulador, a ação do poder público ganha peso e eficácia com as agências nacionais de energia elétrica, petróleo e telecomunicações, criadas por lei em 1997 e em processo de implantação.

Na condição de indutor do desenvolvimento, o programa Brasil em Ação apresenta um novo paradigma de articulação de investimentos públicos e privados pelo poder público, combinando considerações de eficiência econômica com a redução dos

desequilíbrios sociais e regionais. Com investimentos programados de R\$ 65 bilhões em 1997/98, o Brasil em Ação inclui projetos que estão revolucionando a logística da produção de grãos no cerrado, fortalecendo a estrutura portuária da Região Nordeste, abrindo os gargalos de suprimento de energia da Região Norte, gerando empregos e otimizando investimentos em infra-estrutura e programas sociais por todo o País.

Desonerar a produção

Outra vertente da agenda de competitividade é a redução da carga tributária sobre a produção, o investimento e as exportações, valendo-se, entre outros instrumentos, das leis já mencionadas sobre imposto de renda das empresas, imposto sobre circulação de mercadorias e simplificação do recolhimento de impostos e contribuições pelas micro e pequenas empresas. O SIMPLES, que entrou em vigor no início de 1997, já contava no fim do ano com a adesão de 1,7 milhão de empresas em todo o País.

Apoio às exportações

Por fim, a agenda de competitividade inclui medidas de ampliação e aprimoramento de mecanismos de apoio financeiro, comercial e tecnológico aos produtores de bens exportáveis ou que concorrem com os importados.

O crescimento da atuação do BNDES no financiamento às exportações é altamente significativo. Em condições de prazo e custo mais favoráveis, os recursos aplicados pelo banco por meio do programa FINAMEX, rebatizado de BNDES Exim, chegaram a US\$ 1 bilhão em 1997.

O valor das exportações beneficiadas por equalização de taxas de juros pelo PROEX, com recursos do Tesouro Nacional, atingiu a R\$ 8 bilhões de janeiro a outubro de 1997.

Vale ainda destacar, entre as medidas de apoio à exportação, a criação de um sistema abrangente de seguro de crédito comercial, inédito no Brasil, e de um fundo de aval para facilitar o acesso ao crédito bancário por micro, pequenas e médias empresas.

Paralelamente, setores mais atingidos pela concorrência externa, como têxteis e calçados, ou com peso importante na pauta de importações, como certos produtos eletroeletrônicos e de telecomunicações e o setor automotivo, foram objeto de programas especiais de reestruturação.

Os resultados já se fazem notar de maneira muito positiva no comportamento de duas variáveis fundamentais da economia: a taxa de produtividade industrial e o desempenho das exportações.

Depois de permanecer praticamente estagnada na década de 80, a produtividade da indústria de transformação brasileira vinha aumentando a uma média anual de 5,8% desde 1993. Em 1997, de janeiro a setembro, o aumento foi de 7,8%.

Quanto às exportações, que registraram um crescimento muito baixo em 1996, aumentaram mais de dez por cento em 1997. A reação das exportações de manufaturados é particularmente animadora: o índice acumulado de doze meses, que era negativo em maio de 1997, tornou-se positivo em cerca de nove por cento em novembro, demonstrando a eficácia das medidas de reestruturação do setor industrial e de incentivo às exportações adotadas pelo Governo.

O setor agrícola, por seu lado, beneficiou-se tanto da evolução favorável dos preços internacionais como da redução do ICMS e da regularização da oferta de crédito em 1997. Os ganhos expressivos de produtividade das lavouras no Centro-Sul asseguraram uma safra de grãos de 78 milhões de toneladas em 1996/97, com projeção para oitenta milhões em 1997/98. O resultado, do ponto de vista da balança comercial, foi um aumento do valor exportado, de US\$ 14 bilhões em 1994 para US\$ 18 bilhões em 1997, e aumento do superávit setorial, de US\$ 8 bilhões para US\$ 11 bilhões.

Com o avanço na securitização das dívidas do setor, que já alcançou os pequenos e médios produtores e, em 1998, deve estender-se às cooperativas e aos grandes produtores, a agricultura deixará de ser um problema para voltar a ser a grande fonte de soluções que sempre foi para o País.

Consolidando e aprofundando esse conjunto de medidas, o Programa Especial de Exportações, lançado no fim do ano passado, tem por meta dobrar o valor das exportações brasileiras, atingindo os US\$ 100 bilhões até 2002.

A projeção internacional do Brasil

A importância crescente do comércio exterior e dos investimentos estrangeiros tem levado a um aumento correspondente do peso dos temas de política externa na agenda do Governo. Os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL e da Organização Mundial de Comércio, por exemplo, afetam as condições de desenvolvimento do País tanto quanto as mais candentes questões de política interna.

Tenho procurado dar minha cota de contribuição pessoal à Chancelaria brasileira, seguindo a tendência mundial de maior envolvimento dos chefes de estado e de governo na execução da política exterior. Verifico com satisfação que, em geral, a opinião pública e o Congresso têm dado uma acolhida encorajadora a esse esforço.

Além dos contatos bilaterais, que ajudam a atrair para o Brasil uma atenção positiva dos nossos principais parceiros, a consolidação e perspectivas de ampliação do MERCOSUL como união aduaneira tiveram avanços notáveis nos últimos três

anos. O resultado foi um aumento sensível do interesse dos investidores externos pela região e o reforço da posição dos países-membros, especialmente o Brasil, nas negociações com outros blocos econômicos. Isto ficou claro a partir do acordo firmado pelo MERCOSUL com a União Européia e a evolução das negociações sobre a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas.

“Capital se faz em casa”

Mas a contribuição dos investimentos estrangeiros não nos deve distrair de outra frente decisiva para a sustentação do novo ciclo de crescimento: o aumento da capacidade de poupança interna, que se deteriorou no quadro de desajuste fiscal, instabilidade financeira e estagnação econômica da década de 80.

Despida da eventual conotação xenófoba, a afirmação de Barbosa Lima Sobrinho de que “capital se faz em casa” permanece válida, sobretudo para um país com as dimensões e o potencial do Brasil.

As reformas administrativa e da previdência são fundamentais para a recuperação da capacidade de poupança do setor público (ou diminuição do seu endividamento, o que dá no mesmo). É paradoxal, por isso, que muitos dos que se opõem tenazmente a ambas as reformas venham a público advertir contra o que consideram peso excessivo do capital estrangeiro na nossa economia.

Nesta nova fase da economia, porém, o financiamento da produção terá que contar crescentemente com a poupança privada voluntária e um mercado de capitais capaz de canalizá-la para o investimento. O Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI e o novo Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, recentemente criados por lei, apontam nessa direção. O primeiro, oferecendo uma alternativa ao mesmo tempo flexível e segura de poupança individual de longo prazo; o segundo, facilitando a canalização de poupança privada para a construção civil via mercado de capitais.

Estabilização e distribuição de renda

A renda “per capita” maior que US\$ 5 mil coloca o Brasil num patamar econômico acima de vários países que apresentam indicadores sociais mais favoráveis. Isto reforça a constatação que serviu de premissa à proposta de governo que submeti aos eleitores em 1994: “O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto”.

É estimulante verificar que a situação social registrou melhoras nestes três anos.

O efeito positivo da estabilização da economia sobre os rendimentos dos trabalhadores propiciou uma melhora sensível da distribuição de renda e dos níveis de consumo e de bem-estar das camadas mais pobres da população.

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, até outubro de 1997, os salários nas seis principais regiões metropolitanas do País acumularam um ganho de nada menos que trinta por cento.

A massa de rendimentos reais também teve aumentos expressivos em todos os setores de atividade e para todas as categorias de trabalhadores. Os ganhos foram menores em São Paulo, onde a renda é maior, do que em Recife, por exemplo, indicando uma redução dos desequilíbrios regionais. Os trabalhadores sem carteira assinada e os autônomos e aqueles com escolaridade mais baixa foram os maiores beneficiados.

O valor do salário mínimo, deflacionado pelo índice de preços da cesta básica, teve um aumento real de 47% entre dezembro de 1994 e dezembro de 1997, beneficiando sobretudo a grande massa de aposentados e pensionistas.

O valor médio dos benefícios pagos pelo INSS teve um aumento real de vinte por cento de 1994 para 1997. A média dos novos benefícios concedidos de janeiro de 1994 a janeiro de 1998 teve um aumento real de 55% em comparação aos 36 meses anteriores.

Todos os dados apontam na mesma direção: a diminuição da pobreza e da desigualdade a partir do fim do efeito confiscatório da superinflação sobre a renda dos mais pobres.

Um estudo do IPEA confirma esse efeito: de 1993 para 1997, doze milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza absoluta, definida por uma renda mensal "per capita" de R\$ 45,00; a proporção de pobres na população caiu de 32% para 25%.

O IBGE constatou que a distância entre os mais ricos e os mais pobres diminuiu: a relação entre o rendimento dos dez por cento que ganham mais e dos dez por cento que ganham menos na população ocupada caiu de 64 vezes em 1992/93 para 42 vezes em 1995/96.

Os dados sobre consumo e acesso a serviços públicos confirmam plenamente a evolução dos índices de renda. Em suma, os brasileiros, especialmente os mais pobres, estão comendo, vestindo e morando melhor graças à moeda estável.

Só isso já justificaria plenamente a defesa resoluta do Real pelo Governo, mesmo à custa de medidas duras, como as que tivemos de tomar em novembro último.

Causa espanto que, entre aqueles que se apresentam como defensores dos trabalhadores, exista quem se apresse a recomendar a desvalorização da moeda nacional para fazer face à turbulência externa, como se isso não significasse mandar a conta da crise diretamente para os mais pobres.

O Brasil não quer nem vai abrir mão dos ganhos sociais conseguidos com o Real.

Mas esses ganhos representam apenas o ponto de partida da correção dos desequilíbrios seculares da sociedade brasileira. Eles nos estimulam – não nos satisfazem.

Novos avanços na distribuição de renda e na erradicação da miséria dependem, por um lado, da criação de mais e melhores postos de trabalho na economia e, por outro lado, de melhoras substanciais na quantidade e na qualidade dos programas sociais sob responsabilidade do poder público.

Ocupação e renda para todos

A taxa de desemprego aberto no Brasil tem permanecido relativamente estável, entre cinco por cento e seis por cento. É a mais baixa entre nossos parceiros do MERCOSUL e uma das mais baixas do mundo.

Mesmo assim, a questão do emprego nos preocupa – à sociedade, ao Congresso e ao Governo – por três razões.

Primeiro, há falta de empregos de boa qualidade, com carteira de trabalho assinada e bem remunerados.

Segundo, a reestruturação em curso na economia causa a perda de grande quantidade de postos de trabalho em certos setores e regiões – basicamente, na indústria de transformação e na área metropolitana do Sudeste – ao mesmo tempo em que novos postos de trabalho se abrem em outros setores e regiões – nos serviços, especialmente, e no Nordeste, no Centro-Oeste e no interior do Sul e do Sudeste.

Terceiro, existe uma ansiedade justificada com o aumento conjuntural do desemprego em função das medidas duras que tivemos de tomar para defender nossa moeda da crise mundial das bolsas.

A duração da conjuntura desfavorável será tanto mais curta quanto mais claros forem os sinais de confiança que o Governo e o Congresso derem aos investidores, como estamos dando, com as medidas de austeridade fiscal e a aceleração das reformas estruturais.

Ao lado disso, continuaremos a colher em 1998 os resultados favoráveis de várias iniciativas tomadas nos últimos três anos, no sentido da criação de novas oportunidades de ocupação, qualificação de mão-de-obra e flexibilização das relações de trabalho.

Os investimentos em habitação e saneamento, que representam uma importante alternativa de absorção de mão-de-obra, puderam ser retomados a partir da reorganização e capitalização da Caixa Econômica Federal e da renegociação das dívidas dos Estados. Os projetos financiados pela União nos dois setores garantiram 1,3 milhão de empregos de 1995 a 1997. Os investimentos privados estão ganhando impulso graças a novos mecanismos de financiamento criados nestes três anos – caderneta de

poupança vinculada, captação de recursos externos, fundos imobiliários, carta de crédito, securitização de recebíveis – aos quais vem se somar o Sistema Financeiro Imobiliário.

A indústria do turismo, outro setor que é grande empregador de mão-de-obra, está sendo incentivada por uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão do BNDES, pela aplicação de R\$ 800 milhões do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR e por R\$ 400 milhões na preservação ambiental e infra-estrutura turística do Pantanal. Outros R\$ 24 milhões estão sendo aplicados no “marketing” e promoção do turismo no Brasil, com destaque para a campanha veiculada pela rede internacional CNN. A queda significativa do preço das passagens aéreas, graças a medidas para aumentar a concorrência no setor, será um estímulo adicional à expansão do turismo doméstico em 1998.

A execução da reforma agrária superou as metas propostas pelo Governo, vencendo os obstáculos da ineficiência burocrática e da manipulação ideológica das justas reivindicações dos agricultores sem terra. Com o assentamento de 186 mil famílias em 1995/97, mais cem mil previstas em 1998, teremos realizado em quatro anos mais do que todos os governos anteriores até 1994. Tanto quanto os resultados, são animadores os avanços na modernização dos instrumentos da política fundiária, com a introdução de novas formas de acesso à terra (o Banco da Terra, a Cédula da Terra), a integração de ações de vários ministérios para viabilizar os assentamentos e a descentralização por meio de parcerias com Estados e Municípios.

Com o Programa Nacional de Educação Profissional – PLANFOR, o Ministério do Trabalho, em parceria com sindicatos, oferece oportunidades de reciclagem profissional, especialmente nas áreas mais afetadas pela reestruturação industrial. O número de trabalhadores treinados passou de duzentos mil em 1995 para 1,8 milhão em 1997.

A democratização do acesso ao crédito é outro instrumento poderoso de criação de oportunidades de ocupação produtiva posto em ação por este Governo, rompendo a tradição brasileira de concentrar os recursos dos bancos oficiais em grandes empreendimentos. O valor dos empréstimos concedidos pelos Programas de Geração de Emprego e Renda – PROGER e de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF saltou de R\$ 60 milhões em 1995 para R\$ 2,3 bilhões em 1997; o número de operações foi de 93 mil para 363 mil.

O potencial de geração de emprego e renda das micro e pequenas empresas começa a ser levado a sério. A adesão de 1,7 milhão de empresas ao SIMPLES e o registro legal de novas empresas com o FÁCIL, recém-lançado em Brasília, significam a possibilidade de criação de novos postos de trabalho e de formalização do vínculo empregatício para trabalhadores já ocupados.

Outros milhões de empregos aguardam, para sair da informalidade, a necessária flexibilização da legislação trabalhista. A lei sobre contrato por tempo determinado sancionada em janeiro último representa um primeiro passo nesse sentido; seus

resultados serão acompanhados com atenção pelo Governo e, sem dúvida, pelas empresas e os próprios trabalhadores.

Reformar o estado, democratizar a sociedade

Se a sociedade brasileira é injusta, o Estado, como parte e síntese da sociedade, tem sido um elo fundamental da cadeia de perpetuação das injustiças. Quebrar essa cadeia e colocar o Estado a serviço da elevação das condições de vida da base da sociedade é o grande desafio da democracia no Brasil.

Muito mais que requisitos para um ajuste fiscal duradouro, as reformas da administração pública e da previdência são parte da resposta a esse desafio. Em outras palavras, são passos fundamentais para a justiça social efetiva, naquilo em que esta depende da melhora da quantidade e da qualidade do gasto público em programas sociais.

A reforma administrativa, nos termos da proposta de emenda constitucional em apreciação pelo Senado Federal, ajudará a reduzir o déficit público, que tem sido fortemente pressionado pelo crescimento dos gastos com pessoal nos Estados e Municípios. Mais que isso, porém, ela abrirá espaço para a melhora dos serviços essenciais ao bem-estar da população, hoje comprometidos tanto pela escassez de recursos como pela rigidez e o anacronismo das normas de gestão de pessoal do setor público.

A reforma da previdência, tal como é encaminhada pela emenda em apreciação na Câmara dos Deputados, ajudará a conter a expansão dos gastos da União com inativos, que já ultrapassam os gastos com os servidores em atividade. Mas ela também é fundamental para equilibrar as contas do INSS, assegurando a continuidade dos benefícios já concedidos e preservando a viabilidade a longo prazo daquele que é de longe o mais importante programa social jamais existente no Brasil.

O desafio da gestão na área social

Por importantes que sejam as propostas de emenda constitucional para o avanço da reforma do Estado, nem o Governo, nem o País cruzaram os braços à espera delas nestes três anos. A reforma, na realidade, é um processo muito mais amplo, que tem encontrado seus próprios caminhos na administração federal, nos Estados e Municípios, movida pela dedicação de milhares de servidores públicos anônimos e, em última análise, pela imensa sede de justiça da sociedade brasileira.

O programa Comunidade Solidária, criado pelo meu Governo para articular, no âmbito da administração federal, as ações de combate à miséria, resume algumas das linhas mestras do novo padrão de gestão dos programas sociais que vai emergindo dessa transformação: primeiro, a convergência de diferentes programas, de diferentes ministérios, de modo a otimizar seus benefícios para a população; segundo, a descen-

tralização da execução por meio de parcerias com Estados, Municípios, empresas privadas e entidades da sociedade; terceiro, a transferência automática dos recursos para o público-alvo, evitando desvios e desperdícios; quarto, o fortalecimento das unidades “de ponta”, com participação da comunidade, na destinação específica dos recursos.

O êxito desse modelo pode ser medido pelo aumento do gasto nos programas coordenados pelo Comunidade Solidária, que passou de R\$ 980 milhões em 1995 para R\$ 2,9 bilhões em 1997, alcançando mais de 1.300 municípios onde se localizam bolsões de pobreza. E, principalmente, pela eficiência do gasto, da qual a queda dos índices de mortalidade infantil nas áreas atendidas é um exemplo especialmente gratificante.

O diálogo do Governo com representantes da sociedade civil no âmbito do Conselho do Comunidade Solidária tem dado frutos importantes e inovadores. É o caso dos projetos de Alfabetização Solidária, Capacitação de Jovens, Universidade Solidária e Promoção do Voluntariado, experiências-piloto bem-sucedidas que agora começam a ser ampliadas.

Outros resultados positivos confirmam o avanço da verdadeira revolução silenciosa em andamento na gestão dos programas sociais.

Na **educação**, a expansão de 28% no número de matrículas do ensino médio de 1994 para 1997, que corresponde ao aumento do número de estudantes que completam o primeiro grau, é o melhor indicador do êxito na soma de esforços dos três níveis de governo.

A contribuição do Governo Federal para esse resultado se traduz na distribuição de noventa milhões de livros didáticos a 26 milhões de alunos; fornecimento diário de 31 milhões de merendas escolares; acesso de 44 mil escolas à programação de aperfeiçoamento de professores da TV Escola; instalação de cem mil microcomputadores em seis mil escolas, beneficiando 7,5 milhões de alunos.

O passo definitivo para fazer do ensino básico uma verdadeira prioridade nacional será dado em 1998 com a implantação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Por meio dele, recursos da União, Estados e Municípios serão remanejados de modo a assegurar um gasto mínimo anual de R\$ 300,00 por aluno, elevando o salário médio dos professores e incentivando a municipalização do ensino fundamental.

Estamos lançando a campanha “Toda Criança na Escola”, que pretende levar para a sala de aula os dois milhões e setecentos mil meninos e meninas de sete a catorze anos que ainda estão fora do colégio. Um provérbio ensina que “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança”. Esta não é, portanto, uma campanha do Governo Federal. É de todos: governos estaduais, prefeituras, professores, diretores de colégio, associações de pais, a comunidade, enfim.

Com a realização do censo escolar e a implantação do Exame Nacional de Cursos, do Sistema de Avaliação do Ensino Médio e do Sistema de Avaliação do Ensi-

no Básico, o País conta pela primeira vez com instrumentos para aferir com precisão o retorno dos recursos destinados pela sociedade ao seu sistema educacional.

O Programa Esporte Solidário atendeu a 88 mil crianças em centros esportivos, para complementação da atividade escolar. Quadras, ginásios e espaços esportivos foram implantados em 471 comunidades de baixa renda em 1997.

Na **cultura**, o aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais fez o número de patrocinadores saltar de duzentos em 1994 para cerca de mil em 1997. O cinema brasileiro praticamente renasceu das cinzas: a produção de filmes de longa-metragem, de apenas dois em 1994, passou a dezoito em 1995, 22 em 1996 e 28 em 1997.

No campo dos **direitos humanos**, além dos avanços já assinalados da legislação, completou-se o processo de indenização às famílias de 121 mortos e desaparecidos políticos. Com estímulo do Ministério da Justiça, 227 conselhos de direitos e novecentos conselhos tutelares da criança e do adolescente foram implantados ou fortalecidos. Recursos federais possibilitaram a criação de sete mil vagas em presídios em 1997; outras quinze mil serão criadas em 1998, ajudando os Estados a enfrentar o quadro dramático de superlotação do sistema penitenciário.

Na **saúde**, mais do que em qualquer outra área, o desafio da gestão é crucial para que o aumento do gasto federal (de R\$ 14 bilhões em 1996 para R\$ 19 bilhões em 1997) se reflita em melhora dos serviços para a população.

O Governo está enfrentando o desafio.

Uma definição clara das responsabilidades da União, Estados e Municípios possibilitará novos avanços na descentralização do Sistema Único de Saúde.

A introdução do Piso Assistencial Básico – PAB é a grande virada para o resgate da eficiência do sistema. Com uma regra clara para repasse automático de recursos em função do tamanho da população, e não do número de atendimentos, o PAB cria um estímulo para que os Municípios se engajem decididamente no esforço pela racionalização do gasto público no setor, dando mais ênfase à promoção da saúde do que ao tratamento da doença.

Essa mesma ênfase está presente no atendimento básico da população por meio dos agentes comunitários de saúde, que já alcançam 8,9 milhões de famílias; das equipes de saúde da família, que chegam a 1,4 milhão de domicílios; e do programa Saúde Perto de Casa, que leva as ações de promoção às escolas, comunidades e prefeituras, além de um novo modelo de posto de saúde.

Na **previdência**, o esforço para manter equilibradas as contas do INSS contou, nos últimos três anos, com um aumento real de 44% da receita de contribuições, fruto tanto da estabilização da moeda quanto de melhoras gerenciais na arrecadação.

Do lado da despesa, controles mais rigorosos possibilitaram a suspensão e o cancelamento de 1,7 milhão de benefícios por óbito, cessação de benefícios temporários, fraudes e irregularidades.

Menos fraudes, menos filas: graças à melhora do atendimento, o tempo médio de concessão de benefícios previdenciários caiu de 132 para 22 dias.

Na área da **assistência social**, a aplicação da lei orgânica em 1997 assegurou o recebimento de um salário mínimo por 694 mil idosos e pessoas portadoras de deficiência. A renda mensal vitalícia continuou a ser recebida por um milhão de pessoas.

Com fornecimento de bolsa-escola, 38 mil crianças foram retiradas do trabalho precoce. O programa Brasil Criança Cidadão atendeu a quatrocentas mil crianças e adolescentes carentes. Outros programas levaram assistência a 1,4 milhão de crianças na faixa de zero a seis anos.

Na área de **saneamento**, em três anos de governo, seis milhões de famílias foram beneficiadas por 5.300 obras em 2.810 municípios, com investimentos de R\$ 4,6 bilhões. O déficit urbano de abastecimento de água foi reduzido em 79% e o de esgotamento sanitário, em 31%.

Com apoio federal por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, as companhias estaduais conseguiram, em média, aumentar em vinte por cento a receita e a produtividade, e reduzir em dez por cento as perdas.

Na área de **habitação**, cerca de quinhentas mil famílias se beneficiaram de projetos financiados com recursos federais, totalizando R\$ 2,5 bilhões.

Senhores Congressistas,

Há três anos, na primeira Mensagem que me coube encaminhar a essa Casa como Presidente da República, eu perguntava: “Que oportunidade mais consagrada pode um político ambicionar do que a de entregar seu País melhor do que encontrou ao assumir uma importante função pública?”

O balanço daquilo que pudemos – o Presidente e o Congresso – realizar neste período e a perspectiva do que teremos ocasião de completar no ano que se inicia me permitem afirmar com tranquilidade: não decepcionamos os nossos eleitores nem nós mesmos.

O Brasil que se desenha no final destes quatro anos é, claramente, um País melhor do que aquele que encontramos.

Se os resultados que alinharei até aqui não são o bastante, permitam-me concluir com uns poucos dados que traduzem de maneira eloqüente essa melhora para o dia-a-dia de cada brasileiro.

A mortalidade infantil no País caiu 26% entre o terceiro trimestre de 1996 e o terceiro trimestre de 1997, segundo a Pastoral da Criança. No Nordeste a queda foi de 33%.

De 1993 para 1996, a taxa de analfabetismo caiu mais dois pontos percentuais, para cerca de catorze por cento.

O consumo de alimentos aumentou vinte por cento de 1994 para 1997.

No mesmo período, a venda de cimento aumentou mais de quarenta por cento, impulsionada sobretudo pelo consumo-formiga da autoconstrução por famílias de baixa renda.

A venda de refrigeradores aumentou 54%. A de aparelhos de televisão aumentou 57%.

Isto é o bastante para que possamos dizer: “Missão cumprida”?

Decerto que não. As carências do País são imensas e a jornada é longa para quem se dispõe a praticar a política, não como arte do possível dado, mas como arte das mudanças necessárias.

Demos um passo, contudo. Sem falsa modéstia: demos um grande passo. E o que é mais importante: o fizemos com a convicção profunda de estar no rumo certo.

Brasília, 16 de fevereiro de 1998.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

I. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Nesses três anos de mandato, as ações do Governo originaram-se sempre de uma decisão política fundamental: promover e aprofundar mudanças estruturais no setor produtivo e no Estado brasileiro.

Talvez em nenhum outro período da história do País, os objetivos do desenvolvimento econômico e social tenham dependido em grau tão elevado da capacidade de promover mudanças estruturais nas dimensões referidas.

Mudanças de grande envergadura ocorreram no passado, na maioria das vezes em contextos autoritários. Em contraste, a marca deste Governo tem sido a capacidade de promover mudanças estruturais a favor da consolidação e do aprofundamento do regime democrático.

As mudanças no setor produtivo visam a torná-lo mais competitivo e capaz de sustentar, num ambiente de integração crescente à economia internacional, taxas de crescimento do produto, da renda e do emprego à altura do potencial e das necessidades do País. As transformações no Estado têm por objetivo torná-lo menos vulnerável a interesses corporativos e mais eficaz como regulador, provedor de bens coletivos ou catalisador de experiências nascidas no âmbito da sociedade.

Nas duas dimensões, as mudanças convergem para o mesmo objetivo: consolidar as bases de um modelo de desenvolvimento favorável à redução continuada das disparidades sociais e regionais do País, processo que tem na estabilização econômica o seu pressuposto.

Consolidar as bases de um modelo de desenvolvimento favorável à redução continuada das disparidades sociais e regionais do País.

A constituição progressiva desse modelo implica transformações profundas nos padrões de gestão e gasto do Estado e em suas formas de interação com as organizações da sociedade, em suma, no seu papel para o desenvolvimento econômico e social do País.

O Governo tem seguido uma orientação clara quanto a essa questão-chave para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento. Em grandes linhas, ao mesmo tempo em que promove a retirada do Estado da esfera produtiva e maximiza, sob diversas formas, a participação privada no provimento de infra-estrutura econômica, o Governo trata de construir novos instrumentos e padrões de exercício das funções de fomento, planejamento e regulação, que se estende a áreas e atividades

carentes de normatização pública, desde os planos e seguros de saúde até o uso de recursos hídricos. No fomento, os subsídios cedem espaço aos instrumentos de mercado; no planejamento, a coordenação substitui o modelo clássico de intervenção direta; na regulação, por fim, os instrumentos têm antes caráter público que estatal.

Quanto às políticas sociais, ao tempo em que se busca reforçar a presença do Estado como provedor direto de serviços de caráter universal e regulador da oferta privada complementar desses serviços, procura-se igualmente constituir novos instrumentos e padrões de exercício da função de planejamento e coordenação, com vistas à descentralização e à parceria com organizações públicas não-estatais.

As novas formas de regulação econômica e de relação com as organizações sociais — traços característicos do novo modelo e presentes, em grau maior ou menor, em iniciativas e campos os mais diversos — estão longe de implicar enfraquecimento do Estado e a preeminência absoluta do mercado. Supõem, isto sim, a expansão e o adensamento da esfera pública, na qual tanto a discricionariedade do Estado quanto o automatismo do mercado encontram freios e mediações socialmente instituídas.

Essas orientações e seus traços característicos refletem-se nos programas e iniciativas que o Governo tem empreendido para superar, no plano da realidade mais imediata, o desafio do desenvolvimento sustentado. Estes estão voltados a cinco objetivos táticos fundamentais, a saber: (i) consolidação da estabilidade econômica; (ii) promoção de investimentos e ganhos genuínos de competitividade; (iii) construção de novos mecanismos de financiamento de longo prazo da economia; (iv) fortalecimento do País no plano das relações internacionais; e (v) maior eficácia das políticas sociais.

A CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES DA ESTABILIDADE

Construir novo regime fiscal e nova ordem monetária, adequada ao efetivo exercício da autoridade monetária, em sua tarefa principal de defender a moeda.

A consolidação da estabilidade tem exigido manejo atento e determinado dos instrumentos de política econômica, com resultados bastante positivos. A gestão da política econômica respalda-se, no entanto, em esforço mais profundo de consolidação dos fundamentos da estabilidade, de cujo sucesso depende a sustentação de um ciclo longo de crescimento. Trata-se de construir novo regime fiscal, compatível com a necessidade de equilíbrio estrutural das contas públicas, e uma nova ordem monetária, adequada ao efetivo exercício da autoridade monetária, em sua tarefa principal de defender a moeda.

Até recentemente, ambas as questões eram vistas como parte de uma agenda antagônica ao crescimento econômico e à melhor distribuição da renda. As duras lições da hiperinflação e a adesão à estabilidade econômica, como bem público altamente valorizado, mudaram essa percepção. Criaram-se, assim, as condições

políticas para desencadear um processo amplo e estrutural de reorganização das finanças públicas, indispensável à consolidação da estabilidade.

Desde o início, o Governo tem-se empenhado com determinação nessa frente de mudanças, atuando em três níveis: (i) na sua órbita própria, para reforçar o papel do orçamento como instrumento de definição de prioridades, fortalecer o papel da autoridade monetária como guardião da moeda nacional e conferir maior transparência e credibilidade às contas públicas; (ii) junto ao Legislativo, para a aprovação das mudanças legais necessárias, em especial as reformas da Constituição, às quais, malgrado o ceticismo de alguns, vêm seguindo seu curso; (iii) junto aos Estados, para estimular, com a criação de incentivos e contrapartidas, reformas de natureza fiscal e patrimonial, inclusive com o ajuste dos bancos estaduais.

Quanto ao padrão de elaboração e gestão do orçamento federal, houve mudança substantiva. Com a estabilização, criaram-se as condições necessárias para que o orçamento passasse a ser um instrumento relevante de definição de prioridades na alocação dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, um indicativo crível da estratégia fiscal do Governo. Em outras palavras, a elaboração do orçamento deixou de ser mera atividade de ficção. Isso exigiu que se desenvolvessem práticas e instrumentos voltados a assegurar que o processo de deliberação sobre a proposta de lei orçamentária resultasse em compromisso com metas e prioridades definidas para o Governo em seu conjunto. Para tanto, a implantação de programas de natureza transversal, abrangendo diversas áreas, casos do Brasil em Ação e do Comunidade Solidária, mostram-se de grande importância.

Da elaboração mais realista do orçamento decorreram ganhos de transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Esses ganhos foram-se fortalecendo à medida que o Governo conseguiu, progressivamente, antecipar a definição da programação orçamentária e financeira para cada exercício. Para 1998, atingiu-se o objetivo almejado: todos os Ministérios iniciam o ano cientes dos recursos que poderão ser despendidos ao longo do período. Os gestores públicos adquirem, desse modo, condições para planejar suas ações com a devida antecedência.

A consolidação progressiva dessa nova sistemática de elaboração e execução do orçamento tem permitido haver, concomitantemente, redução do déficit fiscal e melhoria da qualidade do gasto público, seja quanto à definição de prioridades, seja quanto à relação entre o custo incorrido e o benefício produzido. O programa Brasil em Ação oferece exemplos notáveis a esse respeito.

As reformas constitucionais de cunho fiscal são indispensáveis, para que esse processo avance mais, na medida em que desativam mecanismos automáticos de aumento de despesas e rompem bloqueios à reestruturação do gasto público em favor de programas e ações de retorno social mais elevado. Não por outra razão, o Governo tem-se batido, com o respaldo da maioria do Congresso, pela aprovação das reformas constitucionais, em toda sua extensão e profundidade.

Além do esforço de reorganização das finanças públicas na órbita federal, o Governo obteve êxito em induzir o mesmo tipo de iniciativa no âmbito dos Estados. Felizmente, tem contado, nesse esforço, com a colaboração de um conjunto de governadores à altura do desafio de criar as bases de um novo regime fiscal.

A renegociação das dívidas estaduais fez-se, pela primeira vez, com base em contrapartidas efetivas de ajuste das contas públicas e reforma patrimonial. Os vinte e três Estados que até o momento assinaram os protocolos comprometeram-se a vender patrimônio para amortizar parcela da dívida, reduzir a relação entre dívida e receita e ajustar-se aos parâmetros da Lei Camata, em prazos determinados.

Acresce ter o Governo criado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES, incentivos para privatização dos bancos estaduais ou sua transformação em agências de fomento, sem acesso a reservas bancárias. Já assinaram protocolos treze Estados. No Rio de Janeiro, o banco estadual já foi privatizado. No caso de São Paulo, foi transferido para a União, no âmbito da renegociação da dívida estadual, para posterior privatização. Existem, ainda, entre esses treze, casos de liquidação extrajudicial. Outros seis Estados apresentaram propostas, em exame no Banco Central.

Há dois aspectos interligados a ressaltar nessa mudança. Primeiro, criam-se as condições para afirmação de um regime monetário estável, em que o Banco Central não seja rivalizado por uma multiplicidade de instituições financeiras em condições de expandir a base monetária de modo autônomo. Segundo, suprime-se uma fonte espúria de financiamento dos déficits estaduais, induzindo os Estados a gerar superávits primários compatíveis com o esforço nacional de equilíbrio estrutural das contas públicas. Em ambos os aspectos, assim como na questão da renegociação das dívidas, busca-se calçar o terreno da consolidação definitiva da estabilidade dos preços.

Também importante para o mesmo objetivo foram as iniciativas da União para que os Estados se incorporassem ao forte impulso de privatizações iniciado em nível federal, no âmbito do Programa de Estímulo à Privatização e ao Ajuste Fiscal nos Estados. O sucesso dessas iniciativas pode ser medido pelo crescimento da receita das privatizações estaduais. Consideradas como receita as transferências de dívidas para o setor privado e usando o conceito de competência, as receitas estaduais passaram de patamar insignificante, em 1995, para R\$ 1,8 bilhão, em 1996, saltando para R\$ 14,8 bilhões, em 1997. Em igual período, a receita das privatizações federais foi de respectivamente US\$ 1,6 bilhão, US\$ 4,7 bilhões e US\$ 12,4 bilhões, incluindo as receitas de concessão da banda B da telefonia celular.

Além de criar as condições para redução ainda mais expressiva do estoque da dívida do conjunto do setor público, esse processo elimina um instrumento que, ao lado dos bancos estaduais, tende a solapar a consolidação, em bases estruturais, de um padrão de gestão financeira compatível com o equilíbrio das contas públicas ao longo do tempo.

Na mesma família de programas e iniciativas lançados com o objetivo de firmar os alicerces da estabilidade dos preços, deve-se incluir o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER. O mérito fundamental desse programa foi ter criado as condições para que a trajetória de consolidação da estabilidade e retomada segura do crescimento não fosse truncada por um colapso do sistema financeiro, risco que se tornou palpável, senão iminente, em determinado momento da transição do regime de hiperinflação em que o País vivia para o de inflação baixa em que passou a viver a partir do Plano Real. Além de afastar os riscos mais agudos de crise bancária, o PROER pavimentou o caminho para a constituição de um sistema financeiro apto a responder aos desafios de uma economia estável, em transformação estrutural e crescentemente integrada aos circuitos mundiais de produção, comércio e capitais.

Ao permitir a reestruturação organizada do sistema financeiro nacional, o PROER tem-se revelado instrumento fundamental de proteção da moeda e da economia do País. Na conjuntura internacional surgida a partir da recente crise nos países asiáticos, a maior solidez do sistema financeiro do Brasil tem sido, entre outros, um dos fatores a mantê-lo ao abrigo dos efeitos mais drásticos do atual ambiente da economia mundial. É inegável que a situação seria outra se não houvesse o PROER.

De modo complementar às iniciativas de reestruturação do sistema financeiro, criaram-se e aprimoraram-se regras e instrumentos voltados a melhorar sua fiscalização e supervisão, bem como a limitar a excessiva exposição ao risco por parte das instituições que nele operam. A esse respeito, cabe destacar a aplicação dos limites mínimos de capitalização estabelecidos pelo Acordo da Basileia e a fixação de limites mais rígidos para operações com derivativos.

Do conjunto de iniciativas examinadas nesse item, cabe ressaltar, para concluir, um traço comum a todas: a disposição determinada do Governo de assumir os ônus necessários à consolidação dos alicerces da estabilidade da moeda, tornando sem retrocesso o caminho de estabilidade e crescimento aberto pelo Plano Real.

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E GANHOS GENUÍNOS DE COMPETITIVIDADE

Simultaneamente a esse esforço de construção institucional no âmbito fiscal e monetário, o Governo trabalhou em outra frente de mudanças, voltada diretamente à promoção dos investimentos e da competitividade. Não são, não foram e não serão esforços dissociados. Ao contrário, investimentos e ganhos de competitividade variam, entre outras coisas, conforme a segurança do setor privado em relação à solidez do regime fiscal e à efetividade da ordem monetária, já que estes são determinantes básicos do comportamento de variáveis relevantes para a decisão empresarial. Por outro lado, não bastam as mudanças no âmbito fiscal e monetário para criar as condições do crescimento econômico sustentado.

Após anos de perda de horizonte estratégico e desarticulação das políticas públicas, a construção dessas condições implicou implementação de uma agenda de competitividade cujos contornos e instrumentos não estavam desenhados. Não se tratava de repor em funcionamento os instrumentos anteriores de política setorial e comércio exterior, incompatíveis com a opção estratégica pela abertura econômica, os acordos firmados no âmbito do Mercado Comum dos Países do Cone Sul - MERCOSUL e da Organização Mundial de Comércio — OMC e a busca de um novo regime fiscal. A articulação e implementação de uma agenda de competitividade consistia, assim, em uma tarefa rigorosamente nova.

Para cumpri-la, o Governo trabalhou em três níveis: (i) na infra-estrutura, por intermédio da transferência de ativos e serviços para o setor privado e da parceria entre o setor público e o capital privado em projetos estratégicos, para romper gargalos, reduzir custos e produzir ganhos de eficiência; (ii) no sistema de financiamento à produção, de modo a equiparar as condições de competição do produtor nacional no mercado interno frente aos importados e em mercados externos; (iii) no sistema tributário, com vistas a diminuir ou eliminar o ônus fiscal sobre os investimentos, a produção e as exportações.

INFRA-ESTRUTURA: PRIVATIZAÇÕES E BRASIL EM AÇÃO

Ao longo desses três anos, o programa de privatizações não só ganhou dinâmica cada vez maior na órbita federal, como também expandiu-se para as órbitas estadual e mesmo municipal. Os resultados do programa saltaram de patamar de US\$ 8,6 bilhões, no acumulado do período 1991-1994, para US\$ 35,3 bilhões, no acumulado do período 1995-1997. Significa dizer que, durante este Governo, as receitas de privatização cresceram mais de quatro vezes em comparação aos quatro anos anteriores. Somente em 1997, a receita obtida foi de US\$ 27,2 bilhões, maior do que o resultado acumulado desde que o Programa Nacional de Desestatização — PND começou, em 1991, até 1996, e que totalizou US\$ 16,7 bilhões.

Completo-se a privatização do setor industrial, com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, e colocou-se em marcha, em ritmo cada vez mais veloz, a privatização no âmbito da infra-estrutura. Concomitantemente, alargou-se o acesso dos trabalhadores aos leilões e ofertas públicas, antes restrito aos funcionários das empresas públicas em processo de venda. A maior democratização do programa decorreu de uma nova lei aprovada pelo Congresso Nacional, permitindo que parte dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS pudesse ser utilizada para aquisição de ações de empresas em privatização. Além disso, com vistas a estender o programa até seus limites, autorizou-se a alienação por parte da União das ações excedentes ao controle da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

Como conseqüência desse conjunto de iniciativas, o programa brasileiro de privatizações, conduzido em bases jurídicas sólidas e conforme procedimentos trans-

parentes, tornou-se o maior do gênero em andamento no mundo, posição que se deve consolidar, de modo ainda mais nítido, nos próximos anos. Para o biênio 1998-1999, estão previstas receitas de privatização da ordem de US\$ 55 bilhões, o que levará o programa, no final no século, ao patamar de US\$ 100 bilhões, em termos de receitas acumuladas desde seu início.

Assim, está em marcha um processo sem precedentes de reforma patrimonial do conjunto do setor público, que contribui decisivamente para o ajustamento de suas contas, por meio do abatimento da dívida pública com receitas de privatização, e promove uma inflexão irreversível rumo a um novo regime fiscal.

O objetivo mais importante do programa de privatizações, no entanto, é promover o investimento privado em infra-estrutura, em vista da incapacidade do Estado de investir no setor o montante de recursos necessários para sustentar taxas elevadas de crescimento econômico nos próximos anos.

Graças ao avanço acelerado das privatizações e dos empreendimentos relacionados no programa Brasil em Ação, 26 dos quais referentes à infra-estrutura, assiste-se à retomada vigorosa de investimentos nos segmentos de telecomunicações, energia e transportes.

Os sinais dessa retomada já são perceptíveis se examinada a carteira de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, cada vez mais presente no financiamento de infra-estrutura. O valor global dos projetos daquela carteira aumentou de R\$ 11 bilhões, em maio de 1996, para R\$ 28,5 bilhões, em novembro de 1997. Ou seja, praticamente triplicou nesse período, com destaque para os projetos de investimento em energia elétrica, viabilizados tanto pela venda de empresas, notadamente distribuidoras, como também pela concessão à iniciativa privada de mais de trinta usinas hidrelétricas até então paralisadas por falta de investimento público.

Embora as mudanças no setor de infra-estrutura estejam apenas começando — basta lembrar que a maior parte das privatizações do setor de telecomunicações irá ocorrer em 1998 — já se verificam resultados tangíveis. A concessão da banda B da telefonia celular, ocorrida em 1997, mobiliza conjunto importante de investimentos, atraídos pelo tamanho e baixa saturação do mercado brasileiro, só comparável, nesses quesitos fundamentais, a dois ou três outros mercados em todo o mundo. São investimentos não apenas para aquisição do serviço em concessão, mas também para oferta dos equipamentos necessários à sua expansão e modernização. A instalação de novas fábricas e a ampliação da capacidade de plantas já existentes é apenas o preâmbulo de processo de investimento que irá se intensificar agora em 1998 com a privatização do sistema Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS e da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL.

No setor de transportes, a transferência recente de todas as malhas da Rede Ferroviária Federal para a gestão privada já se traduz em ganhos de eficiência — redução do tempo do transporte de carga, diminuição de acidentes etc. Esses ganhos se-

rão crescentes à proporção que as medidas de otimização do equipamento existente cedam lugar a investimentos de maior vulto, processo em curso, conforme se depreende dos programas de investimento anunciados pelas operadoras privadas.

Ao mesmo tempo, registram-se avanços significativos na modernização do sistema portuário. O investimento privado nos portos vem tomando vulto. Sinal disso é que, ausente da carteira de projetos do BNDES até maio de 1996, os projetos de investimento no setor portuário passaram a apresentar o valor de R\$ 2,1 bilhões, em novembro de 1997.

Esse é um processo ao qual o Governo tem conseguido imprimir dinâmica crescente, com a inclusão de vários portos e instalações portuárias no Programa Nacional de Desestatização — PND, e a promoção dos ajustes patrimoniais necessários à completa transferência da gestão para o setor privado.

Em termos de competitividade, os resultados são palpáveis. Registre-se o caso exemplar do terminal de contêineres do porto de Santos, privatizado em setembro de 1997. Em outubro, a tarifa de utilização de infra-estrutura reduziu-se em mais de quarenta por cento e deverá reduzir-se ainda mais nos próximos meses, graças aos ajustes em andamento. Estima-se que o setor privado possa beneficiar-se de economia de aproximadamente R\$ 100 milhões por ano, considerada uma carga da ordem de 44 milhões de toneladas.

Também no porto do Rio de Janeiro, têm-se observado reduções de custo muito expressivas, em percentuais que variam de vinte a sessenta por cento, a partir do arrendamento de diversos terminais — cimento, carvão, açúcar e contêineres.

Ainda no setor de transporte, o Governo tomou a decisão de incorporar quinze mil quilômetros de estradas federais ao PND, com vistas a intensificar o processo de concessão de rodovias para a iniciativa privada. A redução de custos e os ganhos de eficiência decorrentes da privatização são reforçados pelos investimentos do Brasil em Ação.

Elaborado a partir do Plano Plurianual para o período 1996-1999, o primeiro a estruturar-se com base em eixos de desenvolvimento espacialmente referidos e associados a uma carteira de projetos, o Brasil em Ação tem sido o instrumento fundamental para o exercício do planejamento estratégico na área de infra-estrutura, de modo articulado com os projetos prioritários na área social.

O programa representa a recuperação da capacidade do Estado de induzir o investimento em empreendimentos que, por seu poder multiplicador, são estratégicos para o desenvolvimento. À diferença do passado, porém, a participação do capital privado é maior e crescente no tempo.

A articulação dos empreendimentos de infra-estrutura e dos projetos sociais, no âmbito do Brasil em Ação, não é aleatória. Ela responde ao objetivo de diminuir os desequilíbrios regionais e sociais do País e parte do princípio de que o potencial de multiplicação de um empreendimento ou conjunto de empreendimentos será maior se

acompanhado de adequada dotação de infra-estrutura social em sua área de influência.

A capacidade efetiva de induzir investimentos estratégicos resulta da definição clara de prioridades, introdução de sistema diferenciado de gestão de empreendimentos no âmbito do setor público e recuperação das condições de articulação do financiamento dos projetos, notadamente por intermédio do BNDES, recursos externos e fundos parafiscais.

Com R\$ 65 bilhões de investimento programados no biênio 1997-1998, os empreendimentos do programa obedecem a uma lógica de conjunto e visam tanto a reforçar a integração entre as redes de infra-estrutura econômica e social no território nacional, como também a ampliar as opções das regiões de acesso competitivo a mercados externos, respaldando assim o processo de desconcentração espacial da atividade econômica. Os exemplos são vários. Basta lembrar os projetos que promovem verdadeira revolução na logística relativa à produção de grãos no cerrado, fortalecem a estrutura portuária da Região Nordeste e melhoram grandemente o suprimento de energia na Região Norte.

Os empreendimentos do Brasil em Ação são complementares às privatizações. Essa complementaridade está produzindo, por exemplo, mudanças de fundo na matriz de transportes do País, aumentando a participação dos segmentos ferroviário e hidroviário e, sobretudo, ampliando a utilização da intermodalidade.

Esse ponto é essencial, visto que, no processo de retomada do investimento em infra-estrutura, não se trata apenas de suprir deficiências físicas localizadas, mas também de aprimorar a articulação das redes do setor, de modo a maximizar ganhos de eficiência em todo o sistema econômico. Com essa preocupação, o Governo está promovendo estudo, visando a identificar lacunas que, se preenchidas, possam potencializar os efeitos dos 42 projetos do Brasil em Ação e assim adensar os eixos de desenvolvimento.

A mesma preocupação com a integração das redes de infra-estrutura tem estado presente na formatação dos processos de privatização e na construção de um novo aparato regulador no setor público, resguardada e reforçada a capacidade de planejamento no Executivo.

A constituição desse novo aparato regulador implica mudança em profundidade na forma de atuação do Estado no setor, tendo-se como referência, seja o período do pós-guerra, em que o Estado concentrou-se no provimento direto de infra-estrutura, seja o período anterior, em que era praticamente inexistente a regulação das empresas privadas pelo poder público.

Pela primeira vez na história brasileira, começa a tomar corpo a seguinte configuração: de um lado, distinção clara entre o poder concedente, em mãos do Estado, e o concessionário privado, sob cujo comando passa a estar a produção de bens e serviços, sob condições fixadas em contrato; de outro, um aparato regulatório apto a

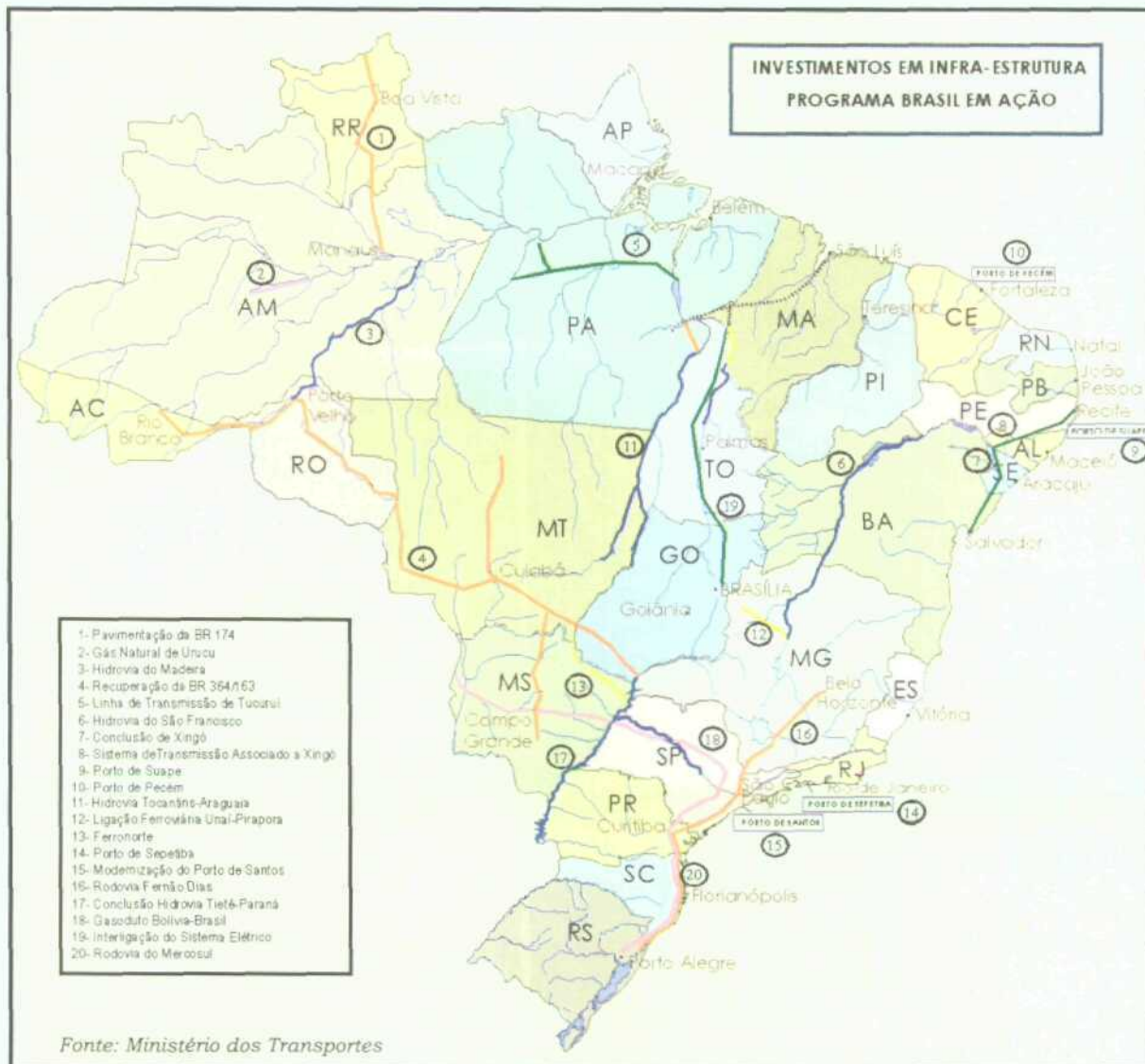
fazer valer os interesses do cidadão consumidor, dentro de parâmetros condizentes com a eficiência do setor.

Em apenas três anos, promoveram-se as mudanças da ordem econômica, e instalaram-se os órgãos reguladores.

Ainda que não se possam menosprezar os problemas decorrentes da transição entre o modelo centralizado e verticalizado — em que o poder concedente acumulava as funções de investimento, regulação e planejamento — e o novo modelo, saltam aos olhos o sentido de direção e a velocidade das mudanças empreendidas. Em apenas três anos,

promoveram-se as mudanças constitucionais da ordem econômica, aprovaram-se as legislações complementares correspondentes, além da Lei de Concessões, e instalaram-se os órgãos reguladores ali previstos, com independência estatutária para cumprir sua missão.

Vão-se estabelecendo, assim, os instrumentos para reduzir as incertezas na transição para o novo modelo, condição fundamental para respaldar as decisões de novos investimentos em infra-estrutura e assegurar os interesses dos consumidores.



FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO E DAS EXPORTAÇÕES

Além do financiamento da infra-estrutura, tem-se buscado aprimorar especialmente os instrumentos de apoio financeiro aos setores produtores de bens comerciáveis, ou seja, bens de exportação ou que concorrem com importados, de modo a equiparar as condições de competição entre o produtor local e seus concorrentes internacionais, esforço complementar ao que se vem fazendo na área de infra-estrutura.

Implementaram-se programas de reestruturação de setores mais fortemente atingidos pelos efeitos da abertura econômica — calçados e têxteis, notadamente. Criaram-se, também, programas para o desenvolvimento de capacidade interna de produção de bens: com presença importante, e previsivelmente ascendente, na pauta de importações, ou com múltiplos encadeamentos na matriz industrial e em condições de serem aqui produzidos em bases competitivas — a exemplo de produtos dos complexos eletroeletrônico e de telecomunicação.

Nessa linha, deve-se destacar a implantação do regime automotivo, criado em 1995 e com duração prevista até 1999. Na vigência desse regime, que estabelece uma estrutura de estímulos e contrapartidas para as montadoras que aqui se instalarem, o País já conseguiu absorver investimentos diretos de monta, fortalecendo sua posição como produtor mundial de veículos automotores, indústria-chave nos circuitos globalizados de produção.

Ressalte-se que, nesse processo, produziu-se importante desconcentração espacial do complexo automotivo. Antes praticamente restritas a São Paulo, as montadoras de veículos espalham-se por diversas regiões. O mesmo fenômeno de desconcentração ocorreu no processo de reestruturação dos setores têxtil e de calçados, apoiado pelo BNDES.

Tomou forma, nesses três anos, uma política robusta de apoio financeiro ao comércio exterior e à competitividade, indicando a postura ativa assumida pelo Governo frente ao processo de reestruturação do sistema produtivo. Os objetivos dessa política são claros: acelerar o aumento das exportações; elevar o peso dos produtos de maior valor agregado na pauta de vendas externas; e adensar internamente as cadeias de produção — para que o processo de reestruturação conduza, como está conduzindo, à constituição de um sistema produtivo capaz de sustentar taxas elevadas de crescimento e geração de renda, necessárias para a absorção da oferta de mão-de-obra.

O programa FINAMEX, agora chamado BNDES Exim, passou a oferecer condições de prazo e custo mais favoráveis às vendas externas de bens de capital e ampliou significativamente o leque de produtos e serviços contemplados, com ênfase naqueles de maior valor agregado.

Os resultados são palpáveis. Os desembolsos em operações pré e pós-embarque cresceram de US\$ 369 milhões, em 1995, para cerca de US\$ 1 bilhão, em 1997. O aumento é ainda mais expressivo se for tomado por referência o ano de 1994,

quando os desembolsos do FINAMEX foram de US\$ 258 milhões, ou seja, multiplicaram-se por quatro, nos três primeiros anos deste Governo.

Outro programa de estímulo às exportações grandemente ampliado e fortalecido foi o Programa de Financiamento às Exportações — PROEX. Aqui também os resultados são tangíveis. Na modalidade de equalização de taxas de juros, o valor das operações contempladas elevou-se de R\$ 3,4 bilhões, em 1996, para R\$ 8,1 bilhões, em 1997 (janeiro/outubro), um aumento de 138%. Cresceram, também, o número de operações (145%), agentes financeiros (78,6%), exportadores (60,3%) e países de destino (30,4%).

O apoio financeiro às exportações ganhou poderoso aliado com a implantação de um sistema de seguro de crédito, de abrangência jamais existente no Brasil, com cobertura de risco comercial para operações de financiamento de curto e longo prazos e risco político e extraordinário.

Adicionalmente, constituiu-se um fundo de aval, com recursos não reclamados de contas bancárias inativas — o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade — para dar lastro às operações de financiamento de micro, pequenas e médias empresas pelo sistema financeiro. De impacto amplo para um segmento que representa fatia importante do Produto Interno Bruto — PIB e é grande gerador de empregos, o Fundo cria, ademais, as condições para incorporar esse setor, em especial as médias empresas, no esforço de crescimento acelerado das exportações. Essa incorporação é crucial, dê-se ela diretamente, pelo aumento das exportações dessas empresas, ou indiretamente, na cadeia de produção de bens exportados pelas empresas já inseridas no mercado internacional.

Dessa maneira, vão-se criando condições de financiamento para que as exportações aumentem no ritmo necessário à aceleração sustentada do crescimento econômico.

À diferença do passado, porém, essa política tem operado com mecanismos de mercado e estimulado a desconcentração econômica, sendo assim consistente com o objetivo de redução dos desequilíbrios regionais, além de compatível com a construção de novo regime fiscal, adequada à abertura econômica e aos acordos firmados no âmbito do MERCOSUL e da OMC.

DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA DO INVESTIMENTO E DAS EXPORTAÇÕES

O terceiro vetor da política de competitividade são as mudanças que se têm realizado no sistema tributário, com vistas a desonerar a produção, os investimentos e as exportações, deslocando a tributação para o consumo. Entre essas mudanças, cabe destacar: a redução da carga do imposto de renda sobre as empresas, equiparando-a à existente nos países que mais diretamente disputam com o Brasil a atração de

investimento direto estrangeiro; a introdução do SIMPLES, que já conta com a adesão de 1,7 milhão de micro e pequenas empresas em todo o País; e a promulgação da Lei Complementar nº 87, de 1996, referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, passo decisivo para a constituição de um verdadeiro imposto sobre valor agregado, à semelhança do que existe na maioria dos principais parceiros comerciais do Brasil, onde a tributação recai preferencialmente sobre o consumo.

A modernização do principal imposto do sistema tributário brasileiro, alcançada mercê de amplo acordo entre a União e os 27 Estados, com aval do Congresso Nacional, pôs fim à indesejável tributação das exportações de produtos primários e semi-elaborados — o Brasil era o único dos países com alguma importância no comércio internacional a fazê-lo — e reduziu de modo significativo o custo do investimento, aspecto menos notado da lei, mas não menos relevante do ponto de vista da competitividade do sistema produtivo. Os resultados da mudança no ICMS fizeram-se sentir sem demora: em 1997, assistiu-se ao incremento expressivo do volume de exportações agrícolas, gerando mais renda no setor e mais divisas para o País, bem como à recuperação da produção nacional de bens de capital.

A formação e implementação de uma agenda de competitividade, aqui relatada em seus componentes fundamentais, permitiu que a reestruturação do sistema produtivo em curso, mantido o salutar ambiente concorrencial decorrente da abertura, ocorresse em bases crescentemente favoráveis.

Entre os dados sobre a evolução do quadro macroeconômico, assinalados no capítulo seguinte, aqueles referentes a exportações e taxa de investimento sintetizam o sucesso das políticas de competitividade aqui descritas: em termos de quantidade, as exportações brasileiras em 1997 foram as maiores da década, com os manufaturados exibindo uma recuperação bastante pronunciada em relação à média de 1995 e 1996; em valores, as exportações cresceram 10,2%, na comparação de 1997 com 1996; já a taxa de investimento atingiu 18,6% no terceiro trimestre de 1997, seu ponto mais alto nos últimos onze anos.

CONSTITUIÇÃO DE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA

O ajuste estrutural das contas públicas e a criação de condições para o exercício efetivo da autoridade monetária, de um lado, e a redução dos custos tributários, de capital e associados à infra-estrutura, de outro, são condições necessárias para o crescimento econômico sustentado. Mas não são suficientes no longo prazo.

O desenvolvimento do País encontra restrições estruturais na insuficiente capacidade de geração de poupança interna — problema que reside em boa parte no desajuste fiscal — e na incipiência de um mercado de capitais que seja capaz de servir

de eixo de articulação do financiamento de longo prazo, particularmente importante para viabilizar os novos investimentos em infra-estrutura.

No passado, o financiamento do desenvolvimento assentou-se em instrumentos compulsórios de poupança privada, no endividamento do Estado junto ao sistema bancário internacional e nas elevadas margens de lucro propiciadas por uma economia fechada. Esse tripé do padrão anterior de financiamento não poderá reproduzir-se na nova etapa de crescimento da economia brasileira. Este terá de assentar-se em novas bases, em especial com mecanismos voluntários de poupança e instrumentos de investimento no âmbito do mercado de capitais.

Em vista desse quadro, junto com o esforço para aprovar as reformas constitucionais necessárias ao ajuste fiscal, o Governo tem trabalhado no estímulo à geração de poupança privada, em bases voluntárias, e em sua canalização para o financiamento de longo prazo da atividade produtiva. No primeiro aspecto, destaca-se a criação e implementação do Fundo de Aposentadoria Complementar Individual — FAPI; no segundo aspecto, a lei do Sistema de Financiamento Imobiliário — SFI, aprovada em novembro de 1997.

O FAPI representa instrumento seguro para a poupança de tipo previdenciário. Volta-se especialmente para os trabalhadores que não estão cobertos por fundos de pensão de empresas ou se sentem desestimulados a aderir a planos abertos de previdência complementar, em face da rigidez das condições e dos elevados custos de administração. Inclui-se nesse universo de trabalhadores uma vasta gama de profissionais liberais, autônomos e empregados de empresas que não têm porte suficiente para constituir fundo de pensão próprio. A disseminação do FAPI, que tem como características centrais a possibilidade de livre transferência de quotas e a flexibilidade quanto à sistemática de contribuições, torna mais competitiva e adequada a oferta de alternativas de previdência complementar, reduz os custos de administração cobrados pelas instituições administradoras de fundos do gênero e amplia o acesso de milhões de brasileiros, individualmente ou por intermédio das empresas em que trabalhem, a um instrumento fundamental de poupança. Em nível individual, o FAPI significa maior segurança quanto ao futuro. No plano macro, dá impulso ao crescimento de um tipo de poupança essencial para dotar o País de fontes de financiamento de longo prazo indispensáveis ao desenvolvimento.

O SFI, por sua vez, é o exemplo mais acabado, mas não o único, do esforço de combinar o estímulo à poupança de longo prazo — pela oferta de um instrumento seguro — com a sua canalização, via mercado de capitais, para o setor produtivo. Proposto pelo Executivo e aprovado com rapidez pelo Congresso Nacional, que compreendeu a importância social e econômica da mudança ali embutida, o SFI permitirá carrear para o investimento na construção civil, com positiva repercussão sobre os níveis de emprego, capitais privados de grande monta, tais como recursos de fundos de pensão, seguradoras etc.

FORTALECIMENTO DA PRESENÇA DO BRASIL NO PLANO INTERNACIONAL

A essa redefinição do papel do Estado no âmbito interno tem correspondido o fortalecimento da atuação do Governo no plano internacional, nas dimensões política e econômica. São dois movimentos conexos: os desdobramentos positivos das mudanças estruturais no âmbito interno dependem da evolução dos processos de integração do País, cujos fundamentos se dão no plano da negociação diplomática, e vice-versa.

A condução da política externa brasileira seguiu nesses três anos a trajetória que já se vinha consolidando desde a virada da década passada. A participação mais intensa e direta do Chefe de Estado nesse processo visa a fortalecer a política externa e ampliar-lhe o campo de atuação, inclusive com a incorporação de temas pertinentes à preservação do meio ambiente e aos fluxos internacionais de capital. Os dois temas têm reflexos correspondentes no plano interno, haja vista a constituição da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável para propor estratégias de desenvolvimento sustentável e a aplicação do Acordo da Basiléia e demais medidas na área do sistema financeiro.

A consolidação do MERCOSUL como união aduaneira avançou de forma notável. Estabelecida a Tarifa Externa Comum — TEC, em 1º de janeiro de 1995, o cronograma de redução das alíquotas incidentes sobre os produtos da lista de exceção seguiu, em grandes linhas, o curso programado. Progrediram, também, as negociações em torno da redução de barreiras não-tarifárias e da harmonização de regulamentos, e ampliou-se a agenda de integração para a área de serviços. Simultaneamente, no chamado formato 4+1, o MERCOSUL firmou acordos de livre comércio com Chile e Bolívia, ao tempo em que prosseguiram as negociações com os demais membros do Grupo Andino. O MERCOSUL reforçou assim sua característica de bloco regional aberto e pólo de articulação no espaço do continente sul-americano, fenômeno respaldado por crescente integração da infra-estrutura na região.

O fortalecimento do MERCOSUL, como espaço econômico ampliado, aumentou o poder de atração da região para capitais externos voltados à produção — processo de importância crucial para a integração competitiva na economia internacional — e aumentou a capacidade de negociação dos países-membros, notadamente o Brasil, com outros blocos econômicos. São exemplares a esse respeito o acordo firmado pelo MERCOSUL com a União Européia e a evolução das negociações em torno da eventual formação da Área de Livre Comércio das Américas — ALCA.

É patente que o fortalecimento do MERCOSUL conferiu ao País maior liberdade para a defesa de seus interesses nesses processos ampliados de negociação, favorecendo assim os desdobramentos positivos do processo de reestruturação do sistema produtivo, do qual depende a capacidade brasileira de crescer e gerar renda e empregos.

A REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: PRIORIDADES E MODALIDADES DE GESTÃO

A reestruturação das políticas sociais é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do Governo. Está inserida no movimento de redefinição dos padrões de gestão das políticas públicas, em que a descentralização e a busca de parcerias na sociedade são traços comuns às iniciativas em várias áreas, mas especialmente na área social. É variável grandemente dependente do esforço de construção de um novo regime fiscal, a partir da reestruturação do gasto público. E articula-se com o conjunto de ações de promoção do investimento e da competitividade, de modo particular por meio do programa Brasil em Ação.

São três os vetores fundamentais da política social do Governo: primeiro, aumento da cobertura e da eficiência dos serviços básicos de caráter universal, como educação, saúde, habitação, assistência social e saneamento básico; segundo, fomento à geração de emprego, renda e ocupação, aí incluídos os programas de reforma agrária, apoio à agricultura familiar, crédito produtivo popular e capacitação profissional; terceiro, combate focalizado a situações de miséria.

Para implementação das políticas sociais, formataram-se três instrumentos: a Câmara de Políticas Sociais, incumbida de integrar as diversas ações da área, de modo a explorar suas complementaridades e potencializar seus efeitos; o programa Brasil em Ação, que incluiu, em um sistema especial de gerenciamento, dezesseis dos principais projetos da área social; e o programa Comunidade Solidária, vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

O Comunidade Solidária marca ruptura importante com as políticas anteriores de cunho assistencialista, sob vários aspectos: primeiro, pela integração e seletividade das ações na área social, concentrando-se em saúde, saneamento, educação, geração de empregos e capacitação profissional, em contraste com a dispersão característica do passado; segundo, por combinar ações de natureza assistencial — indispensáveis em comunidades nas quais a carência é muitas vezes extrema — com iniciativas que visam promover melhorias capazes de desencadear processos sustentados de desenvolvimento local; terceiro, pela intensa e deliberada incorporação, como parceiras, de organizações da sociedade civil, nas ações do programa, o que desde logo estabelece freios institucionais a práticas clientelistas e fisiológicas.

O produto mais inovador do Comunidade Solidária é a construção de redes de parcerias que revelam uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social. Criado em janeiro de 1995, o programa organiza-se em duas instâncias, articuladas mas independentes: um Conselho, integrado por 21 representantes da sociedade civil e onze ministros de Estado, e a Secretaria Executiva. Por meio do Conselho, o Comunidade Solidária estabelece parcerias com empresas privadas, entidades e movimentos da so-

O produto mais inovador do Comunidade Solidária é a construção de redes de parcerias.

cidade civil, enquanto à Secretaria Executiva cabe articular as ações de combate à miséria no âmbito do Governo.

O papel do Conselho é o de desenvolver experimentos, testados inicialmente como pilotos e que, uma vez avaliados coletivamente, possam ser realizados na escala necessária para atender às demandas efetivas da sociedade. Encontram-se nesse processo de transição, de experiências-piloto para uma escala mais abrangente de atuação, quatro projetos que sintetizam essa nova abordagem: Alfabetização Solidária, Capacitação de Jovens, Universidade Solidária e Promoção do Voluntariado.

Já a Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, dedicada a atacar de forma integrada as causas da fome e da miséria, selecionou para compor sua agenda básica de intervenção um conjunto de programas executados no âmbito de cinco Ministérios: Saúde, Educação, Agricultura, Trabalho e Planejamento — e com maior potencial de impacto no enfrentamento das carências da população.

Esse novo arcabouço institucional, ao qual se adequou a proposta do Comunidade Solidária, em processo de permanente construção, está francamente à frente de seu tempo.

No universo das políticas sociais mencionadas, é possível identificar mudanças relevantes no padrão de gestão, que definem a orientação do Governo, entre elas: (i) maior integração entre as diversas políticas em torno de objetivos comuns, a exemplo da convergência das ações de saúde, habitação e saneamento nos Municípios de maior incidência de mortalidade infantil; (ii) formação e institucionalização de redes descentralizadas com participação de organizações da sociedade — característica, por exemplo, das políticas de geração de renda e emprego e qualificação profissional, que se apóiam em parcerias não só com as demais esferas de governo, mas também com ONGs, sindicatos etc.; (iii) fortalecimento de instâncias e unidades descentralizadas na definição específica de onde gastar os recursos públicos, caso típico do programa que promove repasse direto de verbas federais para as escolas em que houver comissão de pais e mestres; e (iv) constituição de mecanismos automáticos que assegurem transferência dos recursos para o público visado, com redução de desperdício, desvios de percurso e ingerências clientelistas, exemplar no caso do Fundo de Valorização do Magistério, na área da educação, e do Programa de Assistência Básica, na área da saúde.

Para melhorar a gestão das políticas sociais, foi criado em 1997 o Programa de Apoio à Gestão Social, com dois objetivos específicos: capacitar as equipes do Governo que atuam na área social e dar assessoramento técnico visando à adequação conceitual e operacional dos programas. Inovação e ousadia caracterizam essa iniciativa. Pela primeira vez, a Presidência da República, por meio da Casa Civil, desenvolve um programa de fortalecimento institucional voltado à área social, que pretende romper com formas tradicionais de encaminhar atividades dessa natureza — fragmenta-

ção, descoordenação, descontinuidade — dando um tratamento orgânico à estratégia de implementação.

A intenção é incorporar elementos de gerência moderna às políticas públicas da área social, enfatizando os resultados e dando respostas mais eficazes e flexíveis às necessidades e demandas da sociedade. Esta iniciativa partiu da constatação de que não basta gastar mais. É preciso gastar melhor os recursos de que se dispõe, em todas as esferas de governo. Tanto que, a partir de abril, o programa será desenvolvido em dez estados, mediante parcerias entre a Casa Civil e instituições locais.

Não basta gastar mais. É preciso gastar melhor.

Também inovador, o Programa Nacional de Renda Mínima, aprovado pelo Congresso Nacional, permitirá ao Governo complementar programas do gênero implementados por Municípios mais pobres, assim definidos segundo critérios de renda “per capita” e arrecadação tributária. O foco do apoio federal, que será de até 50% dos recursos investidos pelo Município em seu próprio programa de renda mínima, são famílias com rendimento “per capita” inferior a meio salário mínimo e filhos ou dependentes menores de catorze anos que estejam em escola pública ou programa de educação especial.

Dessa forma, o Governo estimula a disseminação de programas de renda mínima por todo o País. Estima-se que cerca de 2.700 Municípios preencham os requisitos para receber assistência financeira da União, contemplando universo de 2,2 milhões de famílias ou de quase sete milhões de pessoas.

As mudanças iniciadas e levadas à frente nesses três anos não estão, por certo, concluídas. Subsiste, assim, a decisão fundamental do Governo de perseverar no caminho originalmente traçado.

Ao tempo em que cuida de implementar as mudanças já em pauta, o Governo está empenhado em elaborar o que se convencionou chamar de reformas de segunda geração. Elas se referem, basicamente, a mudanças no sistema tributário, de modo a avançar na desoneração da produção, do investimento e das exportações, no sistema de previdência complementar e fundos públicos com vistas a estimular a geração de poupança interna, e na institucionalização do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, para incentivar a solução negociada de conflitos e a geração de empregos no setor formal.

Na área social, há ainda um imenso trabalho a ser feito, nos planos gerencial e legislativo, para consolidar um novo padrão de políticas públicas, o que supõe a reestruturação do gasto público, o avanço da descentralização e a generalização de novas formas institucionais de provimento dessas políticas.

Em seu conjunto, essas mudanças são fundamentais para a constituição de um novo padrão de crescimento, distribuição de renda e exercício da cidadania.

II. A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

A política econômica tem se orientado segundo as diretrizes de consolidação da estabilidade da moeda e de promoção dos ajustes nas contas externas e nas contas públicas, visando à sólida edificação das bases para um crescimento sustentado.

Em 1997, avançou-se nessas três direções. O ritmo de queda da inflação acentuou-se, com mudanças não só no patamar inflacionário, mas também na dinâmica de correção dos preços. A redução do déficit público, no conceito nominal – um conceito cada vez mais relevante diante da estabilização, também foi importante, revelando-se um dos melhores resultados já obtidos desde que começou a medição, em 1983. As contas externas, por sua vez, vêm revelando, ao longo do 1997, uma trajetória favorável, com relativa estabilidade do déficit em conta corrente desde julho, um aumento da participação do investimento direto no financiamento deste déficit e, o que é mais importante, uma retomada expressiva das exportações. Essa evolução foi possível a partir de um novo perfil de crescimento da economia, pautado pelos impulsos ao investimento e por um progressivo ganho de competitividade das exportações, em especial, de manufaturados.

Tais resultados são frutos de uma estratégia traçada para construir um novo modelo de desenvolvimento.

Além da gestão macroeconômica de curto prazo, voltada para a correção dos desequilíbrios internos, especialmente o fiscal, e externos, principalmente o da balança comercial, buscam-se transformações estruturais da base produtiva para elevar a produtividade média da economia. Os principais instrumentos para essa transformação vêm sendo as privatizações de empresas estatais, as concessões de serviços públicos, a desregulamentação de diversos segmentos da economia, os investimentos para desconcentrar a produção industrial, com maior aproveitamento de potencialidades e vantagens comparativas locais, demais ações para reduzir o “custo Brasil” e os investimentos em educação.

O esforço pelas transformações estruturais foi complementado pelo vigilante exercício da política econômica.

Em 1997, a economia brasileira registrou o quinto ano consecutivo de crescimento, fenômeno observado pela última vez na década de 70. A taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, no período 1995-

A economia brasileira registrou o quinto ano consecutivo de crescimento.

1997, deverá ser de 3,6% ao ano. Ainda assim, a inflação declinou continuamente no período, saindo de uma taxa anualizada de 7.393%, no primeiro semestre de 1994, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, para 4,34% em 1997.

No quadro de inflação elevada, a desorganização e a perda de referência provocadas pelas mudanças constantes de preço acabavam por aumentar o poder de monopólio das empresas. A estabilização, ao reforçar as condições de concorrência na economia, acentua o processo de busca de maior competitividade por meio de ganhos de produtividade, cujo crescimento médio entre 1994 e 1997 se acelera para 5,5% ao ano. Em 1997, o crescimento estimado da produtividade foi de cerca de oito por cento, refletindo o aumento do investimento, os ganhos de escala e a incorporação de tecnologia mais moderna a partir das importações de bens de capital. Em termos de tendência de longo prazo, é importante notar que mesmo este crescimento excepcional da produtividade observado nos anos 90 apenas recupera o patamar que se teria alcançado, caso a trajetória iniciada nos anos 70 não tivesse sido interrompida nos dez anos seguintes. Daí a necessidade de se estimular os esforços microeconômicos e as ações macroeconômicas, para sustentar o processo de elevação da produtividade.

Do ponto de vista da estabilização, deve-se destacar a evolução qualitativa que se observa na composição da atividade econômica ao longo do último ano. Em particular, duas tendências recentes merecem ser salientadas: a) a elevação da taxa de investimento, a preços constantes, como proporção do PIB, concomitante ao arrefecimento do consumo, refletindo a intensificação do processo de transformação e de ampliação da estrutura produtiva; b) o maior crescimento da produção de bens do setor industrial, em 1997, em contraposição ao observado em 1995 e em 1996, quando os serviços foram o setor que mais contribuiu para o crescimento do PIB. A redução da inflação nos preços dos serviços colaborou para a recente diminuição das taxas de crescimento do setor.

Em relação à política cambial, prosseguiu o ajustamento gradual da banda estreita de flutuação do câmbio iniciado em 1995, a um ritmo médio de 0,6% ao mês (7,4% ao ano), gerando com isso uma desvalorização real acumulada de 1995 até o final de 1997 da ordem de 13,2%, em valor deflacionado pelo Índice de Preços ao Atacado — Disponibilidade Interna — IPA-DI.

O cenário externo, sobre o qual se apoiava a estratégia de correção gradual dos desequilíbrios fiscal e cambial, sofreu uma transformação radical a partir de outubro. A crise mundial das bolsas causou impacto sobre as contas externas e levou o governo a adotar rapidamente um conjunto de medidas de política econômica que funcionasse como uma barreira de fundamentos ao fluxo de saída de recursos.

Em relação à política monetária de 1997, a taxa de juros teve redução até a eclosão da crise internacional, quando o Governo optou por elevá-la de 21% para 43% ao ano.

Em complemento, foi adotado um conjunto de medidas para reforçar a competitividade externa, reduzir os gastos e aumentar as receitas. Ao mesmo tempo, in-

tensificaram-se as negociações com o Congresso Nacional, para acelerar a tramitação das reformas constitucionais relacionadas ao ajuste fiscal estrutural.

Nota-se, assim, que a agenda do programa de estabilização descrita inicialmente não se alterou em sua essência, e que o choque externo apenas determinou uma aceleração do ritmo de implementação. O conjunto de medidas fiscais proposto pelo Governo tem por objetivo ampliar o superávit primário do setor público consolidado, que compreende o Governo Federal, as Estatais, os Estados e Municípios. Em termos absolutos, trata-se de gerar um montante adicional de recursos da ordem de R\$ 20 bilhões, em 1998, recorrendo-se para isso ao corte de gastos e à elevação de receitas. O corte de gastos, mais de custeio que de investimentos, deverá alcançar também as empresas estatais. Adicionalmente, no caso de Estados e Municípios, foram adotadas medidas que tornam bem mais restritas as possibilidades de financiar déficits.

Além das medidas de ajuste fiscal propriamente dito, foram propostas ainda a aceleração e a ampliação das privatizações, com a inclusão do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB e de rodovias federais, sempre na perspectiva do ajuste estrutural das contas públicas e dos ganhos sistêmicos de produtividade.

Com esta reação rápida, o Governo conseguiu estancar o fluxo de saída de recursos e, assim, estabilizar as reservas internacionais. É importante notar que essa reação diferenciou o Brasil de alguns países asiáticos que, em função dos problemas estruturais de seus sistemas financeiros, foram incapazes de se contrapor aos ataques especulativos sofridos por suas moedas mediante restrição da política monetária. A fragilidade excessiva dos sistemas financeiros daqueles países emergiu como característica diferenciadora do Brasil, que havia saneado o setor, graças às ações no âmbito do PROER. Tal característica deu espaço para ajustes necessários, como a majoração das taxas de juros.

As perspectivas da economia brasileira para 1998 estarão influenciadas pelo ritmo de superação da crise internacional e pelas respostas que o Brasil continuará dando a ela. A reação da política econômica foi fundamental para garantir a defesa da estabilidade e para indicar que a desaceleração do crescimento deverá ser breve. A diferenciação em relação aos países asiáticos é importante para apressar o restabelecimento dos fluxos de recursos externos — numa situação que pode ser contraposta ao ocorrido em 1995, na seqüência da crise mexicana, quando foram os países asiáticos que se beneficiaram dos recursos externos desviados da América Latina. A regularização dos fluxos permitirá que as taxas internas de juros caiam mais rapidamente. Os estímulos à exportação, contidos no conjunto de medidas que acompanha a proposta de ajuste fiscal, devem também garantir um desempenho favorável à produção voltada para o mercado externo. Este cenário aponta para uma queda expressiva dos déficits na balança comercial, em conta corrente e para um ritmo adequado de crescimento econômico.

ESTABILIDADE DE PREÇOS

**Dezembro de 1997
apresentou a menor
inflação desde 1951.**

No início de 1997, analistas do mercado financeiro projetavam para o ano uma inflação FIPE de sete a oito por cento, e de seis por cento para 1998. O ano de 1997 terminou com a inflação medida pelo mesmo índice em 4,83%, enquanto as previsões para a inflação em 1998 situam-se abaixo de quatro por cento. Na série histórica, dezembro de 1997 apresentou a menor marca do índice acumulado em doze meses, desde os 4,71% registrados em janeiro de 1951.

O combate à inflação continua a ser bem-sucedido e visível, sobretudo, na mudança da dinâmica da inflação e não apenas de sua magnitude, com a clara quebra da inércia inflacionária.

O processo recente de estabilização é marcado pela flexibilidade no movimento dos preços. Antes, a rigidez para baixo nas taxas de inflação tornava o índice de um mês quase sempre o piso para o índice do mês seguinte. Hoje, um repique da inflação em um mês não impacta a inflação nos meses subseqüentes. A taxa volta a cair sem que haja vestígios da memória inflacionária em seu comportamento.

O segundo destaque é a entrada do Plano Real em uma fase de convergência expressiva entre os preços dos chamados “comerciáveis”¹ e “não-comerciáveis”. Se a queda da inflação, no primeiro momento, foi possível principalmente em função da queda dos preços dos produtos passíveis de importação, no segundo momento a quebra paulatina dos mecanismos de indexação começou a transmitir aos outros preços da economia — os não-comerciáveis — a mensagem de que o passado não mais cumpria a função de sinalizador de preços. O aprofundamento da abertura comercial, um dos principais motivadores da queda de preços no primeiro momento, cedeu espaço também aos estímulos vindos da quebra progressiva dos canais de indexação e da avaliação mais precisa das condições de demanda para a fixação de preços.

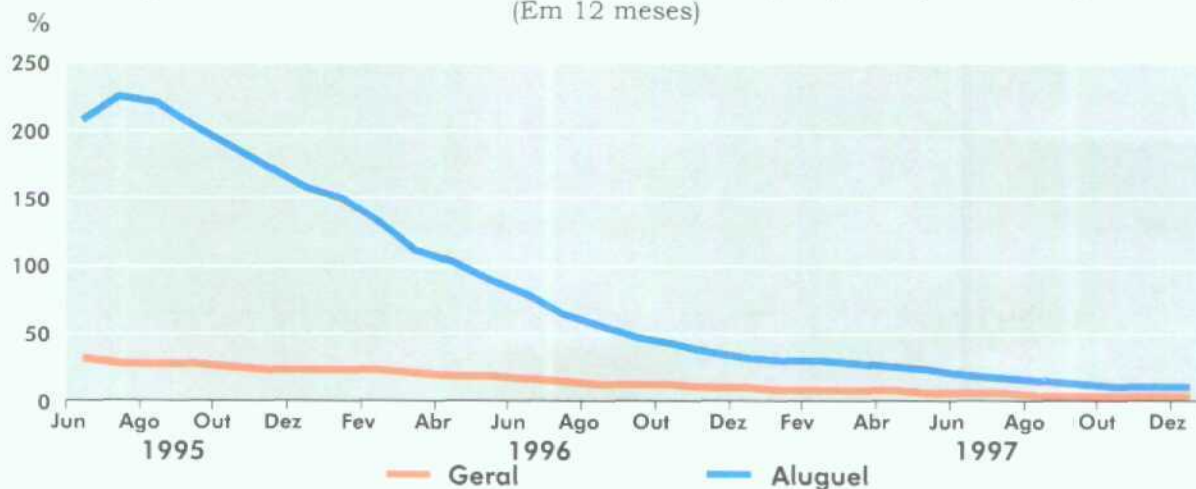
A comparação com o passado recente deixa clara a diferença de comportamento entre aqueles dois conjuntos de preços. Em junho de 1995, os preços dos bens comerciáveis apresentaram uma variação de dezenove por cento em doze meses, enquanto os não-comerciáveis variaram em 49%. Ou seja, a inflação dos bens não-comerciáveis ainda era elevada mesmo depois de um ano de Plano Real. Em junho de 1996, as variações foram de 5,2% e 33%, respectivamente, nos mesmos preços, refletindo uma desaceleração bem maior nos preços dos comerciáveis, enquanto os não-comerciáveis apresentaram variação ainda alta para os padrões de uma economia estabilizada. Em junho de 1997, as variações foram, respectivamente, de 2,18% e 12,38%, já sugerindo uma convergência maior. Finalmente, em dezembro de 1997, as variações foram de 1,22% e 9,08%, ambas, portanto, já apresentando inflação de apenas um dígito.

1 Bens comerciáveis são aqui definidos como os produtos mais facilmente transacionáveis com o exterior e que sofrem, portanto, maior influência dos preços internacionais, bem como do comércio exterior.

O comportamento dos aluguéis, um não-comerciável importante, é ainda mais revelador. Em meados de 1995, depois de um ano de Plano Real, os aluguéis aumentavam em torno de duzentos por cento, enquanto o Índice Geral de Preços da FIPE era de 32% na variação em doze meses. De lá para cá, a redução foi expressiva. Nos doze meses de 1997, os aluguéis apresentaram uma inflação de 10,22%, contra uma variação de 4,83% no índice da FIPE.

Variação Percentual do Índice Geral de Preços (FIPE) e de Aluguéis

(Em 12 meses)



Fonte: FIPE

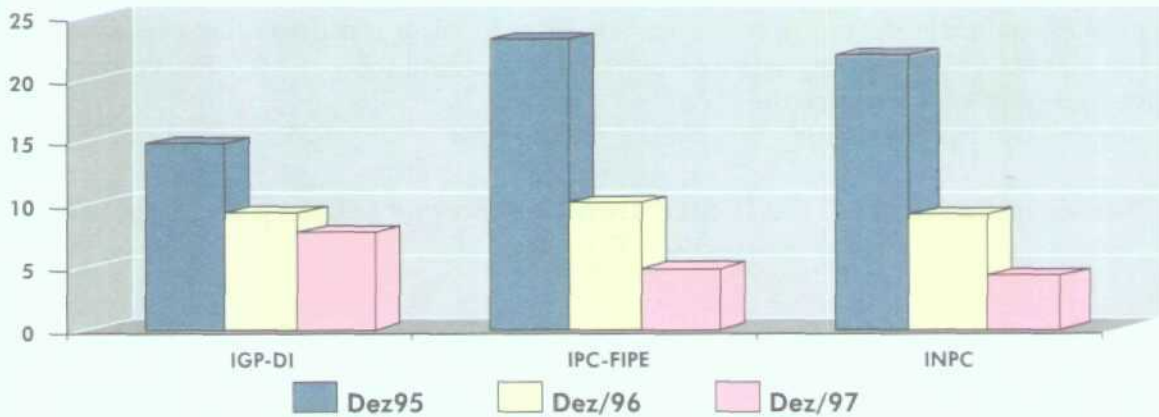
Outra observação que se destaca no campo do combate à inflação é que ainda há muito espaço para a queda. O fato de existir um processo de convergência clara entre os preços de não-comerciáveis e de comerciáveis não significa que estão se esgotando os avanços possíveis. A variação de nove por cento nos preços dos não-comerciáveis ainda é alta, e a tendência é de progressiva migração para patamares mais baixos.

Tal espaço se reflete ainda no enfraquecimento paulatino dos mecanismos de correção de preços e de contratos pela inflação passada. No caso dos salários, as últimas categorias que conseguiram a reposição da inflação, garantida legalmente, foram as que tiveram as datas-base em junho de 1996. A partir daí, as negociações começaram a se dar, em grande medida, sobre ganhos de produtividade e outros componentes de remuneração variável, como a participação nos resultados – o que é mais adequado a uma economia moderna e estável.

A tendência decrescente de preços pôde ser captada em todos os índices de inflação, como vemos a seguir.

Índices de Inflação

(% ao ano)



Fontes: FGV, FIPE e IBGE

OS NOVOS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO

A expansão do PIB em 1997 ficou em torno de 3,5%, pouco inferior aos 4,3% de 1995 e pouco superior aos três por cento de 1996. A indústria voltou a liderar o crescimento ao longo do ano, registrando expansão em torno de cinco por cento, contra quatro por cento da agropecuária e dois por cento dos serviços.²

Desde o fim da década de 70, o País não tinha cinco anos de crescimento.

A economia manteve-se, portanto, na trajetória de crescimento positivo iniciada em 1993. Desde o fim da década de 70, o País não tinha cinco anos de crescimento contínuo.

Nos últimos quatro anos — que praticamente compreendem o período Pós-Real (1994-1997) — a economia cresceu cerca de dezoito por cento, enquanto o crescimento acumulado de 1990 a 1993, havia sido negativo em 0,82%, resultado das inúmeras oscilações do PIB. De 1994 a 1997, a economia brasileira foi capaz até de superar seu crescimento acumulado nos oito anos anteriores, de apenas catorze por cento.

O comportamento do PIB “per capita” é ainda melhor. Houve mais do que a reposição de toda a queda acumulada: de 1981 a 1993, o indicador caiu cinco por cento, e de 1994 a 1997, cresceu dez por cento.

O que importa ressaltar é que se rompeu o padrão do período anterior, caracterizado por oscilações excessivas nas taxas de crescimento. Diante desse comportamento, os investimentos encontram terreno fértil e horizonte mais claro. A

² Dados de 1997 ainda são estimativas do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura - IPEA.

recuperação do crescimento, amparada em uma dinâmica ditada pelo investimento, é o caminho mais seguro para a continuidade da trajetória sustentada de evolução da economia.

Nesse sentido, vê-se que, imediatamente após o lançamento do Plano Real, produziram-se taxas de crescimento expressivas amparadas por um grande aumento do consumo. No entanto, preservada tal dinâmica, a maior rigidez das condições de oferta logo revelaria os limites de um crescimento não-inflacionário.

Três anos e meio depois do lançamento do Real, a economia passa por um reposicionamento dos seus eixos dinâmicos. A mudança ocorrida na composição desse crescimento foi de crucial importância para a preservação de taxas positivas, sem comprometer a trajetória de estabilização. Os dados mais recentes revelam que o eixo do *novo crescimento* está claramente deslocado para o investimento. A área de bens duráveis, líder no desempenho fabril desde o início do Plano Real, perde fôlego, especialmente no segmento de eletroeletrônicos, ao passo que a produção de bens de capital começa a registrar aumentos acima da média global da indústria, garantindo, assim, a manutenção de uma rota levemente ascendente.

Houve uma inversão no comportamento dos dois setores, quando comparado o período recente com aquele imediatamente anterior.

Taxas de Crescimento da Produção Industrial

(6 meses contra 6 meses anteriores)

Período	Taxas de Crescimento da Produção
PERÍODO RECENTE ⁽¹⁾	Bens de capital: 5,6% Bens de consumo duráveis: 0,61%
PERÍODO ANTERIOR ⁽²⁾	Bens de capital: 1,5% Bens de consumo duráveis: 5,0%

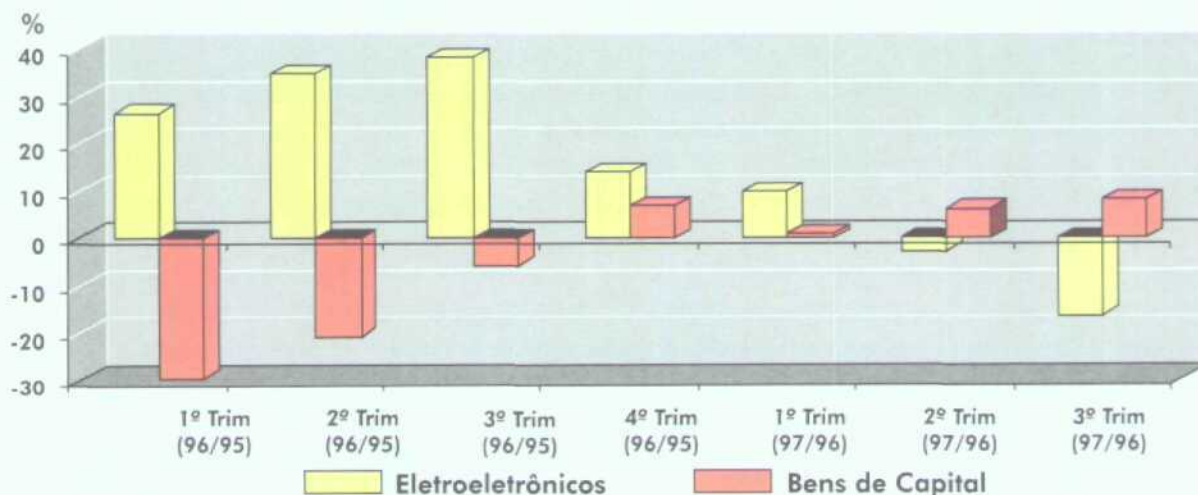
Fonte: IBGE

(1) Média de abril de 1997 até setembro de 1997 contra os 6 meses anteriores (outubro/1996 a março/1997)

(2) Média de outubro de 1996 a março de 1997 contra os 6 meses anteriores (abril/1996 a setembro/1996)

Na análise trimestral, percebe-se a evolução gradual no sentido do *novo crescimento*. Nota-se que o segundo trimestre de 1997 marcou, de forma inequívoca, essa tendência de inversão da composição do crescimento. É reveladora a comparação das estatísticas do primeiro trimestre de 1995, que tiveram queda de 29% em bens de capital e crescimento de 26% em bens eletroeletrônicos, com as do terceiro trimestre de 1997, que registrou taxa de crescimento negativa de dezesseis por cento, em bens eletroeletrônicos, e positiva de oito por cento, em bens de capital.

Evolução da Taxa de Crescimento da Produção Industrial



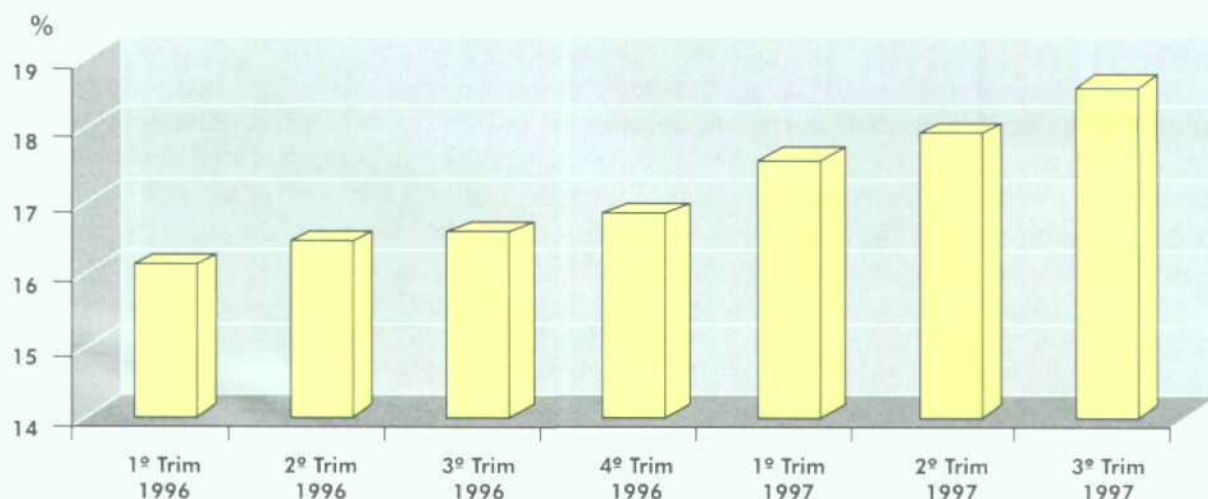
Fonte: IBGE

Em outros setores ligados aos investimentos, tais como as atividades de extração mineral (extração de petróleo), telecomunicações (telefonia celular e fixa), serviços de utilidade pública (geração e distribuição de energia elétrica) e construção (obras públicas), também há sinais de recuperação da atividade. A importação de bens de capital demonstra vigor surpreendente, com crescimento de 45%, quando se compara o terceiro trimestre de 1997 com o mesmo período de 1996. Tais estatísticas refletem, isoladamente e de forma incontestável, a reconstituição do processo de investimento.

O indicador global de Formação Bruta de Capital Fixo - FBKF começa a revelar essa retomada mais expressiva dos investimentos. No terceiro trimestre de 1997, a FBKF atingiu 18,6% do PIB, segundo estimativa do IPEA. É a maior taxa de investimento trimestral desde os dezenove por cento do primeiro trimestre de 1987, ou seja, é a maior taxa em quase onze anos.

Esse crescimento aponta não somente a recuperação da produção doméstica de bens de capital, mas também o aumento de suas importações. Tal movimento indica a modernização do parque industrial brasileiro e a expansão de sua capacidade em ritmo mais rápido do que se havia observado desde o início desta década, permitindo maiores ganhos de produtividade e, possivelmente, maior capacidade de expansão das exportações de manufaturados, mesmo diante do crescimento da demanda interna.

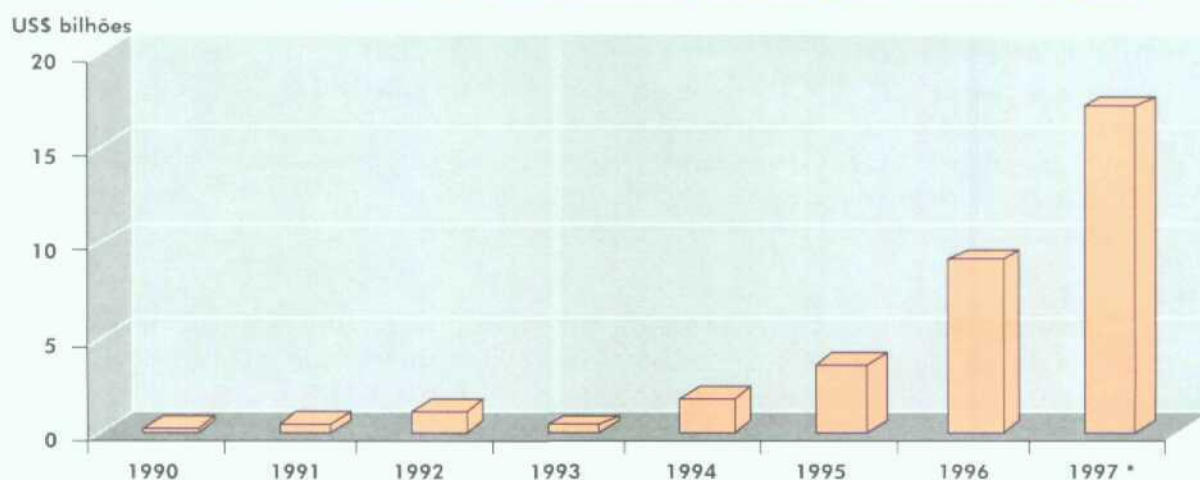
Evolução da Taxa de Investimento em Relação ao PIB



Fonte: IPEA

Na mesma direção, as estatísticas de investimentos diretos refletem a atração que o mercado brasileiro vem exercendo sobre o capital destinado à produção. São nada menos que US\$ 17 bilhões de investimentos diretos líquidos acumulados nos doze meses terminados em novembro de 1997, contra US\$ 1,7 bilhão, nos doze meses terminados em dezembro de 1994. Daquele total, trinta por cento foram feitos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, e setenta por cento são investimentos não relacionados à privatização e distribuídos entre os mais diversos setores.

Evolução Anual do Investimento Estrangeiro Direto Líquido



Fonte: BACEN

* (nov/97)

PRODUTIVIDADE

O aumento da produtividade é fundamental para a estratégia econômica brasileira. Essa política consiste em induzir a economia a retomar uma trajetória de elevação de produtividade compatível com os padrões internacionais, pela maior exposição à concorrência externa. Na década de 80, ao contrário, a competitividade brasileira era construída por meio de desvalorizações nominais da taxa de câmbio que, em seguida, eram corroídas pelo processo inflacionário.

Durante a década de 70, a produtividade industrial brasileira cresceu à taxa média de 2,36% ao ano. Naquele período, as exportações de produtos manufaturados tiveram crescimento médio anual de quarenta por cento, 29 vezes superior ao do início da mesma década, passando a representar 45% da pauta de exportações.

Nos anos 80, a produtividade da indústria brasileira ficou estagnada, com crescimento de 0,23% ao ano. No final da década, as exportações de manufaturados foram apenas duas vezes superiores às do início, o volume de comércio reduziu-se para 12,6% do PIB e a participação do Brasil no comércio mundial caiu para 0,8%, inferior até mesmo à do começo da década de 70.

A política de abertura comercial adotada a partir de 1990 e a conclusão das negociações sobre comércio exterior no âmbito da Rodada Uruguai forçaram as empresas a um novo padrão de competitividade que exigia uma reação adequada da indústria brasileira.

Na primeira metade da década de 90, a reação foi bastante intensa, com a produtividade crescendo à taxa média de 7,5% ao ano. Entretanto, como a média da taxa de crescimento da produtividade no período 1970-1995 foi de 2,56% ao ano, verifica-se que a evolução recente apenas recolocou a indústria brasileira na sua trajetória anterior. Face aos novos padrões competitivos internacionais essa pode ser insuficiente, obrigando a indústria nacional a fazer esforços adicionais para aumentar a produtividade, acima dos níveis alcançados nos anos 70.

É importante registrar que o ajuste competitivo de 1990 a 1992 foi recessivo, com queda anual média de 2,1% do PIB. Sem recessão no período recente, de 1993 até 1997, a indústria retomou o crescimento, com taxa média de 4,3% ao ano, e a produtividade elevou-se a um ritmo anual de 5,8%. Em 1997, a produtividade cresceu bem acima da média: 7,84%.³

3 Dados relativos ao período de janeiro a setembro.

Varição Anual da Produtividade da Indústria de Transformação

ANO	PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)
1993	8,17
1994	7,52
1995	0,73
1996	4,97
1997*	7,84

* Média até setembro 97

Fonte: IPEA

A estratégia deste Governo é estimular a continuidade da modernização da indústria brasileira e da ampliação do parque produtivo. Nesse sentido, a retomada dos investimentos é um sinal positivo. A taxa de investimento, que foi em média de 23% do PIB na década de 70, reduziu-se para dezoito por cento na década de 80, e chegou a catorze por cento em 1992. Sua recuperação no período recente contribuirá para acelerar o ajuste estrutural, não apenas elevando a produtividade, mas também permitindo maior crescimento do PIB e aumento do emprego industrial.

A estratégia deste governo é estimular a modernização da indústria.

EMPREGO E RENDA

NÍVEL DE EMPREGO

A taxa de desemprego, em 1997, oscilou entre 5,5% e seis por cento, em patamar semelhante ao de 1996. A taxa média de desemprego aberto no ano⁴ situou-se em 5,73%, ligeiramente superior à verificada no mesmo período de 1996, que foi de 5,56%.

Cumprе ressaltar dois pontos em relação à evolução do emprego. Primeiro, as taxas de desemprego permanecem em patamares baixos, quando se toma como referência o padrão internacional, mesmo em relação aos países de nível socioeconômico semelhante.

As taxas de desemprego permanecem baixas.

4 Período janeiro a novembro 1997 e 1996

Taxas de desemprego no mundo

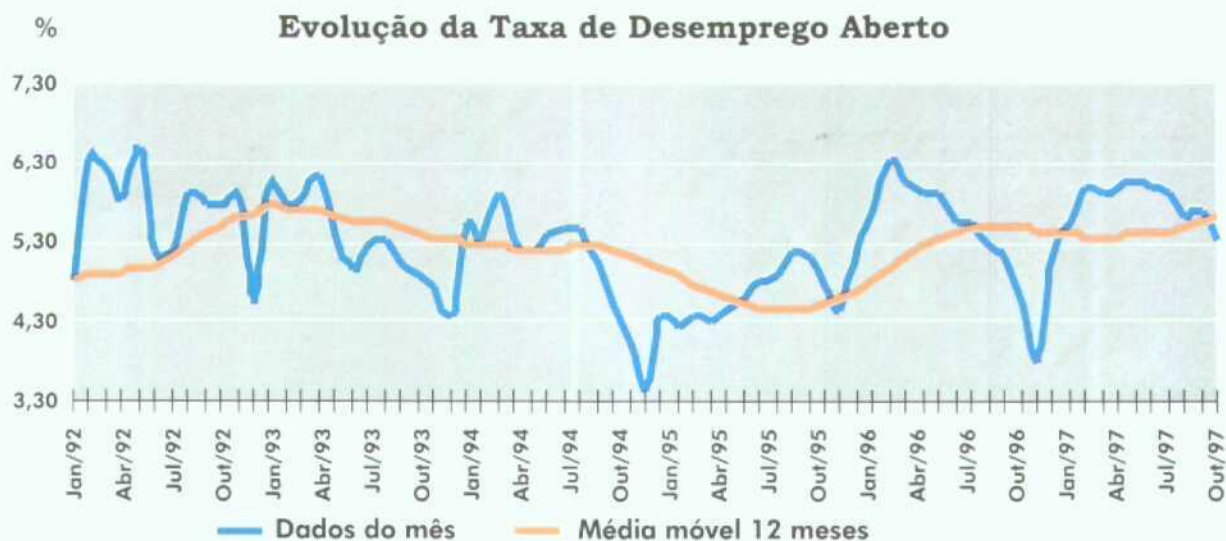
Países	Taxas de Desemprego - 1997 (%)
Espanha	20,8 ⁽¹⁾
Argentina	14,9 ⁽²⁾
Finlândia	14,8 ⁽¹⁾
Bélgica	12,8 ⁽¹⁾
França	12,6 ⁽¹⁾
Colômbia	12,6 ⁽²⁾
Itália	12,2 ⁽¹⁾
Uruguai	11,9 ⁽²⁾
Alemanha	11,3 ⁽¹⁾
Canadá	9,2 ⁽¹⁾
Paraguai (96)	8,2 ⁽²⁾
Chile	7,5 ⁽²⁾
Estados Unidos	5,1 ⁽¹⁾

(1) Fonte: FMI, *World Economic Outlook, out/97*

(2) Fonte: Cepal, *Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe, 1997*

Em segundo lugar, a percepção de aumento do desemprego a partir de 1995 deve-se, em grande parte, a uma expressiva expansão do nível de emprego observada logo no início do Plano Real. As taxas atuais de desemprego estão apenas ligeiramente acima — cerca de meio ponto percentual — daquelas vigentes no início de 1994. Logo após o lançamento do Plano Real, porém, houve uma redução significativa — da ordem de dois pontos percentuais — na taxa de desemprego aberto, nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego,⁵ de tal sorte que, em dezembro de 1994, ela chegou a 3,4%, um dos patamares mais baixos de todos os tempos. Nos anos seguintes, de forma mais acentuada em 1995 e menos em 1996, conforme a conjuntura macroeconômica, foi retomado o patamar observado no início da década.

5 São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego — IBGE

Há, sem dúvida, razões para preocupação com o desemprego, e a mobilização de esforços para enfrentá-lo é imperativa. No entanto, conforme se demonstrou, não é correto dizer que esse problema seja produto do período recente, resultante da estabilização, nem que se encontre em patamares fora de controle.

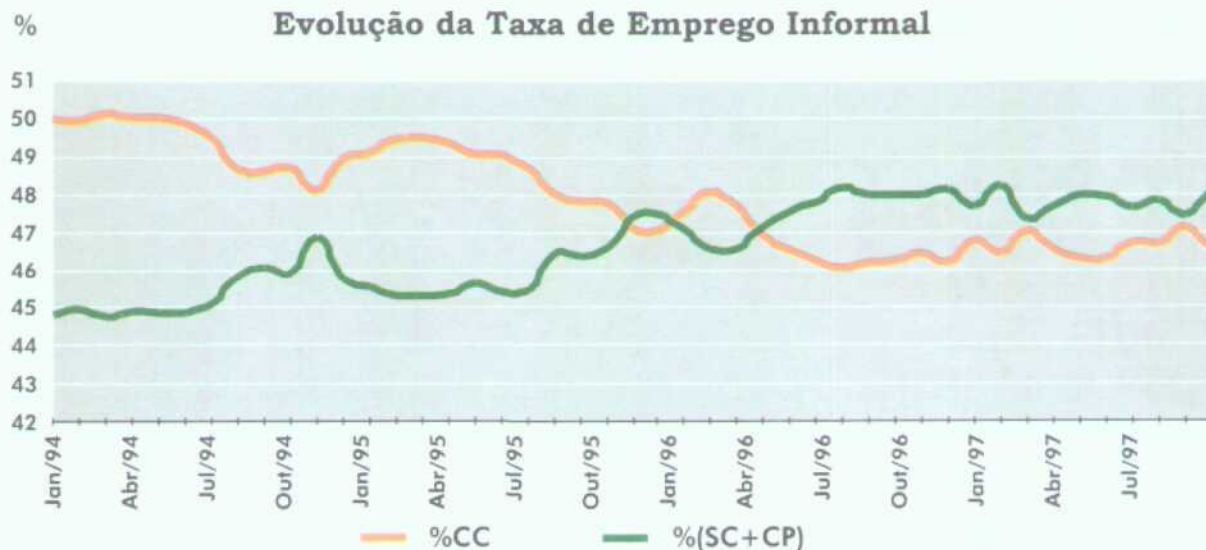
INFORMALIDADE

Em 1997, observaram-se sinais de relativa estabilidade nos níveis de informalização do emprego, quando comparados com 1996.

A informalização das relações de trabalho foi um dos aspectos relativos à questão do emprego que mais atraíram a atenção da sociedade, nos últimos anos. Embora a questão — ou mesmo a definição — da informalidade seja bastante complexa, ela é entendida, quase sempre, como o percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada somado ao de trabalhadores por conta própria, em relação ao total de ocupados. A figura a seguir descreve a evolução deste percentual,⁶ contrastando-a com a dos empregados com carteira.

6 É importante lembrar que estes dados foram obtidos da Pesquisa Mensal de Emprego, cujo desenho não permite a identificação dos funcionários públicos. Assim, estes acabam sendo classificados como empregados sem carteira, contribuindo para superestimar o grau de informalidade, na medida em que eles estão ao abrigo da legislação trabalhista.

Evolução da Taxa de Emprego Informal



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego — IBGE

Observação: CC = com carteira; SC = sem carteira e CP = conta própria

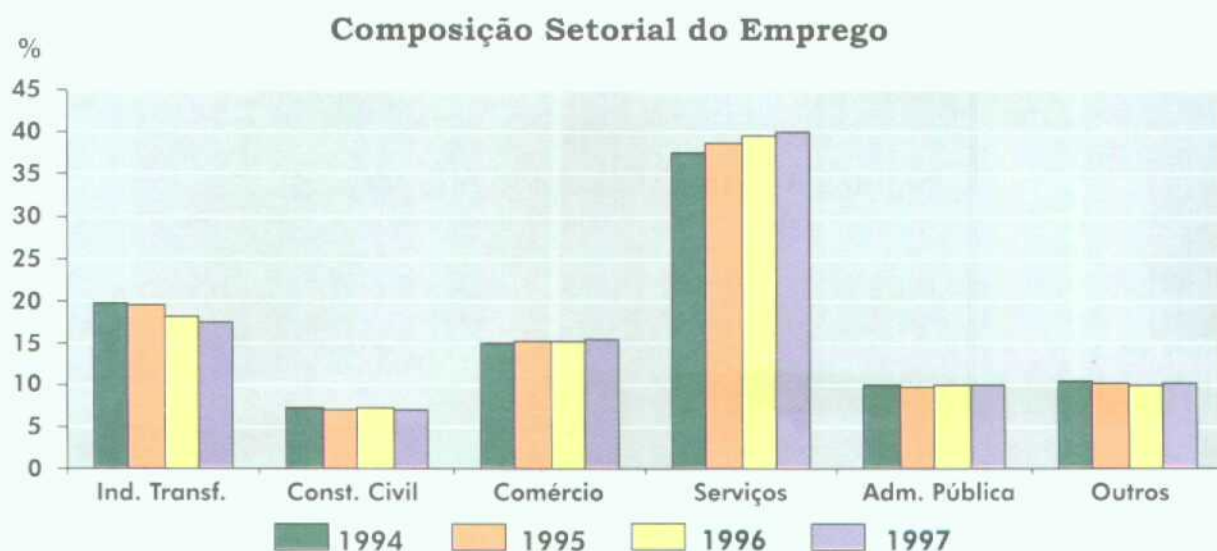
É fácil perceber que houve um aumento no grau de informalidade, de 1994 ao início de 1996. A partir do segundo semestre de 1996 e durante o ano de 1997, contudo, este processo parece ter sido contido, observando-se uma estabilização em torno da marca de 48%.

Outro aspecto a salientar é o fato de a informalidade ser vista como sinônimo de deterioração da qualidade do emprego. Esta interpretação é válida particularmente no que se refere ao assalariamento sem carteira. Entretanto, alguma ressalva deve ser feita quanto aos trabalhadores por conta própria. Estudos mostram indícios de que teria ocorrido uma migração de trabalhadores com maior grau de escolaridade da situação de com carteira para a de por conta própria, e que eles teriam obtido maiores rendimentos na sua nova condição ocupacional.

De fato, pesquisas do IPEA confirmam que, após ter declinado no início da década, a capacidade de gerar rendimentos mais altos aumentou substancialmente entre os trabalhadores por conta própria, particularmente os mais instruídos, após o plano de estabilização. O rendimento real dos trabalhadores por conta própria teve um aumento acumulado de 29% entre 1995 e 1997 (média janeiro-agosto), enquanto trabalhadores sem carteira e com carteira tiveram aumentos de 24% e onze por cento, respectivamente. Esta constatação torna-se mais significativa quando a ela se juntam duas outras: (i) houve um aumento de quase dez pontos percentuais na fração de trabalhadores autônomos com mais de oito anos de escolaridade ao longo da década; e (ii) dos cerca de 750 mil empregos ditos informais criados após o Plano Real, 450 mil foram sob a forma de trabalho por conta própria e 300 mil na condição de assalariamento sem carteira — exatamente o inverso do que havia sido observado entre janeiro de 1991 e julho de 1994.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

Em 1997, continuou o processo de mudanças na participação de cada setor na absorção do emprego global. Na verdade, a década de 90 vem sendo marcada pela realocação setorial da mão-de-obra, em decorrência do enxugamento do aparato produtivo no setor industrial, envolvendo tanto a reengenharia da produção quanto as práticas de terceirização. Com isto, o setor de serviços aumentou sua participação de 37,7% para 40,1% do total de ocupados entre 1994 e 1997 (janeiro a setembro), enquanto a indústria de transformação, que abrigava quase vinte por cento do contingente de trabalhadores em 1994, experimentou uma redução de pouco mais de dois pontos percentuais nessa participação no período pós-Real.



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego — IBGE

Especificamente em 1997, na comparação com 1996, o setor de serviços continuou aumentando sua participação no total do emprego, de 39,5% para 40,1%, enquanto a indústria de transformação diminuiu sua fatia de 18,3% para 17,6%. Cabe lembrar que a expansão do setor de serviços segue uma tendência mundial, derivada de uma crescente utilização de tecnologias menos intensivas em mão-de-obra, não só na indústria como nos mais variados setores da economia.

Embora tipicamente heterogêneo, o próprio segmento de serviços reflete essa característica, à medida que vem apresentando uma progressiva elevação na qualificação de seus profissionais, além de ser um dos que tiveram maiores aumentos nos rendimentos reais médios nos últimos anos.

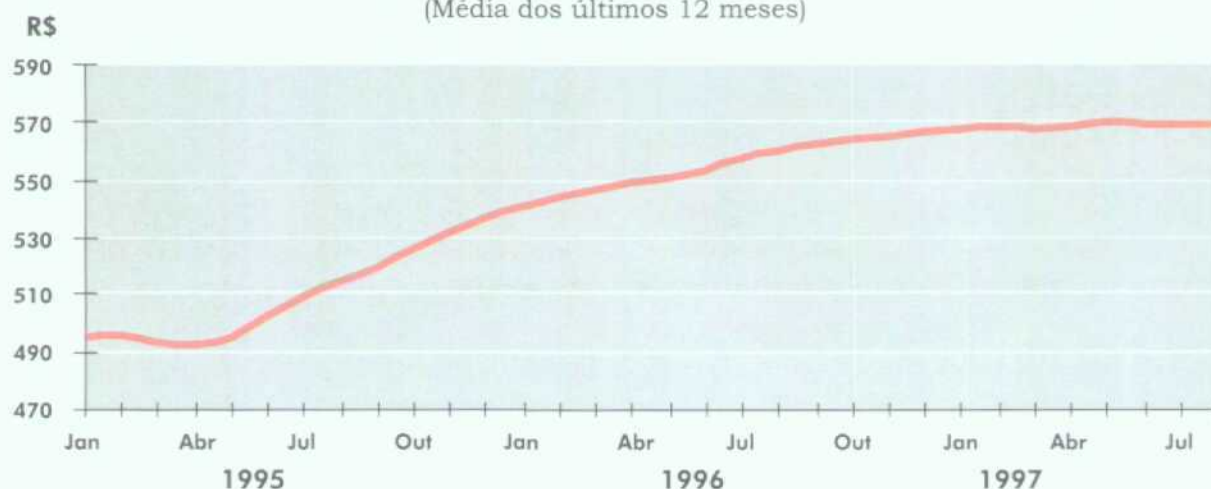
EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO

Desde a adoção do Plano Real os ganhos acumulados atingem a trinta por cento.

Os ganhos reais de rendimento têm sido, na verdade, a tônica do Plano Real em praticamente todas as frentes. Em relação ao agregado das seis regiões metropolitanas, pode-se observar a seguir que, a partir de julho de 1994, teve início um processo marcante de recuperação de salários com um ganho de cerca de dezesseis por cento no segundo semestre daquele ano. Esse processo continuou durante todo o ano de 1995, quando os rendimentos reais foram em média dez por cento superiores aos de 1994. Embora ainda crescendo, o ritmo diminuiu, com ganhos médios de seis por cento, em 1996, e de 1,6% de janeiro a outubro de 1997 em relação a igual período do ano anterior. No total, desde a adoção do Plano Real, os ganhos acumulados atingem a trinta por cento. Deve-se ressaltar, ainda, que o patamar de rendimento alcançado em consequência do plano de estabilização vem sendo aumentado ou, no mínimo, preservado ano a ano, ao longo do período, incluindo 1997.

Evolução do Rendimento Médio Mensal

(Média dos últimos 12 meses)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego — IBGE

Desagregando-se a massa de rendimentos reais por setores de atividade, destaca-se o de serviços, com crescimento acumulado de 36,3%, entre janeiro de 1995 e agosto de 1997, seguido da construção civil (33,8%), de comércio (27,6%) e da indústria de transformação (4,2%). Considerando-se a posição na ocupação, a massa de rendimentos reais cresceu em todas as categorias: empregados com carteira assinada (13,1%), trabalhadores por conta própria (51,8%), trabalhadores sem carteira assinada (38,7%) e empregadores (27%).

Além de ter havido ganhos reais para todos os setores de atividade, eles também foram observados nas seis principais regiões metropolitanas. Vale destacar aqui que, em São Paulo, onde a renda é maior, o crescimento foi menor. Em 1994, a renda média na capital paulista era mais de duas vezes e meia a de Recife e, hoje, esta relação é ligeiramente inferior a duas vezes, o que comprova uma redução das desigualdades regionais.

Como se viu, todos os grupos ocupacionais aumentaram seus rendimentos, sendo que os trabalhadores sem carteira e os autônomos lograram obter os maiores ganhos. Também no corte por instrução, observou-se elevação dos rendimentos reais para todos os grupos, mas os maiores beneficiados foram os trabalhadores com até quatro anos completos de estudo, seguidos daqueles com cinco a oito anos.

A combinação do comportamento dos rendimentos segundo setores de atividade, regiões metropolitanas e grupos educacionais — onde as categorias ou segmentos com menor renda tiveram os maiores ganhos — torna mais claro o avanço obtido na redução da pobreza e da desigualdade a partir do Plano Real. Esta é outra característica marcante da estabilização.

Cumprir, ainda, o aumento do valor real do salário mínimo. Deflacionado pelo índice de preços da cesta básica, o aumento real foi de 47% entre dezembro de 1994 e dezembro de 1997. Embora não se possa afirmar que reajustes do salário mínimo contribuam diretamente para diminuir as disparidades e melhorar os rendimentos para os mais pobres, o fato é que, como o mercado de trabalho tende a incorporar os aumentos no valor dos salários, os reflexos naqueles indicadores são significativos.

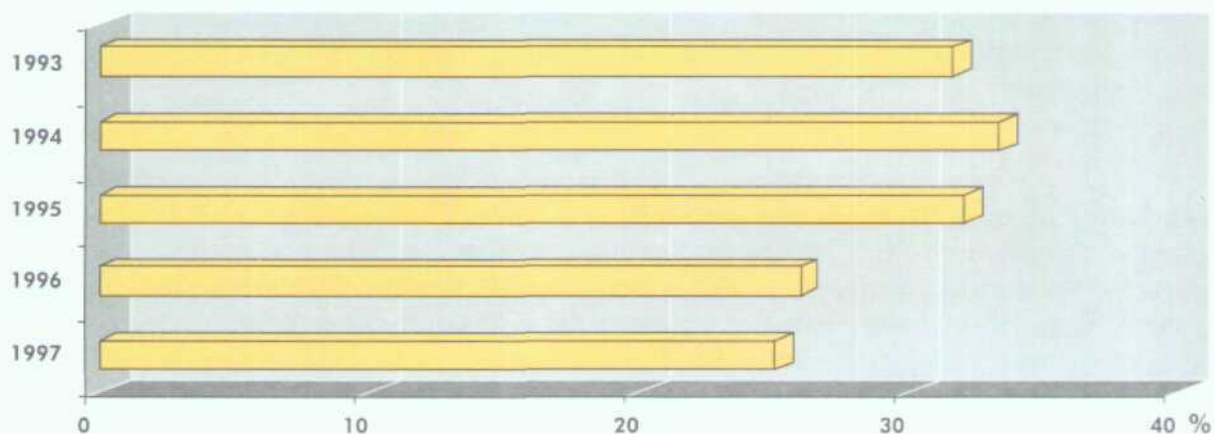
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Controlar a inflação, assegurar o crescimento econômico a taxas sustentadas, reconstruir o Estado para torná-lo mais eficiente nos gastos sociais e gerar condições para o aumento do emprego são ações providas de um sentido último: caminhar rumo à erradicação da pobreza.

Caminhar rumo à erradicação da pobreza.

Os resultados colhidos indicam que o País está no caminho certo, embora ainda longe da meta desejada. Os dados sugerem uma queda acentuada na proporção de pobres a partir de 1995, reaproximando-nos dos patamares mais baixos desde o início da década. A figura a seguir reflete esse comportamento.

Estrato da População Pobre (Em relação à população total)

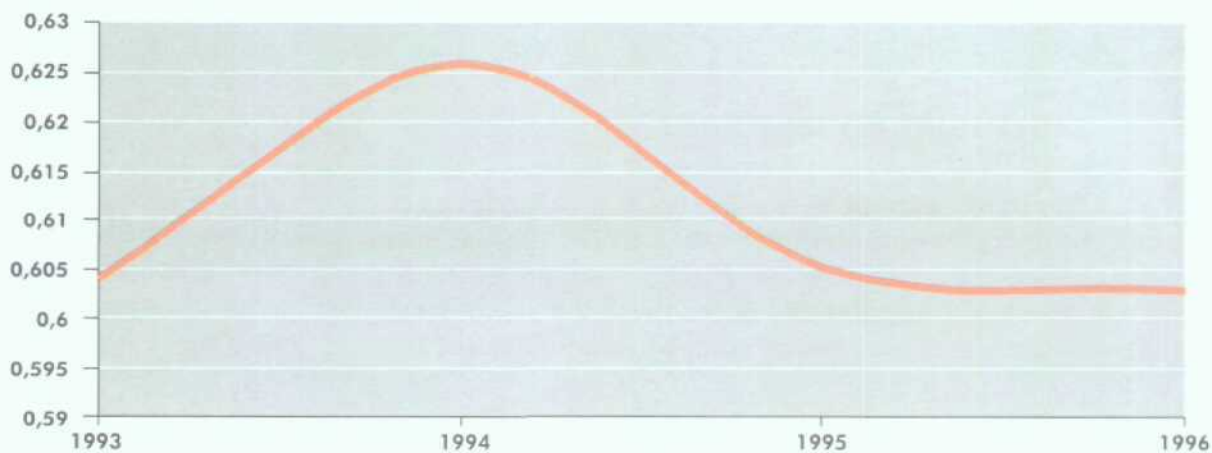


Elaboração: IPEA

Obs: Linha Baixa de Pobreza: corresponde à percepção de R\$ 45,00 mensais de renda "per capita" (a preços de maio de 1996) — dados anuais correspondem à média de junho do ano anterior até maio do ano correspondente.

Em relação à distribuição da renda, reforça-se a percepção de que o marco na retomada da desconcentração foi o ano de 1995. O processo teve continuidade em 1996, conforme mostra a figura a seguir, com os últimos dados disponíveis.

Índice de Distribuição de Renda (Gini)

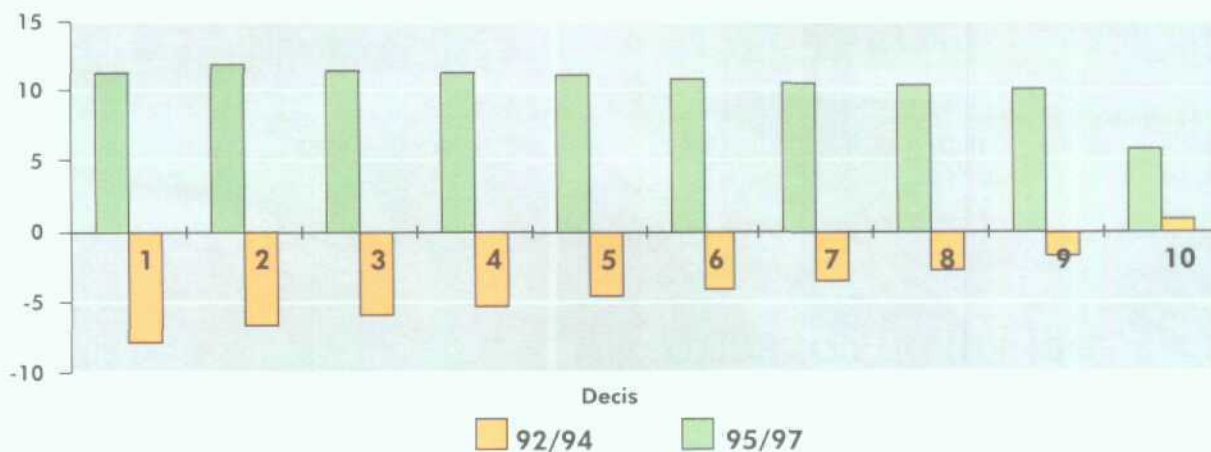


Fonte: IPEA

Obs: Índice de Gini (Zero = igualdade máxima e 1 = desigualdade máxima)

A análise da variação da renda por faixa de rendimento mostra que, de 1992 a 1994, a evolução dos indicadores sinalizava expressiva concentração, além de queda no nível de rendimento em todas as faixas com exceção da mais elevada. De 1995 a 1997 (dados disponíveis até maio), o processo foi inverso, apontando crescimento de renda em todas as faixas, aliado a uma importante desconcentração.

Varição da renda por decil (Triênios 92/94 e 95/97)



Fonte: IPEA

Obs: da renda menor — faixa 1 — para a renda maior — faixa 10

O processo de desconcentração de renda é visível também na análise do rendimento da população ocupada. Pelos dados da Pesquisa Nacional de Domicílios — PNAD, de 1996, na média de 1995/1996, a relação entre o rendimento dos dez por cento que ganham mais e o rendimento dos dez por cento que ganham menos é a menor em uma década. Comparado ao do período anterior, este dado é revelador da melhora ocorrida nos últimos anos: na média de 1992 e 1993, os mais ricos ganhavam cerca de 64 vezes mais do que os mais pobres. Esta relação diminuiu para 42 vezes, entre 1995 e 1996.

A relação entre os dez por cento que ganham mais e os dez por cento que ganham menos é a menor em uma década.

Relação entre o Rendimento Médio Real Mensal dos dez por cento que mais recebem e o dos dez por cento que menos recebem



Fonte: PNAD/1996

PERFIL DE CONSUMO E DO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

A qualidade de vida da população melhorou muito de 1995 para cá, com a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos como saneamento, educação e saúde, e uma evolução progressiva dos produtos que compõem a cesta de consumo.

Os últimos dados revelados pela PNAD/1996 sinalizam uma melhora significativa nas condições dos domicílios, como mostra a tabela a seguir.

Condições dos domicílios — % de domicílios

ANO	Esgotamento Sanitário ¹	Abastecimento de Água	Coleta de Lixo	Eletricidade
1992	56,6%	73,6%	69,3%	88,8%
1993	58,7%	75,0%	69,9%	90,0%
1995	59,9%	76,2%	72,0%	91,7%
1996	63,6%	77,6%	73,2%	92,9%

¹ Inclui rede coletora e fossa séptica.

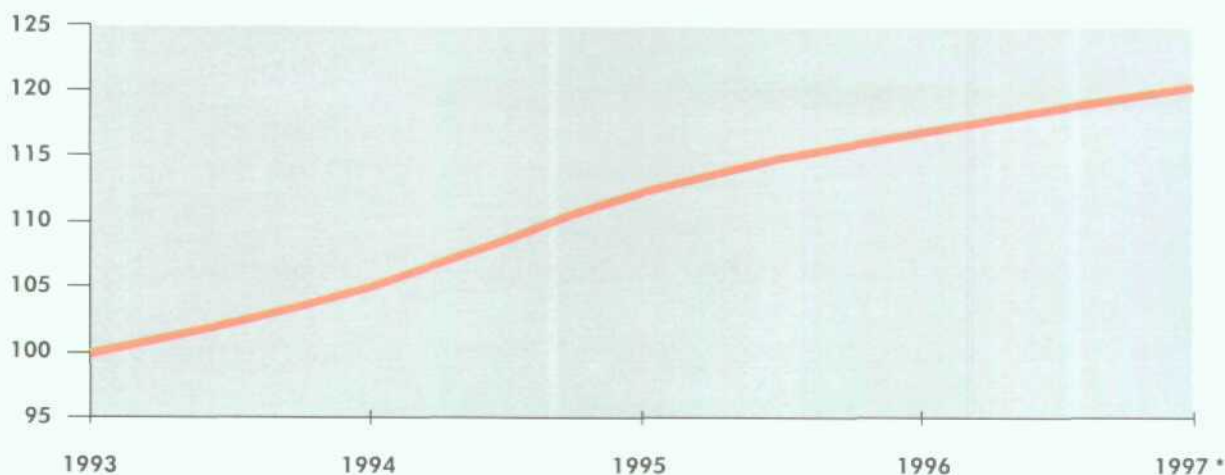
Fonte: PNAD/1996

Esse processo gradativo de acesso aos bens públicos veio acompanhado de maior e mais disseminado poder de compra da população. Os dados são expressivos, indicando uma progressiva diversificação da cesta de consumo do trabalhador desde o lançamento do Real.

Um vasto contingente de consumidores foi incorporado ao mercado de alimentos básicos, incluindo os protéicos. Ao mesmo tempo, alguns segmentos da população elevaram seu padrão de consumo, migrando para alimentos mais sofisticados. De 1994 a 1997, o consumo total de alimentos teve aumento de vinte por cento, com especial destaque para as taxas de crescimento dos dois primeiros anos. Em 1996 e 1997, o consumo de alimentos cresceu quatro por cento e três por cento, respectivamente.

Índice da Produção de Alimentos

(Base: 1993 = 100)

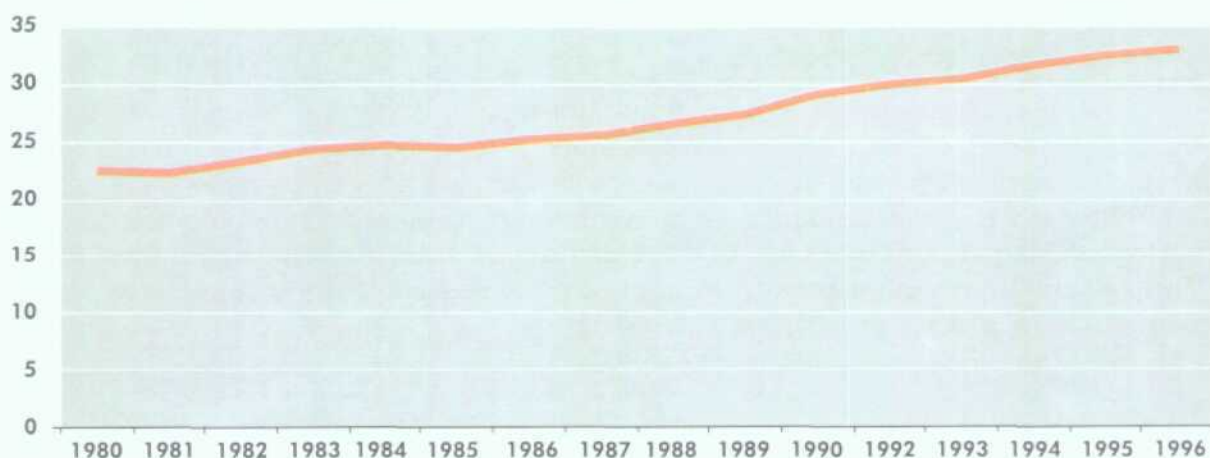


* janeiro a outubro

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Alimentação — ABIA

As sucessivas campanhas para incentivar o acesso e a permanência no ensino fundamental, na faixa etária dos sete aos catorze anos, têm resultado em efetivo aumento do contingente escolar em todas as regiões do País. O gráfico seguinte possibilita a visualização desse progresso. O censo escolar de 1997 mostra, nos seus dados preliminares, que, hoje, o universo dos alunos do ensino fundamental está próximo da casa dos 34,2 milhões de estudantes. A matrícula, de 1994 para 1997, teve um aumento de 7,6%, o que significa mais 2,4 milhões de crianças estudando.

Evolução do Número de Matrículas no Ensino Fundamental (Em milhões)



Fonte: MEC/INEP/SEEC

A cesta de consumo da população incorporou um aumento de demanda por bens duráveis e de valor mais elevado, conforme mostra a PNAD/1996.

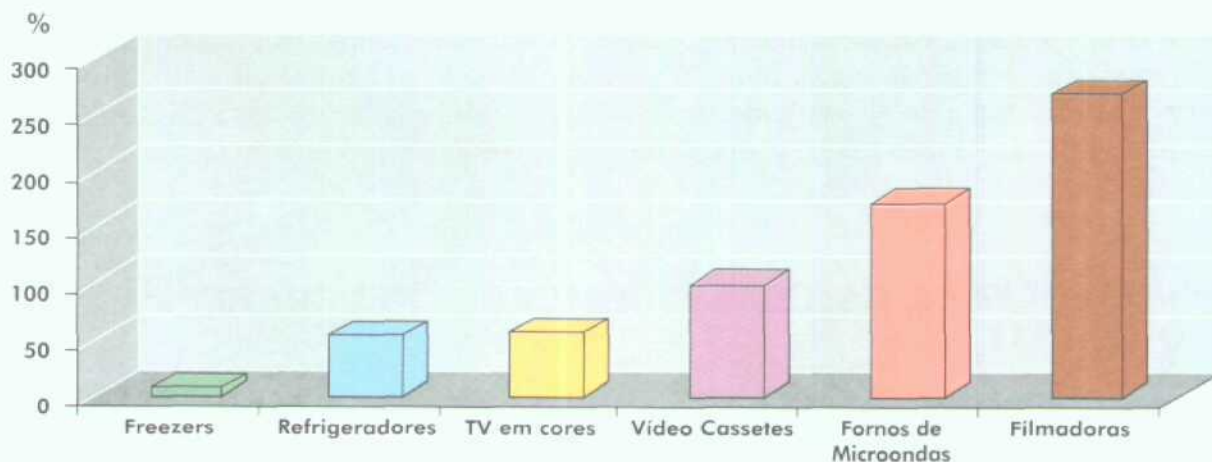
Acesso a bens de consumo duráveis — % de domicílios

ANO	Telefone	Refrigerador	Freezer	Televisão
1992	19%	72%	12%	74%
1993	20%	72%	13%	76%
1996	25%	78%	18%	84%

Fonte: PNAD/1996

No mesmo sentido, são expressivos os dados das vendas acumuladas de eletroeletrônicos, não obstante a desaceleração em 1997, resultado, em grande medida, da própria saturação da demanda.

Crescimento Acumulado da Vendas de Produtos Eletroeletrônicos (1994 - 1997)



Fonte: Eletros — Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos
1997: janeiro a novembro

A evolução do consumo de autoveículos, um bem durável de maior valor, também pode ser acompanhada na figura a seguir, onde se vê que a indústria automotiva bateu recordes históricos e sucessivos nos últimos anos. Em 1997, foram produzidos dois milhões de automóveis, o que coloca o parque produtivo brasileiro entre os maiores do mundo. Destaca-se o segmento de carros populares que, em 1995, respondia por cerca de 54% das vendas e, hoje, representa 64% dos carros nacionais vendidos no mercado interno.

Evolução das Vendas de Veículos Automotores Nacionais no Mercado Interno



Fonte: ANFAVEA

Apesar dos avanços, ainda não se conseguiu completar, a contento, essa cadeia de consumo. A tarefa estará praticamente concluída quando a casa própria for acessível, em larga escala, à população brasileira. O Governo vem mobilizando recursos e, em parceria com a iniciativa privada, buscando alternativas para melhorar as condições de aquisição da moradia. Ressaltem-se aqui as importantes iniciativas de criação do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, e as mudanças no Sistema Financeiro de Habitação - SFH, para desburocratizá-lo e simplificá-lo, ampliando seu alcance.

POLÍTICA CAMBIAL E COMÉRCIO EXTERIOR

O comportamento das contas externas, nos últimos três anos, tem sido uma das principais fontes de preocupação com relação ao equilíbrio macroeconômico, realçado pelo contraste da evolução recente frente ao período anterior. O padrão de elevados superávits comerciais e de razoável equilíbrio em transações correntes, que marcou o período de 1984 a 1994, foi revertido desde então.

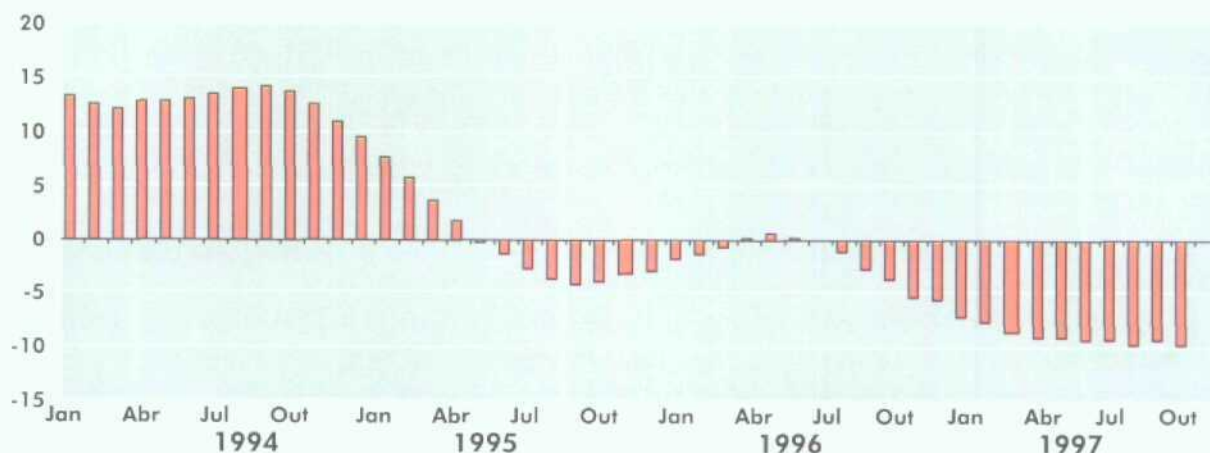
Não obstante, 1997 apresentou tendências favoráveis, com aumento das taxas de crescimento das exportações, sobretudo de manufaturados, desaceleração das taxas de crescimento das importações e estabilização do déficit em conta corrente. Quanto ao financiamento do déficit, cabe ressaltar a progressiva qualificação dos fluxos de capitais, com participação cada vez mais significativa dos investimentos estrangeiros diretos.

A balança comercial registrou, em 1997, um déficit de US\$ 8,5 bilhões - cerca de US\$ 3 bilhões a mais que em 1996. Como mostra a figura a seguir, o déficit mensal anualizado vem oscilando entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões desde maio, nível bem inferior às estimativas do início do ano, que eram de um déficit em torno de US\$ 15 bilhões. Vale dizer que, ao contrário de 1995, esta estabilidade não ocorre devido a medidas de contenção de demanda e, sim, com a economia crescendo ao redor de 3,5 % ao ano, com taxas de juros declinantes na maior parte do período e em condições normais de crédito.

A estabilização do déficit comercial vem resultando tanto da desaceleração das importações quanto do maior crescimento das exportações. Após elevarem-se a taxas de até setenta por cento ao ano, no terceiro trimestre de 1995, considerando-se valores acumulados em doze meses, as importações cresceram a um ritmo de quinze por cento ao ano no final de 1997, com clara tendência de decréscimo. Além disso, nos últimos meses de 1997, observou-se uma recuperação nas taxas de crescimento das importações de bens de capital, como reflexo do aumento dos investimentos produtivos. Isto contrasta com o período inicial do Real, quando as importações de bens de consumo duráveis apresentaram crescimento excepcionalmente elevado, ao redor de cem por cento ao ano. Vale notar que apenas 18,6% da pauta de importações referem-se a bens de consumo, enquanto bens de capital respondem por 26,4%.

Evolução do Saldo Comercial Acumulado

(Em 12 meses)



Fonte: MICT/SECEX

As exportações, que registraram taxas de crescimento muito baixas em 1996, atingiram 10,2% em 1997. Esta elevação foi impulsionada, em um primeiro momento, pelos produtos básicos, em consequência do aumento da safra agrícola, dos incentivos à exportação destes produtos, como a desoneração do ICMS, e da conjuntura de preços internacionais favoráveis, especialmente para soja e café. Em um segundo momento, as exportações de manufaturados também reagiram: em maio de 1997, o índice acumulado em doze meses era negativo em 1,65% e, em novembro, já se tornara positivo em cerca de nove por cento. Este movimento de recuperação das exportações de manufaturados está relacionado aos processos de modernização e de reestruturação do setor industrial e à maturação dos resultados dos diversos estímulos governamentais ao setor exportador.

O crescimento dos manufaturados é especialmente forte nas indústrias de material de transporte, como aviões (140% em 1997 com relação a 1996), chassis (47%), veículos de carga (sessenta por cento) e automóveis, cujas exportações cresceram 136% no ano, uma variação bem superior às importações destes produtos, que foi de 58% no mesmo período. Cerca de metade das exportações de automóveis se destina à Argentina, mas outros mercados também mostram crescimento expressivo, como Venezuela, Itália e África do Sul. De fato, os países para os quais as exportações mais crescem são da América Latina, seja no MERCOSUL, com crescimento de 23,8% em 1997, seja nos demais países, com 25,7%. Esses dados demonstram a importância do mercado regional para o Brasil e os possíveis benefícios de uma maior integração. Não obstante, o País continua tendo uma pauta bastante diversificada em termos de destino: 25,7% das vendas totais dirigem-se para a América do Sul, 27,4% para a União Européia e 17,5% para os Estados Unidos.

Mais positivo ainda é o fato de que o crescimento das exportações está quase todo baseado em aumentos do *quantum* exportado — índice relacionado à quantidade

exportada. De acordo com os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior — FUNCEX — e do IPEA, na média até novembro de 1997, o *quantum* de exportações de manufaturados cresceu 8,6% em relação ao mesmo período de 1996, e os preços ficaram estáveis. As exportações de produtos básicos tiveram aumento de 13,2% no *quantum* e oito por cento nos preços. A composição dos movimentos preço-quantidade em todos os segmentos resultou em crescimento de 8,2% e 1,85%, respectivamente, no *quantum* e no preço das exportações totais, no período de janeiro a novembro.

Este comportamento deve ser visto como importante contraposição ao fraco desempenho dos anos anteriores. As exportações tiveram um período de relativa estagnação entre 1995 e 1996, com desempenho marcadamente insatisfatório dos produtos manufaturados. O crescimento acumulado nos dois anos, em termos de valor, foi de 9,6% para o total das exportações e de 5,7% para os manufaturados. Considerando-se o *quantum* exportado houve quedas de dois por cento e quatro por cento, respectivamente. A variação positiva em valor deveu-se a ganhos substanciais de preço das exportações. O desempenho naqueles anos resultou, entre outros fatores, do aquecimento da demanda interna — e conseqüente redução dos excedentes exportáveis — e do processo de reestruturação da produção doméstica verificados depois do Real.

A tendência recente de estabilização nos déficits comerciais vem contribuindo para um comportamento similar no déficit em conta corrente, que alcançou US\$ 33,8 bilhões, ou 4,2% do PIB, no ano de 1997, percentual que se mostra relativamente constante desde julho.

Com o Plano Real aumentou a confiança dos investidores internacionais.

No entanto, é importante observar que persiste elevado o patamar do déficit em conta corrente, quando comparado ao passado. A transformação das contas externas, com a elevação daquele déficit, teve como contrapartida o retorno do Brasil ao mercado internacional de capitais no início dos anos 90. Este retorno se deu por uma conjugação de fatores: o nível favorável de liquidez e as baixas taxas de juros na economia internacional; a bem-sucedida renegociação da dívida externa brasileira no âmbito do Plano Brady, que alongou prazos e reduziu as transferências líquidas para o exterior; e o início de reformas estruturais para ajustar a economia brasileira aos padrões de livre-mercado, com a liberalização do comércio e dos movimentos de capitais. Com o Plano Real, as mudanças foram aprofundadas, o que aumentou a confiança dos investidores internacionais. A maior confiança no Brasil refletiu-se na queda contínua do custo médio das captações externas brasileiras, que passou de 11,82% no primeiro trimestre de 1995 para 9,9% no quarto trimestre de 1997, e no aumento do prazo médio dessas captações, de 5,1 para 7,4 anos no mesmo período.

A maior atratividade do Brasil aos fluxos de capitais internacionais pode ser medida pelo volume das entradas líquidas de recursos, que passou de US\$ 14,3 bilhões em 1994 para US\$ 32,4 bilhões em 1996. Em 1997, as entradas brutas de capital, sem considerar amortizações e outras saídas, alcançaram US\$ 128,98 bilhões,

cerca de 63% acima do registrado em 1996. As recentes turbulências nos mercados asiáticos afetaram as captações nos dois últimos meses do ano, mas, ainda assim, o País deverá obter um saldo líquido de capitais superior a US\$ 25 bilhões, em 1997.

Vale registrar que, ao longo destes três anos, houve um crescimento quantitativo dos fluxos de capital e uma substancial melhora qualitativa, o que pode ser comprovado não apenas pelo aumento dos prazos médios de captação, mas também pelo grande crescimento dos investimentos estrangeiros diretos. Em 1995, cerca de 64% dos fluxos líquidos de capital referiram-se a capitais de curto prazo e apenas 13,4% a investimentos diretos.⁷ Até o terceiro trimestre de 1997, o volume de investimentos diretos respondeu por 51,6% do déficit em conta corrente.

Os investimentos diretos têm aumentado sua importância também em relação ao tamanho da economia brasileira, tanto que os fluxos passaram de 0,36% do PIB, no final de 1994, para 2,21%, nos doze meses terminados em novembro de 1997.

A recente crise que atingiu os países asiáticos provocou uma mudança importante na percepção dos investidores estrangeiros quanto às reais perspectivas dos países emergentes e, em última instância, quanto à sua solvência. Neste sentido, é natural uma dificuldade de captação de recursos externos que tende, no entanto, a se reduzir à medida que fiquem definidos os limites de um possível contágio, já que o Brasil demonstrou clara determinação de enfrentar os problemas e dar-lhes soluções sólidas e definitivas. Além do mais, o elevado volume de recursos direcionados para a privatização, o financiamento do comércio e a possibilidade de maiores captações pelo próprio setor público são uma importante fonte de obtenção de capitais externos. Aliadas a isso, as medidas fiscais e monetárias adotadas e a provável queda dos déficits comercial e em conta corrente devem garantir com folga o financiamento dos déficits externos em 1998, a menos que se verifique uma redução mais forte da liquidez internacional.

POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária tem-se pautado pela absoluta vigilância sobre o processo de estabilização da economia brasileira.

Em 1997, a execução da política monetária e creditícia passou por três momentos distintos. Até maio, foi dada continuidade à política de flexibilização das restrições monetárias, mantendo-se a tendência de queda paulatina da taxa básica de juros — TBC — da economia. A partir de maio, frente à perspectiva de um aumento das taxas de juros americanas e à percepção de uma economia interna relativamente aquecida, optou-se por manter o nível da TBC em 1,58% ao mês até outubro, quando

⁷ A conta capitais a curto prazo inclui o que poderia ser chamado de capitais especulativos de curto prazo e o financiamento de importações com prazo inferior a um ano

ecloidiu a crise financeira internacional, refletida internamente pela queda das bolsas e pela saída líquida de capitais. Em decorrência, foi necessária a elevação das taxas de juros, em caráter emergencial, a qual começou a ser revertida já no mês de dezembro, após a adoção do conjunto de medidas fiscais e de competitividade e o avanço das reformas estruturais, junto com indícios consistentes de melhora nos fluxos cambiais.

Até outubro, também vinha se configurando um bem-sucedido processo de alongamento dos prazos da dívida pública, em parte devido à tendência, então claramente percebida, de redução dos juros nominais. O prazo médio das emissões do Tesouro Nacional passou de aproximadamente 120 dias, no início do Plano Real, para 218 dias, em novembro de 1997. Além disso, observa-se que, por conta da cobrança da CPMF a partir de janeiro de 1997, a remonetização da economia, que vinha se dando de forma bastante gradual até o início do ano, passa a ocorrer mais rapidamente, refletindo a maior demanda por depósitos à vista em oposição às aplicações de curtíssimo prazo que ainda se mantinham, em grande parte por interesse dos bancos, como forma de fugir aos compulsórios, mesmo num ambiente de inflação baixa. Este aumento na demanda por moeda permitiu um crescimento de 65% nos meios de pagamento nos doze meses terminados em novembro de 1997, sem que essa variação representasse fator de pressão inflacionária.

A figura a seguir mostra a importante queda de patamar dos juros nos últimos anos. Apesar da majoração recente, em vista da pronta resposta que o Brasil deu ao acirramento da crise internacional, é provável que as taxas de juros voltem em breve aos níveis anteriores à crise.

Evolução das Taxas Efetivas de Juros
(Selic)



Fonte: BACEN

O processo de fortalecimento do sistema financeiro será mantido em 1998.

O processo de fortalecimento do sistema financeiro, visando a sua adaptação a um cenário de estabilidade macroeconômica, teve prosseguimento em 1997 e será mantido em 1998. Iniciado em 1995, com a implementação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional — PROER, direcionou-se às instituições privadas e vem sendo acompanhado por operações de fusões e de incorporações efetuadas exclusivamente pelo mercado.

Com o objetivo de consolidar os estímulos à gestão cautelosa e segura das instituições, foram intensificados e aprimorados os mecanismos de fiscalização e supervisão bancária. Entre tais mecanismos destacam-se: i) a implementação de Central de Risco de Crédito, com o fornecimento ao Banco Central de informações mensais sobre créditos concedidos, cujo resultado final será a melhoria da gestão do risco de crédito por meio de disponibilização de informações às instituições financeiras; ii) a ampliação dos requisitos mínimos de capitalização (patrimônio líquido como parcela do ativo ponderado pelo risco), de acordo com as normas estabelecidas pelo Acordo de Basileia; e iii) a conclusão de acordo de cooperação com o Banco Mundial relativo à supervisão bancária, que terá efeito sobre o sistema já em 1998.

Merece destaque o saneamento crescente das instituições financeiras públicas, intensificado a partir da criação, em fevereiro de 1997, do PROES, tendo já ocorrido as primeiras privatizações de bancos estaduais (BANERJ e CREDIREAL). Está prevista para o primeiro semestre de 1998 a privatização de dois importantes bancos estaduais (BEMGE e BANESPA). No âmbito do PROES, foi decidida, em novembro de 1997, a suspensão do refinanciamento, pelo Governo Federal, das dívidas dos Estados junto aos seus bancos, caso o Governo Estadual opte pela manutenção do controle da instituição. Esta última ação tem por objetivo, sobretudo, estimular a opção pela privatização dos bancos estaduais.

A primeira privatização de instituição federal foi realizada em dezembro de 1997, quando o Banco Meridional passou às mãos da iniciativa privada, com ágio de 54,9%.

A ampliação da participação do capital externo no sistema financeiro brasileiro teve especial relevância, em 1997, e deverá resultar na ampliação da concorrência e na incorporação de novos procedimentos e técnicas bancárias. Nesse sentido, foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, de janeiro a novembro de 1997, 23 solicitações para constituição, aumento na participação do capital e aquisição de instituição financeira.

POLÍTICA FISCAL

A gestão de curto prazo da política fiscal foi pautada por austeridade e alerta na condução das contas públicas. A esta somou-se, ao longo dos últimos três anos,

com resultados especialmente maturados em 1997, uma ostensiva frente para a reconstrução do regime fiscal, que incluiu o refinanciamento das dívidas dos Estados estritamente vinculado ao alcance de metas fiscais pelos Governos Estaduais. Neste sentido, também avançou-se expressivamente no processo de privatização. As receitas estaduais de privatização passaram de US\$ 1,8 bilhão, em 1996, para US\$ 14,8 bilhões, em 1997. Já as receitas federais cresceram de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 12,4 bilhões, respectivamente e no mesmo período, incluindo as concessões da banda B de telefonia celular.

Com relação ao resultado das contas do setor público consolidado, espera-se para 1997 um dos melhores resultados nominais já registrados. De janeiro a outubro, o déficit no conceito nominal atingiu 4,9% do PIB, contra 6,05% em 1996. Já o esforço primário transformou um déficit de 0,07% do PIB no período de janeiro a outubro de 1996 em um superávit de 0,16% no mesmo período de 1997. A melhora das contas públicas, associada à economia com o pagamento de juros resultante do abatimento de dívidas com as receitas de privatização, refletiu-se na evolução da Dívida Fiscal Líquida, estabilizada em torno de 34% do PIB.

Necessidades de Financiamento do Setor Público Consolidado —

(% PIB acumulado no período janeiro a outubro)

	1996 (%)	1997 (%)
Nominal	6,05	4,90
Primário	0,07	-0,16
Juros Reais	3,96	3,31
Operacional	4,03	3,15

Déficit = positivo

Superávit = negativo

Fonte: Bacen

Cabe ressaltar, no que tange ao setor público federal, que a evolução do seu desempenho fiscal foi prejudicada, em especial, pela surpreendente deterioração das contas previdenciárias, que apresentaram um déficit de R\$ 3,095 bilhões, em 1997, contra um déficit de R\$ 1,15 bilhão, em 1996. Não obstante, a arrecadação dos impostos e das contribuições administrados pela Receita Federal e das demais receitas — taxas e contribuições controladas por outros órgãos, exceto as contribuições previdenciárias, — atingiu um patamar de R\$ 112,7 bilhões — representando crescimento de 18,5% quando comparado aos R\$ 95,1 bilhões arrecadados em 1996.

O recente conjunto de medidas fiscais, adotado diante da necessidade de se acelerar o ajuste frente às condições menos favoráveis de financiamento internacional totalizarão, em 1998, um esforço fiscal de R\$ 20 bilhões, que irá refletir-se nas contas

públicas consolidadas, uma vez que haverá impacto sobre receitas de Estados e receitas e despesas das Estatais.

Com o recente aprofundamento do ajuste fiscal, serão criadas as condições para a queda mais rápida nas taxas de juros. Uma excessiva dependência da política monetária, sem contrapartida da reconstrução do regime fiscal, é inconsistente com o processo de estabilização no longo prazo. Mesmo que a capacidade de pronta reação do governo seja uma constante, são claros os limites dessas respostas mediante a elevação das taxas de juros, dado o constrangimento ao crescimento que se verifica, quando da utilização excessiva e restritiva de instrumentos de política monetária. Daí a importância das reformas estruturais em tramitação no Congresso Nacional. O esforço de reconstrução do regime fiscal, aliado ao arrefecimento progressivo da crise asiática, criará as condições para a retomada do nível de atividades com consequente impacto positivo sobre as contas públicas.

Com o ajuste fiscal haverá queda mais rápida nas taxas de juros.

III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL

A política educacional mantém o foco prioritário no fortalecimento do ensino fundamental e na melhoria da qualidade na educação, a partir de um conjunto de ações estratégicas, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, o Programa Escola Pública – Gestão Eficiente e a TV Escola.

O FUNDEF é composto, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, por quinze por cento do ICMS, do IPI proporcional às exportações e dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios - FPE e FPM. Os recursos correspondentes serão distribuídos entre os governos estadual e municipais de cada unidade da Federação, na proporção do número de alunos matriculados no ensino fundamental, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior. Destinam-se, exclusivamente, ao financiamento de ações daquele nível de ensino, sendo sessenta por cento para pagamento de profissionais do magistério em efetivo exercício. Em 1998, todos os Estados adotarão os novos critérios do Fundo.

No Estado em que os recursos do FUNDEF foram insuficientes para um gasto mínimo de R\$ 300,00 ao ano por aluno, em 1997, a União fez a complementação.

Em 1998, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental estará implantado em todo o País.

Entre os Estados que anteciparam a implantação do FUNDEF - Goiás, Espírito Santo e Pará - apenas neste último houve necessidade de complementação, no montante de R\$ 59,6 milhões. Para 1998, o OGU prevê recursos de R\$ 269,1 milhões e um valor mínimo por aluno de R\$ 315,00.

O Programa Escola Pública – Gestão Eficiente objetiva a melhoria da gestão do estabelecimento de ensino, diminuindo a burocracia e o desperdício do dinheiro público, mediante a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental, com base no número de alunos atendidos. Os recursos repassados são administrados de forma participativa, por meio das

unidades executoras, representadas pelas Associações de Pais e Mestres, Conselhos Escolares ou Caixas Escolares. Caso a escola não tenha esse tipo de representação, os recursos são transferidos à Prefeitura Municipal ou à Secretaria Estadual de Educação, que os movimentam em conta específica e conjunta.

Quase metade das escolas do País já recebe seus recursos diretamente.

Medidas operacionais adotadas em 1997 elevaram a participação das escolas enquadradas nesse programa de dezesseis por cento para 45%, todas com unidade executora própria. Isso significa que maior volume de recursos está chegando às escolas de forma direta, sem intermediação do órgão estadual ou municipal de educação. Em 1998, o programa terá R\$ 172,9 milhões.

Criada para formação, aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, a TV Escola tem como objetivo disseminar, de forma mais rápida, ampla e democrática, uma programação que desenvolva e estimule o intercâmbio de informações, por meio de canal de televisão exclusivo, com transmissão via satélite, e dedicado integralmente à educação. Distribuído pelo Ministério da Educação, o “kit” TV Escola – antena parabólica, televisor e aparelho de videocassete – permite a recepção dos programas e estará instalado em 52 mil escolas, até o final de 1998.

43.661 escolas estão integradas à rede da TV Escola.

O programa tem colocado metodologia, tecnologia e material de apoio em sala de aula à disposição dos professores das 43.661 escolas que já receberam o equipamento, além de oferecer atualização e informações de caráter geral, vinculadas ou não ao currículo, para estimular a ampliação de horizontes de professores e alunos.

Em 1998, com a execução do Programa Nacional de Informática na Educação, cresce o potencial de interatividade da TV Escola, o que pode significar a inserção definitiva das novas linguagens e tecnologias no cotidiano da escola pública brasileira, dinamizando o ensino e contribuindo com a melhoria da qualidade da educação. Estimam-se investimentos da ordem de R\$10 milhões em produção e veiculação de programas de TV.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, que favorece a permanência da criança na escola, é executado de forma descentralizada, em parceria com Estados e Municípios, mediante celebração de convênios, e atende, anualmente, cerca de 31,3 milhões de alunos. Já o Programa Transporte Escolar financia para Municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária a aquisição de ônibus, microônibus, peruas e embarcações destinados ao transporte de estudantes, de modo a garantir o acesso e a permanência na escola de alunos do ensino fundamental residentes na zona rural.

A partir de 1997, foi aberta a possibilidade de atendimento a outros Municípios que, comprovadamente, tenham realizado nucleação de escolas rurais. Até o final

de 1998, terão sido atendidos os 1.356 Municípios do Comunidade Solidária, além de outros 540, com recursos do OGU no valor de R\$ 26,2 milhões.

Processo de Avaliação

O Programa Nacional do Livro Didático forneceu livros a todos os alunos do ensino fundamental das escolas públicas. Em 1996 e 1997, foram avaliados e distribuídos livros de Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, História e Geografia, para os estudantes de 1ª a 4ª séries.

O mesmo processo foi realizado, pela primeira vez, em 1997, para os livros de 5ª a 8ª séries, abrangendo 438 títulos. O trabalho será concluído no início de 1998, com a publicação do Guia do Livro Didático de 5ª a 8ª séries, para distribuição aos professores da rede pública, visando a orientar a seleção para o ano letivo de 1999. Para isso, o OGU de 1998 destina R\$ 255,5 milhões, beneficiando cerca de 31,3 milhões de alunos.

Pela primeira vez, o MEC está avaliando e distribuindo livros didáticos de 5ª a 8ª séries.

A preocupação com a avaliação dos processos educacionais em busca de melhores resultados levou ao aperfeiçoamento do Sistema Estatístico da Educação e dos processos de avaliação dos diversos níveis de ensino. Em 1996, começou a ser implantado o Sistema Integrado de Informações Educacionais – SIEd, que reúne as estatísticas básicas de todos os níveis e modalidades de ensino e os resultados dos sistemas de avaliação. Completamente informatizado, o SIEd conferiu maior agilidade e confiabilidade ao Censo Escolar. Realizado anualmente em todo o País, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, o censo abrange 250 mil escolas públicas e privadas e 44,5 milhões de alunos.

O Censo Escolar de 1997 foi concluído em tempo recorde, permitindo a divulgação dos seus resultados antes do final do ano.

Atualmente, o MEC dispõe de cadastro único atualizado dos estabelecimentos de ensino do País, nos diversos níveis e modalidades, o que é uma informação de grande utilidade para o planejamento das ações educacionais.

O Censo Escolar foi concluído em tempo recorde. A Avaliação da Educação Básica já envolveu 220 mil alunos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que tem por objetivo monitorar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino básico, realizou, em parceria com os 27 Estados, o quarto levantamento de dados. A amostra do SAEB-97 foi ampliada significativamente, passando de 90,5 mil em 1995 para 220 mil alunos de escolas públicas e privadas. Em relação ao levantamento anterior, foram incluídas novas disciplinas: Ciências para 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, e Física, Química e Biologia para a 3ª série do ensino médio.

O desenvolvimento do sistema, as demandas crescentes de cooperação técnica pelos Estados e Municípios e a complexidade cada vez maior da avaliação em âmbito mundial, levaram à criação de um Banco Nacional de Itens, estruturado com base nas matrizes curriculares de referência para o SAEB, e montado a partir de ampla consulta e de discussão nacional sobre sua pertinência e adequação. Em 1998, serão elaborados e pré-testados 10.550 itens para compor o Banco.

Mais de cinquenta por cento dos alunos da 3ª série do ensino médio participaram do exame de avaliação.

Em parceria com nove Estados, o Governo Federal promoveu avaliação dos estudantes do terceiro ano do ensino médio, com o objetivo de apreciar as escolas dos sistemas estaduais. Participaram mais de 660 mil alunos, o que corresponde a mais de cinquenta por cento das matrículas daquela série no País. Está prevista para 1998 ampla divulgação dos resultados

desse exame junto às escolas, além da realização de estudos para preparação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Os processos de avaliação mostram um sistema educacional com altos índices de reprovação e de evasão escolar, evidenciando ineficiência no ensino por razões materiais, estruturais, administrativas e pedagógicas e indicando a necessidade de adoção de medidas radicais, a começar pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN.

Os PCN foram elaborados a partir de referenciais pedagógico-curriculares para educação infantil, indígena, de jovens e adultos e para formação de professores de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN foram publicados e vão beneficiar dezesseis milhões de estudantes.

Em 1997, foram publicados os PCN de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental para distribuição aos 682 mil professores desse ciclo de ensino, beneficiando dezesseis milhões de crianças matriculadas. Os de 5ª a 8ª séries serão publicados e distribuídos a cerca de quinhentos mil professores, beneficiando 11,38 milhões de alunos.

Os PCN servirão para orientar a elaboração e a revisão curricular nos Estados e Municípios, apresentando-se como proposta inovadora e abrangente para superar as deficiências da Educação Básica e oferecendo oportunidade de enfrentamento imediato das conseqüências indesejáveis da repetência, da evasão e da baixa qualidade de ensino.

ENSINO MÉDIO

O ensino médio tem apresentado notável crescimento no número de matrículas.

O ensino médio tem apresentado notável crescimento no número de matrículas. No entanto, ainda existem muitos alunos que concluem o ensino básico e não podem continuar os estudos por falta de vagas ou de escolas, tanto de educação geral quanto profissional.

Evolução do Número de Matrículas no Ensino Fundamental (Em milhões)



Fonte: MEC

O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP é uma iniciativa do MEC em parceria com o Ministério do Trabalho. Seu objetivo é desenvolver ações integradoras da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, com vistas à implantação de um novo modelo de educação profissional. Prevê a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às exigências da empregabilidade.

O PROEP financia os estudos para a elaboração de planos estaduais de reforma e expansão do ensino médio e da educação profissional. Além disso, destina recursos para projetos escolares, investimentos na área de educação profissional, inclusive construção, reforma e ampliação de instituições de ensino, aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão, material de ensino-aprendizagem, capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo.

As principais metas para 1998 são a implantação de cerca de quarenta Centros de Educação Profissional com 48 mil vagas em cursos técnicos, e a formação de 25 mil técnicos, além da qualificação de 120 mil profissionais em cursos básicos.

Programa de Apoio

O Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO destina-se a promover o desenvolvimento da informática, como instrumento de apoio ao processo ensino-aprendizagem e à modernização da gestão escolar, e começou a ser implantado em 1997. A primeira etapa, que termina em 1998, prevê a instalação de duzentos núcleos e a capacitação de mil multiplicadores, de 25 mil professores e de 6,4 mil técnicos.

Seis mil escolas vão receber mil computadores, no biênio 1997-1998.

Cerca de 6 mil escolas, com aproximadamente 7,5 milhões de alunos, receberão cem mil computadores. Os primeiros cem Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE serão instalados até fevereiro de 1998.

O Projeto de Educação Básica para o Nordeste - Projeto Nordeste, passou a merecer atenção prioritária. Em 1997, atingiu a meta de cerca de 61 mil professores treinados. Em três anos, aproximadamente, duzentos mil professores foram capacitados. Ainda no âmbito do projeto, foram reformadas cerca de seis mil salas de aula, em 1997, perfazendo um total de dezessete mil, desde o início do programa.

O Projeto Nordeste já reformou seis mil salas de aula.

Do ponto de vista financeiro, a liberação de recursos aos nove Estados do Nordeste foi praticamente duplicada em relação ao ano anterior, com repasse de US\$ 100 milhões. Foram conveniados US\$ 159 milhões que, somados aos recursos executados até 1996, totalizam US\$ 640 milhões, restando US\$ 97 milhões para execução em 1998, último ano do projeto.

A execução do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação, com treinamento de 85% dos 1.786 dirigentes municipais do Nordeste, é aspecto relevante para o planejamento e a gestão educacionais e exemplo de iniciativa promovida pelo Projeto Nordeste, cujos resultados extrapolam os horizontes do atual exercício.

O Programa de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA, a ser executado durante os próximos seis anos a um custo de US\$ 1,3 bilhão, será o maior projeto educacional financiado pelo Banco Mundial e figura como prioritário na política formulada por aquela instituição. Planejado para as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o programa caracteriza-se como ação supletiva junto a Estados e Municípios das regiões menos desenvolvidas do País e que apresentam as menores taxas de escolarização, conclusão e aproveitamento no ensino fundamental.

O FUNDESCOLA está estruturado de forma a reforçar a escola como foco de atuação integrada das secretarias estaduais e municipais, viabilizando-a por meio da provisão de recursos financeiros, instrumentos de gestão, desenvolvimento de seus recursos humanos e insumos educacionais mínimos e promovendo a participação da comunidade na sua condução.

A primeira etapa do FUNDESCOLA, com início em 1998 e duração prevista de um ano, atenderá as áreas metropolitanas das capitais daquelas três regiões e terá recursos de US\$125 milhões. Em 1998, está prevista a aplicação de R\$ 59,1 milhões.

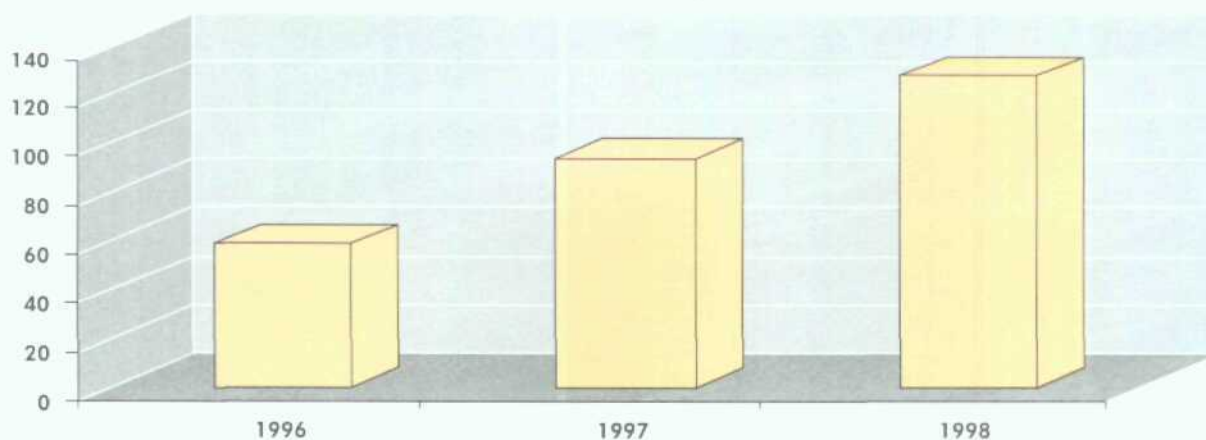
ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, o Exame Nacional de Cursos integra sistema permanente e contínuo que complementa o processo de avaliação. Seus resultados servem de sub-

sídio para ações de professores, técnicos, dirigentes e autoridades na melhoria da qualidade dos cursos de graduação.

Em 1996, foram avaliadas as áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil, com a participação de mais de 59 mil alunos de cerca de 620 cursos. Em 1997, além dos cursos já avaliados, foram incluídos os de Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia, envolvendo 94 mil estudantes de mais de oitocentos cursos de graduação. A próxima etapa prevê a avaliação dos cursos de Engenharia Elétrica, Jornalismo, Matemática e Letras, em 1998. Estima-se que 128 mil formandos de 1.240 cursos participarão do exame.

**Evolução da Participação de Graduandos
no Exame Nacional de cursos**
(Em milhares)



Fonte: MEC

O recredenciamento das instituições de nível superior do Sistema Federal de Ensino constitui um dos procedimentos centrais da política de expansão e melhoria. O objetivo estratégico dessa política é a diversificação qualificada, tanto acadêmica quanto jurídica e organizacional, do sistema de ensino superior, para atender às necessidades e demandas crescentes de educação pós-secundária no País. Para isso, as instituições de ensino superior, com bom desempenho continuado nos processos e indicadores regulares de avaliação, passaram a ter a possibilidade de expandir seus cursos em termos de área de atuação e de criação de vagas, sem prévia autorização do MEC.

A política nacional para o ensino superior visa à melhoria do desempenho e da qualidade das instituições federais de ensino superior e de seus hospitais universitários, mediante ampliação do acesso às universidades federais, redução do tempo gasto para obtenção da graduação e aumento do número de graduados. Essa política inclui o apoio a um amplo e consistente processo de renovação das práticas e metodologias de ensino de graduação, compatíveis com os desafios impostos pelo desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de projetos de reequipamento e modernização

da infra-estrutura de ensino e de extensão. O MEC conta com um financiamento de US\$ 300 milhões, concedido pelo BNDES e por bancos estrangeiros.

O Ministério da Educação tem apoiado, ainda, o Projeto Universidade Solidária, em parceria com o Exército. Em 1997, 28 organizações militares, abrangendo cem Municípios do Nordeste, da Amazônia e do Vale do Jequitinhonha, auxiliaram os universitários em transporte terrestre, alojamento, alimentação e atendimento a emergências.

SAÚDE

A ação do Governo na área de saúde tem um objetivo prioritário, a racionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e a promoção de maior equidade no atendimento. A implantação do Piso Assistencial Básico – PAB, a partir de 1998, é uma resposta a um quadro de desigualdades, em que setenta por cento dos Municípios brasileiros, onde vivem 118 milhões de pessoas, três quartos da população, recebem menos de R\$ 10,00 por ano para prover sua assistência básica.

PISO ASSISTENCIAL BÁSICO

Com a implantação do Piso Assistencial Básico — PAB, no valor de R\$10,00 por habitante ao ano, os Municípios passam a receber incentivo financeiro para a oferta dos serviços de saúde.

Até o final de 1998, 3.300 Municípios serão enquadrados no PAB e assumirão os atendimentos médico-ambulatoriais, odontológicos e domiciliares, bem como as ações de vigilância sanitária, de imunização, de controle de endemias e de promoção da saúde. O passo seguinte será a ampliação do PAB a todos os 3.860 Municípios, onde o gasto com saúde é inferior a R\$ 10,00.

O Piso Assistencial Básico - PAB beneficiará 75% da população, em 3.860 Municípios.

Nos últimos anos, os gestores dos SUS e a sociedade têm debatido amplamente sobre o processo de descentralização, resultando em continuado avanço do modelo. A tomada de decisões, a reavaliação do desempenho e os processos que envolvem a ingerência governamental são alvo de compromisso e pacto entre os agentes engajados. A proposta é capacitar o Sistema para que responda às necessidades da população, conferindo maior poder e responsabilidade ao Município.

Ao implantar a Norma Operacional Básica – NOB-96, o Ministério da Saúde pretende fortalecer a gestão municipal do SUS, elevar os níveis de saúde e bem-estar da população e estimular a participação da comunidade na definição e no acompanhamento da implantação das políticas do setor. Até o final de 1998, serão transferidos recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de setecentos Municípios elevados à condição de Gestão Plena do Sistema Municipal, os quais passarão a gerir seu sistema. Isso beneficiará aproximadamente 65 milhões de pessoas e suplantará a meta de 497 Municípios descentralizados até o final de 1999, prevista no Plano Plurianual - PPA 1996/1999. Hoje, os Municípios habilitados na Gestão Semiplena já absorvem 24,2% dos recursos financeiros para assistência à saúde.

No mesmo sentido de racionalização, o Governo tem estimulado a formação de consórcios intermunicipais que ampliam a oferta de serviços à população, eliminam a duplicidade de esforços e promovem eficiência no setor. Hoje, 109 consórcios atendem cerca de 22,6 milhões de pessoas.

O orçamento do Ministério da Saúde aumentou de R\$ 14,4 bilhões, em 1996, para R\$ 19,1 bilhões em 1998.

É importante notar que o orçamento do Ministério da Saúde aumentou de R\$ 14,4 bilhões, em 1996, para R\$ 18,9 bilhões, em 1997, e para R\$ 19,1 bilhões, em 1998. Essa última diferença será aplicada no incremento da assistência médica, que passará a contar com R\$ 8,85 bilhões - aumento de três por cento em relação aos R\$ 8,62 bilhões de 1997.

A perspectiva de um aporte maior de recursos ao setor não se limita ao que estabelece o OGU. A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que regulamenta os planos de saúde, prevendo reembolso ao SUS equivalente aos serviços prestados a seus clientes. Esse segmento movimentará R\$16 bilhões por ano e atende quarenta milhões de pessoas.

A arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira — CPMF representa considerável reforço à saúde. Em 1997, atingiu R\$ 6,54 bilhões.

Pagamento	Valor (R\$ mil hões)
Dívida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	909,1
Assistência Ambulatorial e Hospitalar	5.476,0
Outros	159,6
Total	6.544,7

Mortalidade e Desnutrição Infantil

A ação integrada das diversas áreas governamentais tem sido fator determinante na redução da mortalidade infantil. O Governo mantém o firme propósito de reduzir ainda mais os seus índices — indicadores síntese da qualidade de vida de um País. Na saúde, este propósito se evidencia nas ações dirigidas à população materno-infantil e, em especial, no Programa Redução da Mortalidade na Infância — PRMI. O sucesso dessa iniciativa resulta da atuação integrada do Programa de Agentes Comunitários de Saúde — PACS, do Programa Nacional de Imunizações e dos programas de Combate às Carências Nutricionais, Saneamento Básico, Assistência Integral à Saúde da Criança e da Mulher.

Em 1990, morriam 48,4 crianças com menos de um ano para cada mil nascidas vivas.

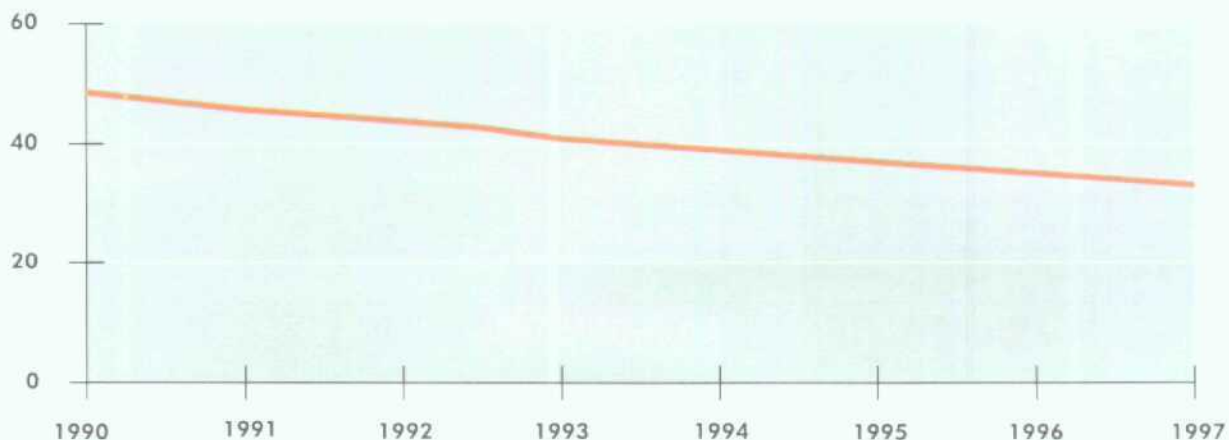
Hoje, morrem 33,7 crianças.

Na reunião da Cúpula Mundial em Favor da Infância, em 1990, o Brasil comprometeu-se a reduzir em um terço a mortalidade infantil até o ano 2000.

Na oportunidade, os registros indicavam 48,4 óbitos de crianças menores de um ano para cada mil nascidas vivas. Hoje, a mortalidade infantil é de 33,7 óbitos em cada mil nascidas vivas, o que garante que a meta para o ano 2000 será atingida. De 1995 a 1997, alcançou-se cinquenta por cento do objetivo fixado para a década.

Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil

(Nº de óbitos de crianças menores de 1 ano por cada 1.000 nascidas vivas)



Fonte: Simões, Celso — UFMG/CEDEPLAR — 1997

Em 1997, 1,8 milhão de crianças menores de um ano de idade foram vacinadas na rede de unidades do SUS, atingindo-se coberturas de 79% contra a poliomielite, 92,9% contra o sarampo, 64,5% contra coqueluche, tétano e difteria e 100% contra a tuberculose. As duas etapas da Campanha Nacional de Vacinação lograram coberturas próximas de cem por cento das crianças com menos de cinco anos.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde realizada em 1996 revelou que caíram os índices da desnutrição infantil. Ainda assim, ações específicas são necessárias para assistir as crianças com menos de um ano, em especial na Região Nordeste onde os índices estão acima da média nacional.

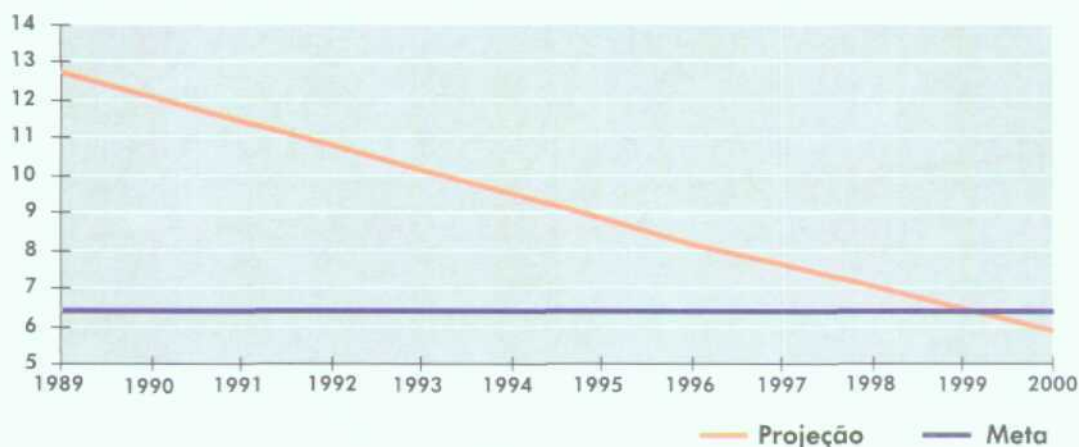
O Programa de Combate à Desnutrição de crianças e de gestantes atendeu cerca de 1,6 milhão de pessoas, em convênios com 1.097 Municípios. Em 1998, o Programa atingirá os 1.654 Municípios considerados prioritários pelo Comunidade Solidária e pelo PRMI, o que beneficiará cerca de 1,4 milhão entre crianças e gestantes sob risco nutricional, com repasse direto dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde.

Além de ações educativas bem-sucedidas, em 1997, o Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno credenciou 94 hospitais como “Hospital Amigo da Criança”. Estas instituições promoveram mudanças nas rotinas, ações facilitadoras da amamentação, de

educação e de apoio a gestantes e puérperas, fazendo jus ao selo de qualidade conferido pelo Ministério da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF.

Evolução do Índice de Desnutrição-Nordeste

(Relação entre Peso e Idade conforme Metodologia Adotada)



Fonte: Inquéritos nacionais — PNSN-1989; DHS-3-1996. Dados preliminares sobre 70% de amostra.

O número de mortes de crianças com menos de cinco anos caiu 10,4% ao ano, entre 1995 e junho de 1997.

Pesquisas que utilizam dados do Sistema de Internações Hospitalares do SUS revelam que, nos 914 Municípios integrantes do PRMI, registrou-se uma acentuada queda de óbitos de crianças com menos de cinco anos.

Entre janeiro de 1995 e junho de 1997, o número de óbitos caiu 10,4% ao ano, evitando-se a morte de mais de 6.400 crianças no período. As internações reduziram-se em 121.200 crianças, o que indica melhoria na qualidade de vida naqueles Municípios e representou economia de R\$ 19 milhões.

As estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil, prejudicadas pela subnotificação de nascimentos e óbitos, vão melhorar a partir de março de 1998. Entra em vigor a Lei n.º 9.534, de 1997, que torna gratuito os Registros de Nascimento e de Óbito.

Saúde da Mulher

Também considerado uma prioridade de Governo, o Plano Nacional de Redução da Mortalidade Materna, a ser implantado em 1998, cuidará da vigilância do óbito materno, da normalização e da reorganização da assistência obstétrica, assim como estimulará o controle social como fator de prevenção e de tratamento de suas principais causas.

Carro-chefe dessa estratégia, o Projeto Maternidade Segura, visa a reduzir, ainda, a morbimortalidade perinatal, com a mobilização de maternidades para adoção de procedimentos-padrão para a qualidade da assistência ao pré-natal, ao parto e ao pós-parto. Cento e quarenta e uma instituições em quinze Estados estão sendo preparadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde para se credenciarem como Maternidades Seguras. Em 1998, o Ministério da Saúde espera conceder o selo de qualidade do programa a 143 maternidades.

A diminuição do número de cesarianas, importante para a redução da morbimortalidade materno-infantil, tem sido alvo da campanha “Parto normal é natural”, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

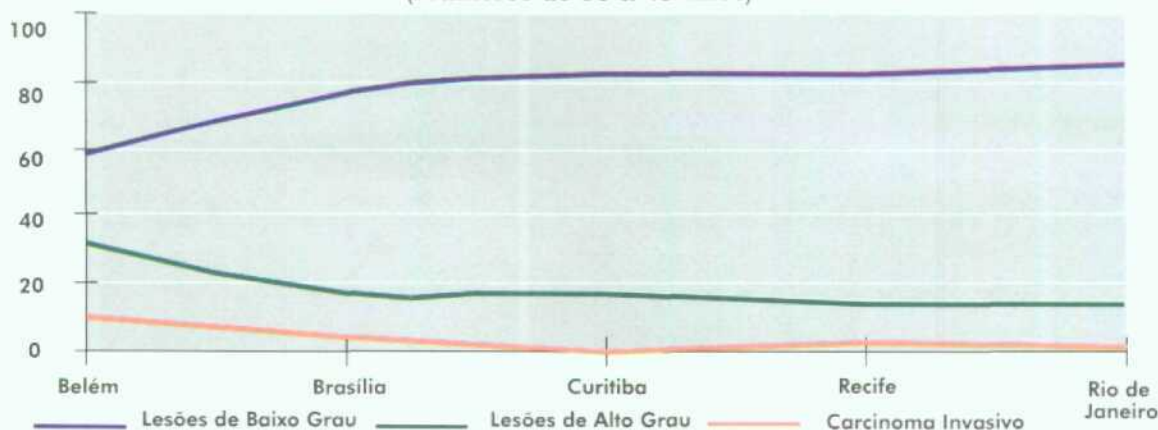
O Programa “Viva Mulher”, criado com o objetivo de diminuir a incidência do câncer do colo do útero em mulheres de 35 a 49 anos e de tornar mais efetivo o Programa de Prevenção do Câncer Cérvico-Uterino, foi implantado inicialmente em cinco regiões metropolitanas: Belém, Brasília, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro. Em 1997, ano em que começou a funcionar, mais de quarenta mil mulheres foram atendidas e 23 mil exames preventivos realizados.

No biênio 1997-1998, o programa deverá atender quinhentos mil mulheres. A análise dos dados dos exames citológicos de Papanicolau, coletados até agora, confirma a necessidade de ampliar o acesso à prevenção para as mulheres na faixa etária de maior risco, o que resultará no aumento da expectativa de vida e na economia de recursos.

500 mil mulheres serão atendidas pelo programa de prevenção de câncer de colo uterino, no biênio 1997-1998.

Distribuição dos Tipos de Câncer do Colo do Útero Em Diagnósticos Citopatológicos Positivos

(Mulheres de 35 a 49 anos)



Fonte: MS/SAS/INCA

O câncer de mama, responsável por milhares de mortes de mulheres, tem no Programa Nacional de Educação Comunitária e Profissional um instrumento de controle. Em 1998, quinhentas mil mulheres serão informadas, por meio de material educativo, sobre medidas de auto-cuidado para prevenir a doença. O programa crescerá em qualidade e efetividade, após a capacitação de cem mil profissionais de saúde.

Saúde da Família

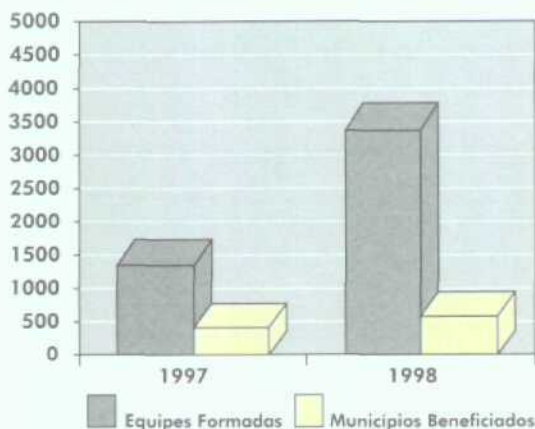
Criado, em 1994, como estratégia de implantação da atenção comunitária, o Programa Saúde da Família — PSF vem permitindo a reorientação da atenção básica, o fortalecimento de sistemas locais de saúde e a própria mudança do modelo assistencial vigente.

Cada equipe do PSF é formada por médico, enfermeiro, auxiliares e agentes comunitários que cuidam da saúde de mil famílias, por meio de ações educativas, de imunização e de assistência básica, sendo integrada a uma unidade básica de saúde, que assegura a referência do paciente na rede, facilitando e ampliando o acesso aos serviços de saúde do SUS.

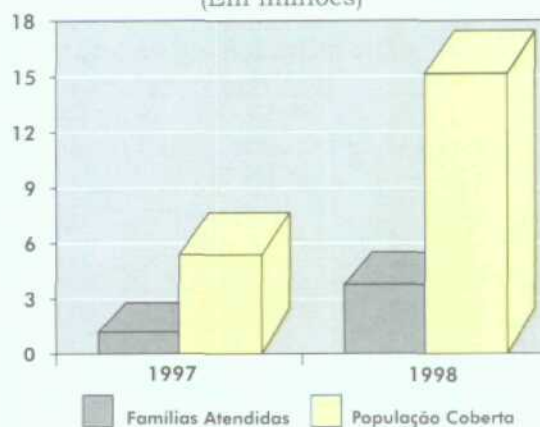
O Programa Saúde da Família atende 6,6 milhões de pessoas em 567 Municípios.

As 1.472 equipes do PSF atendem 6,6 milhões de pessoas ou 1,47 milhão de famílias em 567 Municípios dos setecentos previstos até o final de 1998, representando a realização de 81% da meta.

Evolução do PSF em Nível Nacional



Evolução do PSF em Nível Nacional (Em milhões)



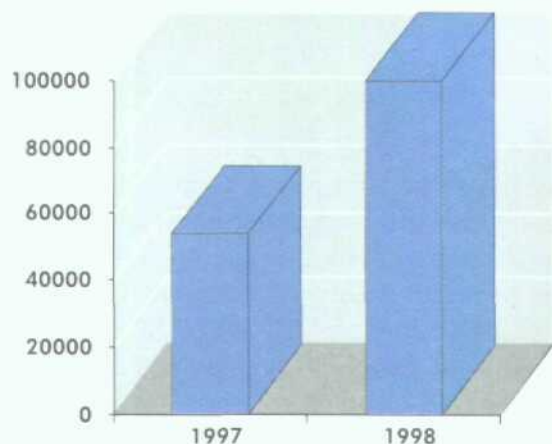
Fonte: COSAC/SAS/MS

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde — PACS escolhe na própria comunidade pessoas que serão capacitadas para transmitir informações básicas de saúde. Cada agente tem a responsabilidade de atender 167 famílias.

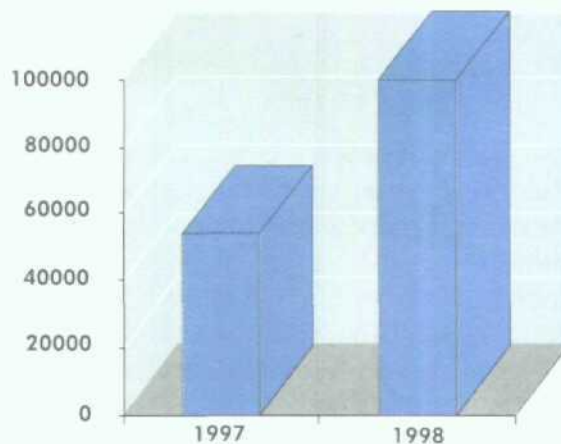
Até 1997, o PACS formou 54,7 mil agentes que atuam em 2.199 Municípios, tendo atingido uma população de 9,1 milhões de famílias e cumprido 54,7% da meta prevista para o final de 1998. Nas áreas cobertas pelo PACS, a mortalidade infantil diminuiu quarenta por cento, em média.

A mortalidade infantil caiu quarenta por cento em média nas áreas cobertas pelos agentes comunitários de saúde.

Nº de Municípios Beneficiados Pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS



Nº de Agentes Comunitários de Saúde Formados pelo PACS



Fonte: MS/SAS/COSAC

Controle de Doenças

O Governo, por meio das ações do Programa de Controle da Esquistossomose, visa a sua erradicação em áreas focais. Os resultados colhidos em 1980 e 1995 mostram queda da taxa de mortalidade específica de 0,7 para 0,3 por 10 mil habitantes. Em relação à taxa de internações hospitalares, observou-se redução de 1,99 para 1,32 internação em cada 10 mil ocorridas, entre 1994 e 1997. Houve, ainda, aumento gradativo de cobertura nos Municípios de áreas endêmicas e significativa diminuição da prevalência naqueles onde a taxa era superior a cinquenta por cento.

Evolução das Taxas de Mortalidade e de internação por Esquistossomose

(Nº de óbito em cada 100.000 habitantes e nº de internações em cada 10.000)



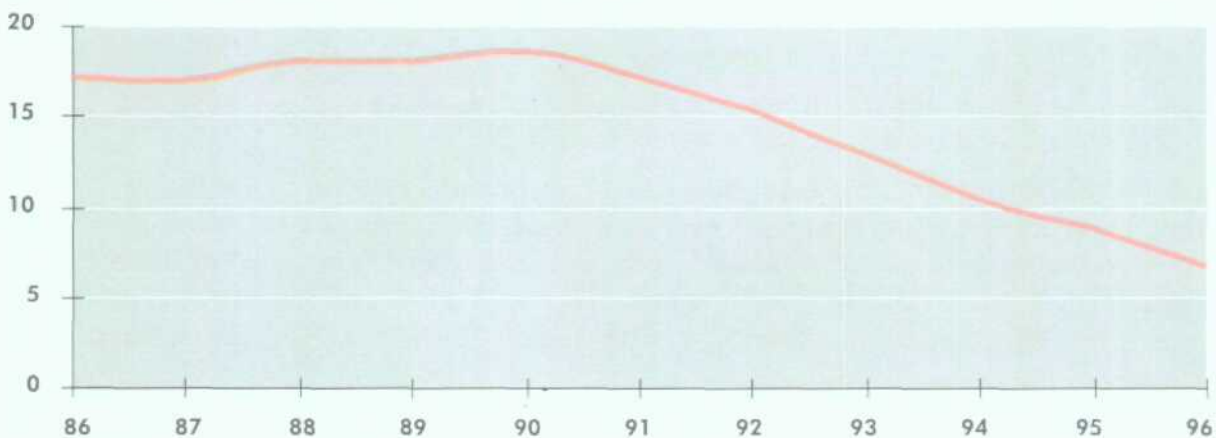
Fonte: MS/FNS/SIM/SÍNTESE

Obs: Internação/97 dados parciais

Em 1991, o Brasil comprometeu-se com a Organização Mundial de Saúde a reduzir a prevalência da hanseníase de dezessete para menos de um caso em cada grupo de dez mil habitantes, até o ano 2000. O Programa de Eliminação da Hanseníase possibilitou aumento de trinta por cento na detecção de casos novos da doença e no tratamento dos doentes. De 1994 a 1996, registrou-se redução de 36% na sua prevalência. Em 1998, o programa pretende ampliar suas ações de controle para os 250 Municípios de maior risco endêmico, reduzindo em 25% a atual taxa — de 6,7 para cinco casos por dez mil habitantes.

Evolução da Taxa Atual de Prevalência da Hanseníase

(Nº de casos em cada 10.000 habitantes)

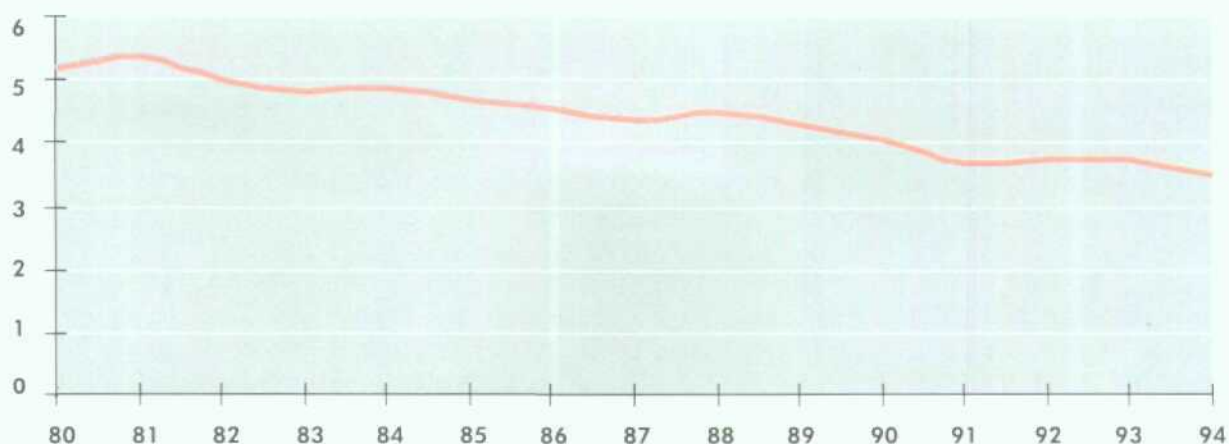


Fonte: FNS/MS

Realizado por meio de programa específico, o controle da doença de Chagas visa à eliminação, até o ano 2000, do agente transmissor — o barbeiro “*Triatoma infestans*”. A melhoria das condições habitacionais nas áreas de maior incidência do barbeiro, os trabalhos de pesquisa e captura e de borrifação das unidades domiciliares em dezoito Estados, além do exame sorológico em escolares de 7 a 14 anos, mostraram-se eficazes. Os resultados apontam queda contínua do número de domicílios infestados e do percentual de Municípios com presença do agente transmissor (8,01% em 1996 e 4,59% até junho de 1997).

Evolução da Taxa de Mortalidade por Doença de Chagas

(Nº de óbito em cada 100.000 habitantes)



Fonte: MS/FNS

O Programa de Controle Integrado da Malária objetiva evitar a mortalidade, reduzir a morbidade, prevenir a ocorrência de epidemias e impedir que a transmissão volte a ocorrer em áreas onde a malária foi erradicada. As ações do programa foram ampliadas, com a participação direta de Municípios da Amazônia Legal, mediante formalização de 132 novos convênios.

A queda de 23%, em 1997, do número absoluto de casos de malária — de 444 mil, em 1996, para 342 mil — está fortemente ancorada no sucesso do programa de capacitação de 2.314 profissionais de saúde dos Estados e Municípios da região, para a realização de diagnóstico, tratamento e controle da doença.

O número de casos de malária caiu 23% em 1997.

O objetivo é reduzir para 240 mil o número absoluto de casos notificados de malária na Amazônia Legal, em 1998 — trinta por cento a menos do que em 1997.

A Marinha, em parceria com o Ministério da Saúde, executou ações básicas de prevenção na Amazônia, utilizando os navios de assistência hospitalar Carlos Chagas e Oswaldo Cruz. Foram dadas noções básicas sobre higiene pessoal, manuseio de

alimentos e tratamento da água, além de realizadas vacinações, atendimentos médico-odontológicos e distribuição de remédios. As atividades da Marinha atingiram trezentas localidades ribeirinhas da Amazônia e beneficiaram 121,4 mil pessoas. Em 1998, espera-se ampliar o atendimento para 128 mil pessoas.

Também o Exército vem desenvolvendo importantes atividades na área da saúde, em especial nas regiões inóspitas e de difícil acesso. Destacam-se as obras de saneamento ambiental para erradicação de doenças endêmicas e a participação no Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA, com emprego de 94 organizações militares, abrangendo 1.270 Municípios.

Está em fase de negociação o Projeto de Vigilância em Saúde - VIGISUS, para ser implantado, ainda em 1998, de forma descentralizada e com três objetivos: criar um sistema nacional de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde, controlar endemias de grande abrangência e magnitude na Região Amazônica e dar atenção integral à saúde indígena. O programa custará US\$ 500 milhões, financiados pelo Banco Mundial, Estados, Municípios e Governo Federal.

O Programa Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS desenvolveu ações em todos os Estados, no Distrito Federal e em 42 Municípios conveniados, possibilitando a implantação de 66 serviços de assistência especializada, 45 hospitais-dia, trinta serviços de assistência domiciliar terapêutica e cem centros de testagem anônima. Entre 1994 e 1997 houve aumento de dois mil por cento na distribuição de preservativos e mais de duzentos milhões de unidades foram adquiridas.

Os números da AIDS: R\$ 300 milhões em medicamentos, 200 milhões de preservativos distribuídos e queda de 35% no número de mortes.

O Governo aplicou R\$ 300 milhões para atender à Lei nº 9.313, de 1996, que determina que os portadores do vírus HIV tenham acesso universal e gratuito aos medicamentos contra AIDS. No primeiro trimestre de 1997, constatou-se queda de 35% no número de óbitos causados pela AIDS, em comparação a igual período do ano anterior.

Também gratuitamente foram distribuídas 710 farmácias básicas, para mais de dois milhões de pessoas de 194 Municípios das Regiões Norte e Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo-se cem por cento da meta. Em 1998, serão distribuídas 7.947 farmácias básicas para 2.709 Municípios.

Foram distribuídas 710 farmácias básicas nas regiões Norte e Nordeste e no Rio de Janeiro.

O módulo padrão de medicamentos do Programa Farmácia Básica tem quarenta itens, em quantidade suficiente para atender durante três meses, três mil pessoas, que vivam em Municípios com menos de 21 mil habitantes.

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE SAÚDE

O Projeto Reforço à Reorganização do SUS - REFORSUS, implantado em 1997, prevê investimentos de US\$ 650 milhões, em três anos, e desempenhará importante papel no apoio à melhoria da capacidade e eficiência do SUS. Dos 387 projetos aprovados pelo programa, 338 destinam-se à readequação física e tecnológica da rede assistencial, vinte ao Programa de Saúde da Família, 26 à rede hematológica e hemoterápica e três para os laboratórios de saúde pública.

Em 1996 e 1997, foram investidos cerca de R\$ 68 milhões em reforma, ampliação e conclusão de obras hospitalares, que resultarão, em 1998, na oferta de 2.500 novos leitos em áreas críticas da assistência hospitalar - 580 para assistência materno-infantil, 1.800 para hospital geral e 121 para atendimento de emergência.

TRABALHO

O papel do Governo na área do trabalho, nesse momento de transformações, é distinto daquele que historicamente tem caracterizado sua atuação. A sociedade espera — e o Governo assume — que a missão do Estado, quanto às questões relacionadas ao trabalho, visa ao aumento da eficiência e da eqüidade no mercado e deve centrar-se em dois grandes eixos: (i) a construção das condições objetivas para a modernização das relações de trabalho, de modo que o atual modelo, baseado na intervenção estatal, seja substituído por outro mais aberto, com relações trabalhistas que privilegiem o entendimento entre as partes e o processo negocial; e (ii) a implementação de políticas de qualificação profissional e de fomento ao emprego, bem como de proteção ao trabalhador.

No campo da modernização das relações trabalhistas, um conjunto significativo de ações foi adotado, a partir de 1995. A desindexação salarial, verificada após o Plano Real, representou um avanço na modernização das relações entre capital e trabalho. Pela primeira vez, depois de décadas de política salarial oficial, trabalhadores e empregadores passaram a ter autonomia na definição dos reajustes salariais, mediante negociação coletiva.

A desindexação salarial modernizou as relações entre capital e trabalho.

Ao mesmo tempo, consolidou-se a figura da mediação trabalhista, tanto pública, feita por servidores do Ministério do Trabalho, quanto privada, por meio de profissionais independentes previamente credenciados, como instrumento essencial ao êxito do processo negocial.

O sucesso da desindexação pode ser medido pelo aumento do número de negociações inovadoras e bem-sucedidas. Uma quantidade crescente de empresas vem adotando a participação negociada dos trabalhadores nos lucros e resultados.

Com o objetivo de flexibilizar os contratos e reduzir custos, mas sem abrir mão dos direitos sociais dos grupos a serem beneficiados, foi aprovada a lei que amplia a possibilidade de contratação por tempo determinado, estendendo-a para todas as atividades da empresa. Até então, o artigo 443 da CLT limitava esse tipo de contrato às atividades transitórias.

No que diz respeito à redução de custos da mão-de-obra no campo, foi obtido significativo avanço com a aprovação da Lei nº 9.300, de 1996, que altera o escopo da definição de remuneração do trabalhador rural.

Para modernizar a estrutura sindical brasileira, foi encaminhado projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a contribuição sindical negocial como regra de transição até que seja substituída a contribuição sindical compulsória.

Além das medidas legais que vêm sendo adotadas para a modernização das relações trabalhistas, o Governo tem prestigiado a prática da negociação tripartite e paritária em todos os seus programas.

A palavra de ordem é o diálogo, a negociação entre trabalhadores, empresários e Governo.

Investe-se no diálogo, tanto no âmbito das políticas e ações de fiscalização e de segurança e saúde, como na formulação e implementação de políticas de geração de emprego e de renda e de qualificação profissional.

No rumo da construção do novo modelo de relações de trabalho, a agenda para 1998 contempla a continuidade do processo de flexibilização da legislação, inclusive com a proposição de alterações constitucionais. Tais alterações no arcabouço jurídico devem fortalecer a auto-composição entre as partes, por intermédio de mudanças na estrutura sindical e nas suas formas de financiamento, bem como propiciar a redução de custos não-salariais do trabalho, garantida a manutenção de direitos e conquistas dos trabalhadores. A possibilidade de flexibilização da jornada com vistas a evitar-se a redução do nível de emprego, em períodos de queda conjuntural da atividade econômica, deverá fazer parte da pauta de discussões entre trabalhadores e empregadores.

EMPREGO E RENDA

No âmbito das políticas de geração de emprego e de renda, de qualificação profissional, de proteção de direitos e de promoção da cidadania, merece ser destacado o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER. Instituído em 1995, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, o PROGER consolidou-se como um dos instrumentos de que dispõem o Governo e a sociedade para fazer com que pequenos e microempreendedores urbanos e rurais, suas cooperativas e formas associativas de produção e os trabalhadores autônomos passem a ter acesso facilitado ao crédito, aliado a programas de qualificação técnico-gerencial e profissional. Da mesma forma, o programa tem atuado no fortalecimento da agricultura familiar, graças à alocação de recursos para a assistência financeira, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, garantindo-se mais empregos no campo.

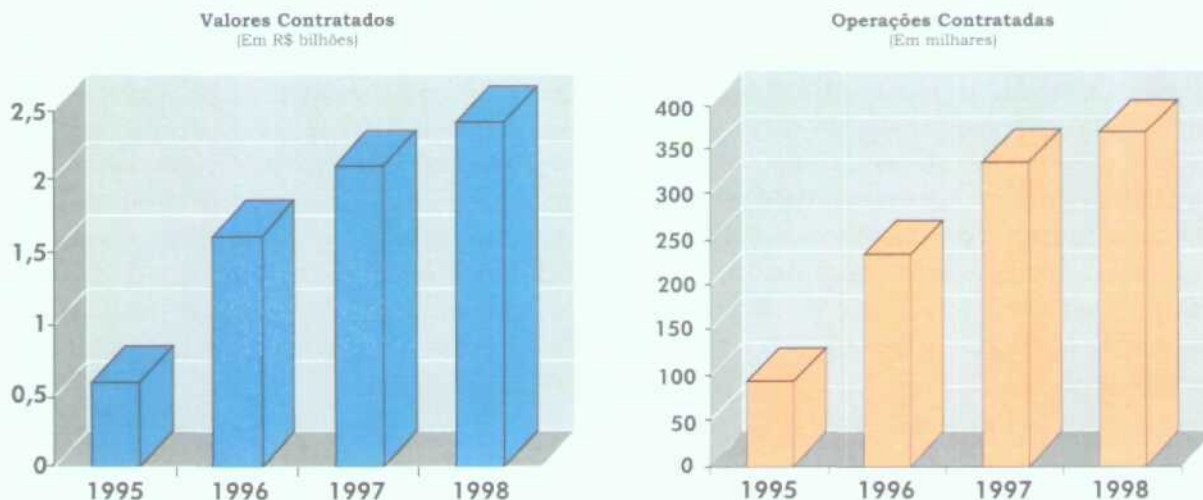
O PROGER e o PRONAF prestam grande contribuição ao esforço nacional de manter e gerar ocupação e renda, promovendo igualdade de condições de acesso a novas oportunidades. Direcionados às famílias mais carentes, numa perspectiva não-assistencialista, esses programas oferecem apoio técnico e financeiro àqueles que já são empreendedores e desejam ampliar seus negócios e aos que pretendem se tornar donos de seu próprio empreendimento.

**O PROGER e o PRONAF
garantiram mais de 550
mil empregos.**

Os resultados obtidos no triênio 1995-1997 apontam para o sucesso daquelas ações nesta área.

Em 1997 cerca de 362 mil empreendedores receberam financiamentos, num total de R\$ 2,27 bilhões. Para 1998, a previsão é de quatrocentas mil operações de crédito, com recursos de R\$2,5 bilhões. Estima-se que o PROGER e o PRONAF garantiram mais de 550 mil postos de trabalho, no triênio 1995-1997.

Evolução dos Financiamentos Contratados no Âmbito do PROGER



Fonte: SPES/MTb

O Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR foi implementado a partir de 1995, com o objetivo de mobilizar e articular, gradualmente, toda a competência e infra-estrutura de qualificação profissional existentes no País. A intenção é atender anualmente pelo menos 20% da População Economicamente Ativa - PEA.

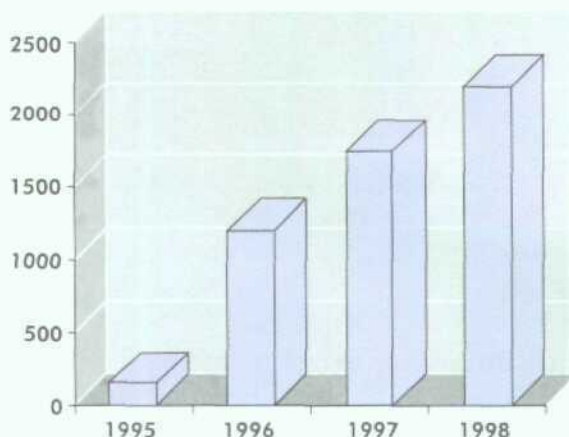
A exemplo dos demais programas financiados com recursos do FAT, o PLANFOR é executado de forma descentralizada com a participação dos interessados e parceria com governos estaduais, entidades governamentais e não-governamentais. A prioridade é para o atendimento de trabalhadores desempregados ou sob risco de perda do emprego, autônomos, pequenos e microprodutores do setor urbano e rural e populações em desvantagem no mercado de trabalho: jovens, portadores de deficiências, grupos étnico-raciais e trabalhadores com baixa escolaridade. Os governos estaduais são responsáveis pela execução dos Planos Estaduais de Qualificação, sob homologação e supervisão dos Conselhos Estaduais de Trabalho, organismos tripartites e paritários.

Seguindo os objetivos de uma expansão sustentada das metas anuais, o PLANFOR atingiu a marca de 1,8 milhão de trabalhadores treinados, em 1997, com a aplicação de R\$ 315,8 milhões. Até o final de 1998, o Programa deverá qualificar 5,5 milhões de trabalhadores, com investimento próximo a R\$1 bilhão. O PLANFOR atinge hoje cerca de 2.600 Municípios, entre os quais quinhentos dos mais pobres, selecionados pelo Comunidade Solidária.

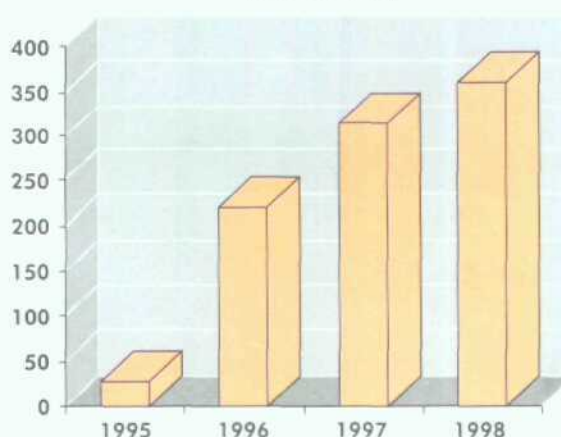
O PLANFOR qualificou 1,8 milhão de trabalhadores, em 1997. Em quatro anos de Governo, serão 5,5 milhões.

Desempenho do Planfor

Trabalhadores Treinados
(Em milhares)



Recursos Aplicados
(Em R\$ milhões)



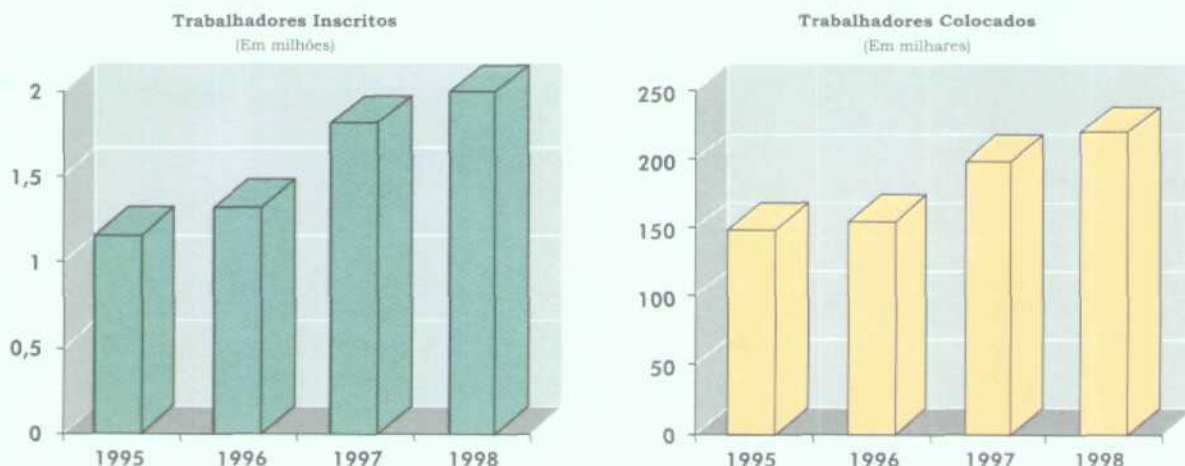
Fonte: SEFOR/MTb

O Sistema Nacional de Emprego - SINE, operado em convênio com os Estados, tem a finalidade de integrar a concessão do seguro-desemprego com a intermediação de mão-de-obra e o encaminhamento para cursos de reciclagem profissional. Foram destinados R\$ 59 milhões de recursos do FAT, que possibilitaram o atendimento de 1,87 milhão de trabalhadores e representam crescimento de 38% em relação ao ano anterior. Duzentos e dez mil trabalhadores foram reempregados pelo SINE, em 1997.

Para dinamizar a atuação do SINE, implantou-se o projeto-piloto visando a transformá-lo num efetivo Sistema Público de Emprego. Esse projeto experimental desenvolve uma nova sistemática de concessão do benefício do seguro-desemprego, para que todos os recursos materiais e humanos do SINE se voltem à atividade nobre do sistema, que é a intermediação. As atividades burocráticas de concessão do seguro-desemprego passarão a ser executadas exclusivamente pela Caixa Econômica Federal - CEF. Com isso, amplia-se a capacidade do sistema para a habilitação e para a suspensão do benefício e evita-se a fraude. O novo modelo será implantado em vários Estados.

Também para reduzir as fraudes no seguro-desemprego e em outras áreas do seguro social foi instituído o novo modelo da Carteira de Trabalho, em papel moeda e com fotografia digitalizada.

Evolução do N° de Trabalhadores Inscritos no SINE e Colocados no Mercado de Trabalho



Fonte: SPES/MTb

Com vistas à geração de empregos e em cumprimento à determinação constitucional, foram repassados ao BNDES R\$ 1,41 bilhão, correspondentes a quarenta por cento da arrecadação do PIS/PASEP, que serão ampliados para R\$ 2,46 bilhões, em 1998. Além desses recursos, foram alocados no BNDES, para aplicação no Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, R\$ 2,4 bilhões do FAT.

O Programa do Seguro-Desemprego, por sua vez, beneficiou cerca de 4,3 milhões de trabalhadores, em 1997, com gastos de R\$ 3,4 bilhões, oriundos do FAT.

Com o Programa do Abono Salarial PIS/PASEP, foram desembolsados R\$ 507 milhões e atendidos 4,54 milhões de trabalhadores que recebem até dois salários mínimos mensais, de acordo com a Constituição Federal.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR

O combate ao trabalho escravo, infantil e degradante é um dos principais programas do Governo Federal.

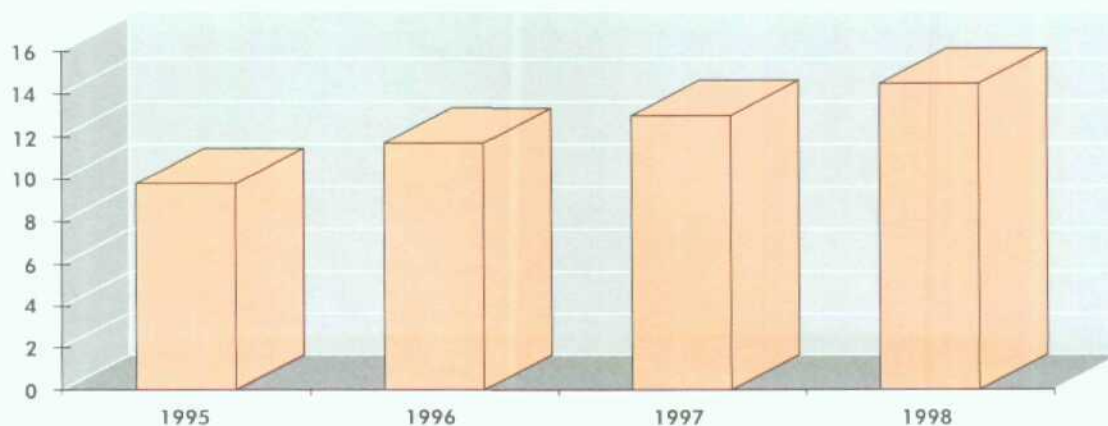
No campo da proteção dos direitos e da promoção da cidadania, um dos principais programas governamentais é o de Combate ao Trabalho Escravo, Infantil e Degradante, cuja execução é compartilhada entre vários órgãos governamentais e entidades da sociedade.

Merecem destaque as providências adotadas a partir de 1995 no sentido de ampliar as ações de fiscalização e de prevenção, tais como: a instituição da fiscalização móvel; a implantação do Programa de Ações Integradas - PAI, que tem como finalidade a retirada das crianças do ambiente de trabalho, principalmente das carvoarias, dos canaviais e das áreas de produção de sisal; a dinamização do Grupo Executivo de Erradicação do Trabalho Forçado - GERTRAF, instituído em 1995; e a realização do Diagnóstico dos Focos do Trabalho Infantil e do Adolescente no Brasil.

Apenas no combate ao trabalho escravo, foram inspecionados 129 estabelecimentos e lavrados 808 autos de infração, com 220 trabalhadores libertados da condição de escravos. Em Pernambuco e na Bahia, foi implantado o PAI, com atendimento de cerca de trinta mil crianças.

Para ampliar o nível de formalização das relações de trabalho e elevar os patamares de arrecadação mensal da contribuição ao FGTS, o Ministério do Trabalho vem editando anualmente, desde 1995, a Campanha Nacional de Fiscalização do Registro de Empregados e do Recolhimento do FGTS. Os níveis de arrecadação, que haviam aumentado, em 1995, de uma média mensal histórica de R\$ 600 milhões para cerca de R\$ 800 milhões, cresceram, em 1996, para R\$ 900 milhões, atingindo a média mensal de R\$ 1 bilhão, em 1997, quando foram fiscalizadas 415 mil empresas e beneficiados 16,2 milhões de trabalhadores. Em 1998, pretende-se que essa média mantenha-se, pelo menos, nos níveis de 1997, com a fiscalização de 450 mil empresas.

Evolução da Arrecadação do FGTS (Em R\$ bilhões)



Fonte: MTb/SEFIT

Na área de segurança e saúde no trabalho, o Governo vem atuando por meio do Programa de Melhoria das Condições e dos Ambientes de Trabalho, no direcionamento da fiscalização para setores econômicos com maior número de acidentes e na ampliação da participação da sociedade, principalmente empregadores e trabalhadores, com o objetivo de reduzir as situações de risco que possam gerar acidentes e doenças.

10,2 milhões de trabalhadores foram beneficiados pela campanha de combate aos acidentes de trabalho.

A Campanha Nacional de Combate aos Acidentes do Trabalho - CANCAT, lançada em outubro de 1996, foi concluída em abril de 1997, tendo sido realizadas mais de 82 mil fiscalizações, alcançando 5,9 milhões de trabalhadores.

As fiscalizações durante a campanha superaram em 29,32% as realizadas de janeiro a setembro de 1996. Em 1997, foram realizadas mais de 140 mil fiscalizações envolvendo 10,2 milhões de trabalhadores.

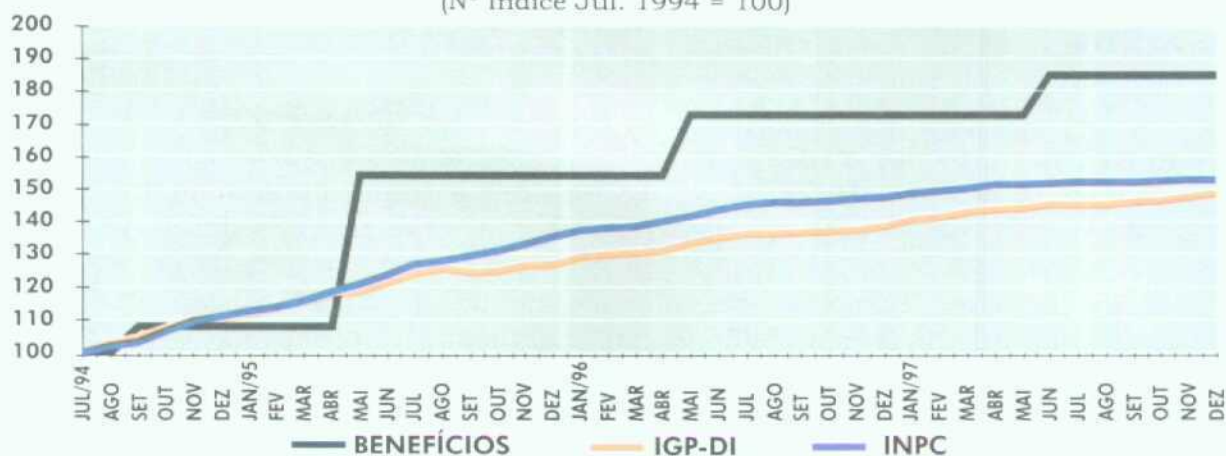
O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT alcançou 74,5 mil empresas e 9,2 milhões de trabalhadores e será ampliado, em 1998, para setores que ainda não contemplem grande número de trabalhadores. Com a criação da Comissão Tripartite para Aperfeiçoamento do PAT, garante-se a participação da sociedade, contribuindo para que o programa possa ser ampliado e aperfeiçoado e beneficie dez milhões de trabalhadores em 85 mil empresas, em 1998.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de previdência social foi marcada, nos últimos três anos, pela decisão do Governo de promover a recomposição do valor dos benefícios. Comparadas as trajetórias do piso desses valores e dos principais índices de inflação, observam-se ganhos reais superiores a vinte por cento, nos benefícios pagos a segurados e pensionistas.

Evolução do Índice do Piso de Benefícios da Previdência Social Comparado com os Índices de Inflação IGP-DI e INPC

(Nº Índice Jul. 1994 = 100)

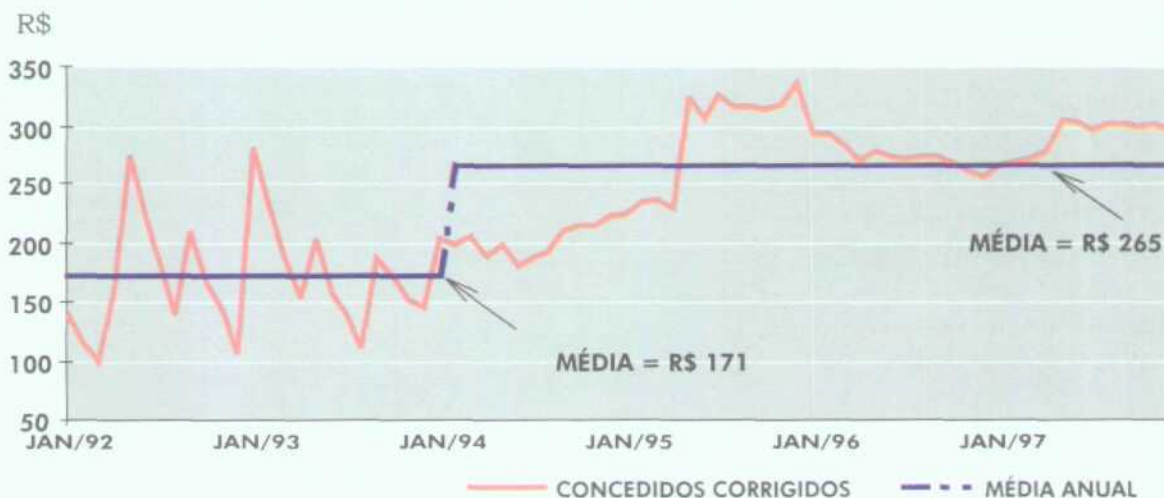


Fonte: MPAS

A manutenção de baixos índices inflacionários eliminou perdas históricas que as políticas anteriores de reajuste salarial, atreladas à inflação passada, foram incapazes de corrigir. Depois do Plano Real, a retribuição inicial, calculada com base nas contribuições dos três últimos anos, chegou ao valor médio de R\$ 265,00, em contraposição aos R\$ 171,00 do período anterior, o que representa um aumento de 55% acima da inflação.

O valor dos benefícios iniciais médios da Previdência aumentou 55% depois do Plano Real.

Evolução do Valor Inicial Médio dos Benefícios Concedidos



Fonte: MPAS

Em três anos, o valor médio dos benefícios subiu de R\$ 184,00 para R\$ 218,00.

Nos períodos inflacionários, o escalonamento do pagamento a aposentados e pensionistas entre o primeiro e o décimo dia útil implicava perdas crescentes no valor dos benefícios. Antes do Plano Real, as perdas médias eram de 11,24%, nos benefícios pagos no décimo dia, e atualmente não ultrapassam 0,51%. Além de não perder, ganharam. No triênio 1995-1997, o valor médio dos benefícios aumentou dezoito por cento, passando de R\$ 194,00 para R\$ 218,00.

Evolução das Perdas Mensais dos Benefícios da Previdência Social Considerando Seu Pagamento no Décimo Dia Útil



Fonte: MPAS

Com a expansão do número de benefícios, as despesas cresceram 56% — de R\$ 30,8 bilhões, em 1994, para R\$ 48,2 bilhões, em 1997. O número total de benefícios ultrapassou 17,5 milhões, em dezembro de 1997, o que foi um aumento de onze por cento, no triênio 1995-1997.

Evolução do Valor Médio dos Benefícios Concedidos pela Previdência Social

(Em R\$)



Fonte: MPAS

O perfil de distribuição dos gastos também teve melhora significativa: em 1993, apenas 34% dos aposentados e pensionistas recebiam mais de um salário mínimo. Em 1997, já eram 47%. Devido à crescente participação das aposentadorias por tempo de serviço, de maior valor médio, quase dobrou o número de pessoas que recebe da Previdência Social benefícios entre cinco e dez salários mínimos.

Em 1993, apenas 34% recebiam mais de um salário mínimo. Em 1997, 47%. A faixa entre cinco e dez salários mínimos quase dobrou.

Em 1997, os 2,3 milhões de novos benefícios concedidos superaram em sete por cento o total do ano anterior, ainda assim inferior ao crescimento de dez por cento registrado de 1995 para 1996. Ao mesmo tempo, foram suspensos ou cancelados 1,7 milhão de benefícios, em decorrência de óbitos, da cessação de pagamentos temporários ou da descoberta de fraudes e irregularidades.

Os resultados do acompanhamento e da avaliação de desempenho das Gerências Regionais do Seguro Social, nos últimos três anos, revelam significativo avanço nos indicadores relativos à presteza na concessão, ao cumprimento dos prazos legais e à prevenção de erros no processo de concessão de benefícios.

O tempo médio de concessão de benefícios caiu para menos de 45 dias.

Atualmente, cerca de 95% das Gerências Regionais levam menos de 45 dias, em média, para conceder um benefício, e apenas trinta por cento dos benefícios são liberados em prazo superior a um mês e meio, a contar da data em que foram solicitados. O Índice de Rejeição de Comandos - IRC, relativo aos erros cometidos durante o processo de concessão, já é inferior a dez por cento, em mais de 99% das 126 Gerências do Seguro Social.

Para 1998, a expansão prevista do número de beneficiários da Previdência Social é estimada em torno de três por cento, alcançando a marca de dezoito milhões de aposentados e pensionistas e gastos de R\$ 51,3 bilhões. Cada vez mais, esse crescimento exigirá mudanças na administração dos processos, com o objetivo de aumentar a eficiência do atendimento à clientela, especialmente em função da abrangência territorial da Previdência, com Postos do Seguro Social em grande parte dos Municípios brasileiros.

Para melhorar o atendimento e o controle, deverão ser implantadas rotinas centralizadas que assegurem agilidade e confiabilidade aos processos de emissão de documentos de averbação de tempo de serviço e de inscrição de contribuinte individual. Outra importante medida a ser adotada é a interligação dos Postos do Seguro Social.

ARRECADAÇÃO, DÉFICIT E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Em relação ao comportamento da arrecadação de contribuições previdenciárias, os resultados dos últimos três anos são expressivos, com aumento superior à inflação de 26%, em 1995, de onze por cento, em 1996, e de quatro por cento, em 1997. Contudo, a redução paulatina desses ganhos de arrecadação dos últimos anos sinalizou uma elevação do risco de déficits no sistema previdenciário.

Comportamento da Arrecadação de Contribuições Previdenciárias em Comparação com a Inflação no Período Jun. 1994 a Dez. 1997 (% de Variação Acumulada)



Fonte: MPAS

O crescimento continuado da arrecadação superou as expectativas geradas pelo comportamento da massa de salários, medida pela soma dos rendimentos da população empregada das principais regiões metropolitanas do País.

Evolução dos Índices de Contribuições Previdenciárias e da Massa de Salários (Índice jan. 1995 = 100)



Fonte: MPAS

Com o objetivo de elevar o fluxo mensal de recolhimentos, foram instituídos novos critérios para os parcelamentos de débitos, com vistas a estimular a quitação. Desenvolvidas inicialmente junto a prefeituras e Estados devedores, as negociações estenderam-se, posteriormente, às demais pessoas jurídicas.

A recuperação de créditos também mobilizou o Conselho de Recursos da Previdência Social, que intensificou o julgamento de processos de débitos. Apenas em 1997, foram julgados cerca de trinta mil, pouco menos do que o resultado obtido nos dois anos anteriores, que juntos tiveram 36,9 mil processos resolvidos. Com isso, esgotou-se o estoque antigo de processos não julgados, enquanto os novos vêm sendo analisados em menos de trinta dias. Além da capacitação, investiu-se na renovação dos quadros, com o ingresso de 510 novos fiscais de contribuições previdenciárias e duzentos procuradores.

Um grande impulso foi dado ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Acordos firmados com o Ministério do Trabalho e com a Caixa Econômica Federal - CEF tornaram disponível mensalmente a base de dados do FGTS, eliminando uma defasagem de doze meses nos números da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Essa integração, no início restrita à RAIS, permitiu o cruzamento dos dados do FGTS com os das contribuições previdenciárias e representou um ganho formidável em relação ao planejamento da ação fiscal, pela possibilidade de seleção automática de prováveis sonegadores.

Em 1998, os Ministérios da Previdência e do Trabalho e a CEF implantarão a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações para a Previdência Social - GFIP, que terá caráter declaratório e permitirá a captação mensal de informações sobre vínculo

empregatício e salários. Com essas informações, será possível complementar ou mesmo substituir a exigência de comprovação de dados referentes à vida profissional do segurado.

O sistema integrado de gestão da Previdência prevê automatização total dos serviços.

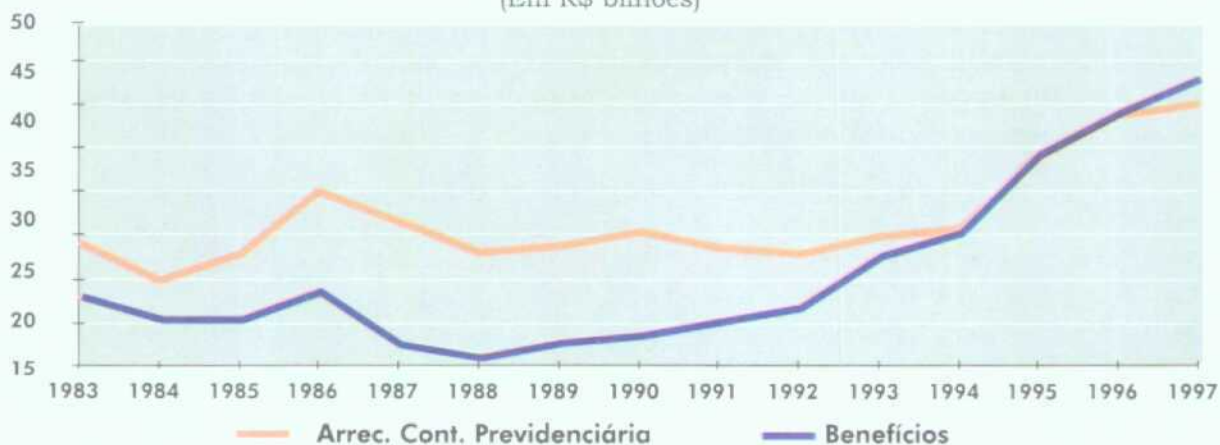
Essas iniciativas representam um passo importante rumo à implantação do sistema integrado de gestão das funções previdenciárias. Trata-se da automatização plena das atividades, com ganhos de eficiência e de confiabilidade no processo de concessão e manutenção de benefícios. Aumentará, também, o

controle da arrecadação e da programação dirigida das ações fiscais e de cobrança de débitos, mediante a identificação dos segurados e dos contribuintes, relacionando-os às respectivas contribuições e vínculos empregatícios.

Apesar dos avanços observados no desempenho da arrecadação e na modernização do sistema, o equilíbrio financeiro da Previdência não foi garantido. Tanto que, em 1997, somente foi possível fechar as contas e honrar a folha de pagamento de benefícios do mês de dezembro mediante aporte de recursos do Tesouro Nacional.

Evolução dos Valores das Contribuições Previdenciárias e dos Benefícios Concedidos

(Em R\$ bilhões)



Fonte: MPAS

A velocidade de entrada de novos beneficiários no sistema, em grande parte por aposentadoria precoce, torna indispensável a reforma constitucional da Previdência. Estudos apontam que apenas a proposta de idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, segundo as regras de transição aprovadas no Senado Federal, já permitiria uma economia de quase R\$ 1 bilhão, no primeiro ano de vigência, chegando a mais de R\$ 4 bilhões anuais, ao final do processo. Embora expressivos, esses números referem-se somente ao Regime Geral de Previdência Social.

Analizadas as despesas com benefícios nos últimos anos, nota-se um crescimento mais acelerado, a partir de 1994. As causas são muitas: os reajustes sem corro-

são inflacionária, o aumento de 55% nos valores das retribuições iniciais e de seis por cento anuais no número de novas aposentadorias, a grande quantidade de aposentadorias proporcionais, incentivadas pelas dificuldades de emprego e pelas facilidades criadas pela manutenção do vínculo trabalhista e, ainda, a redução no tempo médio para concessão de benefícios.

Mesmo assim, foi possível aprofundar a política de contenção de gastos, tendo a Previdência registrado, em 1997, sensível redução nos custos operacionais. De 1995 a 1997, as despesas com pessoal caíram 25% e os gastos com manutenção recuaram cinco por cento. Nesse mesmo período, foi importante, também, o efeito das mudanças na legislação e nos métodos gerenciais sobre o comportamento da arrecadação, que teve um crescimento largamente superior à evolução do Produto Interno Bruto - PIB.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os avanços registrados no campo da Assistência Social têm sido notáveis. Em 1997, foram amparados 674 mil idosos e deficientes com o pagamento de um salário mínimo por mês. Os recursos envolvidos chegaram a R\$ 813 milhões, contra R\$ 190 milhões, em 1996 — um crescimento de mais de trezentos por cento, apenas para custear os benefícios de prestação continuada, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS.

647 mil idosos e deficientes receberam um salário mínimo por mês em 1997.

Evolução do Número de Idosos e Deficientes Favorecidos com Benefícios da Assistência Social

(Em milhares)



Fonte: MPAS

Em outros programas sociais, foram gastos R\$ 435 milhões, em articulação com Estados, Municípios e entidades prestadoras de serviços, consolidando-se a de-

terminação de descentralizar ações e recursos. Com o incremento dos gastos, ampliou-se a cobertura no campo assistencial, complementando o amparo que continua sendo oferecido pela renda mensal vitalícia que, mesmo sem concessão de novos benefícios, substituídos pelas iniciativas previstas na LOAS, consumiu R\$ 1,5 bilhão no atendimento a mais de um milhão de pessoas.

Os programas de assistência social beneficiaram 1,4 milhão de crianças carentes.

O Programa de Combate ao Trabalho Escravo, Infantil e Degradante retirou mais de 37 mil crianças do trabalho precoce, em 1997, investindo um total de R\$ 15 milhões em bolsas concedidas às famílias. No Programa Brasil Criança Cidadã, 403 mil meninos e adolescentes foram atendidos a um custo de R\$ 77 milhões. Nos demais programas de apoio à criança carente, o Governo investiu cerca de R\$ 219 milhões, em benefício de 1,4 milhão de menores.

Receberam auxílio, ainda, 12.484 projetos de geração de renda com investimentos de R\$ 29 milhões. Outras ações sociais e comunitárias foram apoiadas a um custo total de R\$ 10 milhões.

Em 1998, a assistência social continuará dando ênfase à consolidação da política de descentralização das ações e dos recursos. Serão estreitadas as parcerias com Estados, Municípios e entidades não-governamentais para aumentar a eficiência dos programas. O benefício específico a idosos e a portadores de deficiências consumirá 63% dos recursos orçamentários alocados para 1998, no Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. O combate às fraudes será feito mediante a revisão, pela perícia médica do INSS, de todos os benefícios já concedidos. Para executar a tarefa, os quadros do Instituto serão reestruturados e reforçados por duzentos novos médicos-peritos supervisores.

DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E SANEAMENTO

A atuação nessa área foi marcada por ampla reestruturação institucional da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em especial das políticas setoriais de habitação e saneamento, a fim de superar dificuldades operacionais nas três esferas de Governo.

Os principais desafios e estratégias dessa política estão centrados no resgate da competência da esfera federal, que deve atuar nos campos normativo, de cooperação técnica e de financiamento; na descentralização das ações executivas; na integração intragovernamental; e na articulação da ação pública com o setor privado e a sociedade, em apoio à redução das desigualdades sociais.

DESENVOLVIMENTO URBANO

A reestruturação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano começou com a revisão da legislação que limitava a execução das políticas de saneamento e de habitação de interesse social. Assim, foram adotadas medidas para facilitar o trabalho das Prefeituras, na elaboração de projetos e na aplicação dos recursos.

Revisão da legislação facilita projetos de Prefeituras em habitação e saneamento.

Merece destaque, ainda, a redução de custos de cartório e de formalização de negócios imobiliários nas cidades de Brasília, Curitiba, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, que favoreceu a população de baixa renda, tornando acessível a regularização de lotes e imóveis.

O Programa de Infra-Estrutura Urbana — Pró-Infra deu prioridade aos investimentos públicos em transporte coletivo urbano e em segurança viária, para reduzir custos de deslocamento, de poluição ambiental e de acidentes de trânsito. O Pró-Infra também aplicou recursos na infra-estrutura de áreas degradadas, insalubres ou em situação de risco, habitadas por populações de baixa renda. Foram contratados mais de quinhentos projetos em cerca de 450 Municípios, no valor de R\$ 193,9 milhões, que melhoraram as condições de vida de aproximadamente um milhão de famílias e geraram mais de 21 mil empregos.

HABITAÇÃO

A periferia das cidades brasileiras transformou-se em um grande canteiro de pequenas obras. Nos últimos dois anos, o setor da construção civil cresceu quase quarenta por cento, impulsionado sobretudo pelo consumo-formiga de famílias de baixa renda empenhadas na auto-construção ou em ampliar e melhorar a casa.

A periferia das cidades é um grande canteiro de pequenas obras.

Metade da produção de cimento, hoje, é vendida em pequenas quantidades pelo mercado varejista de cerca de cem mil lojas de material de construção. Essa rede

de varejo responde por 72% das vendas da produção nacional de cimento - 38 milhões de toneladas, em 1997.

O primeiro grande aumento do consumo de cimento foi em 1996, quando cresceu 23%, em relação ao ano anterior. Em 1997, o crescimento foi de doze por cento, comparado a 1996. Fortemente empregador de mão-de-obra com baixa qualificação profissional - ou mesmo sem nenhuma - o setor da construção civil também teve um notável desempenho em relação aos salários pagos ao trabalhador.

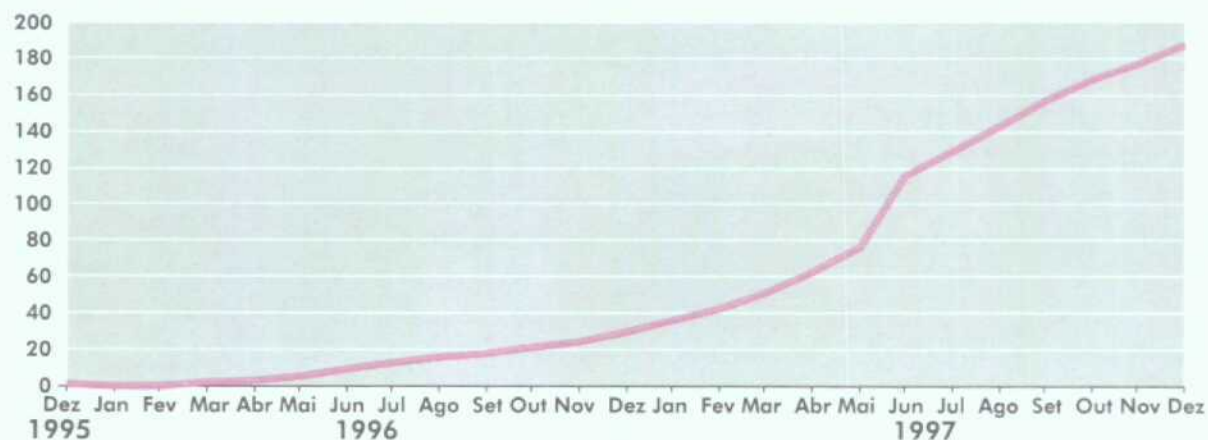
Ao se desagregar a massa de rendimentos reais por setor de atividades, observa-se que a construção civil apresenta o segundo maior crescimento acumulado, em termos de remuneração auferida por seus empregados, perdendo por pouco, apenas, para os serviços. Entre janeiro de 1995 e agosto de 1997, o crescimento real acumulado dos rendimentos na construção civil foi de 33,8%, contra 36,3% no setor de serviços.

Responsável no Governo pela área de habitação e saneamento, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento obteve importantes avanços com a retomada do fluxo de financiamentos, a descentralização da alocação de recursos do FGTS, a focalização dos investimentos públicos no setor, a modernização e a regulação da prestação de serviços de saneamento e a oferta de programas mais abrangentes e flexíveis.

A grande aceitação do Programa Carta de Crédito, por exemplo, estimulou o Governo a ampliar seu alcance. A partir de 1997, tornou-se possível financiar, além da compra de casa própria, a aquisição de lote, a melhoria e a ampliação da moradia. Essa linha de crédito apresenta como inovações a simplificação dos procedimentos de empréstimo, a parceria com entidades públicas e privadas para acompanhamento das obras, o assessoramento técnico ao projeto e à construção, o reconhecimento do trabalho informal para composição da renda familiar e a possibilidade de edificação em terreno de terceiros.

Programa Carta de Crédito

Contratos Assinados - Dez/95 a Dez/97 (Em milhares)



Fonte: MPO

Em 1997, o Carta de Crédito investiu R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,42 bilhão na modalidade individual e R\$ 689 milhões na associativa, atendendo a 113,2 mil famílias e possibilitando a geração de 77 mil empregos.

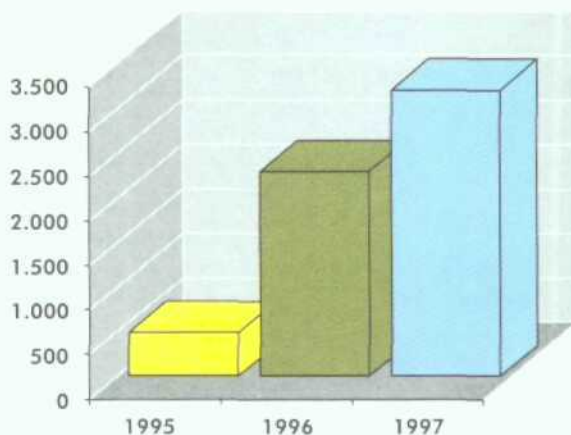
Carta de Crédito teve R\$ 2,1 bilhões em 1997, para 113,2 mil famílias.

A criação do Sistema Financeiro Imobiliário permitirá, por sua vez, a produção de maior número de imóveis e a geração de mais empregos. Simplificado, ágil e com regras de mercado, o novo sistema oferece segurança e maior garantia ao investidor porque prevê a securitização, a livre negociação de recebíveis e a alienação fiduciária do imóvel.

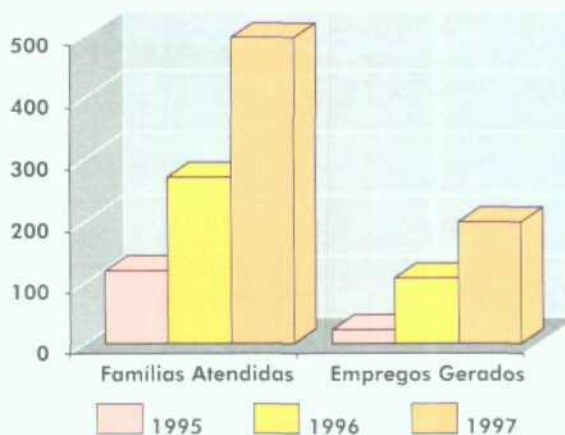
A prioridade da política de habitação do Governo, porém, continua sendo o atendimento às famílias de baixa renda. Os investimentos federais somaram R\$ 3,21 bilhões e superaram em 42,83% o volume de recursos aplicados em 1996. Cerca de quinhentas mil famílias foram beneficiadas e quase duzentos mil empregos foram gerados.

Os investimentos em habitação beneficiaram quinhentas mil famílias e geraram duzentos mil empregos.

Evolução dos investimentos Contratados na Área da Habitação
(R\$ milhões)



Evolução do N° de famílias Atendidas e de Empregos Gerados Pelos Programas de Habitação
(Em milhares)



Fonte: MPO (Recursos do FGTS e Tesouro)

Os Programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil permitiram melhorias habitacionais em favelas e em áreas degradadas em todo o País. Em 1997, as contratações do Pró-Moradia totalizaram R\$ 650 milhões e atenderam a 209 mil famílias, além de gerar cerca de setenta mil empregos. O Habitar-Brasil contratou R\$ 300 milhões, beneficiou 162 mil famílias e abriu 34 mil novos postos de trabalho.

Pró-Moradia e Habitar-Brasil atenderam a 371 mil famílias e abriram 104 mil postos de trabalho.

Destinado a empresas de construção, o Programa de Apoio à Produção de Habitações fez operações de R\$ 137 milhões e permitiu o acesso à moradia a quase onze mil famílias, além de favorecer a criação de dezesseis mil empregos.

A articulação com outros setores e com as demais esferas de governo tornou possíveis a preparação, em parceria com o BNDES, de projetos habitacionais associados à geração de renda, a avaliação da legislação federal de parcelamento do solo e a identificação de imóveis de propriedade da União, que estão disponíveis e podem ser utilizados em programas habitacionais de interesse social.

Em fase final de negociação encontra-se o Programa Habitar Brasil-BID, que tem como público-alvo setenta mil famílias de baixa renda, envolvendo recursos de US\$ 417 milhões, incluída a contrapartida da União, dos Estados e dos Municípios. Finalmente, começa a dar resultados o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade da Construção Habitacional, cujo objetivo é melhorar a qualidade, reduzir os custos e os prazos e permitir a produção habitacional em escala industrial, a partir do desenvolvimento de materiais, sistemas e tecnologias mais modernos e baratos e de procedimentos de combate ao desperdício.

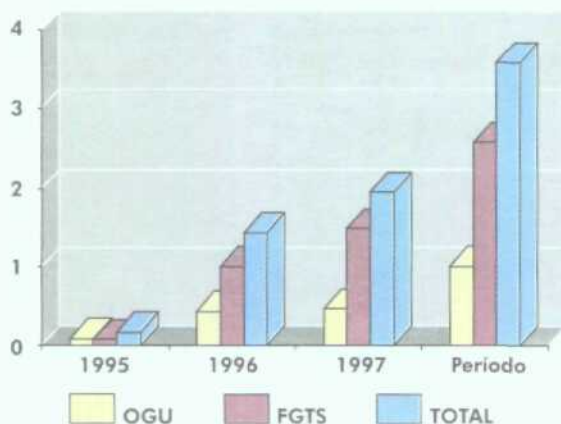
SANEAMENTO

O déficit de água, na área urbana, foi reduzido em 79% e o de esgoto, em 31%.

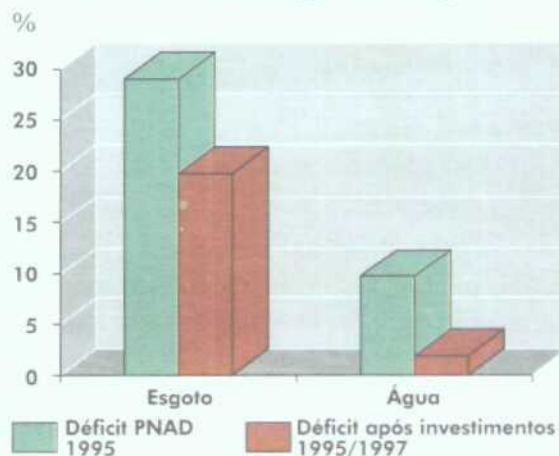
Sempre com o objetivo central de universalizar os serviços, o Governo investiu, em 1997, cerca de R\$ 2,2 bilhões em saneamento, com melhoria da qualidade de vida de 2,9 milhões de famílias e geração de aproximadamente 470 mil empregos.

Esse volume de recursos é 35,4% superior ao aplicado em 1996. Em três anos, o déficit urbano de água foi reduzido em 79% e o de esgotamento sanitário, em 31%.

Evolução do valor dos investimentos em Saneamento
(R\$ milhões)



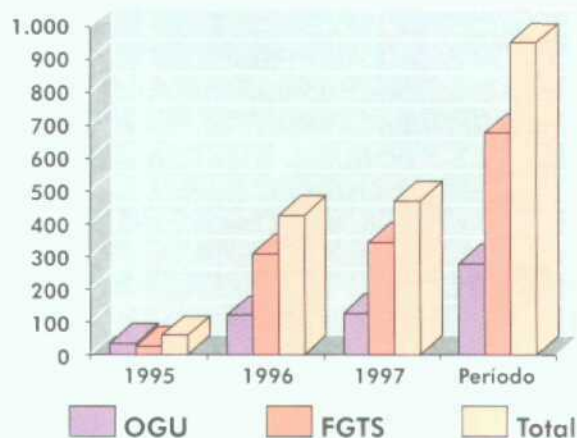
Evolução do Déficit Urbano de ligações domiciliares de Água e de Esgoto



Fonte: MPO

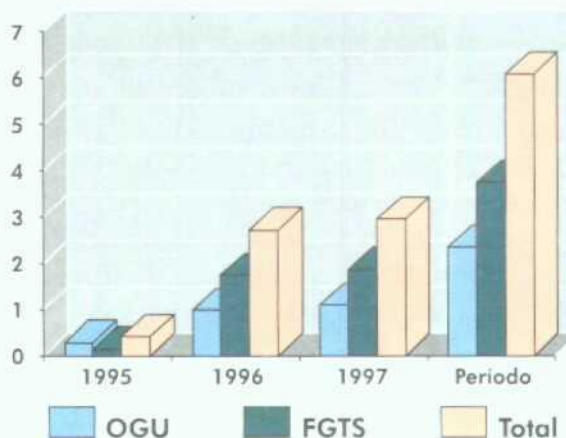
Evolução do N° de empregos gerados pelos Programas de Saneamento

(Em milhares)



Evolução do N° de famílias beneficiadas pelos Programas de Saneamento

(Em milhões)



Fonte: MPO

Com investimentos de R\$ 1,49 bilhão, o Programa Pró-Saneamento estendeu os serviços a 1,8 milhão de famílias. Já o Programa de Ação Social em Saneamento - PASS teve recursos de R\$ 392 milhões, em 1997, e levou a 925 mil famílias das camadas mais pobres da população abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final de lixo.

Os investimentos em saneamento: 2,9 milhões de famílias beneficiadas e 470 mil empregos.

A instituição do PASS-BID permitirá ao Governo Federal executar 359 mil ligações de água, 497 mil ligações de esgotos e 250 mil instalações intradomiciliares, nos próximos três anos, a um custo de US\$ 500 milhões. Para dar início imediato à execução do Programa, estão sendo preparados 150 projetos completos e integrados de água e esgoto, em cidades de nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Pará, Goiás e Minas Gerais.

A Política Nacional de Saneamento tem como principal iniciativa, no que se refere à atuação institucional, o Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS. Adotando uma estratégia de ação descentralizada, o Programa busca induzir as empresas prestadoras dos serviços a investir na eficiência e na redução do desperdício e estimular a participação do setor privado. Destaca-se, em 1997, a consolidação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento, que permite monitorar a evolução do setor.

Graças ao PMSS, a receita das 27 companhias estaduais de saneamento aumentou 23% de 1995 para 1996, passando de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,5 bilhões. No mesmo período, o índice de perdas diminuiu dez por cento, o que significa uma economia de R\$ 265 milhões, e a produtividade média de pessoal próprio cresceu vin-

PMSS e PROSEGE melhoram a qualidade de vida de 161,3 mil famílias pobres.

te por cento. Financiados pelo Banco Mundial e pelo BID, respectivamente, o PMSS e o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE investiram R\$ 70,4 milhões, em 1997, e beneficiaram 161.313 famílias.

Em sintonia com a Secretaria de Política Urbana e o Programa Comunidade Solidária, o Ministério da Saúde também desenvolveu ações com enfoque epidemiológico, na área de saneamento básico em pequenos Municípios e comunidades do interior. Foram construídos 311 sistemas públicos de abastecimento de água, 128 sistemas de esgoto, cerca de mil sistemas simplificados e dezenove oficinas municipais de saneamento e 27 estações de tratamento de resíduos sólidos. Os investimentos foram de R\$ 138 milhões, abrangendo um universo de 198 mil famílias e proporcionando um quadro sanitário mais favorável em 17,5 mil domicílios.

METAS PARA 1998

Os investimentos serão ampliados e espera-se a aprovação de medidas normativas nas áreas de habitação e de saneamento, com ênfase para o projeto de lei de diretrizes gerais do saneamento ambiental.

Para habitação, estão previstos investimentos globais de R\$ 2,2 bilhões, em 1998, sendo R\$ 322 milhões para o Pró-Moradia, R\$ 484 milhões para o Habitar-Brasil, R\$ 1,1 bilhão para o Carta de Crédito e R\$ 274 milhões em Apoio à Produção, com 434 mil famílias beneficiadas.

Até o fim do Governo, será zerado o déficit de água das áreas urbanas e oitenta por cento da população terão esgoto.

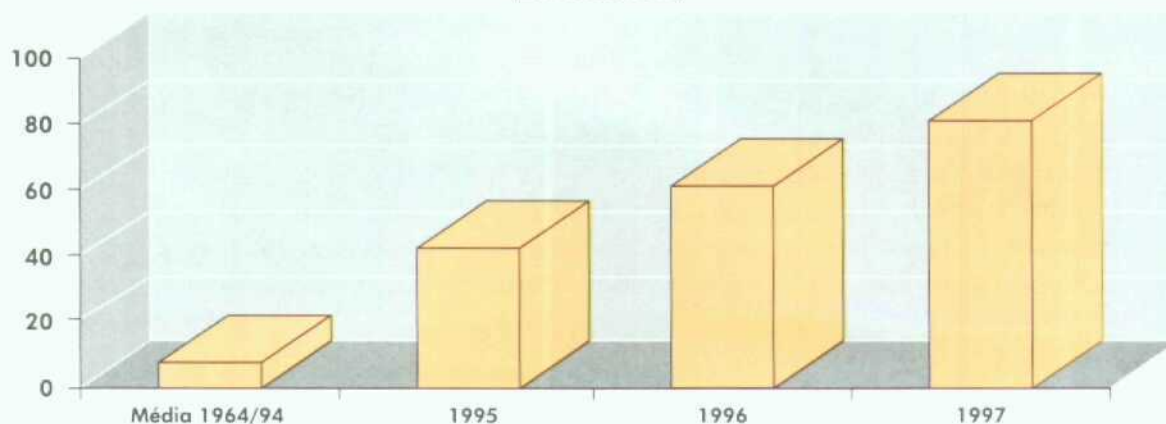
Na área de saneamento, a meta é estender a oferta de serviços de abastecimento de água a *toda* a população urbana e o esgotamento sanitário a oitenta por cento. Para 1998, estão previstos investimentos da União de R\$ 1,64 bilhão, assim distribuídos: R\$ 1,2 bilhão no Pró-Saneamento, R\$ 295 milhões no PASS, R\$ 137 milhões no PMSS e R\$ 14,1 milhões nas demais ações. Com esses recursos, será possível atender a 2,4 milhões de famílias e gerar cerca de 330 mil empregos.

REFORMA AGRÁRIA

Pelo terceiro ano consecutivo, o Governo superou a meta estabelecida para o Programa de Reforma Agrária, com o assentamento de 81.944 famílias, em 1997. O feito é mais significativo, quando se considera que o total de assentados nos últimos três anos equivale a 85% do número de trabalhadores beneficiados pela reforma agrária, nos trinta anos anteriores: 218.033 famílias, no período 1964-1994, e 186.900 famílias, de 1995 a 1997.

O Governo superou todas as metas da reforma agrária.

Evolução do N° de Famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária
(Em milhares)



Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária

Além de terra, em 1997, 49.173 famílias receberam crédito de habitação, 50.376 famílias, crédito de fomento, 44.860, crédito de alimentação e 68.840 famílias ganharam crédito para produção, no âmbito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária — PROCERA.

À superação das metas somaram-se avanços qualitativos, traduzidos pelo Programa de Qualidade e Produtividade nos assentamentos, que descentralizou os serviços de apoio às famílias. Um exemplo é o Projeto Lumiar, que prevê a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos. Mais de quarenta equipes já estão trabalhando, especialmente na Região Nordeste, com o objetivo de tornar os assentamentos auto-sustentáveis no menor prazo possível, por meio de um processo de aprendizagem coletiva. Outros três projetos estão em fase de implantação: Casulo, Roda Viva e Cédula da Terra.

A principal novidade do Projeto Casulo é a sua proposta de parceria entre as três esferas de Governo, para descentralizar, redu-

O próximo passo é descentralizar a reforma agrária, em parceria com Estados e Municípios.

zir custos e acelerar as ações de reforma agrária. Cabe às autoridades locais o cadastramento de agricultores sem terra e a identificação de áreas públicas estaduais e municipais disponíveis ou que possam ser adquiridas pelo Governo Federal. O Programa de Reforma Agrária garante o crédito às famílias e o financiamento da infra-estrutura social é dividido com Estados e Prefeituras.

O Projeto Roda Viva tem o objetivo de melhorar a qualidade de gestão da reforma agrária por meio da participação integrada de diversos órgãos públicos, para assegurar o desenvolvimento adequado nas áreas social e de infra-estrutura. Em 1997, foram implantados projetos-piloto nos Estados de Mato Grosso, Maranhão, Pernambuco e Rondônia.

O terceiro projeto — o Cédula da Terra — terá recursos no valor de US\$ 150 milhões, dos quais uma parte financiada pelo Banco Mundial, e será operado pelo Banco do Brasil e outras instituições federais. A primeira parcela, orçada em US\$ 60 milhões, contará com US\$ 45 milhões do Governo Federal e destina-se à formação de um Fundo de Terras. Os Estados participarão com US\$ 6 milhões, para administração e supervisão dos assentamentos, e os beneficiários entrarão com US\$ 9 milhões, em aporte financeiro, materiais e mão-de-obra, para implantação de parte dos subprojetos comunitários. A compra da terra será feita de forma muito simples: um grupo de agricultores identifica a área que deseja, elabora um processo sumário para aquisição da gleba e o apresenta à unidade técnica do Estado. Se for aprovado, o grupo receberá o financiamento com prazo de dez anos para pagar.

A segunda parcela do Projeto Cédula da Terra será de US\$ 90 milhões do Banco Mundial, para o financiamento, a fundo perdido, de investimentos em infra-estrutura, assistência técnica, treinamento, produção e necessidades locais dos assentados. Quinze mil famílias serão beneficiadas, a um custo de apenas R\$ 10 mil cada uma, nos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Após a conclusão, prevista para três anos, o Banco Mundial já se dispôs a financiar a continuidade do projeto, em escala mais ampla.

Sistemas de informações vão tornar a reforma agrária melhor e mais barata.

Outra realização importante de 1997 foi a elaboração do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, que entrevistou oitenta por cento das famílias assentadas. O censo revelou as condições dos assentamentos e como vivem os trabalhadores, facilitando a elaboração de estudos mais detalhados que servirão de base para o aperfeiçoamento do processo de reforma agrária no País.

Foi iniciada, ainda, a revisão geral dos cadastros de terra do País, com metodologia diferente daquela utilizada em levantamentos anteriores, que se baseava em declarações prestadas pelos proprietários de imóveis rurais. Além da inspeção "in loco", o novo método conta com o uso de dois satélites. Para se ter idéia da complexidade da tarefa, em seis meses de trabalho, até outubro de 1997, os técnicos conseguiram recadastrar cerca de 1.600 imóveis rurais de um total de 3,7 milhões de estabelecimentos registrados no banco de dados do INCRA.

Para analisar o mercado de terras, criou-se um sistema pioneiro de informações sobre os preços das glebas nas transações privadas, que dará subsídios ao Governo, para fins fiscais e de reforma agrária, dificultando ainda mais as fraudes e as superavaliações e reduzindo o custo final dos assentamentos. Em termos de regularização fundiária, o balanço de 1997 indica a demarcação de 19.030 parcelas e a expedição de 12.176 documentos de titulação de terras.

AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO

O desempenho do Programa de Reforma Agrária deverá ser ainda melhor, em 1998, devido a uma série de medidas de ordem legal adotadas pelo Governo e que se somam a outras leis aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como o novo Imposto Territorial Rural — ITR e as iniciativas que simplificaram os procedimentos para desapropriação de terras.

Medidas legais simplificam o processo de desapropriação de terra.

Exemplos disso são a Medida Provisória nº 1.577, de 1997, e o Decreto nº 2.250 também de 1997. A primeira tornou difícil ao proprietário ou preposto do imóvel rural usar de artifícios para não receber a comunicação de vistoria, uma prática comum que vinha retardando o processo de desapropriação de terras. A mesma medida estabeleceu em seis por cento ao ano os encargos financeiros incidentes sobre a diferença entre o preço ofertado em juízo e o valor efetivo do imóvel fixado pelo Poder Judiciário, o que reduz o custo da reforma agrária. Até então, o Poder Judiciário fixava os juros compensatórios em doze por cento ao ano.

Outra determinação da Medida Provisória é a revisão dos critérios de avaliação das áreas improdutivas, o que tornou os preços pagos pelo Governo mais adequados à realidade do mercado, onde a terra perdeu até cinquenta por cento do valor, desde o Plano Real. Na mesma direção, passou a ser prevista responsabilidade civil, penal e administrativa do engenheiro agrônomo que superavaliou o imóvel rural ou fraudar dados e informações relativos à gleba a ser desapropriada.

Acabou a indústria das desapropriações superfaturadas.

A Medida Provisória contém, ainda, mais um passo importante para descentralizar a reforma agrária. Mediante convênio, podem ser delegados aos Estados o cadastramento, a vistoria e a avaliação dos imóveis rurais, desde que sejam instituídos órgãos colegiados com participação da sociedade civil.

Abre-se, finalmente, a possibilidade de instituição de Comissões Agrárias estaduais e dificulta-se a ação de proprietários que tentem “maquiar” a terra improdutiva ou fragmentar o imóvel rural, depois de realizada a vistoria, para escapar do processo de desapropriação.

O Decreto nº 2.250, por sua vez, define uma série de providências, como a possibilidade de que entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais e agricultores indiquem áreas passíveis de desapropriação com fins de reforma agrária, fixando o prazo de 120 dias para que o órgão fundiário realize a vistoria, sob pena de responsabilidade administrativa. A data da vistoria será comunicada às entidades dos trabalhadores rurais e dos proprietários, que poderão escolher representante técnico a fim de acompanhar os funcionários do INCRA.

Completando o elenco de medidas legais adotadas em 1997, o mesmo decreto determinou que o proprietário do imóvel rural terá um prazo de quinze dias, após o recebimento do laudo de vistoria, para exercer o direito de manifestação. Estabeleceu, ainda, que o imóvel rural invadido não será vistoriado até ser desocupado. Com isso, procura-se desestimular a ocupação ilegal de terras e diminuir os riscos de conflitos fundiários.

METAS PARA 1998

Em 1998, a meta é assentar 100 mil famílias. Em quatro anos serão 280 mil.

A principal delas é o assentamento de cem mil famílias, o que garante o cumprimento da promessa do Governo de dar terra a 280 mil trabalhadores, em quatro anos. A agenda deste ano ainda prevê a demarcação de quatro mil parcelas, a expedição de trinta mil documentos de titulação de terras, o recadastramento de 8.800 imóveis rurais e a continuidade da revisão geral dos cadastros.

Serão fortalecidos os mecanismos que garantem ganhos qualitativos ao processo de reforma agrária, como os projetos Lumiar, Casulo, Roda Viva e Cédula da Terra. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, o Governo negociará o financiamento de um projeto no valor de US\$ 250 milhões, destinado a consolidar e emancipar os assentamentos da reforma agrária, que permitirá ampliar as metas e atender à grande demanda dos movimentos sociais.

O Banco da Terra será o maior programa de crédito fundiário já feito no Brasil.

Também, a partir de 1998, estará em pleno funcionamento o Banco da Terra — o maior programa de crédito fundiário feito até hoje no Brasil. Uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão vai financiar os “sem-terra” e os pequenos produtores rurais. Para tanto, o BNDES criou uma Diretoria de Desenvolvimento Regional e Fundiário, que dará suporte ao Banco da Terra. A fonte de recursos foi definida em lei, que destinou ao Programa de Reforma Agrária e a outras ações de natureza social, sessenta por cento do valor das contas inativas recadastradas pelo Banco Central e não reclamadas pelos depositantes.

JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

O Governo orientou suas ações, na área da Justiça, em três grandes direções: defesa da cidadania, defesa dos direitos e garantias constitucionais e segurança pública.

DIREITOS DO CIDADÃO

Em defesa da cidadania, o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH desenvolve ações para promover a igualdade e o respeito aos direitos humanos, em ambiente ainda afetado por grandes carências sociais e graves violações das garantias do cidadão. Com um caráter integrado e descentralizado, a execução do Programa envolve as esferas estadual e municipal, os Poderes Legislativo e Judiciário, organizações não-governamentais e parcerias com organismos internacionais, tais como os programas das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência — UNICEF, para o Desenvolvimento — PNUD, para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO, e para a Mulher — UNIFEM, além da Anistia Internacional e da Cruz Vermelha.

A atuação do PNDH tem proporcionado mais credibilidade internacional ao Brasil, que começa a ver recompensados, em termos de imagem externa, os avanços feitos na política de direitos humanos. Um deles foi o reconhecimento, por parte do País, pela primeira vez na história da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, das violações feitas por governos passados, a exemplo da chacina dos presos do Carandiru e das mortes de detentos em delegacia policial de Parada de Lucas, São Paulo. Outro fato notável foi o pronunciamento, como réus a serem submetidos a júri popular, dos 155 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás, Pará.

Entre as ações de combate à impunidade, destaca-se o Programa de Proteção a Testemunhas, a Vítimas e Familiares de Vítimas de Crime, já em execução em diversos Estados. Com o mesmo objetivo, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas sob ameaça.

Contra a impunidade, criou-se o Programa de Proteção às Testemunhas.

Nos termos da Lei nº 9.140, de 1995, o Governo pagou 150 indenizações a famílias de mortos e desaparecidos políticos, no valor total de R\$ 17 milhões.

No campo da promoção da igualdade e da cidadania, o Governo deu passo fundamental ao aprovar no Congresso Nacional a lei que estabelece a gratuidade dos registros civis de nascimento e de óbito. Esses documentos passarão a ser fornecidos de graça e de forma universal, em todo o território nacional, conforme o texto aprovado em dezembro de 1997.

A gratuidade dos registros civil e de óbito é fundamental para a promoção da igualdade e da cidadania.

Direitos da Criança e do Adolescente

Nessa área, foi dada prioridade, em 1997, às ações voltadas para adolescentes em conflito com a lei, crianças e jovens submetidos à exploração sexual e a maus-tratos. Fazem parte desse esforço a capacitação de 1.500 profissionais incumbidos de prestar atendimento ao adolescente infrator, a construção e a reforma de doze unidades de atendimento, em seis Estados: Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Sergipe.

A ação social do Exército tem sido importante no enfrentamento do problema dos meninos e meninas de rua. O apoio é dado pela incorporação aos quartéis de dez mil crianças carentes, que formam os “pelotões-esperança” ou “pelotões-mirins”, e recebem curso de alfabetização, alimentação, assistência médico-odontológica, iniciação profissional e noções de higiene e civismo, requisitos essenciais ao exercício da cidadania.

Para combater abusos sexuais contra crianças e adolescentes, foi lançada uma ampla Campanha Nacional contra a Exploração Sexual Infantil, com a participação da EMBRATUR e do Ministério da Justiça.

Foram implantados ou fortalecidos 227 Conselhos dos Direitos da Criança e novecentos Conselhos Tutelares.

Decisão importante para dar efetividade ao esforço do Governo foi a de implantar e fortalecer os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. São 227 Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e novecentos Conselhos Tutelares, que respondem pela estrutura do Sistema Nacional de Garantia dos Direitos

dos Menores, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Cerca de mil conselheiros já foram capacitados.

Encontra-se em fase de implantação em dez Estados o Sistema de Informação para Infância e Adolescência — SIPIA, que visa monitorar a violação de direitos da criança e do adolescente. Ainda em 1998, a perspectiva é de que todos os Estados integrem-se ao Sistema.

Direitos dos Portadores de Deficiência

A partir de 1997, a defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência ganhou maior relevo, graças aos esforços de normatização, à melhoria das condições de acessibilidade ao espaço urbano e à produção e disseminação de informações sobre os cidadãos que fazem parte desse grupo.

Projetos ampliam direitos dos portadores de deficiência.

Foram encaminhados ao Congresso Nacional dois importantes projetos de lei: o primeiro, instituindo a Política Nacional de Reabilitação

para Pessoas Portadoras de Deficiência; o segundo, a Política Nacional de Acessibilidade, que trata da eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem a livre movimentação das pessoas com dificuldade de locomoção.

Além disso, foram colocados à disposição de profissionais e de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na área de apoio às pessoas portadoras de deficiência dezessete títulos técnicos e quatro em Braille, num total de setenta mil exemplares publicados. Implantaram-se quatro postos regionais do Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, em Florianópolis, Porto Alegre, Natal e Curitiba, por meio de convênios com governos locais e vinte organizações não-governamentais. Com o intuito de assegurar o exercício da livre mobilidade das pessoas com limitações de locomoção, foi executado o Projeto Cidade para Todos, em parceria com 25 Prefeituras, beneficiando diretamente cerca de 530 mil pessoas.

Direitos da Mulher, do Negro e do Índio

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM preparou o documento “Estratégias da Igualdade”, em parceria com os Conselhos Estaduais e entidades ligadas ao movimento feminino, contendo propostas para a implementação da Plataforma de Pequim, assinada pelo Brasil, durante a IV Conferência da Mulher, em setembro de 1995, na China.

Para a população negra, está sendo desenvolvido importante programa de assistência legal, de orientação e de encaminhamento psicossocial de mulheres de baixa renda, vítimas de violência doméstica e sexual, em parceria com a organização não-governamental Geledés. Destaca-se, também, a titulação de terras remanescentes de quilombos, em Oriximiná, no Pará e Rio das Rãs, na Bahia, bem como o início do mesmo processo para Kalungas, em Goiás.

Programa protege mulher negra vítima de violência.

Na área de assistência ao indígena, foram realizadas 28 demarcações, treze extrusões, 24 homologações e vinte registros de áreas indígenas; atendidos 71.807 estudantes índios; capacitados 1.354 professores das escolas indígenas; e efetuados investimentos no atendimento médico-odontológico e de enfermagem, principalmente em ações preventivas no controle de doenças infecto-contagiosas, assistência materno-infantil, redução da cárie dental e melhoria da infra-estrutura de saúde.

Cumpriram-se, assim, as três diretrizes do Governo para a política indigenista, em 1997: garantia de ocupação das terras regularizadas, educação escolar indígena e saúde.

Defesa do Consumidor

A descentralização do sistema de fiscalização das relações de consumo e a aplicação de penalidades foram medidas importantes adotadas pelo Decreto nº 2.181, de 1997, que vêm permitindo maior agilidade na solução dos conflitos. Ao mesmo tempo, deu-se ênfase ao Programa de Municipalização e Implementação das Associações Cívicas de Defesa do Consumidor.

Consumidor de amanhã tem programa hoje.

O Código de auto-regulamentação das empresas distribuidoras de gás permitiu reclassificar cerca de três milhões de botijões de gás, para garantir maior segurança ao consumidor. Em 1998, pretende-se implantar o Projeto Formando Hoje o Consumidor de Amanhã, que atingirá 52 mil estabelecimentos escolares com público-alvo de 25 milhões de alunos, na faixa de cinco a doze anos. O projeto será feito em parceria com o Ministério da Educação, que vai franquear o acesso à TV Escola e ao Programa de Informatização, para a edição e distribuição de material interativo.

Na ampliação da concorrência, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE teve participação destacada como instrumento de combate à concentração e a práticas consideradas anticompetitivas e prejudiciais à livre concorrência.

DEFESA DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Tramitam no Congresso Nacional vários projetos prevendo ações e medidas legais relativas à defesa dos direitos e das garantias constitucionais, com destaque para o que estabelece diretrizes sobre processo e julgamento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Outros projetos foram encaminhados pelo Governo: alteração do Código Penal, com vistas a combater o trabalho escravo, garantia de salas separadas para as testemunhas de acusação e defesa, quando em audiência, redução de pena para o agente colaborador que ajudar na identificação dos demais envolvidos em crime e alteração de dispositivos visando coibir o abuso de autoridade e outras impropriedades administrativas.

Para 1998, estão previstas a consolidação dos Códigos Civil e Comercial e a apreciação de projetos de lei sobre ação popular, ação civil pública, mandado de segurança, representação interventiva, mandado de injunção, “habeas data” e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

SEGURANÇA PÚBLICA

A necessidade de maior eficácia no combate à violência e às violações dos direitos humanos praticadas por agentes públicos levaram o Governo, os parlamentares e a sociedade a repensar o atual modelo de segurança pública. Como resultado imediato, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública e enviada ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional que modifica profundamente a política adotada até agora.

Enquanto se discute a questão, algumas medidas já foram tomadas, entre as quais, a capacitação de policiais civis e militares, realizada em parceria com as áreas de segurança pública dos Estados, com a Anistia Internacional, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO e a UNESCO. Cerca de 1.200 policiais já participaram do treinamento.

Ao mesmo tempo, foram feitas alterações na legislação, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de medidas mais rigorosas de prevenção e combate à violência e à impunidade. Entre elas, destacam-se a Lei nº 9.437, de 1997, que disciplina a venda, a posse e o porte de armas e munições, a de nº 9.299, de 1996, que transferiu da justiça militar para a justiça comum os crimes dolosos praticados por policiais militares, e a Lei nº 9.455, de 1997, que tipifica o crime de tortura e fixa penas severas para o torturador.

Em 1998, também serão implementados o Pró-Amazônia e o Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal — PROMOTEC. Com o Pró-Amazônia, componente importante dos Sistemas de Vigilância e de Proteção da Amazônia — SIVAM-SIPAM, o Governo quer ampliar a presença do Departamento de Polícia Federal — DPF na Região. Nas demais áreas do território nacional, caberá ao PROMOTEC expandir sua atuação.

No âmbito do Programa Nacional Antidrogas — PANAD, está sendo estruturado o Sistema Interamericano sobre o Consumo de Drogas — SIDUC, para intercâmbio de informações entre os integrantes da Organização dos Estados Americanos — OEA.

Sistema Interamericano sobre o Consumo de Drogas começa a ser implantado entre países da OEA.

Ações de combate e apreensão foram intensificadas, no País, para inibir a oferta de drogas nos mercados consumidores, e prosseguiram as operações de erradicação de plantações de maconha na Região Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e da Bahia.

Encontra-se em andamento o Programa Nacional de Treinamento para Prevenção do Abuso de Drogas e de Tratamento, Reabilitação e Reinserção Social do Usuário, desenvolvido em parceria com a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas e com o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de

Drogas. O Programa tem duração prevista até julho de 1998 e visa à capacitação e ao treinamento de profissionais e pessoas da comunidade, que atuem na área de prevenção, tratamento e reabilitação de viciados.

Sistema Penitenciário Nacional teve R\$ 106 milhões para construção e reforma de presídios. Foram abertas 7.070 vagas.

Para reduzir o déficit no Sistema Penitenciário Nacional, o Governo Federal investiu, mediante repasses aos Estados, recursos de R\$ 106 milhões destinados à construção, à ampliação e à reforma de estabelecimentos prisionais, que resultaram em 7.070 novas vagas.

O Complexo do Carandiru, em São Paulo, começou a ser desativado e substituído por nove unidades com capacidade para 6,5 mil detentos. Implantou-se o projeto Educação para Informática — Pró-Educar, voltado à formação educacional e cultural de quarenta mil presos. Também foram iniciados o Programa de Penas Alternativas e o Projeto Mutirão na Execução Penal, que oferece assistência jurídica gratuita ao preso pobre, com a participação das Defensorias Públicas Estaduais. Implantou-se o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias — INFOPEN, para cadastrar e controlar a população carcerária, a fim de acelerar o processo de liberação de presos que já tenham cumprido a pena.

Programa Déficit Zero vai criar mais 14,4 mil vagas em prisões.

Em 1998, começará o Programa Zero Déficit que prevê a construção de 52 penitenciárias federais e a abertura de mais 14,4 mil vagas, a um custo estimado de R\$ 130,2 milhões. Nas unidades prisionais, será desenvolvido um plano de ação para prevenção

e tratamento de tuberculose e de doenças sexualmente transmissíveis.

Como instrumento auxiliar no combate à criminalidade e à violência, criou-se o Programa Nacional de Integração das Informações de Justiça e Segurança Pública — INFOSEG, que permitiu a interligação da Polícia Federal a quinze Estados. A instalação dos Conselhos de Segurança Pública Regionais completou o sistema de articulação dos órgãos de segurança federais e estaduais.

Outra iniciativa relevante foi a aprovação da Lei nº 9.454, de 1997, que instituiu o Registro Civil de Identificação, a ser implantado a partir de 1998, permitindo a unificação das cédulas de identidade em todo o País. Na área de defesa civil, as ações para o enfrentamento de desastres e outras emergências tiveram um custo de R\$ 85,3 milhões e foram executadas por meio de convênios com Estados e Municípios afetados, principalmente para atendimento às populações atingidas.

Em 1998, estão previstas a capacitação de recursos humanos, para a difusão de conhecimentos na área de defesa civil, e a instalação de dois Centros de Estudos e Pesquisas sobre Desastres — CEPED.

Segurança no Trânsito

A realização mais significativa na área de segurança do trânsito foi a aprovação do Código de Trânsito Brasileiro, importante instrumento de humanização do trânsito e de civilidade de motoristas e pedestres. Para garantir a eficácia do novo Código, está em fase final de implantação o Registro Nacional de Veículos Automotores — RENAVAM, que já interliga 23 Estados e tem 21,5 milhões de veículos cadastrados.

Combate à Violência no Trânsito avança com a aprovação do Código de Trânsito Brasileiro.

Também um instrumento de apoio à luta contra a violência e a impunidade no trânsito, o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação — RENACH, com nove Estados interligados, possui 2,2 milhões de carteiras de motorista cadastradas.

Campanhas de segurança no trânsito realizadas no País, nos últimos anos, provaram que é possível reduzir, rapidamente, o número de vítimas de acidentes, até nos meses mais críticos de utilização das rodovias e avenidas das cidades. Com a Operação Carnaval, desencadeada pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, de dezembro de 1996 a março de 1997, houve um decréscimo de 11,3% no número de mortos em acidentes de trânsito, e de 7,5%, com a Operação Verão.

ESPORTES

O esporte construindo a cidadania.

O esporte construindo a cidadania – esta é a diretriz do Governo, que tem feito um grande esforço para utilizar o esporte como instrumento de política pública voltada à educação e à promoção da saúde.

No plano institucional, a “Lei” Pelé, em fase final de tramitação no Congresso Nacional, representa importante vitória para o esporte brasileiro. Com um espírito modernizante, a proposta introduz substanciais mudanças na gestão do esporte, afastando práticas que não mais encontram respaldo no Brasil de hoje.

A “Lei” Pelé é um marco importante na modernização da gestão do esporte no Brasil.

A transformação dos clubes em empresas; o fim da Lei do Passe; a autorização para que os clubes criem ligas independentes das confederações e federações estaduais; a permissão para que árbitros de futebol e auxiliares

constituam entidades nacionais e estaduais, que cuidarão do recrutamento, da formação e da prestação de serviços à Confederação Brasileira de Futebol - CBF e às federações - são estas as principais mudanças que permitirão avançar na gestão do esporte, altamente profissional dentro das quadras, mas nem tanto fora delas.

ESPORTE SOLIDÁRIO

O Programa Esporte Solidário tem o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos esportivos para crianças e adolescentes de regiões com reconhecida carência assistencial. Em parceria com vários segmentos da sociedade, busca otimizar infraestruturas e espaços já instalados e mobilizar vários atores sociais para estimular a massificação da prática de esportes. Exemplo disso são os convênios firmados com diversos Estados, Municípios, instituições federais de ensino superior e com a Confederação Nacional da Indústria - CNI. Este convênio com a CNI, aliás, revelou o Serviço Social da Indústria - SESI como o grande parceiro na viabilização do programa, permitindo sua implantação em 104 comunidades carentes.

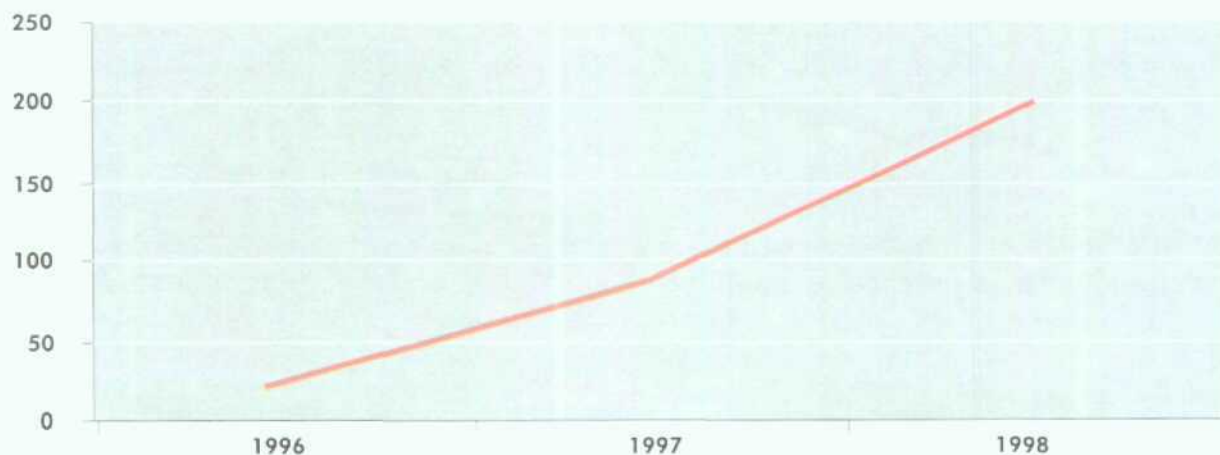
Esporte solidário alegra a vida de quase noventa mil crianças carentes.

Embora o volume de recursos aplicados em 1997 tenha crescido apenas 25%, em relação a 1996, o número de crianças e adolescentes atendidos foi de 88.150, uma expansão de 312%. Para 1998, a previsão é de que o número

de beneficiários seja aumentado em 130%.

Crianças e Adolescentes Atendidos pelo Programa Esporte Solidário

(Em milhares)

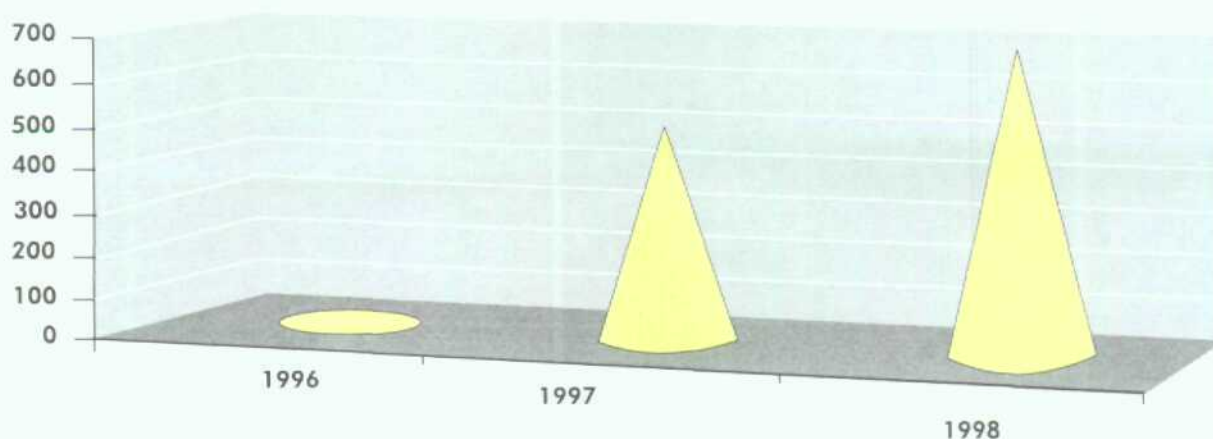


Fonte: INDESP

O Programa Infra-Estrutura Desportiva, criado para apoiar a construção, modernização e adequação de quadras, ginásios e outros espaços esportivos, sobretudo os relacionados à ação desportiva comunitária em áreas carentes e de população de baixa renda, atendeu 471 comunidades. Trata-se de um substancial acréscimo em relação a 1996, quando apenas duas comunidades foram assistidas. Para 1998, prevê-se o atendimento de 676 comunidades.

Comunidades Carentes Atendidas pelo Programa Infra-Estrutura Desportiva

(Em milhares)



Fonte: INDESP

Crianças em Ação

No campo educacional, as ações desportivas foram orientadas por dois subprogramas: o Esporte Educacional na Escola e o Esporte Educacional na Comunidade. O primeiro, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e do Esporte, garantiu aos alunos de 1º e 2º graus das redes públicas de ensino a participação efetiva em processo diferenciado de educação por intermédio do esporte. Foram eventos como a Conferência Brasileira do Esporte na Escola, os Jogos das Escolas Públicas Brasileiras e os Grêmios Escolares, com destaque para o treinamento de quinhentos profissionais que desenvolvem a proposta nos Estados. O segundo tratou de assegurar a participação da população, prioritariamente dos estratos socioeconômicos menos favorecidos, em um processo de educação pelo caminho do esporte.

Portadores de Eficiência

Diversos projetos estimularam e garantiram, por meio da prática esportiva, a participação de pessoas portadoras de deficiência, em atividades sociais, e a melhoria da sua qualidade de vida. Entre eles, destacam-se o apoio à instalação de núcleos de atendimento desportivo, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, à documentação e à disseminação de informações, todas voltadas especificamente para esta área. Dos 64 eventos, nos quais foram aplicados R\$ 3,6 milhões, destacam-se a IV Copa Sul-Americana de Basquete em Cadeira de Rodas, o Campeonato Aberto de Natação, o Campeonato Especial de Futebol, os Jogos Regionais Paradesportivos da Região Sul e o II Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada. Foi um incremento de cem por cento em relação a 1996 e a meta para 1998 é atingir a marca de 110 eventos.

Caminhada da Terceira Idade

A temática da terceira idade vem ganhando cada vez mais relevância junto à opinião pública brasileira. Por isso, foi criado o Programa de Atividade Física para a Terceira Idade, que financiou encontros esportivos, como a Caminhada para o Envelhecimento Saudável, no Rio de Janeiro. Em parceria com a CNI e o SESI, realizaram-se dois cursos de capacitação técnica, que reuniram, em maio e novembro de 1997, profissionais e interessados de doze Estados.

Pintando a Liberdade

Com a mão-de-obra de internos do sistema penal, o Programa Pintando a Liberdade propôs uma nova rotina aos detentos, que passaram a ocupar seu tempo com trabalhos voltados para a fabricação de material e equipamentos esportivos.

Além do processo de ressocialização, os presos que participam ganham benefícios individuais de redução de pena. A produção dos presídios é destinada para as áreas de turismo, esporte e lazer, assistência social e, ainda, escolas públicas.

Esporte ajuda presos a ganhar liberdade mais cedo.

PARCERIAS NO ESPORTE

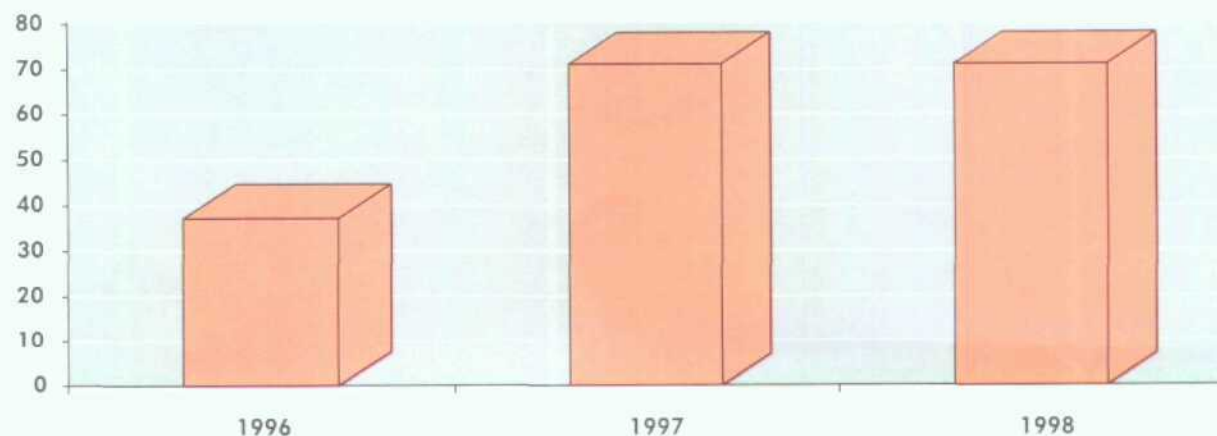
O Programa Identidade Cultural incentiva manifestações esportivas particulares, por meio de convênios com comunidades que possuam especificidades culturais e étnicas ou dominem conhecimentos e habilidades que permitam o desenvolvimento de atividades físicas diferenciadas, tais como comunidades indígenas, rurais e grupos de capoeira. Os Jogos Indígenas, a Escola do Vaqueiro Mirim e a consolidação de textos sobre esportes típicos do Brasil foram alguns dos projetos apoiados pelo Governo, em 1997.

Deu-se continuidade ao acordo de cooperação entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP e o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, visando ao desenvolvimento da prática esportiva de rendimento no País, o que vem sendo feito com a progressiva transferência dessas iniciativas à sociedade. O objetivo deste acordo é promover mudanças qualitativas no Sistema Federal do Desporto e estimular o desenvolvimento dos níveis de competência administrativa e desportiva.

Procuram-se campeões para as Olimpíadas do ano 2000.

Em 1997, foram beneficiadas 23 entidades federais de administração do desporto em 75 eventos internacionais, com a aplicação de R\$ 5,6 milhões. Houve avanço em relação a 1996, quando 21 entidades receberam apoio financeiro de R\$ 2 milhões, para a realização de 39 eventos.

Eventos Esportivos Realizados



Fonte: INDESP

Competição nacional de alto rendimento, os Jogos da Juventude envolveram atletas de todos os Estados, na faixa etária de 9 a 17 anos, em onze modalidades olímpicas. A finalidade principal consiste na preparação de atletas para as Olimpíadas dos anos 2000 e 2004 e para os Jogos Mundiais da Juventude. Em 1996, os Jogos da Juventude tiveram a participação de 2,4 mil atletas e, em 1997, de três mil.

CULTURA

A cultura brasileira passa por um momento de afirmação. O renascimento do cinema, a valorização do patrimônio histórico, a expansão da indústria editorial e do mercado discográfico, as montagens teatrais, os espetáculos de dança, a música popular e erudita, as festas populares, as grandes exposições de artes plásticas atestam a diversidade e a vitalidade dos movimentos culturais que brotam de todas as regiões e de todas as camadas sociais do País.

O setor cultural está adquirindo uma estrutura mais estável e tem procurado novas formas de organização e de financiamento sustentado. De um lado, uma indústria cultural afirma-se empresarialmente, nas áreas do cinema, do livro e do disco. De outro, um mecenato esclarecido une-se a grupos qualificados e competentes e apóia o teatro, a dança, a música erudita, as artes plásticas. Platéias novas e mais exigentes estão sendo formadas graças à oferta de bons espetáculos e às iniciativas de divulgação junto a um público cada vez mais amplo, que passou a freqüentar as grandes mostras, as feiras do livro e os espetáculos teatrais.

O investimento do Estado tem-se feito naqueles setores que precisam de apoio direto: na preservação do patrimônio, no surgimento de talentos, em grupos emergentes, em áreas de excelência que o mercado não é ainda capaz de assimilar, em proteção e divulgação das manifestações culturais dos segmentos e das regiões menos favorecidos.

A um novo estilo de política cultural passaram a corresponder novas formas de incentivo, com base em instrumentos normativos renovados, que privilegiam as parcerias, a participação e a informação à sociedade.

Política cultural privilegia as parcerias, a participação e a informação à sociedade.

Uma nova compilação da legislação cultural brasileira, atual e passada, foi reunida e publicada sob a forma de livro, e estará disponível em 1998 em CD-ROM e pela Internet.

INCENTIVOS À CULTURA

A alteração legal mais relevante de 1997, com efeitos práticos em 1998, foi a medida que simplificou a aplicação da Lei de Incentivo à Cultura e passou a permitir dedução integral, a partir do imposto de renda devido, das quantias efetivamente despendidas em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. A medida beneficiou os segmentos de artes cênicas, edição de livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, circulação de exposições de artes plásticas e doações de acervos para bibliotecas públicas e museus.

No campo do direito autoral, o Congresso Nacional aprovou a lei de regulamentação da matéria, com efeitos positivos sobre a produção cultural, já em 1998. Contudo, o esforço de aperfeiçoamento da legislação deverá prosseguir no sentido de atender aos diversos segmentos culturais.

Patrocínio cultural cresceu cinco vezes nos últimos três anos.

Ao aprimoramento dos instrumentos legais de incentivo que favoreceram a captação de recursos para o financiamento da cultura veio somar-se a progressiva ampliação do teto da renúncia fiscal.

Este crescimento reflete o aumento do interesse das empresas em apoiar a produção cultural, pois a utilização do teto de deduções, que era apenas parcial até 1995, passou a ser praticamente integral, a partir de 1996. O número de empresas patrocinadoras, em 1994, foi de 202, saltando para cerca de mil em 1997. O valor efetivamente captado pelos produtores culturais foi multiplicado por mais de cinco nesse período: de R\$ 23 milhões, em 1994, para cerca de R\$ 120 milhões, em 1997.

Renascimento do Cinema Brasileiro

O resultado mais visível da atual legislação de incentivo é o renascimento do cinema brasileiro, com captação de recursos da ordem de R\$ 80 milhões, em 1997, o que representa quatro vezes o valor arrecadado em 1995 e bem acima dos recursos destinados ao setor pela extinta Embrafilme. O número de projetos também quadruplicou, de 1995 a 1997, destacando-se o aumento, de onze para trinta, do número de filmes de longa metragem concluídos no período.

Renascimento do cinema brasileiro: dois milhões de espectadores em 1997.

Foram concedidos, por meio do Ministério da Cultura, quarenta prêmios para a produção de filmes de curta-metragem, quinze para a criação de roteiros e quinze para o desenvolvimento de projetos audiovisuais.

Outro fato auspicioso foi a diversificação regional da produção cinematográfica, rompendo a exclusividade do eixo Rio-São Paulo. Pelo menos mais quatro Estados estão produzindo para o grande circuito de cinema: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, além do Distrito Federal.

O número de espectadores de filmes brasileiros que, no início da década, desceu a insignificantes vinte mil por ano, aproximou-se dos dois milhões, em 1997. Em 1998, os esforços estarão centrados na ampliação do mercado para o produto audiovisual brasileiro e na estruturação das bases para implantação da indústria audiovisual.

Recuperação do Patrimônio Histórico

Ao lado do renascimento da produção cinematográfica, outro marco da atual política cultural é a retomada das ações de preservação e recuperação do patrimônio histórico, dentro da concepção deste como testemunho da história e catalisador da identidade cultural. Em 1997, foram realizadas 152 obras de restauro e reforma, compreendendo sítios históricos, monumentos, igrejas, museus, teatros, bibliotecas e centros culturais. Merecem destaque a revitalização dos centros históricos do Pelourinho, em Salvador, e do Recife antigo, exemplos de contribuição da cultura para a dinamização econômica regional e a geração de emprego e renda.

Um grande projeto, apoiado pelo BID, intervirá nos centros históricos de várias cidades brasileiras, revitalizando-os como espaços urbanísticos e culturais. Trata-se do Programa de Revitalização de Núcleos Urbanos, que estará envolvendo sete centros históricos brasileiros, compreendendo prédios tombados e o entorno urbano, com investimentos iniciais de US\$ 100 milhões.

Centros Históricos de sete cidades brasileiras são recuperados.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável baseado no patrimônio cultural, foi lançada a Campanha Nacional de Turismo Cultural, em parceria com a EMBRATUR. O seminário internacional “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção” delineou políticas de apoio às manifestações de cunho popular e tradicional, como as festas folclóricas e a literatura oral. O Brasil também apoiou a campanha “Luta Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais”, do Conselho Internacional de Museus.

Sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, cujos sessenta anos de criação foram comemorados em 1997, estão mais de dezesseis mil edifícios tombados, vinte mil sítios arqueológicos cadastrados, cerca de um milhão de objetos e 245 mil volumes bibliográficos, além de documentos, registros fotográficos, filmes e vídeos. O inventário informatizado desses bens progride rapidamente e deverá estar disponível ao público pela Rede IPHAN, que integra o Sistema Nacional de Informações Culturais e já está implantada em todos os Estados e nos museus brasileiros.

Recursos governamentais foram utilizados em benefício dos museus, reequipando-os, melhorando suas condições técnicas, promovendo a circulação dos acervos e a ampliação do público. A exposição de Monet atraiu, apenas no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, mais de quatrocentos mil visitantes e deu continuidade à prática iniciada em 1995, com as esculturas de Rodin, de promover importantes mostras de arte nos grandes museus nacionais. Em São Paulo, realizou-se no Museu de Arte de São Paulo - MASP a primeira grande retrospectiva de Cândido Portinari, o pintor brasileiro de maior expressão internacional, cuja mostra irá, em seguida, circular por diversas capitais da América Latina e da Europa.

PAIXÃO DE LER

O incentivo à leitura e a expansão da rede de bibliotecas têm recebido atenção do Governo. A leitura é vista como fator de cidadania consciente e de qualificação intelectual das novas gerações, indispensável à constante reformulação de conceitos e à adaptação a novas condições de vida e trabalho, num mundo cada vez mais competitivo. Os recordes de público e de vendas na última Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, são indicadores seguros de um renovado interesse pela leitura. A indústria editorial brasileira já é uma das principais do mundo, com mais de quarenta mil títulos e quase quatrocentos milhões de volumes publicados em 1996.

O programa Uma Biblioteca em Cada Município implantou setenta bibliotecas, em 1997, número que deverá chegar a trezentos em 1998. Serão privilegiadas as periferias das grandes cidades, os assentamentos da reforma agrária e os pequenos Municípios que ainda não disponham de biblioteca pública.

A Biblioteca Nacional, cujo prédio foi recuperado, atendeu a mais de quatrocentos mil leitores, incorporou noventa mil peças a seu acervo e realizou trabalhos de preservação em 180 mil peças, inclusive obras raras. Formou-se um Grupo de Bibliotecas Públicas, composto por órgãos e entidades que atuam no setor, esperando-se, em 1998, aumentar a eficácia na gestão da rede pública.

38 mil professores do ensino básico receberam bônus-livro.

A campanha Paixão de Ler chegou a 22 capitais. No período 1996-1997, o número de professores do ensino básico contemplados com bônus-livros passou de nove mil a 38 mil.

A isto, soma-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER, que já treinou seis mil agentes de leitura, nas várias regiões do País. Foram distribuídas bolsas para escritores nacionais desenvolverem obras já iniciadas, em todos os gêneros, além de sete prêmios literários, entre os quais o Prêmio Camões, destinado a escritores de língua portuguesa. O livro brasileiro esteve presente nas mais importantes feiras internacionais. No próximo Salão do Livro, em Paris, o tema será o Brasil.

PARCERIAS E INTERCÂMBIO

Dando início às comemorações dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, foi promovido, no Rio de Janeiro, o seminário "Brasil 500 anos - Experiência e Destino - Descoberta do Homem e do Mundo".

O estímulo à criação e à participação populares nos vários setores da produção cultural deu-se, em 1997, pela implementação, em 25 capitais e no Distrito Federal, de inúmeros projetos de apoio à formação e circulação de espetáculos, e pela distribuição de prêmios, instalação de mostras, oficinas e palestras. Empréstimos reembolsáveis viabilizaram dezenove produções teatrais e trinta projetos nas áreas de cir-

co, música e edição de livros. Promoveram-se a difusão da obra de compositores eruditos brasileiros e a formação de platéias. A oferta de instrumentos e partituras e os cursos para regentes permitiram a criação de bandas nas cidades do interior. Foram apoiadas 123 orquestras e bandas em 1997, um aumento de cem por cento em relação ao ano anterior. Um rico acervo de fonogramas de música popular e erudita gravados por artistas brasileiros voltou a ser editado em CD e novas produções estão previstas para 1998.

Em 1997, foram executados os passos preparatórios para a instalação do Sistema Nacional de Informações Culturais em 1998, que informatizará e integrará os dados existentes nas diversas entidades federais da área cultural, tornando-os disponíveis para a sociedade. O Calendário de Eventos Culturais teve sua segunda edição também em inglês e espanhol e pode ser acessado pela Internet.

A projeção da cultura brasileira no exterior tem sido objeto de ações de difusão que se desdobram em duas vertentes: a da promoção da imagem do País, em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, e a do intercâmbio cultural.

Assume particular relevância o intercâmbio cultural com os demais países do MERCOSUL, de modo a transformar esse espaço econômico em uma verdadeira comunidade de nações. A efetiva implantação do Selo MERCOSUL Cultural, que agilizará os trâmites alfandegários, e a dispensa de taxas de armazenamento nos portos, previstas para 1998, facilitarão o trânsito de bens culturais, permitindo que cada povo da região conheça melhor a cultura dos demais. Esse conhecimento recíproco será favorecido também pela implementação, em 1998, de um "site" do MERCOSUL Cultural na Internet.

O aumento do intercâmbio com os países africanos e de forte presença negra tem estimulado, por seu turno, a avaliação e a difusão da contribuição dos valores culturais afro-brasileiros na formação da nossa sociedade.

Para 1998 está prevista a implantação da primeira etapa do Centro Nacional de Referência da Cultura Negra, em Brasília, visando ao resgate e à preservação, inclusive em bancos de dados, das informações referentes a essa contribuição, de modo a permitir sua valorização e difusão.

Em 1998, será implantada a primeira etapa do Centro Nacional de Referência da Cultura Negra em Brasília.

O Centro desenvolverá projetos de qualificação da mão-de-obra negra para a atuação no mercado cultural. No campo da inclusão qualificada da população negra no processo de desenvolvimento do País, um momento marcante, em 1997, foi a entrega de títulos de propriedade aos habitantes de algumas das 55 áreas remanescentes de quilombos.

Antes mesmo de estarem concluídos o Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil e o cálculo do PIB Cultural Brasileiro, pode-se afirmar que os recur-

Investimentos em cultura proporcionarão retorno cada vez mais significativo, em termos de geração de emprego e renda. A partir de 1998, o Ministério da Cultura, em parceria com as Secretarias Estaduais de Trabalho, promoverá, com recursos do FAT, a qualificação de técnicos que irão trabalhar nos diversos segmentos da cultura.

Os esforços na área cultural serão direcionados para a ampliação e a dinamização das atividades, consolidando o novo papel do Estado na promoção do setor, notadamente pelos resultados positivos decorrentes da aplicação de incentivos fiscais.

IV. INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

As ações do Governo no setor de transportes alinham-se com o objetivo de transformar o Estado de agente provedor em poder concedente e regulador, aprimorando seu papel de coordenação, normalização e supervisão.

Nesse sentido, estão em curso estudos para a criação de uma Agência Nacional de Transportes, à qual caberá, entre outras atribuições, celebrar convênios de delegação a Estados e Municípios, expedir normas e editar atos de outorga de concessões e permissões para a exploração da infra-estrutura e dos serviços de transporte, bem como gerenciar os respectivos contratos.

Em 1997, deu-se continuidade ao processo de descentralização de rodovias, portos, ferrovias e trens urbanos por meio de estadualizações, municipalizações, privatizações e concessões.

Na área institucional, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de lei sobre transporte multimodal de carga, e estão avançando outras proposições para adequar a legislação atual aos novos objetivos da política de transportes: o projeto de lei sobre o novo Sistema Nacional de Viação e a proposta de emenda constitucional relativa ao imposto sobre a distribuição dos combustíveis líquidos e gasosos.

Na navegação de cabotagem e hidrovias interiores, deu-se passo importante com a entrada em vigor da Lei nº 9.432, relativa à ordenação do transporte aquaviário, abrindo-o ao mercado internacional e instituindo o Registro Especial Brasileiro – REB, que oferece incentivos às embarcações brasileiras e melhora as condições de competitividade da armação nacional para atuar no mercado internacional.

Metas: restaurar catorze mil quilômetros de rodovias, transferir treze mil aos Estados e privatizar quinze mil.

No segmento rodoviário, merece destaque o Programa de Recuperação Descentralizada de Rodovias. Iniciado no final de 1995, ele se desdobra em duas fases – a primeira no valor de US\$ 750 milhões, a segunda de US\$ 500 milhões – e visa a restaurar ao redor de catorze mil quilômetros de rodovias federais, transferir para a responsabilidade dos Estados cerca de treze mil quilômetros da malha rodoviária federal e conceder à iniciativa privada aproximadamente quinze mil quilômetros de rodovias federais.

Em 1997, no âmbito do Programa de Concessões, prosseguiram os estudos de viabilidade para a concessão de cinco mil quilômetros de rodovias pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e de outros cinco mil quilômetros pelos governos estaduais mediante delegação da União. Foi repassado o trecho de 112 quilômetros entre Osório e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Isso concluiu a primeira etapa do programa, na qual um total de 856,4 quilômetros foram concedidos à iniciativa privada, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Corredor de Belo Horizonte-MG a Osório-RS é maior obra de duplicação de rodovias do mundo.

O corredor rodoviário de Belo Horizonte-MG a Osório-RS, cujo valor global está estimado em R\$ 2,5 bilhões, constitui o principal eixo de ligação entre o Norte e o Sul do Brasil e com os países do MERCOSUL. Estratégico para o processo de integração regional, ele é palco da maior obra de duplicação

de rodovias em andamento no mundo.

A duplicação da rodovia Fernão Dias (BR-381), com 563,2 quilômetros ligando Belo Horizonte a São Paulo, foi iniciada em abril de 1996, envolvendo recursos de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. No trecho São Paulo-Curitiba-Florianópolis - BRs-101, 116 e 376 - cerca de oitenta por cento dos serviços de duplicação e recuperação deverão estar finalizados em dezembro de 1998. A conclusão das obras está prevista para junho de 2000.

No trecho Florianópolis-Osório, os estudos de viabilidade econômica e projetos de engenharia estão em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 1998.

Ponte internacional entre São Borja e Santo Tomé melhora ligação no MERCOSUL.

Em dezembro de 1997, inaugurou-se a Ponte Internacional entre São Borja, no Brasil, e Santo Tomé, na Argentina, com 1.400 metros, constituindo-se em nova opção de ligação no âmbito do MERCOSUL. O empreendimento foi realizado mediante parceria entre os dois governos e a iniciativa privada, que executou a obra

e irá explorá-la.

Na Região Norte, estão em andamento a pavimentação e a execução de obras-de-arte especiais ao longo da BR-174, no trecho entre Manaus e a divisa do Brasil com a Venezuela - Marco BV-8, em Roraima - com financiamento externo da Corporación Andina de Fomento – CAF. Os investimentos neste projeto são de R\$ 168 milhões. Essa rodovia permitirá a integração do Brasil com os países andinos e o acesso ao Caribe. A conclusão das obras está prevista para meados de 1998.

No Corredor Noroeste, a recuperação da BR-364 e da BR-163 possibilitará o escoamento de grãos do extremo oeste com menores custos. As obras incluem o restauro de condições adequadas de tráfego em 452 quilômetros de trechos estratégicos nos Estados de Mato Grosso, de Rondônia e do Acre, e a construção de quarenta quilômetros da BR-64 em Minas Gerais. Cerca de 36% das obras de recuperação e restauração já foram finalizados.

A “Operação Tapa-Buracos” - Programa de Valorização da Cidadania - Recuperação Emergencial da Malha Rodoviária Federal - atingiu 96% da sua meta para 1997, com serviços executados numa extensão de 25,8 mil quilômetros de rodovias ao custo de R\$ 140 milhões, abrangendo todos os Estados.

O Programa de Redução de Acidentes nas Estradas - PARE e o Programa de Socorro a Acidentados nas Rodovias Federais - SALVE tiveram continuidade. Eles envolvem atividades permanentes de cunho educativo, mediante ações conjuntas de diferentes esferas de governo e da sociedade, para reduzir os elevados índices de acidentes nas estradas, oferecer atendimento pré-hospitalar adequado aos acidentados nas rodovias, complementar melhorias nas vias e organizar operações repressivas e fiscalizadoras.

Os leilões de arrendamento das malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA foram concluídos em 1997, com a venda dos 4.534 quilômetros da Malha Nordeste, transferida com ágio de 37,8%. A União arrecadará mais de R\$ 1,5 bilhão nos próximos trinta anos, com esses arrendamentos. Os concessionários das malhas investirão R\$ 658 milhões até 1999.

Toda a malha da Rede Ferroviária Federal S/A foi privatizada.

A integração dos sistemas da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA e da Ferronorte S.A. Ferrovias Norte-Brasil e região de Cuiabá com o porto de Santos permitirá uma redução de cerca de trinta por cento no custo do transporte da safra de grãos do Centro-Oeste. A ponte rodoferroviária de 2.600 metros sobre o rio Paraná, que interligará os dois sistemas, deve estar concluída em abril de 1998. O investimento, da ordem de R\$ 550 milhões, está sendo financiado em parceria pelo Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo. Os prazos de construção da Ferronorte foram alterados. A conclusão do trecho de quatrocentos quilômetros de Aparecida do Taboado (SP) a Alto Taquari (MS) está prevista para trinta meses após o término da ponte rodoferroviária.

Com a aprovação do contrato de refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo em 1997, a FEPASA passou à gestão da União, permitindo sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Sua privatização está prevista para o primeiro semestre de 1998.

Quanto ao setor de transporte metropolitano de passageiros, deu-se continuidade, em 1997, à transferência dos sistemas de trens metropolitanos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para os Estados, com os sistemas de São Paulo e Rio de Janeiro. Os projetos de melhoria das condições operacionais destes sistemas, financiados pelo Banco Mundial, deverão estar concluídos em 1998.

Os sistemas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador, cujos processos de transferência seguem os mesmos moldes dos de São Paulo e do Rio de Janeiro, deverão ser transferidos no decorrer de 1998. Foi concretizado o acordo de empréstimo de US\$ 268 milhões junto ao Eximbank do Japão para o financiamento da implantação do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza e sua posterior estadualização em 1998.

A modernização do sistema portuário vem se desenvolvendo em ritmo mais acelerado, dentro da diretriz de transferir as atividades de operação para a iniciativa privada e reservar ao Poder Público as funções de autoridade portuária, responsável pela regulação do setor.

Dois terços da movimentação nos portos públicos já são feitos pela iniciativa privada.

O Grupo Executivo de Modernização dos Portos – GEMPO, da Câmara de Políticas de Infra-Estrutura, concluiu a primeira fase do Programa Integrado de Modernização Portuária – PIMOP, que tratou da concretização do modelo institucional criado pela Lei nº 8.630, de 1993, compreendendo a privatização dos serviços portuários, arrendamento de áreas e instalações, reestruturação das companhias Docas e delegação dos portos.

Nesse processo, uma nova estrutura tarifária foi implantada; atualizaram-se os regulamentos de exploração portuária; instalaram-se 26 Conselhos de Autoridade Portuária – CAP e 23 Órgãos Gestores de Mão-de-Obra – OGMO; houve a pré-qualificação de 630 operadores portuários privados; a outorga de 51 contratos de adesão para movimentação de cargas de terceiros em terminais privativos e a assinatura de 180 contratos de arrendamento de áreas e instalações.

Custo de operações portuárias cai cinquenta por cento a curto prazo.

Com essas ações, aproximadamente 67% da movimentação nos portos públicos já são feitos pela iniciativa privada. Espera-se, como resultado, uma redução a curto prazo em cerca de cinquenta por cento dos custos de operação portuária, com impacto expressivo sobre o “custo Brasil”.

Entre os arrendamentos já licitados dentro do programa de privatização, destacam-se:

- a) Porto de Santos (SP): terminais de contêineres, de granéis vegetais e três terminais açucareiros;
- b) Porto do Rio de Janeiro (RJ): dois terminais de produtos siderúrgicos e de cimento;
- c) Porto de Sepetiba (RJ): terminais de minério e de carvão;
- d) Porto de Itaqui (MA): instalações para granéis;
- e) Porto de Vitória (ES): instalações para produtos siderúrgicos e para grãos.

No âmbito do Programa de Delegação de Portos, já foram realizadas a estadualização dos portos de Porto Velho (RO) e Manaus (AM), além da municipalização do porto de Itajaí (SC). A estas, deve-se seguir a delegação dos portos de Cabedelo (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Laguna (SC) e Estrela (RS).

A União investiu R\$ 353 milhões em 1997 na infra-estrutura dos portos de Santos (SP), Sepetiba (RJ), Suape (PE) e Pecém (CE), qualificados como estratégicos para o desenvolvimento nacional. Para 1998 estão previstos investimentos de R\$ 925 milhões.

Os investimentos nos portos de Sepetiba e Santos visam à ampliação da capacidade operacional e aumento de eficiência, de modo a reduzir custos de operação. A conclusão das obras está prevista para agosto de 1998 em Sepetiba e fevereiro de 2001 em Santos.

Em Suape e Pecém, as obras de infra-estrutura destinam-se a atrair investimentos privados. No porto de Suape, já existente e com obras de expansão em andamento, prevê-se que a primeira etapa do porto interno esteja concluída em 1999. O porto de Pecém tem suas obras em franco desenvolvimento e conclusão prevista para dezembro de 1998.

Em 1997, foram realizadas obras de baliçamento e sinalização nos 4.903 quilômetros das hidrovias dos rios Madeira, São Francisco e Araguaia-Tocantins, que tornaram navegáveis quase cinco mil quilômetros de rios e possibilitaram uma redução de vinte por cento no custo do frete.

Pequenas obras tornam navegáveis quase cinco mil quilômetros de rios no Norte e Nordeste.

A eclusa de Jupuíá, inaugurada em janeiro de 1998, era a peça que faltava para completar a navegabilidade da hidrovia Tietê-Paraná, que começou a ser construída na década de 50. São 2,4 mil quilômetros de vias navegáveis, beneficiando uma área de 76 milhões de hectares, em cinco Estados, que constitui o maior pólo agroindustrial da América Latina.

Os investimentos na infra-estrutura hidroviária contribuirão para o escoamento da produção agrícola, com impacto sobre o "custo Brasil", aumentando a competitividade dos produtos brasileiros, principalmente no MERCOSUL.

Dos R\$ 84,8 milhões aplicados na construção naval em 1997, R\$ 60,8 milhões foram destinados à navegação interior e portuária. Em decorrência, no início de 1998 entraram em operação 69 embarcações, entre empurradores e chatas, aumentando em mais de duzentos por cento sua capacidade de transporte em comparação com 1996.

Utilização de hidrovias brasileiras consolida-se em 1998.

Para 1998, é esperado incremento na navegação interior, consolidando a utilização das hidrovias brasileiras. Os investimentos são da ordem de R\$ 283,3 milhões, com a contratação de 143 embarcações. Destas, 129 embarcações, representando cerca de um quarto da capacidade de carga adicionada, destinam-se à navegação interior, envolvendo aplicações de R\$ 91,7 milhões.

ENERGIA

Avanços significativos foram alcançados, em 1997, como resultado das transformações introduzidas no modelo e marcos regulatórios do setor energético, com conseqüências positivas nos segmentos de energia elétrica e de petróleo e gás.

Com o início de operação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no final de 1997, e da Agência Nacional de Petróleo – ANP, no início de 1998, inaugura-se nova etapa na evolução do setor energético brasileiro, caracterizada por ampla abertura dos seus mercados, eliminação de monopólios e retirada do Estado de funções próprias da iniciativa privada.

A oferta interna de energia registrada no último Balanço Energético Nacional aponta uma contribuição de 41% de fontes não-renováveis contra 59% dos energéticos renováveis, com forte participação de fontes limpas de energia. A contribuição da eletricidade na matriz energética é de 38,6%, sendo 92% de origem hídrica, com potencial para crescimento, considerando-se que cerca de 205 GW ainda remanescem inexplorados. Os derivados de petróleo respondem por 34,5%.

O gás natural, que representa apenas 2,6% na matriz energética brasileira, deverá aumentar sua contribuição para doze por cento até 2010. Para atingir essa meta, será necessária a contribuição da produção nacional, bem como o reforço da importação, principalmente com a implantação do gasoduto Bolívia-Brasil. Essa obra, que estava há trinta anos no papel, começou a ser executada em 1997.

Gasoduto Brasil-Bolívia é o maior em construção no mundo.

Maior gasoduto em construção no mundo, com três mil quilômetros de extensão, o empreendimento estimulou a competição entre os fornecedores e possibilitou uma economia de R\$ 100 milhões, sendo R\$ 70 milhões no lado brasileiro. Vai de Rio Grande, na Bolívia, atravessando os Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até Porto Alegre (RS), beneficiando mais de 130 municípios ao longo desse percurso.

ENERGIA ELÉTRICA

Entre os avanços verificados em 1997, destaca-se a definição das regras e tarifas associada ao livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição existentes. Estas ações são fundamentais para o estabelecimento da competição no setor, à medida que asseguram a utilização da rede nacional de transmissão e distribuição para o transporte de energia gerada por terceiros, e aos consumidores a escolha de seus fornecedores.

Também foram fixadas regras que limitam a concentração da propriedade de ativos no setor, visando reduzir a influência de um único agente privado sobre o mercado e evitar a formação de monopólio.

O início de operação da ANEEL foi o fato mais relevante da reestruturação setorial ocorrido em 1997. Estabelecidos os fundamentos básicos do novo modelo, foram oferecidas à iniciativa privada oportunidades de investimento em 22 empreendimentos de geração, totalizando 10,1 GW de potência, cujas obras se encontravam paralisadas.

**ANEEL inaugura
nova etapa no
setor elétrico.**

A resposta da iniciativa privada foi positiva, ao mobilizar recursos da ordem de R\$ 6,4 bilhões, convertendo investimentos até então ociosos em ativos operacionais, que atingirão, ao seu término, aproximadamente R\$ 27 bilhões.

Teve andamento, em 1997, o Programa de Licitações de Concessões e Autorizações de Empreendimentos de Geração, que envolve a construção de 129 novas usinas hidráulicas e térmicas, totalizando 40,4 GW de potência e investimentos de R\$ 40,5 bilhões, direcionados preferencialmente à iniciativa privada. De imediato, o programa lançou doze licitações para aproveitamentos hidrelétricos, que somam 2,9 GW e investimentos de R\$ 3,1 bilhões, e a outorga de concessão para seis usinas hidrelétricas - Cubatão, Emboque, Rosal, Porto Estrela, Queimado e Lajeado - com 1,3 GW e recursos de R\$ 1,5 bilhão. Foi autorizada a instalação de usinas termelétricas em Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Manaus (AM) e Macapá (AP), totalizando 677 MW, no valor de R\$ 519 milhões.

Além disso, foi desenvolvido projeto para instalação de duas unidades adicionais de 700 MW cada, na Itaipu Binacional, e lançado edital para sua aquisição. Ao lado desse incremento de capacidade, as duas unidades irão tornar mais segura a operação da usina e de todo o sistema interligado.

Nos últimos três anos, o volume de recursos já comprometido pela iniciativa privada com o setor elétrico, não computadas as privatizações, é próximo de R\$ 10,5 bilhões, revelando o grande potencial para sua participação na expansão do setor. Mas o aporte de recursos das empresas estatais ainda é fundamental, nesta fase de transição, para a conclusão de obras prioritárias de geração.

Em 1997, a atuação do Estado na expansão do setor elétrico efetivou-se mediante ações seletivas em diferentes regiões do País. Destaca-se a conclusão da primeira etapa de motorização do Complexo Hidrelétrico de Xingó, correspondendo a 500 MW que irão reforçar a oferta de energia na Região Nordeste.

**Hidrelétrica de Xingó
garante energia ao
Nordeste.**

De outra parte, iniciaram operação, num total de 720 quilômetros, as linhas de transmissão de 230 kV entre Itumbiara e Brasília, entre Barra do Peixe e Rondonópolis (MT) e entre São João do Piauí, Canto do Buriti e Eliseu Martins (PI), esta em fase final de instalação. Teve início, ainda, a construção do terceiro Circuito de ITAIPU, no trecho de 331 quilômetros entre Foz do Iguaçu (PR) e Ivaiporã, importante reforço ao Sistema Sudeste - Centro-Oeste.

Deu-se continuidade às obras de linhas de transmissão de 500 kV entre Imperatriz (MA), Serra da Mesa (GO) e Brasília (DF), início da Interligação Norte-Sul, com entrada em operação prevista para o final de 1998.

Prosseguiram as obras do Projeto Tramo-Oeste, no Pará, que visa promover a interiorização da energia da hidrelétrica de Tucuruí, com conclusão em 1998.

Iniciou-se a instalação da linha de transmissão de 500 kV entre Presidente Dutra (MA) e Fortaleza (CE), que reforçará a interligação entre o Norte e o Nordeste, a partir do final de 1998.

Foram ainda viabilizados os projetos de interconexão com a Venezuela, para suprimento de 200 MW a Boa Vista (RR), e com o Uruguai, para fornecimento ao Rio Grande do Sul de 70 MW, inicialmente, e de 300 MW, numa segunda etapa.

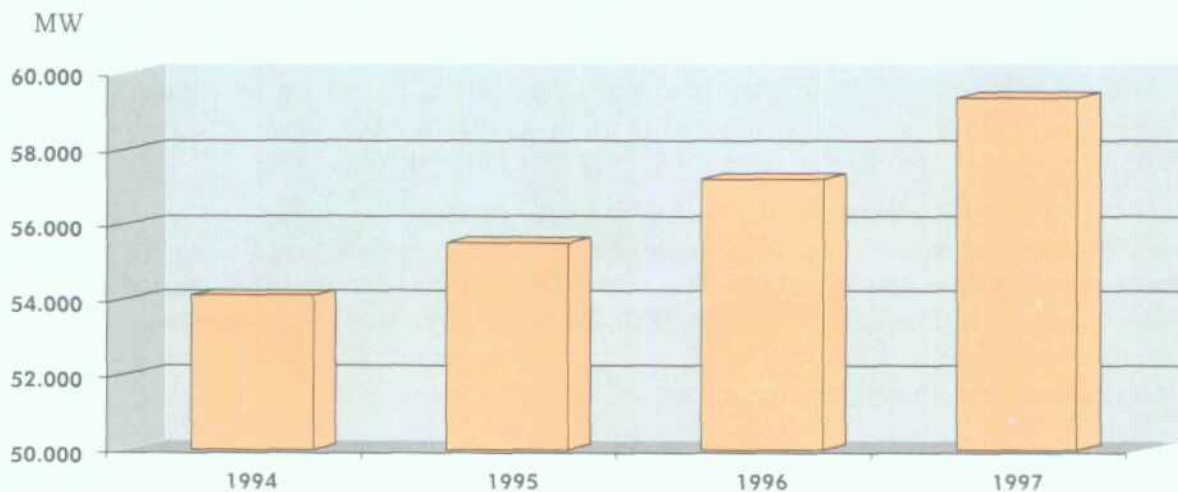
O ritmo das obras da usina termonuclear de Angra II, de 1.300 MW, retomadas em 1995, permite programar sua entrada em operação em 1999.

Rapidez nos investimentos afasta risco de falta de energia.

Os resultados da parceria com a iniciativa privada estão espelhados no aumento da capacidade de geração do setor elétrico brasileiro, que evoluiu de 54,1 GW, em 1994, para 60,2 GW, em 1997, assinalando acréscimo, no triênio 1995-1997, da ordem de 6,1 GW, equivalente à média anual de 2 GW, cerca de 84% superior à verificada no período 1991-1994.

Essa aceleração do investimento é a garantia de que o crescimento do País não será prejudicado, num futuro próximo, por gargalos na oferta de energia elétrica.

Evolução da Capacidade Instalada de Energia Elétrica



Fonte: MME

O balanço consolidado das diversas ações direcionadas à expansão do parque de geração, nos últimos 36 meses, contabiliza acréscimo de capacidade instalada e por instalar da ordem de 23,7 GW ao sistema nacional, correspondente a 43,8% da existente em dezembro de 1994 (54,1 GW), conforme discriminado no quadro a seguir.

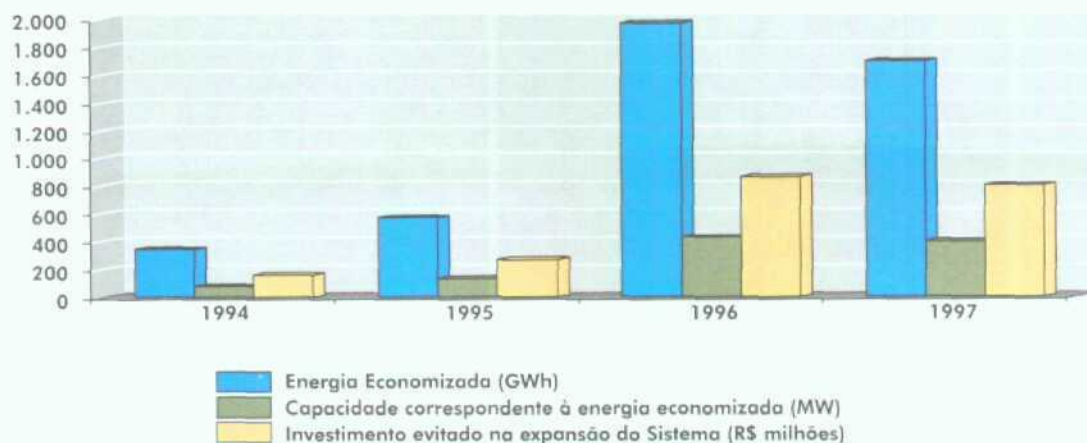
Resumo dos empreendimentos viabilizados no atual Governo

DESCRIÇÃO	POTÊNCIA (GW)
1. Potência adicionada ao sistema no triênio 1995-1997	6,1
2. Usinas com obras retomadas em janeiro de 1995	10,3
3. Licitações de concessões realizadas após a Lei 9.074/95 e licitações para atendimento aos sistemas isolados	3,3
4. Licitações de compra de energia junto a produtores independentes para instalação de termelétricas, importação de energia e interconexão de sistemas elétricos	3,7
5. Concessões e autorizações outorgadas no período 1995-1997	0,4
TOTAL	23,7

Esses resultados, somados aos projetados para 1998, restabelecem a normalidade na execução do Plano de Expansão do Setor Elétrico Nacional, garantindo-lhe, sobretudo, condições de auto-sustentabilidade, fundada em novo modelo de financiamento setorial, com fontes de investimentos preferencialmente privadas.

O consumo de energia no País ainda apresenta desperdícios inaceitáveis, que forçam a antecipação de investimentos para a expansão da oferta e aumentam, por sua vez, o “custo Brasil”.

Programa de Conservação de Energia Elétrica



Fonte: MME

A fim de melhorar esse quadro, o Governo lançou o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica – PROCEL, que incluiu ampla campanha educativa pelo rádio, televisão, folhetos, palestras e treinamento. Com essas ações, conseguiu-se uma economia que, no triênio 1995-1997, atingiu 4.200 GWh, equivalente à capacidade de uma hidrelétrica de 965 MW, ao custo de R\$ 1,9 bilhão. Somente em 1997, a energia economizada foi de 1.700 GWh, correspondentes a uma usina de 400 MW, com custo de R\$ 800 milhões.

Com o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRODEEM, deu-se continuidade às ações de apoio às comunidades carentes, ainda não supridas por energia, e para elevação da renda e geração de empregos no meio rural, utilizando fontes renováveis e descentralizadas, em especial a solar. Foram concluídas, no período 1996-1997, instalações em 117 comunidades, beneficiando cinquenta mil pessoas. Outras oitocentas comunidades serão atendidas em todo o País em 1998.

Participação privada na distribuição de energia aumenta de 1,7% em 1995 para 32% em 1997.

O programa de privatização das empresas estatais de distribuição tem-se mostrado exitoso, contando com a adesão dos governos estaduais para cumprir calendário compacto de leilões. Nove concessionárias foram privatizadas em 1997, com sobrepreços, em termos médios, de cerca de 49,5%.

Com isso, cerca de 32% do mercado de distribuição de energia elétrica passam a ser atendidos pelo setor privado, em comparação com 1,7% em 1995.

Privatizações no segmento de distribuição de energia elétrica

1995	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA
1996	Serviços de Eletricidade S. A. – LIGHT
	Cia. de Eletricidade do Estado do Rio Janeiro – CERJ
1997	Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
	Distribuidoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste da Cia. Estadual de Energia Elétrica – CEEE (Rio Grande do Sul)
	Cia. Paulista de Força e Luz – CPFL (São Paulo)
	Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL
	Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A. – ENERGIPE
	Cia. Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

O parque de geração avança rapidamente para tornar-se apto à privatização. O processo deve iniciar-se pelo leilão das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL (3,7 GW), previsto para o primeiro semestre de 1998, seguido das Centrais Elétricas S.A. – Furnas (7,5 GW), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE (5,5 GW) e Cia. Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (10,2 GW). Está previsto para 1998 o leilão da Cia. Energética de São Paulo – CESP (10 GW).

PETRÓLEO E GÁS

Após 44 anos com o regime de monopólio da União executado exclusivamente pela PETROBRÁS, a indústria de petróleo e gás natural inaugura uma nova etapa, a partir da Emenda Constitucional nº 9, de 1995, e da Lei nº 9.478, de 1997, estabelecendo a abertura para a participação de empreendedores privados em todos os elos da cadeia produtiva.

Em agosto de 1997, foi instituída a Agência Nacional de Petróleo – ANP, com a atribuição de regular, em nome da União, as atividades do setor de petróleo e gás natural. Além de definir as áreas que continuarão com a PETROBRÁS, a ANP está apta a divulgar e operar o calendário de licitações de blocos, dando início ao programa de outorga de concessões para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, a partir de 1998.

Execução do monopólio do petróleo sai da PETROBRÁS para a ANP.

O País dispõe de área sedimentar estimada em cerca de 6,4 milhões de quilômetros quadrados, no continente e no mar, apresentando grande potencial de aproveitamento, para o qual já existem manifestações de interesse por parte de inúmeras empresas.

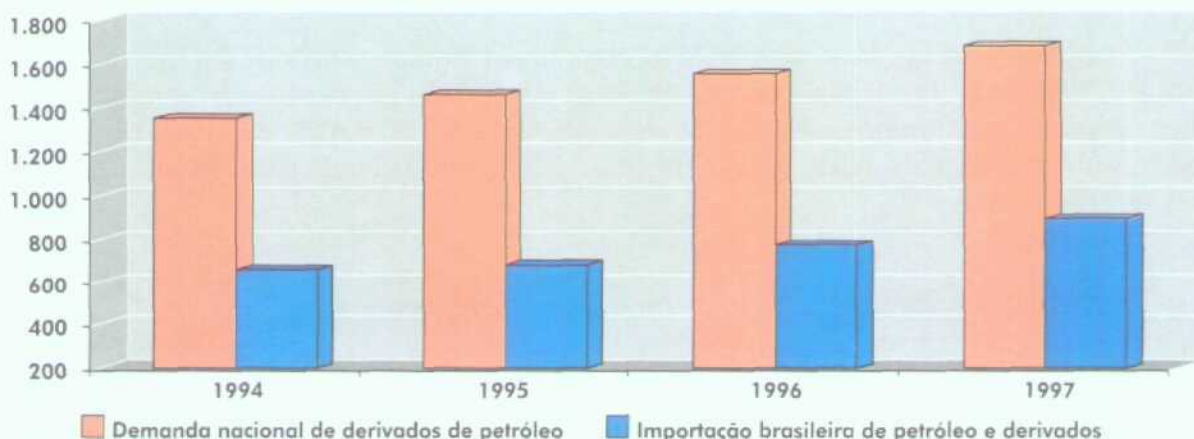
Conforme previsto na nova regulamentação, a PETROBRÁS apresentou ao Ministério de Minas e Energia, em novembro de 1997, discriminação de seus campos de produção de petróleo e gás, com vistas à convalidação de direitos, e das áreas cujas estruturas com potencial para produção de hidrocarbonetos foram definidas a partir de trabalhos exploratórios, para que a ANP decida sobre as respectivas concessões.

O setor de petróleo e gás continuou registrando recordes de desempenho em seus diferentes segmentos em 1997, atingindo as metas acordadas pelo Governo.

Novo recorde de produção de petróleo: um milhão de barris/dia.

Em 1997, a produção interna de óleo cru atingiu a média de 869 mil barris por dia, 7,4% superior à registrada em 1996. Em dezembro de 1997, foi estabelecido novo recorde, com a marca de um milhão de barris por dia. A previsão é de que se alcance um pico de 1,2 milhão de barris por dia em 1998, 1,3 milhão em 1999 e, no ano 2000, uma produção média de 1,5 milhão de barris por dia. Com isso, a dependência de importações de petróleo, hoje na casa de 48%, será reduzida para cerca de 25%.

Evolução da Demanda Nacional e da Importação de Petróleo e Derivados (Em milhares de barris/dia)



Fonte: Petrobrás

A demanda interna de derivados de petróleo foi de 1,7 milhão de barris por dia, superando em 8,1% o consumo verificado em 1996. A nafta, a gasolina e o óleo combustível foram os derivados que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Em 1997, foram importados 576 mil barris de petróleo por dia, ao custo FOB de US\$ 3,8 bilhões, e 315 mil barris de derivados por dia, ao custo FOB de US\$ 2,35 bilhões. Ao mesmo tempo, foram exportados 71,9 mil barris por dia de derivados, com geração de receita de US\$ 490 milhões.

Foram liberados os preços da gasolina e do álcool hidratado, para o produtor, em 98% do território nacional; os de querosene de aviação, em 85% do território; os de asfalto e os do álcool anidro adicionado à gasolina, em todo o País. As margens de distribuição, revenda e os fretes de gás liquefeito de petróleo – GLP deixaram de ser fixadas pelo Governo.

Caem subsídios ao frete de derivados de petróleo.

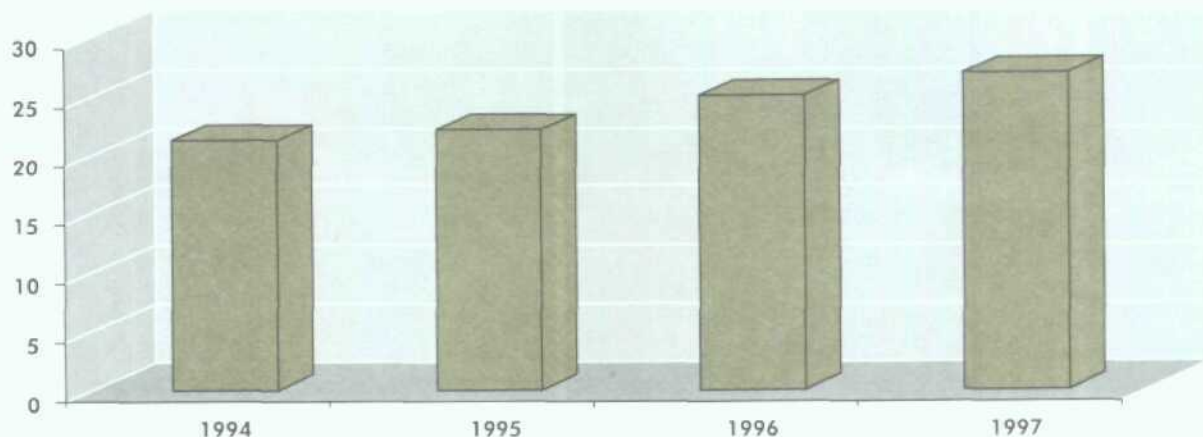
Nos últimos três anos, os subsídios ao frete de derivados de petróleo e álcool foram reduzidos em aproximadamente setenta por cento, proporcionando economia de R\$ 800 milhões por ano. O subsídio ao produtor de álcool foi reduzido em vinte por cento, de R\$ 2 bilhões para R\$ 1,69 bilhão por ano, dentro da nova sistemática de repasse, com o recolhimento do seu valor aos Estados, compensando isenções de ICMS.

Investimentos de R\$ 763 milhões realizados no parque de refino permitiram a entrada em operação da unidade de destilação atmosférica e a vácuo na Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, com capacidade de produção de 170 mil barris de derivados por dia; da unidade de hidrotreatamento de correntes instáveis com capacidade de trinta mil barris de óleo diesel por dia, na Refinaria Presidente Bernardes, em São Paulo; e da planta de produção de metil-terc-butil éter (MTBE) na Refinaria Presidente Vargas, no Paraná, com capacidade de 79 mil toneladas por ano.

O processamento de petróleo atingiu à média diária de 1,435 milhão de barris, nove por cento superior à de 1996. Com a expansão de suas unidades para 1,77 milhão de barris por dia, a PETROBRÁS passou a deter a quarta posição em capacidade de refino entre as companhias internacionais de petróleo de capital aberto.

A PETROBRÁS já é a quarta maior companhia do mundo em refino de petróleo.

Produção Média Brasileira de Gás Natural (Em milhões de m³/dia)



Fonte: Petrobrás

A produção de gás natural registrou resultados expressivos, alcançando a média de 27 milhões de metros cúbicos por dia, com aumento de 7,2% em relação a 1996. A previsão para o ano 2000 é de cinquenta milhões de metros cúbicos por dia. Entre os principais projetos referentes ao gás natural, destacam-se a exploração do gás de Urucu e a construção do gasoduto entre Guamaré (RN) e Pecém (CE), além do gasoduto Bolívia-Brasil.

Quanto a este, a primeira etapa da implantação, correspondente ao trecho Bolívia-São Paulo, tem sua conclusão prevista para dezembro de 1998. A segunda etapa, com o atendimento dos mercados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, deve entrar em operação no final de 1999. O investimento total monta a US\$ 2 bilhões.

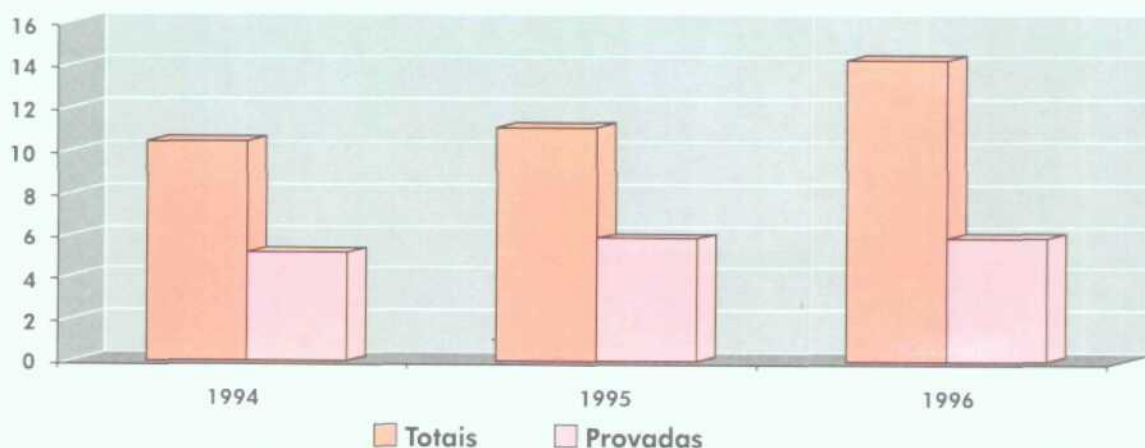
A construção do gasoduto entre Urucu e Coari encontra-se em andamento, com investimentos estimados em US\$ 110 milhões e conclusão prevista para o final de 1998. O trecho entre Urucu e Porto Velho (RO), com 530 quilômetros de extensão, já

dispõe de projeto de engenharia e exigirá investimentos de US\$ 175 milhões, tendo conclusão prevista para o final de 1999.

Com a implantação desse projeto, viabiliza-se a utilização das expressivas reservas de gás natural disponíveis na bacia do rio Solimões, com previsão de produção, numa primeira etapa, de quatro milhões de metros cúbicos por dia. Isso garantirá a geração de aproximadamente 780 MW, hoje realizada por meio de óleo combustível, atendendo importantes mercados da Região Norte, a partir de solução econômica e ambientalmente mais adequada.

A PETROBRÁS Internacional S/A – BRASPETRO ampliou seu espaço de atuação, passando a operar no Peru e em Trinidad e Tobago. Manteve as atividades em Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Líbia e Reino Unido, onde suas reservas foram ampliadas em sete por cento em relação ao ano anterior e sua produção de óleo, líquido de gás natural e gás natural cresceu 27%, com média diária de sessenta mil barris equivalentes de petróleo.

Evolução das Reservas Nacionais de Petróleo e Gás Natural (Em milhões de barris equivalentes)



Fonte: Petrobrás

Apesar do aumento de produção verificado, as reservas nacionais de óleo e gás natural cresceram consistentemente no período 1995-1996, superando em 36,9% o nível de 1994. O aumento das reservas em 1997 deve ser da ordem de seis por cento.

COMUNICAÇÕES

A aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, em julho de 1997, estabeleceu o ambiente adequado para a reforma estrutural do setor. Criou a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, visando estimular investimentos no desenvolvimento tecnológico e industrial do País. Estabeleceu o quadro para a organização dos serviços, que inclui sua definição, a classificação, a finalidade, o âmbito de sua prestação, a forma, o meio de transmissão e a tecnologia empregada. Por fim, abriu caminho para a privatização, com a definição do processo de reestruturação e desestatização das empresas do Sistema Telebrás, reduzindo o papel empresarial do Estado.

Com a instalação da ANATEL, efetivada pelo Decreto n.º 2.338, de 1997, o Ministério das Comunicações transferiu para a agência todas as atividades de telecomunicações e de fiscalização dos serviços, inclusive de radiodifusão. Permanecem no Ministério as atividades referentes à política de telecomunicações, regulamentação e outorga de serviços de radiodifusão e normatização e avaliação dos serviços postais. Em etapa subsequente, também estas serão transferidas para a agência, após aprovação pelo Congresso Nacional das novas leis que tratam desses serviços.

O Governo deverá ainda tratar da privatização do Sistema Telebrás, assim como da reforma organizacional e comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, desenvolvendo novo modelo para o setor postal.

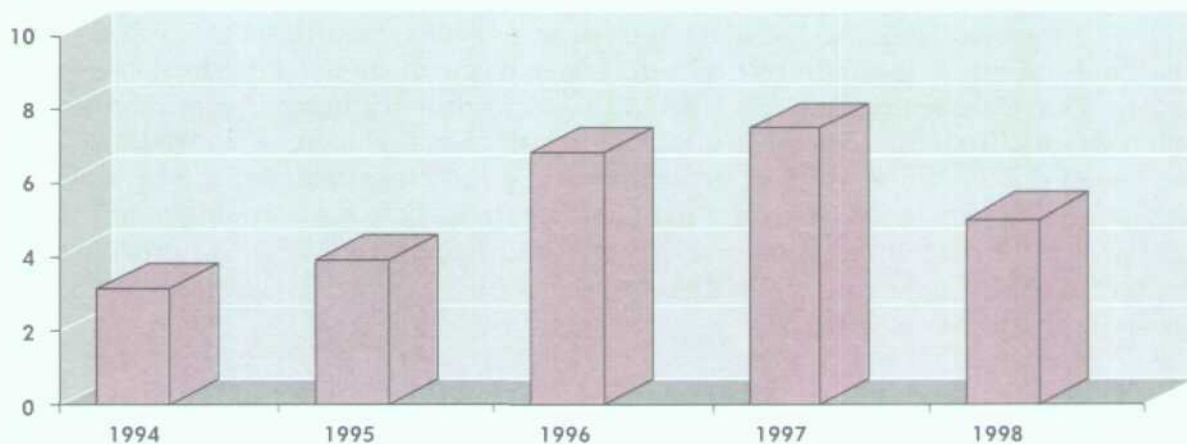
A privatização dos serviços de telecomunicações teve início com a definição de dez áreas de concessão para exploração do Serviço Móvel Celular em todo o território nacional. Até o final de 1997, a homologação de quatro áreas possibilitou ingresso de R\$ 1,5 bilhão para o Tesouro Nacional, sem alienação de qualquer ativo do Governo. Mais importante, contribuiu para aumento expressivo da oferta de terminais celulares no País, reduzindo o preço de acesso à prestação dos serviços em até quarenta por cento.

O processo continuará com a reestruturação do Sistema Telebrás, o qual originará a formação de três “holdings” regionais, nove empresas na banda A e a EMBRATEL, com a venda do controle societário ainda em 1998.

Nesta fase de transição, as empresas do Sistema Telebrás vêm desempenhando papel de relevância, ao executar um programa que, no período 1995-1998, resultará em investimentos da ordem de R\$ 23 bilhões, sendo que R\$ 7,5 bilhões em 1997. Trata-se de montante sem precedentes na história do Sistema Telebrás.

Recorde de investimento pelo Sistema Telebrás: R\$ 23 bilhões em quatro anos.

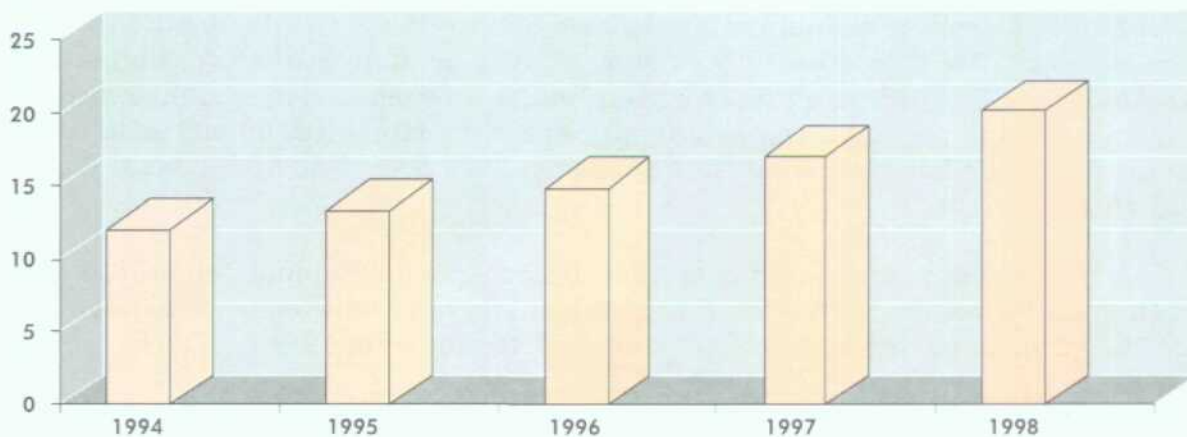
Investimentos Realizados pelo Sistema Telebrás (Em R\$ bilhões)



Fonte: Ministério das Comunicações

O Sistema Telebrás contratou 2,9 milhões de terminais fixos, perfazendo 9,3 milhões de terminais no triênio 1995-1997. Somados às contratações previstas para 1998, alcançar-se-ão 12,9 milhões, montante superior à planta existente em 1994. Foram instalados 2,2 milhões de terminais fixos, atingindo-se quantitativo acumulado de 17,1 milhões. Com a previsão de instalação de 3,1 milhões de terminais em 1998, o ganho no quadriênio 1995-1998 será de 8,2 milhões, correspondendo a 68% da planta existente em 1994 e a taxa média anual de crescimento de catorze por cento.

Evolução do Número de Telefones Fixos em Funcionamento



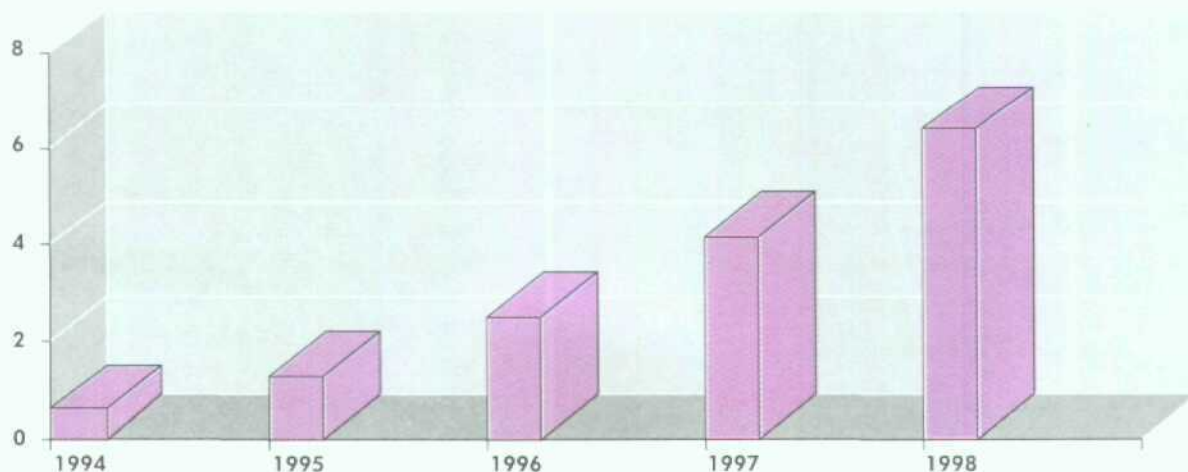
Fonte: Ministério das Comunicações

Mais de oito milhões de telefones fixos instalados em quatro anos.

Em consequência desta expansão, a densidade da telefonia apresenta pela primeira vez o nível significativo de onze terminais fixos por cem habitantes.

Na área da telefonia móvel celular, com as contratações de 1997, foi atingido montante de 4,8 milhões de acessos móveis celulares no triênio, alcançando-se a marca de 4,1 milhões de acessos em serviço e representando ganho de 1,6 milhão de acessos em relação a 1996, um crescimento de 64%.

Evolução do Número de Telefones Celulares em Serviço (Em milhões)



Fonte: Ministério das Comunicações

A digitalização da planta celular já foi iniciada. Este ano deverão ser ativados aproximadamente 1,3 milhão de acessos celulares digitais, representando cerca de vinte por cento do total de acessos em dezembro de 1998.

A expectativa é de que o quantitativo de acessos em serviço no período 1995-1998 apresente taxa média anual composta de crescimento de 81%, devendo alcançar 6,4 milhões em 1998.

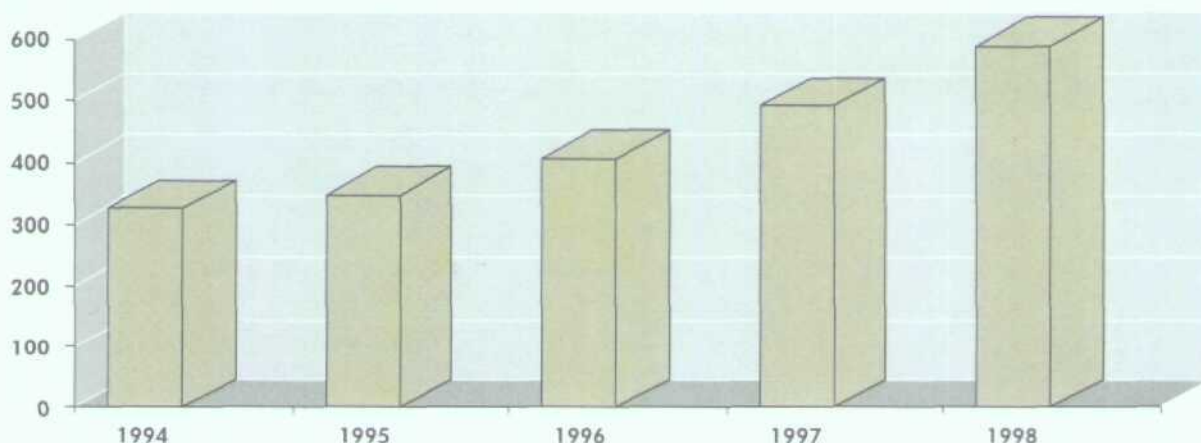
Em decorrência deste crescimento, a densidade do Serviço Móvel Celular atingiu 2,7 acessos em serviço por cem habitantes em 1997, devendo evoluir para 4,3 em 1998.

O Serviço Móvel Celular do Sistema Telebrás estendeu sua área de cobertura para 1.394 Municípios, o que correspondeu a crescimento de 548% em relação a 1994. A previsão para o final de 1998 é de que 1.760 Municípios estejam atendidos.

**Celular já cobre
1.394 Municípios.
Em 1998 serão 1.760
Municípios.**

A área de telefonia de uso público também teve investimentos para sua expansão e modernização. Ao final de 1997, havia 328 mil telefones a cartão indutivo e 167 mil a ficha. A planta de telefone de uso público evoluirá, em média, dezesseis por cento ao ano no quadriênio 1995-1998, devendo alcançar 590 mil telefones ao final do período, sendo que 83% serão de tecnologia a cartão indutivo.

Evolução do Número de Telefones Públicos em Serviço (Em milhares)



Fonte: Ministério das Comunicações

Nos programas de telefonia fixa, móvel e de telefones de uso público, os investimentos no triênio 1995-1997 e os projetados para 1998 são apresentados na tabela a seguir.

	\$ Mil				
Segmento	1994	1995	1996	1997 ⁽²⁾	1998 ⁽²⁾
Telefonia Fixa ⁽¹⁾	1.522.328	1.716.722	3.048.698	2.627.853	1.838.979
Telefonia Celular	499.238	785.690	1.711.144	1.569.285	1.096.513
Telefonia de Uso Público	26.127	20.755	75.643	161.866	69.370

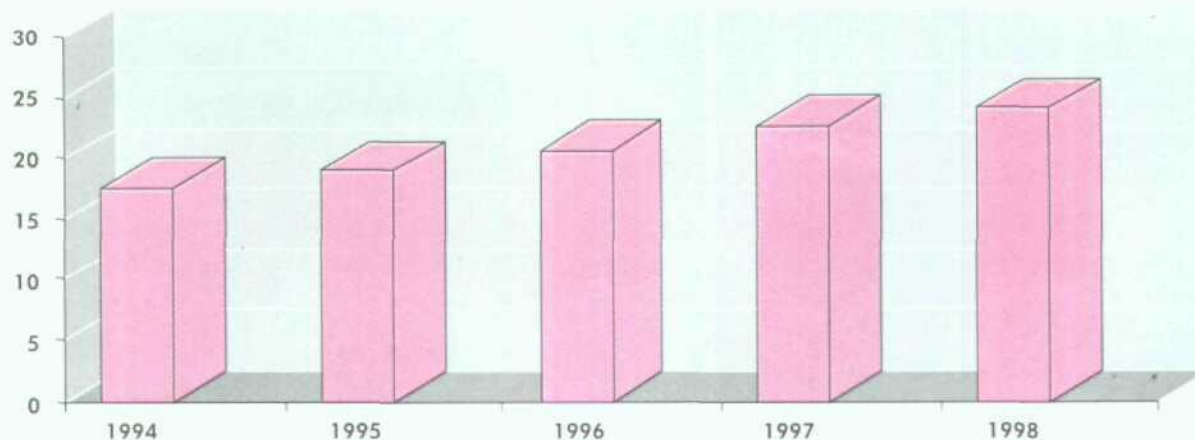
⁽¹⁾ Telefonia convencional nos anos de 1994 e 1995.

⁽²⁾ Previsão novembro de 1997.

Telefone chega a cinco mil novas localidades no triênio 1995-1997.

O número de localidades atendidas no triênio 1995-1997 cresceu 29%, significando incorporação de cinco mil novas localidades ao Sistema Nacional de Telecomunicações. Foi dada prioridade às populações interioranas, rurais, ribeirinhas e praianas, de baixa renda, revelando o seu caráter social e a determinação do Sistema Telebrás de cumprir as metas de universalização do serviço telefônico.

Evolução do Número de Localidades Brasileiras Atendidas pelo Serviço Telefônico (Em milhares)



Fonte: Ministério das Comunicações

A digitalização da planta urbana, fator de modernização e de melhoria da qualidade dos serviços, é hoje de 69,1%, devendo chegar a 78,7% em 1998. Nos sistemas de longa distância, essa taxa é ainda maior, tendo atingido cem por cento em 1997.

A queda da taxa de congestionamento é outro ponto de destaque. O índice de 9,7% das chamadas de DDD não completadas em 1994 foi reduzido para 6,9% em 1997, não obstante o crescimento de 56,8% no tráfego interurbano.

Está previsto para o início de 1998 o lançamento do BRASILSAT-B (B3), o terceiro satélite brasileiro de segunda geração, envolvendo investimentos de cerca de US\$ 150 milhões, e que, juntamente com os BRASILSAT-B1 e B2, compõem a rede nacional de telecomunicações.

Novos meios de transmissão baseados em sistemas ópticos foram objeto de substanciais investimentos, no triênio 1995-1997. Ao final de 1997, estavam instalados cerca de 43,4 mil quilômetros de cabos ópticos, um acréscimo de 49,1% em relação a 1996. Com a instalação de 37,1 mil quilômetros em 1998, atingir-se-á total de 80,5 mil quilômetros de cabos ópticos instalados.

Está em andamento a implantação do cabo ATLANTIS II com seis pontos de conexão, sendo dois na América do Sul (Las Toninas, na Argentina, e em Fortaleza), dois na África (Praia, em Cabo Verde, e Dacar, no Senegal) e dois na Europa (El Medano, nas Ilhas Canárias, e Lisboa, em Portugal), perfazendo extensão de doze mil quilômetros. Com custo da ordem de US\$ 270 milhões, o sistema deverá estar plenamente operacional em 1999.

Em 1997, foi contratado, em parceria com operadores de serviços internacionais de diversos países, o fornecimento do Cabo Submarino em Fibra Óptica – ATLANTIS III.

Foram desenvolvidas, também, ferramentas para simulação de sistemas ópticos de alta capacidade, que possibilitaram aumento significativo da capacidade instalada e redução do congestionamento de rotas interurbanas.

Foram atingidas as marcas de aproximadamente 2,2 milhões de terminais Trópico-RA instalados no Sistema Telebrás e de 374 centrais de tecnologia Trópico-RA e 967 mil terminais Trópico-R, desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, a Telebrás registrou resultados que a colocaram entre as empresas de melhor desempenho no setor, em âmbito mundial.

Papéis da TELEBRÁS estão entre os mais negociados na Bolsa de Nova York.

As ações da empresa respondem por cerca de setenta por cento do volume financeiro negociado no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo. Os American Depositary Receipts (ADRs) da TELEBRÁS situam-se hoje entre os mais importantes papéis negociados na Bolsa de Valores de Nova York, com volume médio mensal físico de 65 milhões de transações e financeiro da ordem de US\$ 9 bilhões.

Em 1997, o Sistema Telebrás captou, aproximadamente, R\$ 700 milhões, sendo que R\$ 466 milhões por meio de diversas Export Credit Agencies (ECAs) e R\$ 262 milhões diretamente de fornecedores. Ao mesmo tempo, R\$ 126 milhões de dívidas onerosas com fornecedores de equipamentos foram substituídas por repasses da “holding” às operadoras estaduais.

Com o objetivo principal de iniciar um processo democrático para outorga do serviço de radiodifusão e telecomunicações, o Governo estabeleceu critérios de competitividade entre usuários, permitindo melhoria dos serviços prestados e abrindo novos horizontes à indústria nacional de equipamentos. Passou a administrar procedimentos de outorga de permissões e concessões, atendendo a critérios técnicos e econômicos, com normas gerais e regras para elaboração de editais. Liberou 113 editais para o serviço de radiodifusão, referentes a 249 localidades, devendo gerar aproximadamente 7.500 novos empregos com investimento de R\$ 150 milhões. Quanto aos serviços de TV a Cabo e Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal – MMDS, foram liberados dezoito editais, referentes a 235 localidades, o que deverá criar aproximadamente 25 mil novos empregos, com investimento de R\$ 1,2 bilhão.

No tocante aos serviços postais, a ECT obteve resultado econômico-financeiro positivo da ordem de R\$ 84 milhões. Os investimentos de R\$ 285 milhões para expansão e modernização dos serviços contemplaram, entre outras, as seguintes áreas:

Atendimento – reforma e construção de unidades de atendimento; automação em 153 agências (onze por cento do total das agências próprias da ECT), de um total de 587 já atendidas; implementação das primeiras máquinas de auto-atendimento, levando o acesso a serviços postais e a produtos a locais de grande fluxo populacional, como “shoppings”, terminais rodoviários etc.; e reabertura do sistema de “franchising”,

que permitirá a expansão da rede de atendimento, com maior proximidade de acesso do cidadão aos serviços postais.

Tratamento/transporte – reforma e construção de centros operacionais para tratamento das cargas de malas e malotes e revisão dos contratos relativos à Rede Postal Aérea Noturna, que de 52 linhas em 1994 passou para 29, com expressivo reflexo na melhoria da qualidade.

Em razão dos investimentos em novas tecnologias, somados a gestão moderna, com ênfase no Programa Nacional de Qualidade dos Correios, o tráfego de objetos teve crescimento de 12,5%, enquanto a entrega nos prazos previstos de cartas e encomendas Sedex atingiu índice médio de 87,3% e 97,5%, respectivamente, resultados superiores aos atingidos em 1996.

É importante o registro de que, além dos resultados econômico-financeiros e operacionais positivos, a ECT enfatizou seu caráter social, consolidando parcerias com instituições de apoio a crianças deficientes; com distribuição de livros para todo o País, dentro do Programa Nacional do Livro Didático, propiciando a chegada do material às mãos dos alunos antes do início do período letivo; e com o patrocínio de atividades culturais e esportivas.

**Correios ajudam
MEC a entregar a
tempo livros
didáticos.**

A instalação de Caixas Postais Comunitárias nas periferias das cidades, em áreas que estavam fora da distribuição domiciliária feita por carteiros, e a implantação do serviço Cheque Correios, trazendo facilidade de envio de dinheiro para a população de baixa renda, principalmente para localidades onde não existe serviço bancário também foram ações prioritárias, em 1997.

Finalmente, foi criada a Secretaria de Serviços Postais, responsável pela formulação de políticas e coordenação das atividades referentes à orientação, execução e avaliação dos serviços postais e pelo acompanhamento do desempenho da ECT.

V SETOR PRODUTIVO

AGRICULTURA

A agricultura não é mais um problema. É uma solução.

Prova disso é o desempenho que o setor apresentou, em 1997, com avanços significativos em relação a 1996, que podem ser resumidos nos superávits crescentes na balança comercial e nos ganhos contínuos de produção e de produtividade. A modernização da pesquisa agropecuária deu contribuição importante, ao introduzir os conceitos de sustentabilidade e de agro-negócios, além das novas técnicas de biotecnologia.

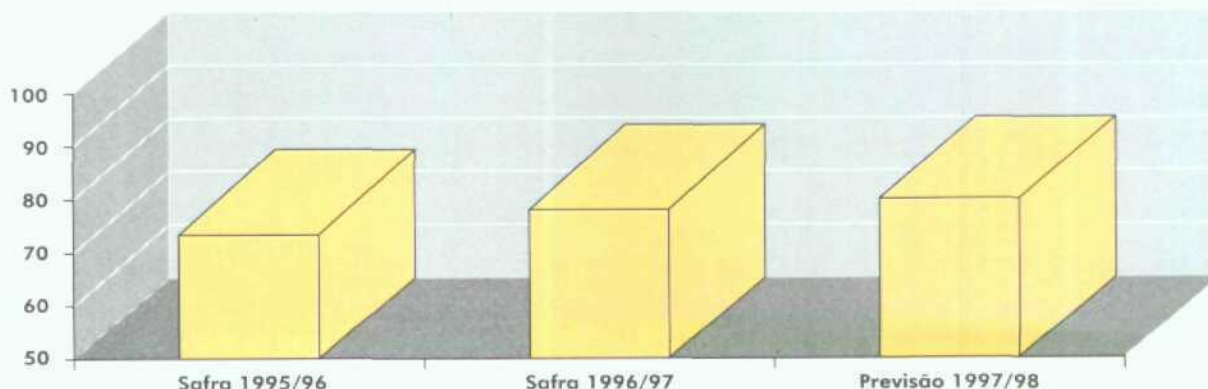
A agricultura não é mais um problema. É uma solução.

Dois resultados merecem destaque: o aumento de 6,4% da safra de grãos e de 32% no saldo comercial agrícola. A safra de 1996/97 foi de 78,3 milhões de toneladas contra 73,6 milhões, em 1995/96. O saldo da balança foi de US\$ 8,4 milhões, em 1996, e o superávit estimado de 1997 é de US\$ 11,1 milhões.

É importante notar que essa evolução verificada, nos últimos três anos, foi conquistada num mercado cada vez mais globalizado, em que a agricultura precisou enfrentar novos desafios em termos de competitividade.

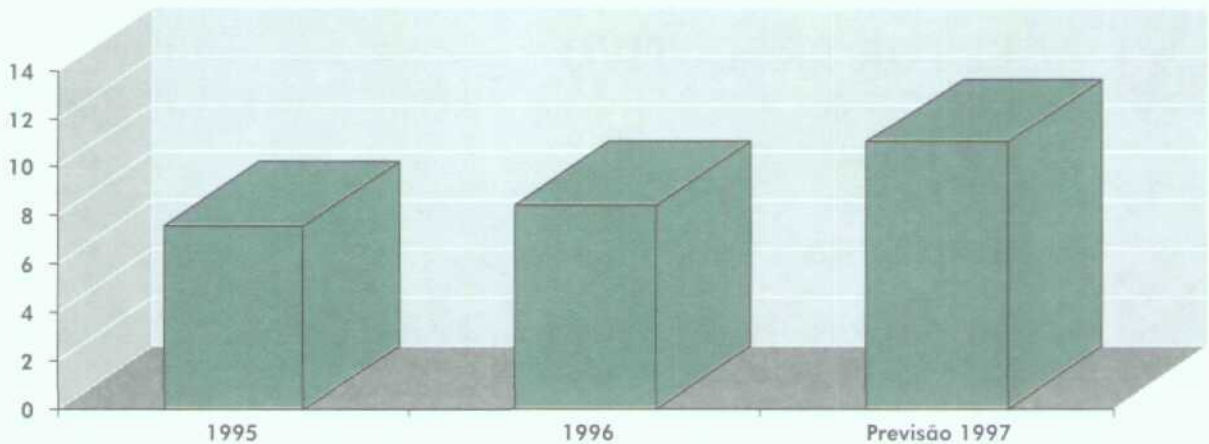
Receita de sucesso: superávits crescentes na balança comercial e ganhos contínuos de produção e de produtividade.

Evolução da Produção Nacional de Grãos
(Em milhões de Toneladas)



Fonte: MAA

Saldo da Balança Comercial Agrícola (Em US\$ bilhões)



Fonte: MAA

Apesar do desempenho favorável do setor agrícola, deve-se destacar que alguns produtos, como algodão, cacau, leite, arroz no Rio Grande do Sul, e os pequenos produtores de cereais enfrentaram dificuldades com a abertura da economia. É uma situação que começa a ser revertida por meio de ganhos de produtividade, a exemplo do algodão, da diversificação de cultivos e da reconversão produtiva de algumas culturas.

Diante do cenário de globalização dos mercados com que se defronta a agricultura brasileira, a atuação do Governo, na área de política agrícola, vem seguindo duas grandes linhas. A primeira, de cunho mais agregado, busca criar ambiente econômico e institucional favorável à expansão e à consolidação da estrutura produtiva. A segunda diz respeito aos programas de natureza social que têm seus melhores exemplos na integração de agricultores familiares a uma economia de mercado e no uso de estoques governamentais para distribuição emergencial de alimentos às populações carentes.

CRÉDITO E COMERCIALIZAÇÃO

No primeiro eixo de atuação, destacam-se as políticas de crédito, de comercialização e de seguro rural. Também estão incluídas as ações na área tributária, como a eliminação do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-manufaturados. Os objetivos são aumentar a competitividade das exportações agropecuárias e reduzir os custos de transação, ainda elevados no Brasil, se comparados aos patamares internacionais.

A oferta de crédito rural, no ano passado, aumentou mais de cem por cento, em comparação a 1995, graças ao maior direcionamento pelo Governo das aplicações obrigatórias dos bancos. Elas cresceram tanto em termos relativos quanto absolutos, por duas razões: o aumento dos depósitos à vista, devido à queda da inflação, e a elevação dos percentuais das exigibilidades bancárias.

Oferta de crédito rural, em 1997, é mais que o dobro de 1995.

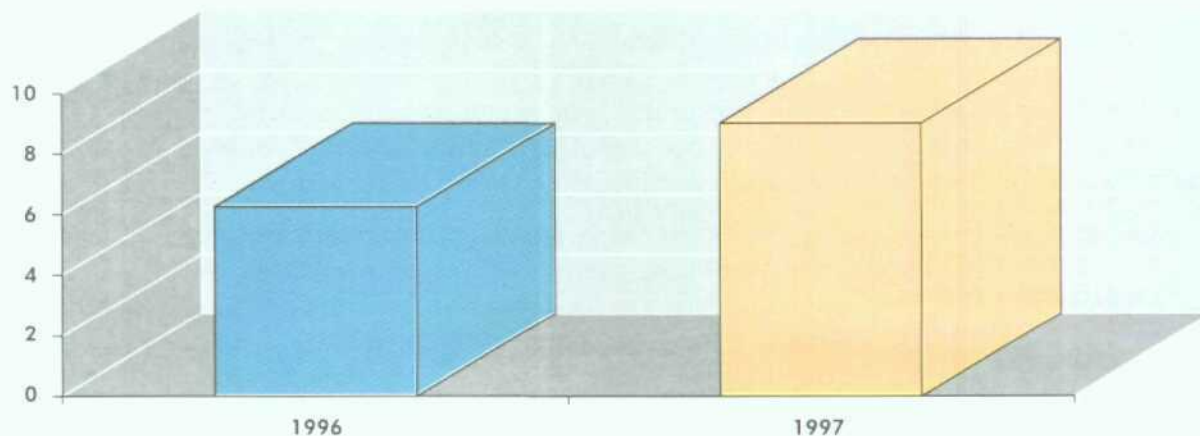
A ampliação dos limites de crédito para os mutuários, a redução das taxas de juros de doze por cento para 9,5% ao ano e o maior ingresso de recursos externos também contribuíram para o aumento do crédito concedido à agricultura. Segundo dados do Banco Central, o crédito disponível passou de R\$ 6,3 bilhões, em 1996, para R\$ 9,1 bilhões, em 1997 - um crescimento de 44%.

Além dessas, duas outras providências foram fundamentais para a regularização da oferta de crédito aos agricultores: o financiamento da safra está sendo feito no período certo e a securitização das dívidas dos produtores garantiu a recuperação do setor agrícola, com a melhoria da renda n'ó campo.

Dinheiro na hora certa e securitização das dívidas foram vitórias importantes da agricultura.

Financiamentos rurais concedidos

(Em R\$ bilhões)



Fonte: BACEN

Na área de comercialização agrícola, o Governo vem substituindo a antiga política de garantia de preços mínimos, de alto custo para o Tesouro Nacional e de baixa eficácia para o setor agrícola, por dois novos instrumentos: o Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP e o Contrato de Opção de Venda.

Novo sistema de comercialização torna mais eficaz escoamento da produção.

A principal característica do PEP é o pagamento ao setor privado da diferença entre o preço de mercado e o preço oficial garantido pelo Governo. Com isso, induz-se o escoamento da produção diretamente para o mercado, sem que se formem estoques governamentais de longo prazo e de reduzida eficácia. O volume de produção

atendido por esse programa aproximou-se de dois milhões de toneladas de trigo e milho.

Recentemente, por exemplo, o milho produzido no oeste baiano foi escoado para a Região Nordeste e, graças ao PEP, evitou-se a importação do produto e a consequente perda de divisas para o País.

Governo fecha 95 mil contratos de opção de venda e abre mais possibilidades aos agricultores.

O Contrato de Opção de Venda, por sua vez, prevê a garantia do preço para o agricultor. Por meio desse instrumento, o produtor tem a opção - e não a obrigação - de vender seu produto ao Governo, podendo aguardar, se preferir, melhores condições de preço no mercado até a entressafra. De posse do contrato de opção, o produtor rural tem a possibilidade de obter, junto ao sistema financeiro, melhores condições de financiamento de sua estocagem. Em 1997, fo-

ram realizados 95 mil contratos dessa espécie, equivalentes a mais de um milhão de toneladas.

A instituição de um moderno sistema de seguro rural é outra medida que o Governo está estudando com prioridade. A idéia é adotar-se, com supervisão oficial, instrumento essencialmente privado, destinado a cobrir riscos da agricultura num novo ambiente, no qual os tradicionais mecanismos já começaram a perder sentido econômico. Enquanto não se implanta essa nova sistemática de seguro, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO vem sendo aperfeiçoado de forma a se tornar mais eficiente, principalmente por meio de zoneamento agrícola, que se traduz em conjunto de recomendações técnicas sobre áreas, épocas e tecnologias mais favoráveis de plantio, visando a minimizar riscos de frustrações de safra.

Fiscalização reduz desvio de estoques oficiais.

Houve avanços significativos na gestão dos estoques públicos, mediante amplo programa de fiscalização, que conseguiu expressiva redução dos desvios de produtos: de 2,1%, em 1996, para 0,6%, em 1997, nos estoques adquiridos pelo Governo, e de 1,1% para 0,48% nos estoques financiados.

Na parte de infra-estrutura, a estratégia tem sido trabalhar para o escoamento da produção, integrando, a custos mais baixos, as zonas produtoras e os pontos de consumo, processamento e exportação. A agricultura brasileira, que tem necessidade de movimentar grandes cargas, vem sendo altamente prejudicada pela dependência do transporte rodoviário. Por essa razão, busca-se consolidar dois tipos mais eficien-

tes de transporte de grãos: o ferroviário e o hidroviário. A privatização de toda a malha da Rede Ferroviária Federal S.A. e a série de obras para expandir as hidrovias, principalmente no Centro-Oeste e no Norte do País, dão seqüência a essa estratégia.

DEFESA AGROPECUÁRIA

Após a inclusão da agricultura nos acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC, a defesa agropecuária passa a ter papel destacado na viabilização do aproveitamento dos mercados externos por parte da produção agrícola brasileira. Ao lado da padronização das normas fitossanitárias, as exigências dos consumidores internos e externos vêm crescendo, o que requer prestação de serviços cada vez mais eficientes nessa área.

A Secretaria de Defesa Agropecuária será transformada em agência governamental, dotada de maior flexibilidade para atender os novos desafios. A eles somam-se aqueles relacionados às atividades tradicionais do sistema de defesa, como a eliminação da febre aftosa em todo o território nacional; o monitoramento e o controle da mosca de frutas e do nematóide de cisto da soja; a prevenção e o controle da vespa de madeira; a erradicação do cancro cítrico; o controle do gafanhoto, do bicudo do algodoeiro e da vassoura-de-bruxa; e a adoção do sistema de análise de riscos e controle de pontos críticos na produção e no processamento de produtos de origem vegetal e animal e seus derivados.

FRUTA, CANA, CAFÉ, PESCA, BORRACHA

Em 1997, destaca-se a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste.

De alcance expressivo por sua capacidade de geração de emprego, renda e receita fiscal, a fruticultura irrigada apresenta-se como poderoso instrumento para resgatar a capacidade de desenvolvimento sustentável daquela região. O Programa enfatiza a participação da iniciativa privada, reservando ao Estado o papel de indutor e promotor do desenvolvimento. A meta é ambiciosa: implantar até 150 mil hectares, anualmente, de fruticultura irrigada.

Programa de apoio à fruticultura irrigada no Nordeste vai implantar até 150 mil hectares por ano.

Merecem registro, pelos resultados alcançados, as ações governamentais direcionadas a produtos específicos. No caso da cana-de-açúcar, o Brasil coloca-se como maior produtor mundial, tendo esmagado 248 milhões de toneladas na safra 1996/97.

Maior produtor mundial, Brasil pode ter safra de cana de 305 milhões de toneladas.

Graças aos estímulos representados pela desoneração das exportações e pelos incentivos à produção de álcool, o setor poderá esmagar até 305 milhões na safra de 1998. É de se ressaltar que o setor sucroalcooleiro emprega, diretamente, cerca de 1,2 milhão de trabalhadores, setenta por cento dos quais já possuem carteira de trabalho assinada.

No que diz respeito ao café, a principal ação governamental em 1997 foi a adoção de uma correta política de venda de estoques e de oferta de crédito aos segmentos que integram a cadeia produtiva. Os leilões de estoques permitiram manter a receita cambial com esse produto no patamar aproximado de US\$ 2,7 bilhões e abastecer o mercado interno de forma adequada, evitando-se pressões sobre os índices de inflação.

Com crédito na hora certa, produção de café sustentou, em 1997, quatro milhões de empregos diretos e indiretos.

A oferta de crédito em tempo hábil possibilitou o acesso dos interessados aos estoques leiloados e sustentou quatro milhões de empregos diretos e indiretos, quando se considera o conjunto das atividades agrícolas, industriais e comerciais conectadas a esse produto.

O fomento à pesca e à aqüicultura, antiga reivindicação do setor, foi iniciado com a regulamentação da subvenção econômica para equalizar os preços do óleo diesel consumido pelas embarcações pesqueiras nacionais aos pagos pelos barcos estrangeiros. Além disso, foram instalados pólos de aqüicultura em sete Estados e instituída uma linha de crédito para estocagem de excedentes de pescado de consumo popular.

No setor da borracha, foram eliminados os instrumentos de ingerência do Governo no mercado com a aprovação da Lei nº 9.479, de 1997. Regulamentou-se, ainda, a subvenção econômica para equiparação do preço da borracha natural nacional ao da importada e realizaram-se leilões de dezoito mil toneladas, correspondendo a mais de oitenta por cento do estoque então existente.

CAMPO SOCIAL

De fundamental importância para a economia brasileira como inibidora do êxodo rural, geradora de empregos e de renda e produtora de alimentos, especialmente da cesta básica, a agricultura familiar vem recebendo apoio decidido e constante por parte do Governo. Isso se reflete na oferta de crédito com taxas de juros favorecidas e na alocação de recursos para educação e infra-estrutura básica.

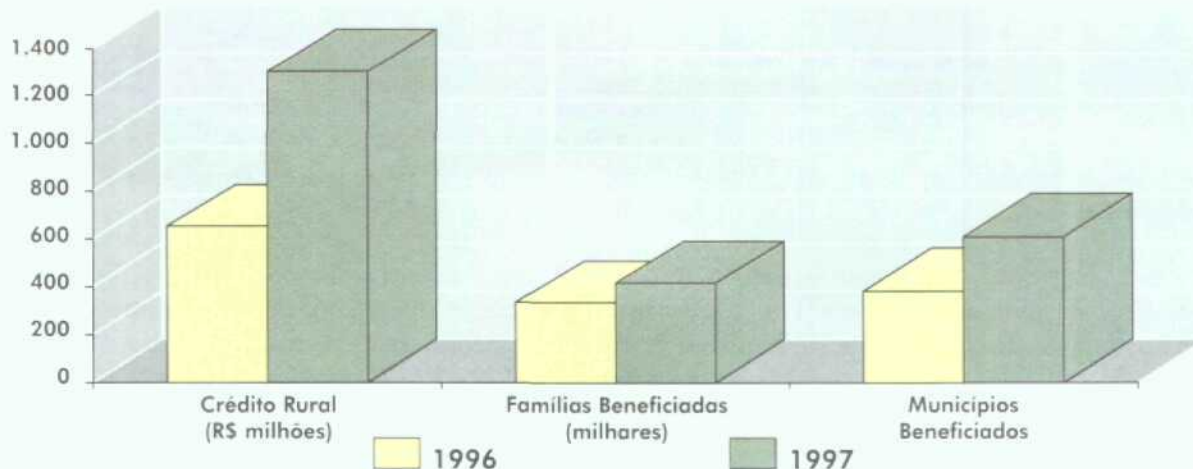
Incentivo inédito à agricultura familiar em 1997: R\$ 1,3 bilhão, o dobro do crédito de 1996, e 414 mil famílias beneficiadas.

Duas iniciativas concentram os esforços governamentais: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA. Em 1996, foram aplicados R\$ 650 milhões em crédito rural para a agricultura familiar, beneficiando 333

mil famílias. Em 1997, o valor dobrou, chegando a R\$ 1,3 bilhão e atendendo 414 mil famílias.

Junto com o crédito, as ações integradas de desenvolvimento rural voltadas à agricultura familiar, abrangendo educação e infra-estrutura entre outros serviços básicos, estenderam-se a 383 Municípios, em 1996, e a outros 611, em 1997. No total, 994 Municípios foram contemplados, dos quais quatrocentos já contam com planos de aplicação dos recursos aprovados e, destes, 320 já formalizaram os convênios.

Apio à Agricultura Familiar



Fonte: MAA

É importante registrar que a taxa de juros do custeio agrícola para os agricultores familiares foi reduzida de 9,5% para 6,5% ao ano. Ao mesmo tempo, foi criada linha de crédito rotativo, por meio da qual os produtores passam a dispor de uma espécie de cheque especial, que lhes possibilita acesso ao crédito sem maior burocracia nem exigências e no momento exato em que necessitam de recursos para desenvolver suas atividades.

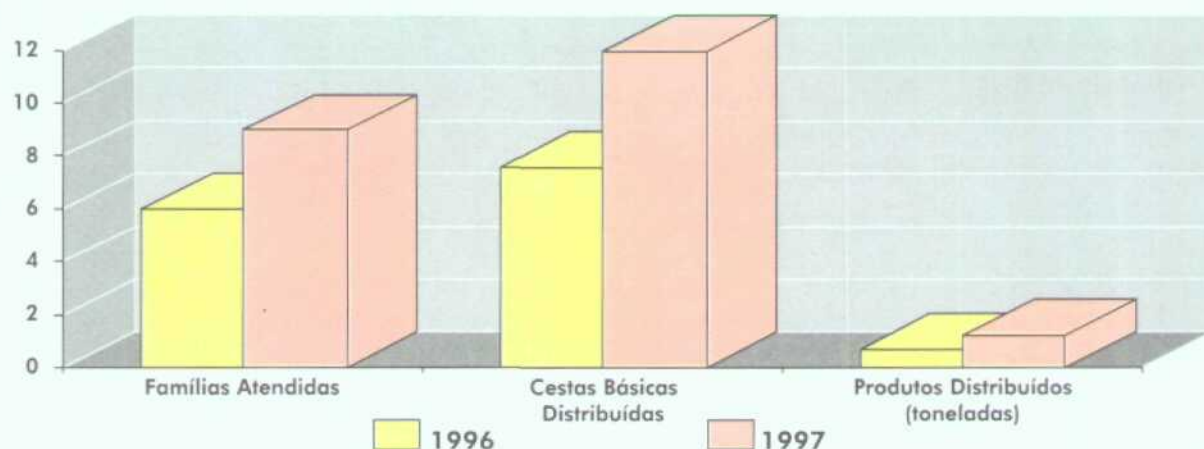
No âmbito do PRODEA, também foi possível ampliar o atendimento. O programa tem por objetivo combater a fome e a miséria das famílias que se encontram em estado de extrema pobreza nas regiões mais carentes do País, inclusive nas comunidades indígenas e nos acampamentos de sem-terra.

Em 1996, foram atendidas cerca de seis milhões de famílias com distribuição de 7,6 milhões de cestas básicas correspondentes a 659,7 mil toneladas de produtos. Em 1997, nove milhões de famílias receberam doze milhões de cestas básicas equivalentes a 1,2 milhão de toneladas de alimentos.

Nove milhões de famílias pobres receberam doze milhões de cestas básicas do PRODEA, em 1997.

Distribuição emergencial de alimentos

(Em milhões)



Fonte: MAA

As prioridades do Governo, em 1998, continuam voltadas para o fortalecimento da capacidade produtiva, da competitividade e do crescimento sustentado da agricultura e do *agribusiness*, assim como para redução de seus riscos, concentrando esforços naquelas ações que são intransferíveis no bojo da política agrícola. Na área social, o PRONAF e o PRODEA continuam merecendo prioridade absoluta.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O grande objetivo do Governo na política industrial é a reestruturação da base produtiva, associada à oferta de emprego e à redução do déficit da balança comercial. Assim, os esforços estão voltados à criação de ambiente favorável aos investimentos, ao fortalecimento dos mecanismos de estímulo e à retirada de entraves às exportações brasileiras, no mercado internacional. O País também precisa se capacitar melhor para conter práticas desleais de comércio nas importações e ampliar os programas de apoio às empresas de pequeno porte e à recuperação de setores fortemente empregadores de mão-de-obra.

Juntamente com as ações de natureza financeira, fiscal e administrativa adotadas no final do ano, o Governo tomou medidas para aumentar a base exportadora e enfrentar as práticas desonestas de comércio, que prejudicam o mercado interno e a produção nacional. É o caso do estabelecimento de normas para tornar o processo de valoração aduaneira mais efetivo no combate ao subfaturamento de bens importados.

As prioridades da política industrial são estimular as exportações e combater as práticas desleais de comércio.

Sob estímulos positivos e pressões competitivas derivadas do novo contexto da economia brasileira, o parque industrial avançou significativamente na sua modernização. Em outras palavras, melhora a qualidade na indústria nacional. Estima-se que a produtividade média da indústria tenha crescido cerca de oito por cento em 1997. No período 1994-1997, a expansão acumulada da produtividade já atinge 22,6%.

A concessão de certificados ISO-9000 de qualidade, outro importante indicador de progresso nessa área, também apresentou avanço: 2.428 empresas brasileiras já têm esta certificação. Além disso, outras vinte empresas obtiveram o certificado ISO-14000, relativo à gestão ambiental.

Melhora a qualidade na indústria brasileira. A produtividade cresceu oito por cento em 97 e mais de 22% nos últimos quatro anos.

A resposta positiva das empresas nacionais e estrangeiras ao novo quadro da economia brasileira acha-se claramente refletida nos dados sobre intenções de investimento no período 1997-2001. Os dezenove principais setores industriais, com importante contribuição potencial para as exportações e para a substituição de importações, planejam investir cerca de US\$ 112 bilhões naquele período.

A situação favorável da economia, associada às mudanças liberalizantes no tratamento do capital estrangeiro, provocou aumento sem precedentes nos fluxos de investimentos diretos, que alcançaram aproximadamente US\$ 16 bilhões, colocando o Brasil como segundo maior receptor desses capitais no mundo. Hoje, 380 das quinhentas maiores empresas mundiais estão instaladas no Brasil.

Mais de R\$ 100 bilhões serão investidos na indústria até 2001. O Brasil já é o segundo maior receptor de capitais do mundo.

SETOR AUTOMOTIVO

É o setor que se destaca, em razão dos grandes investimentos realizados no País, visando à produção para o mercado interno e o MERCOSUL. Em 1997, os investimentos atingiram cerca de US\$ 6,6 bilhões.

A implantação de novas fábricas de automóveis está mudando a geografia econômica brasileira. Serão quinze no Nordeste, nove no Centro-Oeste e uma no Norte.

O regime automotivo brasileiro, que funcionava desde 1995 por meio de Medidas Provisórias, foi aprovado pelo Congresso Nacional, com a edição das Leis nº 9.440 e nº 9.449, de 1997. A primeira, que contempla as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, constitui forte instrumento de desconcentração industrial, pois induziu à apresentação de 25 projetos de montadoras de veículos automotores. Quinze deles estão localizados no Nordeste, nove na Região Centro-Oeste e um na Região Norte, com previsão de investimento de US\$ 2,75 bilhões, beneficiando diversos Estados que jamais haviam fabricado um automóvel.

A adesão ao regime automotivo foi significativa, pois 182 empresas montadoras de veículos e fabricantes de autopeças, correspondendo à maioria dos principais produtores, apresentaram programas de investimentos, trazendo como consequência, o lançamento de diversos novos modelos.

Foram iniciadas negociações no âmbito do MERCOSUL com o objetivo de elaborar política comum para o setor automotivo, a ser implementada no ano 2000, bem como solucionadas as divergências nessa área com a OMC, Japão, Estados Unidos, União Européia e Coréia, permanecendo o regime brasileiro.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Medidas relevantes tomadas pelo Governo, no campo da promoção das exportações, começaram a gerar resultados. Cabe destacar, de maneira especial, o impacto da desoneração de produtos semi-elaborados, determinada pela Lei Complementar nº 87, de 1996, que isenta do ICMS as exportações desses produtos e de básicos. Essa ação foi complementada com a garantia de crédito do imposto relativo aos insumos empregados nos produtos exportados.

Outra medida na mesma direção é particularmente importante para as empresas com produtos isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, tanto nas vendas internas quanto nas exportações, que ficam com saldo credor de IPI sobre insumos. Trata-se da compensação desses créditos com o pagamento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

As exportações foram desoneradas de impostos.

Merecem também destaque na área de promoção à exportação de bens e serviços:

- a revitalização e expansão do Programa Novos Pólos de Exportação - PNPE têm buscado desconcentrar a pauta exportadora em termos de empresas e produtos, pela interiorização e por maior engajamento de pequenas e médias empresas no processo exportador. O PNPE, implantado em catorze Estados, confere prioridade à expansão das exportações de 25 setores selecionados, com maior vocação exportadora ou potencial pouco explorado. Seu fundamento é a existência de expressivo contingente de produção que não participa do comércio exterior, localizado, quase sempre, fora dos grandes centros metropolitanos;

- os aperfeiçoamentos nos incentivos à exportação, mediante desoneração tributária: além da isenção do ICMS, tem-se a manutenção das isenções tributárias para remessas ao exterior decorrentes de contratos de exportação e captação de recursos externos;

Medidas de incentivo às exportações incluem Manual do Exportador e aperfeiçoamento do PROEX.

- a elaboração do Manual do Exportador, desenvolvido pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, em forma de roteiro que indica os principais passos que devem ser seguidos pelas empresas para atuar no comércio exterior, contemplando as etapas que constituem o processamento das operações de exportação;

- a criação do Cadastro de Comércio Exterior que, além de credenciar as empresas que operam no comércio exterior, terá como função principal a busca de informações consideradas relevantes para o desenvolvimento do intercâmbio comercial brasileiro;

- a permissão para contratação de Operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio para produtores de insumos.

No financiamento às exportações, um conjunto de ações chamou a atenção do Governo para a necessidade de melhorar a performance externa da produção nacional, destacando-se:

- aperfeiçoamento do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX que teve sua lista de produtos elegíveis unificada e ampliada, passando a contemplar autopeças, eletroeletrônicos, tubos de cobre e alumínio, entre outros produtos. Com isso, houve importante ganho de desburocratização e agilização dos financiamentos, facilitando o acesso das pequenas empresas ao mecanismo;

- revisão dos prazos máximos de financiamento com recursos do Tesouro e do pagamento da equalização. Na modalidade de equalização, foram revistos também os prazos máximos para pagamento da equalização, mantida a liberdade para o agente financeiro praticar o financiamento com prazos ainda mais dilatados que os fixados pelo MICT. A medida visa adequar as condições de financiamento àquelas praticadas pelos competidores internacionais;

Recursos do PROEX: US\$ 480 milhões em 1996, US\$ 960 milhões em 1997 e US\$ 1,5 bilhão em 1998.

• oferta de recursos orçamentários para o PROEX recebeu significativo aumento, de US\$ 480 milhões, em 1996, para US\$ 960 milhões, em 1997, prevendo-se para 1998 US\$ 1,5 bilhão, o que corresponde a um aumento de 56% sobre o ano anterior;

• operacionalização em 1998 do sistema de equalização de taxas de juros em financiamento à produção de bens para a exportação, possibilitando aumento da base exportadora com a inserção de novas empresas, principalmente de pequeno e médio portes;

• atribuição de alçada ao BNDES para operar com recursos do PROEX, tendo sido alocados R\$ 400 milhões.

A reativação do seguro de crédito à exportação dotou as empresas de mecanismos de indenização para possíveis perdas decorrentes de riscos comerciais, políticos e extraordinários. Foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A - SBCE, empresa privada constituída pelo Banco do Brasil e outros bancos e seguradoras privadas nacionais e estrangeiras, que atuará na cobertura de riscos comerciais em operações de exportação com prazo de pagamento de até dois anos, ficando os riscos políticos e extraordinários a cargo do Tesouro.

Reativado o seguro de crédito à exportação.

O sistema de seguro de crédito começa com credibilidade, já que, na eventualidade de inadimplência, ele poderá contar com recursos do Fundo de Garantia das Exportações - FGE.

Será realizado em 1998 o 1º concurso para a carreira de Analista de Comércio Exterior, criada em 1997, para preenchimento de cem novos postos em atividades específicas na área de planejamento e execução de política de comércio exterior, de apoio às negociações internacionais e de defesa contra práticas desleais de comércio.

A VEZ DOS PEQUENOS

O fortalecimento das empresas de pequeno porte é indispensável para a ampliação do nível geral de emprego na economia. Em relação a elas, duas medidas de fundamental importância foram adotadas para que possam competir em condições mais favoráveis, nos mercados interno e externo: a instituição do Regime Simplificado de Tributação - SIMPLES, em 1996, e a criação de um fundo de aval.

A expressiva adesão de mais de 1,7 milhão de micro e pequenas empresas ao SIMPLES traduz a saída da informalidade de parcela significativa deste segmento.

Criação do SIMPLES e de fundo de aval garante às micro e pequenas empresas melhores condições de competição.

O fundo de aval pretende fomentar as exportações e os investimentos da pequena e da média empresa. Compreende garantia para as operações de crédito destinadas a expansão e modernização, realocização ou produção voltada à exportação e estende-se às empresas com receita operacional líquida de até quinze milhões de reais.

Com essa medida, o Governo quer aumentar o número de pequenas e médias empresas exportadoras de quatro mil para oitenta mil. Hoje, elas são responsáveis por vinte por cento das vendas externas brasileiras, cerca de US\$ 9 bilhões. Na Coreia do Sul, essa participação é de 48%, na Alemanha, de 45% e nos Estados Unidos, de 54%.

Há muito espaço, portanto, a ser ocupado pelas pequenas empresas, que estão sendo chamadas a participar do grande esforço exportador que o Governo vem fazendo.

Fundo de aval facilita a vida de pequenas empresas que queiram exportar.

BOM, BARATO E BONITO

Lançado em 1995, com o objetivo de melhorar o “design” dos bens e serviços produzidos no País, o Programa Brasileiro de “Design” também visa ao incremento da competitividade dos produtos brasileiros. Ele conta com recursos e instrumentos de mais de uma centena de agentes econômicos e sociais, públicos e privados. Estes recursos são aplicados sob orientação estratégica única, em conjuntos de projetos direcionados à mobilização empresarial, informação, normalização, proteção legal, infraestrutura, capacitação de recursos humanos, financiamento e cooperação internacionais.

A promoção do “design”, num cenário de acelerada evolução tecnológica e de internacionalização de negócios, é estratégia de fundamental importância, agregando valor e criando identidade para produtos, serviços, empresas e marcas.

Não basta ser bom e barato. Tem que ser bonito e funcional.

“Design” e marca são diferenciais para impulsionar as exportações brasileiras, principalmente no sentido de enobrecer a pauta do País com produtos de maior valor agregado - exportar o mesmo volume e faturar mais.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Com a entrada em vigor da nova Lei de Propriedade Industrial nº 9.279, de 1997, o Brasil consolidou de forma inequívoca sua intenção de inserir-se, definitivamente, no processo de internacionalização da economia. Entre as modificações introduzidas, destaca-se a adoção do depósito “pipeline”, que assegurou a 1.100 novas

tecnologias seus direitos de propriedade no País, aumentando a possibilidade de investimentos por parte das empresas detentoras das patentes e dos registros.

**Registro de
desenho industrial
dá mais proteção
aos direitos da
empresa nacional.**

A abertura ao patenteamento de novas tecnologias - fármacos, alimentos e outras - propiciou demanda de 8.500 pedidos de patentes, em 1997. A adoção do registro de desenho industrial, com procedimentos mais ágeis, permitiu à empresa nacional melhores condições de obter de forma rápida a proteção aos seus direitos. Em 1997, a demanda destes registros foi de cerca de 6.300.

No campo das marcas, as novas formas de registro e a profunda alteração nos procedimentos concessórios, além de reduzirem de forma acentuada o tempo de concessão do registro, elevaram a demanda a setenta mil novos pedidos, em 1997.

**Nova Lei de
Propriedade
Industrial
aumenta conceito
internacional do
Brasil.**

A moderna Lei de Propriedade Industrial fortaleceu a posição do Brasil no conceito internacional. A Organização Mundial da Propriedade Industrial - OMPI assinou com o País um acordo de cooperação técnica de cinco anos, para prover o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI dos meios necessários a que se torne um centro de excelência em propriedade industrial.

Outro ponto importante foi a oferta para o mercado de informações estratégicas obtidas dos documentos de patentes e de contratos de transferência de tecnologia, especialmente para as micro e pequenas empresas e para os pólos com alta potencialidade de exportação. Estas informações vêm sendo tratadas de forma sistêmica mediante utilização de modernas técnicas de informatização e interligação por rede, na sede do INPI e nas suas delegacias regionais.

TURISMO

A política para o setor apóia-se na descentralização das ações de fomento e no esforço concertado dos agentes econômicos envolvidos - hoteleiros, empresas aéreas, cartões de crédito, locadoras de veículos, restaurantes e agências de viagem - para melhoria da infra-estrutura e da qualidade dos serviços prestados associada a maior competitividade do setor, capaz de atrair o exigente mercado internacional e tornar mais acessível o turismo interno.

O Governo vem realizando grande esforço de mobilização e articulação de todos esses segmentos, mediante implantação de diversos programas. A principal meta é atingir, ao final da década, a marca de 3,8 milhões de turistas estrangeiros por ano, proporcionando receita anual em divisas em torno de US\$ 4 bilhões.

Graças a ações iniciadas em 1994, começam a aparecer os primeiros resultados: de 1993 a 1996, o ingresso de turistas estrangeiros no Brasil cresceu setenta por cento. Os desembarques nos aeroportos nacionais aumentaram de 13,5 milhões de passageiros, em 1993, para 22 milhões, em 1997. As taxas de ocupação hoteleira crescem acima de seis por cento ao ano. Mais de US\$ 5 bilhões em novos projetos turísticos privados estão em execução.

Ingresso de turistas estrangeiros cresceu setenta por cento. Mais de US\$ 5 bilhões em novos projetos turísticos privados estão em execução.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR está investindo US\$ 800 milhões em pólos turísticos da Região e em melhoria e ampliação dos aeroportos de Fortaleza, Aracaju, Natal, São Luís e Salvador. Em 1998, deverão ser concluídas as obras dos aeroportos de Fortaleza e Recife e iniciada a ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador.

A região do Pantanal deverá receber investimentos de US\$ 400 milhões para serem aplicados em infra-estrutura e na proteção do meio ambiente, viabilizando o ecoturismo como fonte importante de emprego e renda, nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. A fragilidade do ecossistema dessa região exige soluções socioeconômicas adequadas do ponto de vista ambiental.

Turismo tem US\$ 800 milhões do PRODETUR para o Nordeste e US\$ 400 milhões para o Pantanal.

O PRODETUR-SUL começa a ser delineado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDES e com o apoio da Organização dos Estados Americanos - OEA. Ainda existem obras fundamentais para o turismo brasileiro no Programa Brasil em Ação. Uma delas é a Rodovia do Mercosul que, com US\$ 1,5 bilhão investido, torna-se realidade. Já foram identificadas 2.400 atrações turísticas potenciais no Brasil.

Ecoturismo na Amazônia tem US\$ 200 milhões. PRODETUR-SUL tem apoio da OEA e do BRDES.

para dotar a região de diversos parques ecológicos voltados à exploração da atividade turística e à preservação ambiental.

Foram realizadas quarenta oficinas de capacitação para o ecoturismo, com participação de organizações governamentais, que formaram 970 profissionais. Turismo cultural e pesca esportiva também são objeto de programas específicos, em pleno andamento. Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, 52 mil trabalhadores do setor foram treinados e qualificados em 1996/1997.

Além de contar com linha específica de financiamento de R\$ 1 bilhão do BNDES, a atividade turística dispõe do Programa de Crédito Popular de Incentivos ao Emprego no Turismo, financiado com recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, com o qual se pretende chegar a dois mil financiamentos a micro e pequenos empreendedores turísticos em 1998.

Lançado em 1997, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT deverá atingir duzentos novos Municípios com vocação turística, totalizando 1.180 Municípios engajados e contando com 2.700 agentes multiplicadores em todo o País.

Governo destina R\$ 24 milhões para "marketing" turístico. Campanha na CNN "vende" o Brasil para 178 milhões de pessoas em todo o mundo.

O Governo destinou R\$ 24 milhões para as atividades de "marketing" e promoção turística, soma sem precedentes na história do turismo no Brasil. Junto com os recursos dos Estados e os do setor privado, este volume permitirá alcançar as recomendações da Organização Mundial de Turismo, de investir, no mínimo, dois por cento do que se arrecada no setor. Na área de promoção, destaca-se a inserção do Brasil na mídia internacional, em campanha veiculada na cadeia global de comunicação CNN, atendendo a uma antiga reivindicação do setor turístico nacional. Nessa mídia, foram investidos R\$ 3,3 milhões, numa forma econômica e inteligente de levar a imagem de um novo País a 178 milhões de telespectadores potenciais em todo o mundo.

Ressalte-se, ainda, a campanha "Combate à Exploração do Turismo Sexual Infante-Juvenil", que foi objeto de reconhecimento internacional e teve grande alcance social.

VIVA O SEU PAÍS

O turismo doméstico está sendo estimulado com preços até 65% mais baixos nas tarifas aéreas. Foram criadas condições para redução de custos do produto turístico, tendo as companhias aéreas aumentado o leque de tarifas promocionais.

A medida é resultado de ampla negociação com setores do turismo interno, no âmbito da campanha “Viva o seu País. É o seu Brasil Brasileiro”. Graças a ela, o brasileiro está podendo consumir produtos turísticos mais baratos, nos períodos de baixa estação - de março a junho e de agosto a novembro - o que resultou em incremento de sete por cento, em 1997, nas vendas de pacotes turísticos em comparação com 1996.

Campanha “Viva o seu País” estimula o turismo doméstico. Tarifas aéreas já caíram até 65%. Venda de pacotes aumentou sete por cento.

A qualidade dos serviços turísticos nacionais, com a implantação do novo sistema de classificação de hotéis, será consideravelmente ampliada. Trinta e cinco já foram avaliados e classificados, por meio de parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. A intenção é alterar completamente os atuais padrões da hotelaria nacional.

Em 1998, será lançado o Programa de Qualidade dos Serviços Turísticos, envolvendo o comércio turístico nacional, mediante projetos-piloto enfocando a qualidade em cada um dos segmentos turísticos e a qualidade total em cada “sítio” turístico.

MINERAÇÃO

A reestruturação e a modernização do setor mineral brasileiro tiveram início com a aprovação da Emenda Constitucional nº 6, de 1995, quando foram removidos os obstáculos à realização de investimentos estrangeiros no setor. Essa situação colocava o Brasil como integrante de um grupo de países que não permitiam a presença do capital estrangeiro no desenvolvimento de seus recursos minerais.

Abertura do setor de mineração gera nove mil empregos novos. Mais cem empresas vieram para o País.

No novo quadro institucional, a presença do capital estrangeiro deu maior dinamismo à mineração brasileira. No período de 1995-1997, cerca de cem empresas mineradoras estrangeiras instalaram-se no País, proporcionando aumento de 82 mil para 91 mil no número de empregos diretos gerados pelo setor.

Esse mesmo dinamismo está se refletindo na evolução das outorgas de alvarás de pesquisa mineral, que passaram de cerca de dois mil, em 1995, para seis mil, em 1996, atingindo aproximadamente quatro mil, em 1997. A área concedida para pesquisa mineral no País passou de 44 milhões para cinquenta milhões de hectares, depois da abertura do setor ao capital estrangeiro.

Com a edição da Lei nº 9.314, de 1996, ganharam maior efetividade as ações de desburocratização setorial, com a eliminação progressiva de exigências contidas no Código de Minas de 1967, que desencorajavam iniciativas no campo mineral, oneravam o Estado e retardavam decisões de investimentos.

No plano institucional, essas medidas foram complementadas pela reestruturação do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, que deverá ser aperfeiçoado, tornando-se uma autarquia, e pela transformação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM no Serviço Geológico do Brasil.

INVESTIMENTOS E EXPORTAÇÕES

Apesar do crescimento do consumo interno, as exportações do setor mineral aumentaram cerca de US\$ 400 milhões no período de 1995 a 1997, mantendo saldo comercial positivo de US\$ 1 bilhão.

Investimentos em mineração chegam a mais de US\$ 700 milhões em 1997. Saldo comercial é de US\$ 1 bilhão.

Os investimentos em pesquisa e prospecção tiveram crescimento acelerado nos últimos três anos, evoluindo de US\$ 76 milhões para US\$ 120 milhões anuais. Na expansão ou implantação de minas, o aumento foi de US\$ 529 milhões, em 1995, para US\$ 600 milhões, em 1997, registrando incremento de treze por cento. A expectativa para o final da década é de que se possam assegurar inversões de US\$ 3,5 bilhões em novas minas.

Com a conclusão do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, acelerou-se o programa de venda de importantes depósitos minerais de propriedade da CPRM, ação que reposiciona o Estado da condição de empreendedor para a de regulador e fiscalizador das atividades setoriais e fomentador de seu desenvolvimento.

No âmbito do MERCOSUL, encontra-se em execução estudo comparativo da legislação mineral dos países-membros; Sumário Mineral do MERCOSUL e os mapas geológicos de recursos minerais e hidrogeológicos da Bacia do Prata, além de outros trabalhos que têm por finalidade identificar e avaliar medidas não-tarifárias que possam estar inibindo ou restringindo o comércio intra-regional de bens minerais.

Transformada em empresa pública, a CPRM passou a desempenhar nova missão como Serviço Geológico do Brasil, na condição de órgão promotor do conhecimento geológico e mineral do País e depositário de dados e informações necessários ao desenvolvimento da pesquisa e da lavra mineral no território nacional.

Levantamentos geológicos básicos vêm sendo realizados em todo o País, com ênfase na Região Amazônica, onde há forte carência de informações geológicas e grande potencial mineral. Nessa região, está sendo executado o Projeto Especial Província Mineral do Tapajós, que beneficiará comunidade de mais de noventa mil garimpeiros e dez empresas de mineração, com informações básicas sobre os depósitos minerais, especialmente ouro, em área de aproximadamente cem mil quilômetros quadrados.

**Projeto Mineral
do Tapajós
beneficia
comunidade de
mais de
noventa mil
garimpeiros.**

RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO

Os avanços registrados referem-se, principalmente, às inovações trazidas pela Política Nacional de Recursos Hídricos e pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituídos pela Lei n.º 9.433, de 1997. As iniciativas do Governo, no ano passado, facilitarão os trabalhos de regulamentação da lei, em 1998. Incluem-se entre os dispositivos a serem regulamentados o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica. Além disso, será submetido ao Congresso Nacional o projeto de lei das Agências de Água, definidas na Política de Recursos Hídricos.

Nova Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos prevê a criação das Agências da Água.

A legislação aprovada terá enorme reflexo sobre todos os aspectos relativos aos recursos hídricos no País e determinará, inclusive, o avanço dos instrumentos legais que já existem no âmbito dos Estados e Municípios. Esse avanço, por sua vez, fortalecerá as propostas de gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos, uma antiga demanda da sociedade, que há décadas se ressentia de mecanismos mais participativos no processo decisório que envolve o uso múltiplo dos recursos hídricos.

Para apoiar esse processo, foram assinados vinte convênios com treze Estados e com duas instituições não-governamentais, por intermédio da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Entre as atividades principais, os convênios prevêem a elaboração de manuais de outorga de direito de usos dos recursos hídricos; o cadastramento de usuários de rios federais; a elaboração de diagnósticos de bacias hidrográficas, visando à implantação de comitês e de consórcio de municípios; e a realização de trabalhos de desenvolvimento institucional para dar suporte às decisões no setor.

51 planos diretores de usos múltiplos de recursos hídricos vão proteger bacias hidrográficas de treze Estados.

Por iniciativa do Governo Federal, estão sendo elaborados 51 planos diretores de usos múltiplos de recursos hídricos de bacias hidrográficas em treze Estados, com conclusão prevista para 1998, além de definidas as obras prioritárias de proteção ambiental e de promoção de recursos hídricos em cinco bacias estratégicas do País.

Diversos programas já vêm sendo executados para o desenvolvimento de bacias hidrográficas consideradas estratégicas. São programas de diferentes ministérios e agências governamentais, e seguem diretrizes e critérios consolidados e harmonizados pelos marcos normativos que a nova legislação aperfeiçoou. Destacam-se o Programa de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos; o Movimento de Cidadania pelas Águas; e o PROÁGUA Semi-Árido, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente; o Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica; e o Pro-

grama Nacional de Combate ao Desperdício de Água, no âmbito do Ministério do Planejamento.

Para administrar esse expressivo conjunto de atividades, a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente deverá ter sua estrutura consolidada e adaptada às funções exigidas pela nova legislação, principalmente no que se refere a suas atribuições de agência governamental reguladora do setor.

ÁGUA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos é formado pelo Projeto Água Boa e por projetos de educação ambiental. O primeiro tem por objetivo disponibilizar água potável à população, destacando-se, entre suas realizações, o fornecimento de equipamentos de dessalinização para 64 localidades, beneficiando cerca de sessenta mil pessoas. No âmbito desse Projeto, encontram-se em desenvolvimento sistemas interativos e de fácil operação, que serão de grande utilidade aos habitantes de áreas com limitações no fornecimento de água de boa qualidade, característica marcante da Região Nordeste, em especial, no Semi-Árido.

O Projeto Educação Ambiental, um Exercício de Cidadania, visa à capacitação de professores da rede oficial e o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável prepara profissionais para atuarem como agentes mobilizadores junto às comunidades, incorporando princípios do desenvolvimento sustentável no planejamento das ações municipais.

Esse projeto complementa e ajuda a otimizar os investimentos em infra-estrutura hídrica, porque dá acesso a informações essenciais sobre esses sistemas e sobre os recursos naturais a que se referem e promove ações de cidadania que garantirão o uso eficiente dos equipamentos e facilidades postos à disposição da população.

Projeto de Educação Ambiental capacita professores da rede oficial e agentes de mobilização.

PROMOVENDO A CIDADANIA

O Movimento de Cidadania pelas Águas, criado em março de 1996, pretende mobilizar a sociedade na defesa dos cursos de água do País. Sua principal característica é a defesa de um novo modelo de gestão das águas, tendo a descentralização e a autonomia como diretrizes básicas. Insere-se e articula-se, portanto, com os preceitos da nova legislação, na medida em que abre a possibilidade de se transmitir a todos os segmentos da população, não apenas as principais diretrizes do setor de recursos hídricos, mas também de todas as recentes transformações e aperfeiçoamentos voltados a aumentar os direitos e deveres da cidadania.

Movimento de cidadania pelas águas já tem dezesseis centros em catorze Estados.

A atuação do Movimento baseia-se na existência de centros de referência estaduais e municipais incentivados e municiados pelo Governo Federal. Em 1997, foram inaugurados dezesseis centros, em catorze Estados, prevendo-se

para 1998 a instalação nos treze Estados que faltam.

Além da ação local, articulada pelos centros de referência, o Movimento de Cidadania pelas Águas dá suporte de comunicação ao trabalho comunitário. Nesse sentido, está no ar um programa radiofônico diário, transmitido pelas filiadas da Radiobrás, e uma “home page” atualizada a cada quinze dias. Destaca-se, ainda, o informativo ambiental denominado Cidadania e Água, de tiragem nacional, e a campanha Água Nossa de Cada Dia, cujo lema é “Só jogue na água o que o peixe possa comer”.

AUMENTANDO A OFERTA DE ÁGUA

A disponibilidade de água para atividades produtivas vem aumentando consideravelmente no País. Contribui para isso a implementação de programas e projetos voltados à oferta e ao disciplinamento do uso de recursos hídricos. O Programa PROÁGUA Semi-Árido visa ampliar a oferta de água de boa qualidade para o abastecimento da população, no semi-árido brasileiro. Em 1997, completou-se o trabalho de estruturação do Programa e sua viabilização junto aos organismos financeiros. Em 1998, estarão concluídas as negociações com o Banco Mundial, o que permitirá a assinatura de acordos com os governos estaduais para o início da operacionalização do Programa. No momento, procede-se à consolidação dos instrumentos de execução e à preparação de projetos para a implantação de oito obras prioritárias.

Investimentos do PROÁGUA beneficiam três milhões de pessoas em quatro Estados.

De características semelhantes, mas com áreas de atuação distintas, o PROÁGUA nacional começou a ser formulado em 1996 e hoje integra o conjunto de programas do Brasil em Ação. Sua atuação também se destaca em trabalhos na área

de prevenção e controle de enchentes. Os investimentos feitos em 1997 devem beneficiar cerca de três milhões de pessoas, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina. Paralelamente, executam-se obras de dragagem que alcançam volumes de cerca de novecentos mil metros cúbicos, além de retificação e canalização de 25 quilômetros de cursos d'água.

Agências governamentais participam da implementação do PROÁGUA, entre as quais a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS. Entre as obras, destaca-se a barragem do Zabumbão, na Bahia, concluída em 1997, que assegura a acumulação de 76 milhões de metros cúbicos de água para múltiplos usos.

Contribuiu para o aumento da infraestrutura hídrica da região a conclusão de 27 barragens e de vinte aguadas, que garantem um aumento da capacidade de acumulação de catorze milhões de metros cúbicos. Além disso, foram recuperadas e completadas nove barragens, construídos 77,6 quilômetros de adutoras, instalados dezessete sistemas de abastecimento d'água e adquiridos 174 quilômetros de tubulação para adutoras, obras que resultaram em benefício direto para 21,8 mil pessoas.

Obras aumentam em catorze milhões de metros cúbicos a capacidade de acumulação de água.

Foram, ainda, perfurados e instalados 189 poços, recuperados treze poços tubulares, construídos 22 poços amazonas, beneficiando 73 mil pessoas, e instaladas três unidades de dessalinização da água. Para 1998, prevê-se a construção e a recuperação de treze barragens, três sistemas de abastecimento de água, catorze aguadas, o assentamento de 174 quilômetros de tubulação de adutoras e a instalação de nove poços tubulares. Essas ações beneficiarão inúmeros núcleos rurais dispersos pelo Vale do São Francisco.

DESENVOLVENDO O SEMI-ÁRIDO E A BACIA DO SÃO FRANCISCO

Em fase final de estudo e pendente de aprovação, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco e do Semi-Árido Nordeste objetiva aproveitar racionalmente os recursos naturais e recuperar os sistemas ambientais degradados, mediante ações de caráter multissetorial, com a participação das principais instituições da região. Será desenvolvido em etapas interdependentes, planejadas para execução ao longo de trinta anos e beneficiando, quando concluído, cerca de trinta milhões de pessoas.

Se for totalmente executado, implicará um incremento de 1,6 milhão de hectares de terras irrigáveis, com alto potencial de geração de emprego e renda. Permitirá, ainda, o abastecimento de água potável à população rural e urbana, além de propiciar o incremento da vazão regularizada do Rio São Francisco em mais 830 metros cúbicos por segundo, mediante a transposição de vazões de bacias vizinhas e da regularização de afluentes.

Idealizado e desenvolvido pela CODEVASF, o Projeto Amanhã tem o objetivo de organizar e profissionalizar jovens do Vale do São Francisco, oferecendo qualificação para o mercado de trabalho. Em 1997, foram capacitados seiscentos jovens e, em 1998, outros 1.200 serão beneficiados.

Projeto Amanhã da CODEVASF organiza e profissionaliza jovens do Vale do São Francisco.

Para apoiar o desenvolvimento da região, o DNOCS está sendo reestruturado. A partir da Lei das Águas, passa a incorporar novas funções, especialmente voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos no Nordeste, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Potencial de acumulação de água chegará a 7,84 bilhões de metros cúbicos, beneficiando três milhões de pessoas e gerando 330 mil empregos.

As atividades desenvolvidas pelo DNOCS abrangem os Estados de clima semi-árido e estão incorporadas nos programas governamentais. Em 1997, a região ampliou a capacidade de acumulação de água em 57 milhões de metros cúbicos, por meio de obras de açudagem, beneficiando 9.220 pessoas e gerando 1.300 empregos diretos e indiretos.

Considerando-se as obras já iniciadas e com previsão de andamento em 1998, vai se chegar a um potencial de acumulação de água da ordem de 7,84 bilhões de metros cúbicos, beneficiando uma população de aproximadamente três milhões de habitantes e gerando cerca de 330 mil empregos.

Dentro da meta de disponibilizar o acesso à água para consumo humano, foram também realizadas perfurações de 104 poços públicos e teve início a construção de 711 quilômetros de adutoras, para atender 290 mil habitantes em 42 municípios dos Estados de Pernambuco e Piauí.

Barragem do Castanhão ameniza falta de água, permite irrigação de 43 mil hectares, gera 101 mil empregos e favorece 2,6 milhões de pessoas no Ceará.

A construção da barragem do Castanhão, no Ceará, contribuirá efetivamente para amenizar os problemas decorrentes da escassez de água na região. Quando for concluída, em 1999, favorecerá a transposição das águas da bacia do Rio São Francisco para a do Rio Jaguaribe e, ainda, a acumulação prevista de 6,7 milhões de metros cúbicos, possibilitando a irrigação de 43 mil hectares, a geração de 101 mil empregos e benefícios a 2,6 milhões de habitantes.

43 mil hectares, a geração de 101 mil empregos e benefícios a 2,6 milhões de habitantes.

DNOCS melhora consumo de alimentos no semi-árido com produção recorde de 22,3 milhões de alevinos e dois milhões de camarões.

Para melhorar o consumo alimentar da população do semi-árido, o DNOCS ampliou a produção de pescados na região. As pesquisas ictiológicas sobre cultivo, reprodução e adaptação de espécies, desenvolvidas pelo Departamento, resultaram numa produção recorde de 22,3 milhões de alevinos e de dois milhões de pós-larva de camarão para a distribuição e o povoamento das águas interiores. Foram produzidas, ainda, 4,5 mil toneladas de pescados, beneficiando a população carente de seis estados nordestinos.

Foram produzidas, ainda, 4,5 mil toneladas de pescados, beneficiando a população carente de seis estados nordestinos.

Ações para ampliação da infra-estrutura regional resultaram na instalação de 372 quilômetros de linhas de eletrificação rural, beneficiando noventa localidades.

MELHORANDO A ÁGUA NAS CIDADES

Inúmeros programas vêm sendo desenvolvidos, em todo o País, para proteção dos recursos hídricos do ponto de vista da qualidade. Por sua vinculação com os avanços institucionais do setor de recursos hídricos, destaca-se o Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica (PQA). Trata-se de iniciativa do Ministério do Planejamento, cujo objetivo é apoiar os Estados na formulação de planos de investimentos que promovam a melhoria das condições sanitárias e hídricas das principais bacias do País.

Projeto apóia planos estaduais de melhorias sanitárias e hídricas das principais bacias do País.

A estratégia de implementação do PQA focaliza as bacias hidrográficas, que têm reflexos expressivos sobre as cidades e condicionam as possibilidades de solução adequada ao uso compartilhado dos recursos hídricos. O principal objetivo do Programa é a construção de um novo arcabouço institucional, em que se privilegie a figura do usuário no processo decisório.

Por meio de convênios entre o Ministério e os Estados, o PQA conta com duas vertentes simultâneas de atuação. A primeira permitiu empréstimo junto ao Banco Mundial, para financiar os planos de investimentos das bacias hidrográficas de três regiões metropolitanas: Alto Iguaçu, em Curitiba, Arrudas e Onça, em Belo Horizonte, e represa de Guarapiranga, em São Paulo. A segunda destina recursos de um empréstimo do Banco Mundial ao Governo Federal para as bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul, envolvendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, no Estado de São Paulo; do Subaé, no Estado da Bahia; dos rios Capibaribe e Beberibe, no Estado de Pernambuco; e das bacias que afluem ao complexo lagunar de Sepetiba, no Rio de Janeiro.

Para o manejo de todas essas bacias estão sendo feitos estudos que promovem uma nova forma de gestão. A inovação consiste em prestigiar o usuário dos recursos hídricos por meio da participação em colegiados e comitês de discussão, inclusive para definição dos investimentos necessários, conforme os preceitos da nova legislação do setor. Até o final de 1998, estarão concluídos os estudos para a formulação dos planos de investimentos dessas bacias e consolidada a participação da sociedade, no processo decisório dessas regiões.

Sociedade participa das decisões de investimentos para preservação dos recursos hídricos e da gestão de bacias.

COMBATENDO O DESPÉRDICIO

Instituído em 1997, o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água nasceu de uma preocupação conjunta da Secretaria de Política Urbana do Ministério

do Planejamento e da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Tem por finalidade a promoção do uso racional da água para abastecimento público nas cidades brasileiras, propiciando a melhor produtividade das concessionárias e dos sistemas existentes e o adiamento de parcela substancial dos investimentos necessários à expansão dos sistemas.

A estratégia do Programa consiste em identificar e implantar um conjunto de medidas que revertam o quadro de desperdício verificado, conforme foi exposto no capítulo anterior. Em 1997, foram firmados convênios e protocolos que permitirão detalhar as atividades, que são de longo prazo.

Combate ao desperdício de água une Governo Federal, Estados e Universidades.

Entre as iniciativas tomadas até o momento, destaca-se convênio com a Fundação para a Pesquisa Ambiental da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo que, de forma articulada com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e com a Escola Politécnica, permitirá o desenvolvimento de pesquisa e de trabalhos técnicos em apoio às entidades que participam do Programa.

Para 1998, estão previstos os primeiros encontros técnicos de avaliação e de discussão dos trabalhos e pesquisas desenvolvidos, para a operacionalização das recomendações técnicas.

IRRIGAÇÃO

Um novo modelo de irrigação foi lançado, em 1997, sob a forma do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem – PRONID. O objetivo é promover e consolidar o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, por meio de projetos e ações específicas que sejam: (i) indutores de co-inversão privada; (ii) geradores de emprego e renda; e (iii) promotores de exportação ou atendimento estratégico do mercado interno.

Novo modelo de irrigação privilegia participação da iniciativa privada.

As linhas básicas do novo modelo privilegiam a participação da iniciativa privada, com a qual os investimentos são compartilhados. Caberá ao Governo Federal o papel de induzir e facilitar a implementação do Projeto, fornecendo suporte técnico, legal, institucional e de crédito durante o processo.

A execução da nova política de irrigação está a cargo do DNOCS e da CODEVASF e, sob a condução estratégica da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, prevê a expansão de 382 mil hectares de área irrigada no País até 1998, em especial no semi-árido nordestino.

Em 1997, foram implantados 131,3 mil hectares para aproveitamento hidroagrícola, o que implicou geração de 262 mil empregos e produção estimada em dois milhões de toneladas de alimentos, em especial frutas e hortaliças. Planos de Ação para recuperação e modernização de seis projetos de irrigação,

compreendendo um total de 19,5 mil hectares, também foram finalizados. Outros treze projetos em zonas de grande potencial agrícola estão sendo incorporados, gradativamente, ao processo produtivo, ocupando área de 65 mil hectares em seis Estados. Esses projetos situam-se nos principais eixos nacionais de desenvolvimento e encontram-se integrados aos sistemas de transportes intermodais existentes.

Além disso, a Secretaria de Recursos Hídricos retomou, a partir de 1995, a execução de vinte obras de irrigação que estavam paralisadas. São projetos que totalizam uma área de 106 mil hectares, com capacidade de geração de 112 mil empregos e produção de 1,6 milhão de toneladas de alimentos. A retomada dessas obras já viabilizou, em 1997, a incorporação ao processo produtivo de 18,2 mil hectares, em oito projetos, dos quais dois totalmente concluídos.

Em relação aos aspectos institucionais, cabe destacar o papel da CODEVASF no novo modelo de irrigação, como responsável por levantamentos, estudos e projetos visando à implantação de mais áreas irrigadas. Em 1997, foram agregados 11,4 mil hectares de área irrigada aos 79,7 mil hectares de perímetros públicos da CODEVASF, gerando cerca de 187 mil empregos diretos e indiretos, e beneficiando uma população de aproximadamente 383 mil pessoas. A produção agrícola desse ano atingiu cerca de 1,5 milhão de toneladas com valor bruto de R\$ 175 milhões.

O novo modelo também prioriza os projetos de irrigação comunitária. Em 1997, dois canais foram recuperados, numa extensão de 13,2 quilômetros, 117 lagoas desassoreadas e 170 hectares de projetos comunitários receberam obras complementares, que beneficiaram 9,3 mil pessoas. Ainda foram realizadas outras obras, envolvendo drenagem superficial e subterrânea, além da implantação de sistemas de irrigação.

Para 1998 prevê-se a implantação de sistemas de irrigação em treze mil hectares e a incorporação de aproximadamente 25 mil hectares aos projetos de irrigação, sob a forma de efetiva agregação de produção, o que deverá gerar 17,3 mil empregos diretos e 34,7 mil indiretos, além de beneficiar mais de cem mil pessoas. Tais acréscimos de área deverão significar um incremento agrícola de 420 mil toneladas.

Outra diretriz de Governo que vem sendo enfatizada pelas agências oficiais de irrigação

Resultados de 1997: 131,3 mil hectares irrigados, geração de 262 mil empregos e produção de dois milhões de toneladas de frutas e hortaliças.

Projetos de irrigação comunitária também passam a ser prioritários.

Nova diretriz de Governo é de emancipar projetos de irrigação já implantados.

pública refere-se ao processo de emancipação dos projetos já implantados ou em vias de implantação. De um total de 21 perímetros irrigados em operação, dez já foram emancipados, seis são geridos por associações ou cooperativas e apenas cinco ainda permanecem sob a gestão da CODEVASF, mas em processo de emancipação.

As ações do DNOCS na área têm privilegiado os novos perímetros de irrigação e os perímetros de irrigação em recuperação e em emancipação. Em 1997, considerando-se os perímetros de irrigação implantados e em implantação, foram irrigados 23,7 mil hectares, compreendidos em seis projetos. Os impactos sociais decorrentes dessas ações são expressivos: 309 mil habitantes foram beneficiados e cerca de 43,6 mil empregos diretos e indiretos gerados. Dois desses perímetros contam com parcela de financiamento do Banco Mundial, abrangendo área de dezenove mil hectares, beneficiando 286 mil pessoas e com perspectiva de gerar cerca de quarenta mil empregos.

Ação do DNOCS privilegia perímetros de irrigação novos, em recuperação e em processo de emancipação.

Nos perímetros irrigados em recuperação e em emancipação, as obras iniciadas em 1997 devem terminar no ano 2000. São 27 perímetros em recuperação, sendo que nove estarão emancipados em 1998 e os dezoito restantes, entre os anos de 1999 e 2000. A área irrigada total deverá atingir 35,6 mil hectares, com 103,3 mil pessoas atendi-

das e geração de 47,1 mil empregos diretos e indiretos.

AÇÕES INTEGRADAS

CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

As mudanças em curso nos cenários nacional e internacional exigem forte ajuste na infra-estrutura de pesquisa do País, em razão do ritmo de incorporação de inovações às atividades produtivas e do seu caráter estratégico para garantir um desenvolvimento sustentável em bases competitivas. Atento a esse desafio, o esforço do Governo tem se voltado para a elevação do dispêndio global em ciência e tecnologia, estimulando maior participação do setor produtivo e redefinindo as prioridades de pesquisa no sentido da resolução de problemas sociais e da introdução de progresso técnico nas cadeias produtivas.

INCENTIVOS FISCAIS PARA PESQUISA

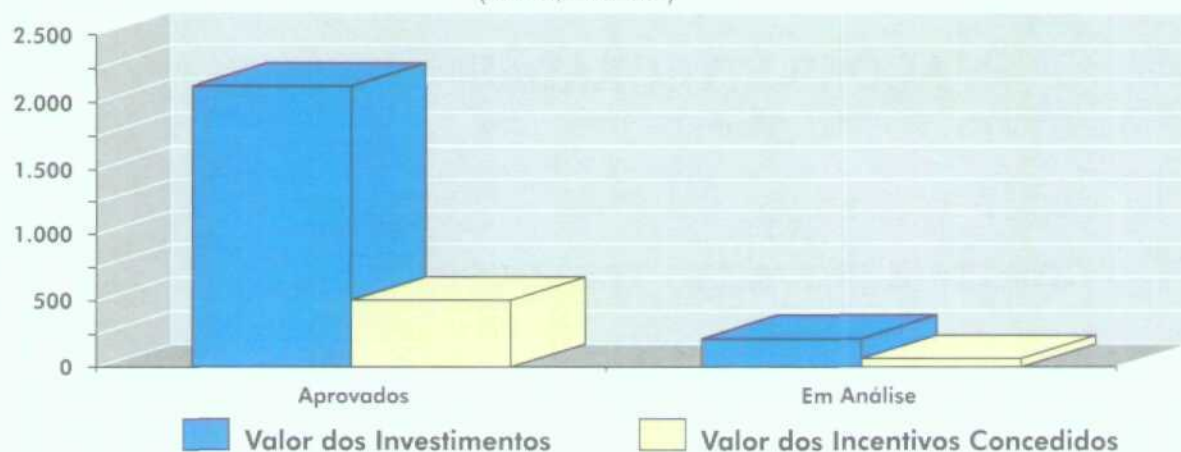
O dispêndio nacional em ciência e tecnologia - C&T apresenta um crescimento contínuo e consistente, com destaque para o expressivo aumento da participação do setor privado. Parte dessa mudança no perfil do gasto em pesquisa e desenvolvimento no Brasil deveu-se aos incentivos fiscais para a evolução tecnológica da indústria e da agropecuária, conforme estabelece a Lei nº 8.661, de 1993.

Foram aprovados, até 1997, cerca de R\$ 2 bilhões em projetos de desenvolvimento tecnológico, correspondendo a R\$ 481 milhões de renúncia fiscal, nos próximos cinco anos. Para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal concedido, as empresas deverão investir, em média, R\$ 4,10. É um resultado que não apenas mostra uma mudança de atitude do empresariado, conferindo maior importância à capacitação tecnológica, como ilustra positivamente a eficácia desse tipo de medida para o setor.

Para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal, R\$ 4,10 em projetos de desenvolvimento tecnológico.

Programa de Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e da Agropecuária - 1993/1997

(Em R\$ milhões)



Os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria de informática mostraram mais uma vez resultados expressivos, em 1997. Das 290 empresas incentivadas desde que a legislação entrou em vigor, em 1993, duzentas seguem o critério do Processo Produtivo Básico (PPB), essencial para fortalecer o conjunto da cadeia produtiva de informática no País. Além disso, 124 têm seus sistemas de qualidade certificados de acordo com as Normas ISO 9000 e realizaram, no mesmo período, investimentos da ordem de R\$ 1,4 bilhão em pesquisa e desenvolvimento, sendo R\$ 417 milhões em convênios com universidades e centros de pesquisa.

Estima-se que em 1997 os investimentos atingiram R\$ 410 milhões, estimulados pelos incentivos. As previsões para 1998 indicam aumento de até dez por cento no investimento em pesquisa.

A capacitação tecnológica da indústria de informática ganhou novo impulso com o Programa Nacional de "Software" para Exportação - SOFTEX, atualmente com uma rede de vinte Núcleos de Desenvolvimento, articulando cerca de setecentas empresas. Além de três escritórios comerciais, montados para oferecer suporte mercadológico nos EUA, na Alemanha e na China, em 1998 está prevista a instalação de mais um escritório na Argentina. Em apoio ao setor, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e o BNDES criaram linhas de financiamento específicas no valor de R\$ 50 milhões e R\$ 30 milhões, respectivamente.

TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA

A normalização e a promoção da qualidade de bens e serviços é outra vertente da atuação do Governo e conta para isso com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. Em 1997, com o Programa Educação

para a Qualidade, o INMETRO forneceu informações relevantes a mais de sessenta milhões de consumidores, por meio de uma ampla campanha de esclarecimento sobre a qualidade dos produtos.

Houve intensificação das atividades de fiscalização. Foram examinados cerca de 6,4 milhões de instrumentos de aferição utilizados no comércio e na produção e cerca de 1,6 milhão de produtos. Para 1998, espera-se atingir 6,5 milhões de instrumentos de aferição e dois milhões de produtos pré-medidos.

Resultado desse esforço, mas sobretudo graças ao novo ambiente concorrencial criado pela estabilização e pela abertura comercial, as empresas brasileiras vêm surpreendendo pelo grande volume de certificação de sistemas concedidos. Até 1997, mais de 2.400 empresas haviam recebido certificação NBR-ISO 9000. A meta para 1998 é manter o Brasil entre os oito países com maior número de empresas com sistemas certificados.

Face aos crescentes obstáculos à exportação de produtos considerados ecologicamente inaceitáveis, o Governo promoveu ações para estimular as empresas ao credenciamento segundo as normas ambientais NBR-ISO 14000. Vinte unidades industriais já tiveram seus sistemas de gestão ambiental certificados e cinco organismos foram credenciados como certificadores nessa área. Para 1998, espera-se emitir cerca de noventa certificados de gestão ambiental.

Vinte unidades industriais têm certificado de qualidade de gestão ambiental.

TECNOLOGIA AGRÍCOLA

A pesquisa agropecuária, visando ao aumento de competitividade da agricultura brasileira e à presença mais equilibrada do ponto de vista regional, apresentou importantes realizações tanto no desenvolvimento de novas tecnologias como na sua difusão e transferência. Há mais de quinhentos projetos de pesquisa em andamento, com treinamento de 32 mil clientes, e a produção de 12,1 mil toneladas de sementes básicas dos principais cereais e de 1,2 milhão de mudas e porta-enxertos de plantas livres de doenças, inclusive novos materiais genéticos adaptados às condições de diversas regiões.

A recompensa por esse esforço pode ser medida pelo crescimento da produção agrícola principalmente a partir de 1990, resultado, em parte, de ganhos persistentes de produtividade, notadamente nos grãos. Os dados mostram que no Centro-Sul, entre 1987 e 1997, a produtividade média do milho subiu 43%, do arroz setenta por cento, do feijão 34%, da soja 23% e do trigo dez por cento.

Pesquisa garante aumento de produção e produtividade na área agrícola.

Com o objetivo de aproximar os resultados da pesquisa das efetivas necessidades dos agricultores, deve-se mencionar: a distribuição de cem mil manuais técnicos sobre culturas de verão, para o plantio das safras 1996/97 e 1997/98; o suporte à organização da agricultura familiar e assentados da reforma agrária mediante apoio tecnológico e fornecimento de sementes para mais de dez mil famílias; a assistência técnica e a recuperação de materiais genéticos, beneficiando nove mil índios.

Metas da EMBRAPA: catorze mil toneladas de sementes básicas, 1,5 milhão de mudas, 550 projetos de pesquisa e 660 cursos.

Foi criado no exterior o Laboratório Virtual da Empresa Brasileira de Pesquisa - EMBRAPA - LABEX, com a finalidade de promover a parceria científica com os Estados Unidos nas áreas de biotecnologia e manejo de recursos naturais.

As metas da EMBRAPA para 1998 prevêem a produção de catorze mil toneladas de sementes básicas e de 1,5 milhão de mudas e porta-enxertos; o desenvolvimento de 550 projetos de pesquisa, subdivididos em mais de dois mil sub-projetos; a oferta de 660 cursos para treinamento de produtores e multiplicadores tecnológicos, atendendo-se aproximadamente 35 mil produtores, técnicos e estudantes.

PESQUISA EM MEIO AMBIENTE

Também na área de preservação do meio ambiente e gestão dos recursos naturais renováveis, o Governo tem procurado intensificar os investimentos em pesquisa. A incorporação socioeconômica e sustentável do ponto de vista ambiental das regiões ainda pouco habitadas do Norte e Centro-Oeste dependem do êxito nesse setor. Prova disso são os primeiros resultados obtidos com o Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PP-G7 com a melhoria da infra-estrutura e o fortalecimento institucional de institutos de pesquisa da Região Amazônica. Foram contratados 23 projetos de pesquisa, para execução em dois anos, com aplicação de US\$15 milhões. Para 1998, estão assegurados recursos externos no valor de US\$ 16,5 milhões.

Cabe mencionar, ainda na pesquisa ambiental, o prosseguimento dos estudos científicos na Antártica, dentro do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR e o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE, este último envolvendo 45 universidades e instituições dedicadas à pesquisa marinha.

Foi criado, em 1997, o Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM/Amazônia, com o objetivo de implantar o Centro de Biotecnologia da Amazônia. A finalidade do Centro é a realização de pesquisas e aplicações no campo da biotecnologia, visando ao aproveitamento econômico e à conservação da biodiversidade amazônica. O Centro tem investimento previsto de US\$ 55 milhões, em cinco anos.

TECNOLOGIA AEROESPACIAL

O programa de desenvolvimento de satélites e cargas úteis contabilizou importantes progressos: a conclusão dos satélites de coleta de dados SCD-2 e SCD-2A e os efetivos avanços nos projetos dos primeiros satélites das séries CBERS e SACI.

O CBERS-1, de sensoriamento remoto, e o SACI, primeiro satélite científico nacional, deverão ser lançados conjuntamente por veículo chinês, ainda em 1998. O SCD-2 deverá ser lançado no segundo trimestre de 1998, substituindo o SCD-1, que em fevereiro completará cinco anos em órbita, garantindo a continuidade operacional ao sistema de coleta de dados ambientais.

SACI, o primeiro satélite científico nacional, será lançado em 1998.

O teste do primeiro protótipo do VLS-1, apesar das dificuldades técnicas, foi um marco que expressa a capacidade da engenharia espacial brasileira. Representou, também, a primeira experiência do Centro de Alcântara em lançamentos orbitais, passo importante para a qualificação daquelas instalações à oferta de serviços de caráter comercial, com vistas ao mercado internacional, extremamente promissor. A partir dessa fase, o Brasil passará a integrar o restrito grupo de oito países com capacidade própria de satelitização.

O acordo firmado com os Estados Unidos para a participação no projeto de construção da Estação Espacial Internacional - ISS, certamente o mais significativo empreendimento multilateral de cooperação tecnológica nesse setor no mundo, é o reconhecimento dos resultados alcançados pelo Programa Espacial Brasileiro. O Brasil é o único país em desenvolvimento a participar do projeto.

Brasil é o único país em desenvolvimento a participar da construção da Estação Espacial Internacional.

Ainda na área da pesquisa espacial, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC consolidou seu sistema de previsão - único no mundo - para a América do Sul com antecedência de até três dias, tendo realizado ainda previsões, com até quatro meses de antecedência, dos efeitos climáticos no País do fenômeno El Niño. Está previsto, para 1998, o recebimento de mais um supercomputador, de maior capacidade, que viabilizará a implantação de novo sistema de previsões numéricas de tempo e clima.

CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DAS FORÇAS ARMADAS

No âmbito da tecnologia militar, cabe destacar o cumprimento das metas do Programa Nuclear da Marinha, que prevê a capacitação tecnológica para o desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear. O programa tem proporcionado ao parque

industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

Além do Programa Aeroespacial, a Aeronáutica aprovou os requisitos operacionais do sistema de adaptação das aeronaves nacionais EMBRAER-145 para plataforma de vigilância aérea e o desenvolvimento da aeronave leve de ataque AL-X, suporte de policiamento aéreo, visando à vigilância da Região Amazônica, por meio do SIVAM/SIPAM.

PROGRAMA NUCLEAR

Desde o início do Governo, as atividades do programa nuclear brasileiro conheceram uma significativa revitalização. Isso se deve, em grande parte, à decisão de retomar a construção da usina nuclear de Angra-2, fortalecendo as atividades nas áreas da engenharia e da pesquisa tecnológica. Nesse novo ambiente, foi concluída em 1997 a reforma do reator de pesquisa IEA-R1, com potência de 5 MW, e realizada a aquisição do novo Acelerador de Partículas Ciclotron, permitindo substancial aumento da produção de radioisótopos e radiofármacos.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN tem promovido a ampliação do uso desses elementos na saúde. No triênio 1995-1997, a capacidade anual de produção de radioisótopos para atendimento médico subiu de setecentos mil para um milhão de pacientes, sendo que a meta desejada para 1998 é de atender 1,2 milhão de pacientes.

FINANCIAMENTO À PESQUISA E À INFRA-ESTRUTURA DE C&T

Quanto às linhas de financiamento à pesquisa, merecem ênfase as operações de crédito reembolsáveis da FINEP contratadas nas linhas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico à Empresa Nacional - ADTEN, de Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ e daquelas contratadas com recursos do FAT, como o Programa de Apoio à Educação para a Competitividade - PROEDUC. Estas linhas envolveram 270 empresas, totalizando R\$ 340 milhões. As operações não reembolsáveis totalizaram R\$ 68 milhões de reais e beneficiaram micro e pequenas empresas, universidades e centros de P&D.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, cujo objetivo é financiar a pesquisa de forma dirigida em treze áreas, praticamente encerrou a fase II em 1997, contabilizando aplicação de US\$ 294 milhões entre 1991 e 1997, sendo US\$ 118 milhões oriundos de empréstimo junto ao Banco Mundial. Durante 1997 foram concluídas as negociações da terceira fase - PADCT III, envolvendo recursos de US\$ 600 milhões, para um período de cinco anos.

No âmbito do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX, em 1997, foram selecionados 85 grupos de pesquisa, envolvendo R\$ 62,6 milhões em quatro anos. Desde a sua criação, em 1996, foram implementados dezesseis Núcleos. O objetivo para 1998 é lançar o terceiro edital, visando à seleção de novos grupos.

Para assegurar o aperfeiçoamento e a expansão dos recursos humanos necessários à P&D, foram concedidas 50.023 bolsas-ano pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Entre essas, destacam-se 2.706 bolsas concedidas para apoiar a formação de pesquisadores junto às empresas, por meio do Programa de Capacitação Tecnológica em Áreas Estratégicas - RHAE.

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por sua vez, foi responsável pela concessão de 26.648 bolsas de mestrado e doutorado. Esses investimentos permitiram que o programa de pós-graduação no País atingisse a marca de 1.800 cursos de mestrado e doutorado, oferecidos em todas as áreas do conhecimento.

**Programa de pós-graduação
atinge marca de 1.800
cursos de mestrado e
doutorado.**

Resultado do empenho do Governo em aproximar o patamar de capacitação tecnológica atingido pelo País ao dos países avançados, entrou em operação o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron - LNLS, maior equipamento científico já construído no Brasil. Com este equipamento, utilizado para realizar pesquisas avançadas em materiais, o Brasil entra num seleto grupo de catorze países e assume papel de liderança, como o único a dispor de laboratório desse tipo no Hemisfério Sul.

MEIO AMBIENTE

O Brasil detém a maior diversidade biológica do planeta. Aqui estão entre quinze e vinte por cento de todas as espécies conhecidas. Essa riqueza não é apenas potencial e já representa, segundo cálculos recentes, cerca de 45% do PIB, na forma de uso direto pelos setores de agroindústria, de florestas e de pescado. Responde também por 31% das exportações brasileiras, trinta por cento da matriz energética e por um campo enorme, ainda não estimado em sua totalidade, mas que vem se tornando rapidamente disponível graças aos avanços da biotecnologia.

Em relação às características biossistêmicas, o País se destaca por ter a maior área de florestas tropicais remanescentes no mundo, onde apenas a Amazônia representa cerca de quarenta por cento da cobertura com essa fisionomia vegetal em todo o planeta. É detentor, ainda, do Pantanal mato-grossense, situado entre as grandes áreas úmidas conhecidas, e de vastas regiões semi-áridas, além do Cerrado, uma das maiores extensões de savana do mundo, encontradas em um único país. Completam esse extraordinário quadro de riquezas a posse de oito por cento de toda a água doce do planeta, dos quais oitenta por cento na Amazônia e enorme extensão de águas costeiras e marítimas, com grande variedade de ecossistemas marinhos que incluem recifes de corais, dunas, estuários e manguezais.

O desafio ambiental do Brasil é preservar o patrimônio natural e melhorar as condições dos ambientes urbanos.

Os problemas ambientais decorrentes da administração desse magnífico espaço natural são proporcionais a sua riqueza e a sua diversidade. O Brasil tem hoje cerca de 160 milhões de habitantes, 75% concentrados em áreas urbanas. Essa particularidade lança novos desafios à gestão ambiental do País: não se trata apenas

de preservar o patrimônio natural, mas de cuidar para que os ambientes urbanos possam assegurar condições de salubridade e de conforto ambiental, essenciais para o bem-estar da população.

AVANÇOS NO ARCABOUÇO LEGAL E NORMATIVO

As necessidades de gestão ambiental do território brasileiro levaram à produção, desde os anos 80, de um conjunto legal e normativo bastante detalhado, que vem sendo aperfeiçoado continuamente ao longo dos últimos governos. No entanto, esse processo de aperfeiçoamento requer atenção e cuidados permanentes.

Nova Lei de Recursos Hídricos é avanço sem precedentes no controle da qualidade ambiental dos cursos de água.

Nos últimos anos, o Governo tem trabalhado para construir um arcabouço normativo ágil e eficiente. Entre os instrumentos legais aprovados em 1997, destaca-se a Lei nº 9.433 que dispõe sobre a Política

Nacional de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa lei abre enormes possibilidades de modernização do controle e da gestão ambiental na área de recursos hídricos, ao mesmo tempo em que consolida o processo de descentralização e participação da gestão dos recursos hídricos em todo o País. A regulamentação que deve ocorrer em 1998 propiciará um avanço sem precedentes no arranjo institucional do setor, com benefícios inequívocos para o controle da qualidade ambiental dos cursos de água.

Também de 1997, a Lei nº 9.479 trata da implementação de ações de uso múltiplo da floresta, com vistas à modernização e à diversificação da produção do setor extrativista. Para atender aos dispositivos dessa lei, foram tomadas medidas em 1997 envolvendo: a criação de novas Reservas e Projetos de Assentamento Extrativistas, que prosseguirão em 1988; o apoio ao custeio e à comercialização da produção extrativista; a implementação de infra-estrutura física de áreas extrativistas; a assistência técnica; o desenvolvimento tecnológico e a valorização socioeconômica da atividade extrativista.

A nova lei do ITR, com implementação de instrumentos normativos editados em 1996, sobre manejo e reposição, objetiva incluir mecanismos de política florestal no imposto sobre a terra, garantindo a manutenção de iniciativas importantes como a criação de reserva legal, áreas de preservação permanente, adoção de manejo florestal e ampliação de unidades contempladas na programação específica de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN's.

A atualização do Decreto n.º 1963, de 1996, que dispõe sobre a suspensão de novas autorizações para exploração florestal, regulamenta a moratória da exploração do mogno e da virola, objetos de atenção da Convenção Internacional de Controle das Espécies em Extinção. Esta questão está em discussão no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, dentro dos objetivos da política regional para o mogno, e deverá ter seqüência em 1998.

**Atualização de Decreto
regulamenta a moratória da
exploração do mogno e da
virola.**

Procedeu-se ainda, à atualização da Medida Provisória n.º 1511, de 1996, que trata dos novos limites por propriedade, para desmatamentos na Amazônia Legal e da proibição de avanço das derrubadas em estabelecimentos rurais que já apresentem áreas degradadas. O que se pretende é regulamentar o Código Florestal, no que concerne à institucionalização das reservas legais na Amazônia.

O controle da poluição foi contemplado com o início do processo de revisão do Sistema de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras - SLAP, cujas discussões resultaram em transformações importantes nas normas daquele colegiado. O licenciamento ambiental constitui um dos principais instrumentos preventivos instituídos pela Lei n.º 6.938, de 1981, e condiciona construção, instalação e ampliação de estabelecimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

Nova lei dos crimes ambientais cria os instrumentos que faltavam para controlar destruição do meio ambiente.

texto, as pessoas físicas e jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente pelos crimes ambientais. Essa lei cria efetivamente os instrumentos que faltavam para controlar a destruição do meio ambiente. Até então, o que havia era um emaranhado de leis, decretos, portarias e resoluções dispersas, distorcidas e desatualizadas, que dificultava o exercício da gestão ambiental e a aplicação de sanções e penalidades. Em termos administrativos, a lei aprovada e sua regulamentação completam os instrumentos necessários para uma real fiscalização e controle ambientais.

Cabe ainda mencionar a aprovação pelo Congresso Nacional da proposta do Poder Executivo, que consolida as sanções penais e administrativas para as infrações contra o meio ambiente - a lei dos crimes ambientais. Trata-se da primeira legislação abrangente de proteção ao meio ambiente aprovada depois da Rio-92. Conforme o

INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO

Do ponto de vista do arranjo institucional e das articulações da ação de Governo, deve-se destacar a forma como vem sendo conduzido o processo de discussão das questões com reflexos setoriais. Com o apoio da Casa Civil da Presidência da República, o Conselho de Governo criou, desde o início da atual gestão, câmaras de caráter técnico-político que são verdadeiros centros do processo de discussão e articulação de questões que afetam toda a estrutura de governo. É nessas Câmaras, em especial na de Recursos Naturais, que vêm sendo resolvidos os problemas mais relevantes do setor ambiental.

Câmara de Recursos Naturais da Casa Civil articula ações ambientais em todo o Governo.

Exemplo dessa atuação é a estratégia de incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável às ações de governo. A criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, em fevereiro de 1997, no âmbito da Câmara de Política de Recursos Naturais do Conselho de Governo, permitiu que o assunto avançasse no processo decisório central do Executivo. A Comissão reúne os Ministérios afetos às questões de desenvolvimento e de meio ambiente, representantes de governos estaduais e de diversos segmentos da sociedade.

Após intenso calendário de discussões, os integrantes da Comissão deliberaram que a Agenda 21 Nacional, a ser formulada segundo critérios técnicos estabelecidos, constituirá a principal referência para a elaboração do Plano Plurianual de 2000/2003, bem como de políticas públicas que viabilizem a adoção de um novo padrão de desenvolvimento. Para tanto, a Agenda 21 Nacional deverá se concentrar em um conjunto de temas que reflitam as problemáticas socioambientais do país, onde

se destacam: cidades sustentáveis; agricultura sustentável; infra-estrutura e integração regional; gestão de recursos naturais; redução de desigualdades sociais; e desenvolvimento científico e tecnológico.

O calendário de atividades para 1998 inclui a produção de documentos técnicos nas temáticas definidas, sua consolidação e posterior apresentação à consulta nacional para, em dezembro de 1998, ser submetido à Câmara de Políticas de Recursos Naturais do Conselho de Governo para aprovação e inclusão no próximo PPA.

A INSERÇÃO NA SUSTENTABILIDADE GLOBAL

A elaboração da Agenda 21 Brasileira possibilitará, pela primeira vez, o desenho de uma proposta operacional de governo sintonizada, desde sua concepção, com os preceitos de proteção ambiental e de sustentabilidade, a partir de compromissos internacionais estabelecidos pelo Brasil.

Entre os mais de quarenta acordos internacionais de conteúdo ambiental dos quais o Brasil é signatário, destacam-se as Convenções sobre a Diversidade Biológica, as Mudanças do Clima, a Proteção da Camada de Ozônio, os Resíduos Perigosos, a Proteção de Áreas Úmidas, o Combate à Desertificação e a Prevenção da Poluição Marinha.

O Brasil tem sido também membro atuante nos principais organismos ambientais multilaterais, sobretudo depois da Conferência do Rio.

Na Comissão de Desenvolvimento Sustentável – CDS das Nações Unidas, principal órgão de monitoramento da implementação dos resultados da Rio-92, o Brasil vem atuando sempre no sentido de enfatizar o “espírito do Rio” e a importância da articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, visando diminuir a ênfase tópica muitas vezes fragmentada que os países desenvolvidos procuram dar à sustentabilidade.

Nas relações internacionais, pautadas pela Convenção sobre Diversidade Biológica, que teve o Brasil como primeiro signatário, o País tem mostrado liderança, em particular nas negociações desenvolvidas nas Conferências das Partes, no Protocolo de Biossegurança e nas negociações para regulamentar o uso de recursos genéticos.

No plano bilateral, o Brasil tem explorado, além das possibilidades de cooperação, as oportunidades de convergência e de entendimentos relativos às respectivas visões globais, como por exemplo as Agendas Comuns para meio ambiente assinadas com os Estados Unidos, Índia, China, Alemanha e Canadá.

**Agenda 21 nacional
sintoniza atuação do
Governo aos compromissos
internacionais assumidos
pelo Brasil.**

**Acordos bilaterais ampliam
possibilidades de
cooperação entre o Brasil e
outros países.**

PROGRESSOS TEMÁTICOS

O mais importante foi a consolidação do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, voltado à promoção de parcerias entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes.

PRONABIO promove parcerias entre o governo e a sociedade para conservação da diversidade biológica.

O financiamento de projetos vem sendo feito por diversas fontes: o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica - PROBIO, administrado pelo Ministério do Meio Ambiente e tendo como gestor financeiro o CNPq, que conta com recursos de US\$ 10 milhões do Global Environmental Facility - GEF e de US\$10 milhões do Tesouro Nacional; o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, administrado pela Fundação Getúlio Vargas, que também recebeu doação de US\$ 20 milhões do GEF; e o Projeto de Gestão da Diversidade Biológica Brasileira, no âmbito do MMA, com recursos de US\$ 3 milhões, gerenciados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

No que se refere às áreas protegidas, o Brasil vem seguindo de perto, nos últimos três anos, as discussões internacionais relacionadas ao tema, o que resultou numa evolução conceitual para benefício das comunidades e lideranças locais, agora consideradas no planejamento e na gestão dos parques nacionais e demais unidades.

O recente Plano de Gestão das Áreas de Proteção Ambiental e o Zoneamento Ambiental representa aprimoramento da relação entre o Governo e as instituições não-governamentais, e registra avanços significativos nas ações de proteção ambiental.

Recuperação das unidades de conservação contou com R\$ 26 milhões.

Outra conquista refere-se à implementação e à recuperação da infra-estrutura física e de equipamentos das Unidades de Conservação, com investimentos de cerca de R\$ 26 milhões. Paralelamente, a qualificação de funcionários lotados nas Unidades de Conservação também foi objeto de atenção e de investimentos por parte do IBAMA: de 1995 a 1997, o projeto Escola Móvel realizou dezessete eventos, contando 779 treinamentos a servidores, para capacitá-los ao desempenho de suas atividades nas Unidades de Conservação.

Em 1996, o IBAMA iniciou um programa de descentralização que vem ampliando gradativamente a autonomia das Unidades de Conservação federais, principalmente quanto a determinados pontos evidenciados em diagnóstico, que apontou uma exagerada centralização do processo gerencial.

O Parque Nacional da Ilha Grande, criado em 1997, aumentou para 15,7 milhões de hectares o total de áreas protegidas. Representa um exemplo a ser seguido: foi criado não apenas por determinação de um decreto, mas devido a uma grande mobilização de amplos setores locais e estaduais da sociedade, que formaram um consórcio intermunicipal para a criação do parque.

Processo de criação do Parque Nacional da Ilha Grande é exemplo a ser seguido pela sociedade.

Entre 1996 e 1997 foram incorporados cerca de quatro milhões de hectares às áreas protegidas. Quatro novas áreas de proteção ambiental foram criadas no Nordeste: Chapada do Araripe, Delta do Parnaíba, Serra de Ibiapaba e Costa dos Corais. Além disso, houve a revitalização de vinte Parques Nacionais, que receberam reformas e infra-estrutura e estão prontos para visitação, dentro de novos conceitos de parques como atrações de pólos ecoturísticos, em que a natureza é uma opção de desenvolvimento econômico local e regional.

A ação social junto a populações que vivem em áreas adjacentes a reservas e parques incluiu inúmeras iniciativas de apoio a alternativas econômicas sustentáveis para populações de áreas críticas da Mata Atlântica, do Sertão, do Cerrado, do Pantanal, dos Manguezais e da Floresta Amazônica. Foram montadas usinas de beneficiamento da borracha, da castanha, do palmito e de frutas, construídos criatórios de pequenos animais e realizadas aplicações em piscicultura e apicultura. O principal trabalho foi a recuperação de áreas degradadas, mediante a implantação de sistemas agroflorestais: em 1997 foram montados 57 viveiros comunitários, totalizando 34.700 mudas. Realizaram-se ações ligadas à comercialização do babaçu, da castanha, da borracha, do açaí e do palmito.

Populações pobres que vivem perto de reservas ganham alternativas de sobrevivência sem danos ao meio ambiente.

Ainda na Amazônia, o IBAMA coordenou em 1997 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo - PRODEX, executado em parceria com o Banco da Amazônia - BASA e com as Empresas Estaduais de Assistência Técnica na Região Norte. Foram apresentados seiscentos projetos de financiamento de atividades produtivas, com o objetivo de recuperar o extrativismo com proteção dos recursos naturais.

Em 1998, pretende-se dar continuidade à organização social do extrativismo em 38 comunidades tradicionais, beneficiando 20.140 pessoas.

PRODEX recupera o extrativismo e ajuda na organização social de 38 comunidades tradicionais.

No âmbito do Projeto de Controle Ambiental da Amazônia, foi feito um completo levantamento dos planos de manejo existentes na Amazônia Legal. Esses planos passaram por um processo de triagem sistemática: de um total de 1.592 planos examinados, 7,3% foram imediatamente cancelados, 62,3% suspensos e 30,4% considerados aptos a prosseguir suas atividades.

Procedeu-se também a uma ampla avaliação dos planos das regiões sul e extremo sul da Bahia, onde foram detectados 320 planos de manejo, dos quais 190 passaram por um processo de triagem documental e 106 já foram vistoriados em campo. Essa programação terá continuidade em 1998, quando a avaliação será concluída e permitirá ao Governo não só dispor de uma radiografia apurada do estágio atual do manejo, num fragmento bastante representativo da Mata Atlântica, como também, reorientar o plano de manejo nessa importante e emblemática tipologia florestal brasileira.

Governo apóia formação de base florestal para o setor de papel e celulose.

Uma das decisões mais importantes tomadas pela Câmara de Recursos Naturais foi a de incentivar a formação de base florestal para o setor de papel e celulose, tendo em vista que a disponibilidade de matéria-prima em florestas

plantadas evita o impacto sobre florestas naturais.

O Brasil é hoje o maior produtor mundial de celulose de fibra curta, o sétimo maior produtor de celulose de fibra longa e o décimo-primeiro produtor de papel do mundo. O setor conta hoje com 1,5 milhão de hectares reflorestados e precisa de área equivalente para a expansão prevista. No período de 1995 a 2005 estão previstos US\$ 13,5 bilhões em investimentos, dos quais US\$ 2 bilhões para reflorestamento.

Operação Macauã apreende 640 mil metros cúbicos de madeira e aplica mais de R\$ 9 milhões em multas na Amazônia.

A “Operação Macauã - 1997”, deflagrada pelo IBAMA na Amazônia Legal, teve resultados significativos: foram apreendidos cerca de 640 mil metros cúbicos de madeira e aplicados mais de R\$ 9 milhões em multas por exploração, transporte ou comercialização ilegal de madeira, queimadas e desmatamentos não autorizados.

deira, queimadas e desmatamentos não autorizados.

A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS URBANOS

A acentuada concentração urbana verificada no País vem exigindo esforços cada vez maiores no controle da poluição e no enfrentamento de problemas, para que se chegue a patamares mais altos de qualidade ambiental nas cidades brasileiras. Inúmeras iniciativas estão em curso.

A Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e a Secretaria de Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente do MMA prepararam os estudos para implementação de uma Política Nacional de Gestão Ambiental Integrada de Resíduos Sólidos. O objetivo é dar o ordenamento jurídico necessário ao gerenciamento e ao controle dos resíduos sólidos

no País, em discussão no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Está em discussão uma Política Nacional de Gestão Ambiental integrada de resíduos sólidos.

No campo da poluição atmosférica e do controle da qualidade do ar, estão sendo feitos pelo MMA a supervisão e o acompanhamento dos dois principais programas nacionais já estabelecidos: o Programa de Controle da Poluição do Ar por veículos Automotores - PROCONVE, e o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR.

O PROCONVE estabelece as diretrizes, prazos e padrões legais de emissão de poluentes admissíveis para as diferentes categorias de veículos e motores, nacionais e importados, e tem como principal meta a redução da contaminação atmosférica, induzindo o desenvolvimento tecnológico da indústria automobilística nacional. Em 1997 começou uma nova fase de exigências, com redução dos índices de emissão. Foi firmado acordo com os setores envolvidos, que reduziram o teor de enxofre no óleo diesel metropolitano, o que permitiu significativa melhora da qualidade do ar nas cidades.

Programa define regras sobre poluição do ar. Acordo reduz teor de enxofre no óleo diesel e melhora qualidade do ar nas cidades.

Os Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia estão fazendo em conjunto o Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa, com ênfase para as emissões de gases provenientes de queimadas.

O Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora - SILÊNCIO, que tem como objetivo o estabelecimento de normas, métodos e ações para controle da emissão de ruído excessivo que possa interferir com a saúde e bem-estar da população, emitiu em 1997 248 declarações de atendimento à legislação de ruído veicular. Em 1998, entra em nova fase de exigências, ainda mais restritivas.

INSTRUMENTOS DE APOIO À PROTEÇÃO AMBIENTAL

O Governo tem, cada vez mais, procurado direcionar atividades e instrumentos para atender às demandas sociais de forma ágil e eficiente. Há orientação explícita de que em suas ações se incluam dimensões de transparência e comunicabilidade, de forma a torná-los não apenas conhecidos, mas colocados de forma efetiva a serviço das reivindicações da população. Exemplo disso é a Linha Verde 24 horas, sistema que coleta denúncias ambientais por meio do Sistema de Monitoramento de Denúncias Ambientais.

O Protocolo Verde, lançado em 1995, estabelece as bases para a incorporação da variável ambiental na concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais. Deve ser compreendido como um processo de mudança de cultura nas instituições envolvidas, que não podem se eximir do papel de promotores da sustentabilidade ambiental do País.

Protocolo Verde incorpora variável ambiental na concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais.

Foram criadas linhas de crédito especiais para projetos de meio ambiente ou para projetos de menor impacto poluidor, que até então não eram financiados por algumas instituições federais. Outro mecanismo adotado pelo Protocolo Verde foi a inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN dos responsáveis por obrigações pecuniárias referentes ao meio ambiente. Essa iniciativa gerou grande impacto, envolvendo mais de doze mil situações irregulares, que tiveram ou poderão ter seus processos de concessão de crédito interrompidos.

Fundo Nacional do Meio Ambiente apóia quinhentos projetos com R\$ 30 milhões para prefeituras de pequenas cidades e ONGs.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente, na condição de instrumento financeiro de implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, utilizou quase integralmente o valor de US\$ 30 milhões de recursos do Tesouro Nacional e do BID, em mais de quinhentos projetos apoiados em todas as regiões do País, para prefeituras de pequenas cidades e organizações não governamentais, entre outras.

O FNMA já obteve autorização do Governo para efetivar novo empréstimo no valor de US\$ 80 milhões, para desembolso e destinação pelos próximos quatro anos, a partir de 1998. Essa segunda fase tornou-se possível graças à estabilização da economia, que permitiu aprimorar o gerenciamento do Fundo, com resultados como a redução de 24 para dois meses em média do tempo necessário para análise dos projetos.

A COOPERAÇÃO MULTILATERAL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PP-G7 é hoje um dos melhores exemplos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, e representa um processo de aprendizagem pioneiro e experimental. O objetivo do PP-G7, financiado pelo grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo, é demonstrar a viabilidade de se harmonizar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente nas florestas tropicais.

Segunda etapa do PP-G7 pode incorporar outros países e o setor produtivo privado.

Atualmente encontram-se aprovados 97 subprojetos, dos quais 79 na Amazônia e 18 na Mata Atlântica. Na 4.^a Reunião Anual dos Participantes do PP-G7, em Manaus, em outubro de 1997, avançou-se no desenho da segunda fase do Programa, com início previsto para 2000/2001. Na ocasião, outros países que hoje não integram o grupo manifestaram desejo de se engajar ao Programa, juntamente com o setor produtivo privado.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A política de desenvolvimento regional tem como diretriz principal planejar ações a partir da nova geografia econômica do País, conforme prevê o Plano Plurianual de 1996/1999, sem obedecer, necessariamente, os limites de suas macro-regiões. Os projetos podem transcender as fronteiras de uma macro-região ou limitar-se a uma faixa de seu território.

O Governo definiu os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento como a principal referência para abordar a questão regional e complementar as atuais políticas de desenvolvimento. Pretende-se, com isso, assegurar maior integração entre os sub-espacos nacionais e a consolidação da ocupação das novas fronteiras de desenvolvi-

Política de desenvolvimento regional tem como referência os eixos nacionais de integração para reduzir desigualdades.

mento, não só como elementos importantes para a geração de emprego e renda e para a redução das desigualdades regionais, mas também como imperativo decorrente da abertura da economia e da inserção das regiões aos fluxos do comércio internacional.

Para consolidar essa política estão sendo feitos trabalhos que aprimorem a concepção dos Eixos como instrumentos de planejamento governamental. Outro resultado esperado é o mapeamento das necessidades e oportunidades de investimentos públicos ou privados em infra-estrutura econômica e em projetos de repercussão social, tendo sempre em vista a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento sustentável.

Além de coletar informações importantes para o aperfeiçoamento do Programa Brasil em Ação, os trabalhos darão suporte substancial para a elaboração do próximo Plano Plurianual de 2000/2003, resgatando a dimensão espacial no planejamento nacional.

Em 1997, os Fundos Constitucionais de Financiamento tiveram recursos de R\$ 1,4 bilhão, assim distribuídos: R\$ 850 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, R\$ 284 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e R\$ 284 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.

Em 1998, estão previstos investimentos de R\$ 1,86 bilhão com recursos dos Fundos, sendo R\$ 983 milhões do FNE; R\$ 293 milhões do FNO e R\$ 590 milhões do FCO, para aplicação nos setores industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral e de turismo.

O PRODETUR, cujo agente financeiro é o Banco do Nordeste, envolve a ampliação e modernização de aeroportos, realização de obras múltiplas - saneamento, transportes, preservação do meio ambiente, recuperação do patrimônio histórico e ad-

ministração dos resíduos sólidos - promovendo o desenvolvimento do turismo no Nordeste.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, com trabalhos desenvolvidos sobre impacto ambiental, inserção regional e adequação do módulo de engenharia do projeto, terá continuidade em 1998, envolvendo recursos de R\$ 18,7 milhões, para elaboração do relatório de impacto ambiental e do estudo de viabilidade técnico-econômica do empreendimento.

No Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste - PROHIDRO, foram gastos R\$ 24,7 milhões com a construção de 450 cisternas, um sistema de drenagem urbana, 42 perfurações de poços artesianos e 994 recuperações. Soma-se a isso a reestruturação, a operação e a manutenção da rede hidrométrica básica do Nordeste.

Seis mil pequenos produtores cooperativados recebem ajuda do programa de apoio à produção agrícola.

Mais de seis mil pequenos produtores, por intermédio de suas cooperativas, foram atendidos pelo Programa de Apoio à Produção Agrícola - PAPP, que conta com linha de financiamento à comercialização de excedentes da produção agrícola - FINACOM.

Com relação ao desenvolvimento da Amazônia Legal, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM fez estudos para a definição de eixos de integração e desenvolvimento regional, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. O trabalho teve o objetivo de revisar e atualizar o Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Outros estudos formularam estratégias para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na Amazônia com vistas à aplicação no PRÓ-ECOTUR e à implantação de complexos agroindustriais relacionados a oleaginosas.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Áreas Fronteiriças, destaca-se a realização do zoneamento ecológico-econômico da área brasileira, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, e do Programa Calha Norte. A iniciativa destina-se a definir um programa de ações estratégicas voltado aos Estados de Roraima e do Pará.

No Programa de Apoio à Produção Agrícola em Comunidades Amazônicas - PAGRI, foram atendidas quatrocentas comunidades situadas em Municípios integrantes do Programa Comunidade Solidária.

Ao abrigo dos incentivos fiscais da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, foram aprovados 107 novos projetos, que envolvem investimentos de US\$ 878,4 milhões e a geração de 15,4 mil novos empregos.

Em 1997, o Banco do Nordeste injetou na economia da Região recursos no montante de R\$ 2,6 bilhões, por meio de 276 mil financiamentos aos agentes produtivos, cuja aplicação permitiu a criação de mais de 630 mil oportunidades de empregos diretos e indiretos. Em decorrência, o saldo das aplicações de operações de crédito do banco atingiu R\$ 8,4 bilhões.

Desempenho do Banco do Nordeste na região: 276 mil financiamentos, aplicação de R\$2,6 bilhões e garantia de 630 mil empregos.

Para os Fundos de Investimentos da Amazônia – FINAM, do Nordeste – FINOR e para o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, o Tesouro Nacional repassou R\$ 588 milhões, em 1997. Foram realizadas, ainda, operações de desembolso do FINOR-Debêntures, no valor de R\$ 319,5 milhões, contemplando cerca de trezentas empresas. Os investimentos têm dado retorno: 65% dos impostos arrecadados do setor industrial no Nordeste são provenientes de indústrias incentivadas pelo FINOR.

Em 1998, serão feitas a avaliação e a reformulação dos sistemas de incentivos fiscais vinculados ao FINOR e ao FINAM, bem como do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

VII. GESTÃO PÚBLICA

COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

A coordenação da ação governamental, exercida pelas Câmaras do Conselho de Governo, deu continuidade ao acompanhamento de projetos específicos, buscando o aperfeiçoamento da gestão articulada e integrada do Governo. Merecem destaque as ações relacionados à constituição de Grupo Executivo para superar as dificuldades com a Usina Hidrelétrica de Itaparica, relacionada à reestruturação do setor elétrico brasileiro.

A Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo criou o Programa de Apoio à Gestão Social, que busca contribuir para a formação de massa crítica de profissionais e para o desenvolvimento de ferramentas de gestão que possam facilitar e institucionalizar a reforma e a modernização das políticas e programas sociais.

Seu objetivo é melhorar a efetividade dos programas sociais prioritários, mediante profunda transformação na forma como os serviços sociais são oferecidos à população. Assim, promove-se a capacitação dos recursos humanos envolvidos com a gestão daqueles programas, comprometendo os servidores com as mudanças necessárias e conformando nova cultura gerencial na área social.

Melhorar a gestão dos programas sociais foi prioridade em 1997.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o Governo vem concentrando suas ações em princípios da administração gerencial, na reorientação dos controles para resultados e na flexibilidade de gestão, objetivando implementar a reforma do Estado e colaborar para contenção do déficit público.

Com a criação do Programa Nacional de Publicização – PNP, foram extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e a Fundação Roquette Pinto, cujas atividades foram absorvidas por associações qualificadas como organizações sociais: a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP e a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron – ABTLuS, respectivamente.

Foram criadas as duas primeiras organizações sociais.

Em 1997, avançou-se na orientação da reestruturação estratégica de seis órgãos e entidades classificados na condição de unidades-piloto de Agências Executivas. O INMETRO já tem sua proposta de contrato de gestão em fase final de negociação. Para 1998, prevê-se a publicização das atividades do Instituto Nacional do Câncer – INCA, além de outras oito entidades públicas.

Direcionaram-se as iniciativas para o desenvolvimento de projetos que tivessem por objetivo o compartilhamento adequado das informações dos diversos organismos governamentais, bem como do serviço de comunicação eletrônica do Governo, de forma a repassar informações à sociedade e aos próprios órgãos federais, contribuindo para a transparência e maior eficiência na condução dos negócios do Estado.

Assim, foi desenvolvido o Sistema Integrado de Informações Organizacionais – SIORG, para a interligação entre os principais sistemas de informação da Administração Pública Federal. O sistema já está disponível na Internet. Para 1998, estão previstas, dentre outras, as seguintes ações: tornar disponíveis informações para que a sociedade controle e julgue o desempenho da administração pública; adequar a infraestrutura de comunicação de dados nos órgãos federais e integrá-los à rede do Governo; e implantar o Módulo Histórico de Dados, desde o início da República, inclusive com a incorporação do Sistema do Arquivo Nacional.

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é ferramenta para redução e controle dos gastos públicos, bem como da simplificação no processo de aquisição de bens e serviços. Nesse sentido, foi desenvolvido o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, implantado em todas as regiões do País e integrado aos órgãos de arrecadação para verificação “on line” da autenticidade de documentos; implantada a matriz de classificação no Catálogo Unificado de Materiais e Serviços e implementadas duas Agências de Catalogação; criado o Sistema de Comunicação Inter-usuários, buscando agilizar e desburocratizar a troca de informações; e implantado, no Distrito Federal, o sistema de divulgação das licitações na rede do Governo, na Internet e em outros meios de comunicação.

As metas para 1998 são o aumento no número de fornecedores cadastrados; a integração sistêmica com outras entidades governamentais, visando à racionalização nos processos licitatórios; a liberação do uso do SICAF para os Estados e Municípios e a ampliação de novos itens no Catálogo Unificado de Materiais e Serviços, com a criação de mais seis Agências de Catalogação; a implantação, em âmbito nacional, do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC e a criação, em todo País, do Sistema Integrado de Registro de Preço – SIREP, permitindo, inicialmente, redução em mais de cinco por cento dos custos atuais.

Foi instituído o Programa de Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional – PAGG, com o objetivo de produzir informações gerenciais, para implementar rateio de gastos na Administração Pública Federal.

Realizaram-se alterações no Regime Jurídico Único, com a extinção da incorporação pelo exercício de cargo em comissão e da gratificação de localidade e com a concessão de horário especial aos portadores de deficiência. Fortaleceu-se o núcleo estratégico do Estado, mediante a criação de novas carreiras de nível superior e do estabelecimento de regras para alocação, remuneração e gratificação por desempenho e produtividade nessas carreiras. Em contrapartida, foi reduzida a estrutura de cargos, com eliminação de mais de 98 mil postos. Encontram-se em análise para extinção cerca de 73 mil outros.

Núcleo estratégico do Estado é fortalecido com criação de novas carreiras.

Em 1998, serão conceituadas as atividades típicas de Estado e readequados os recursos humanos da Administração Pública Federal, mediante definição de cinco carreiras básicas: políticas públicas, diplomacia, jurídica, fiscalização e segurança. O número de categorias funcionais será reduzido pelo agrupamento de cargos de natureza semelhante.

Nas áreas da saúde, da educação e de ciência e tecnologia, assim como nas carreiras típicas de Estado, foi autorizada em 1997 a realização de concursos para provimento de 5.710 vagas, predominantemente de nível superior, e a nomeação de 3.014 cargos de concursos anteriores.

O Programa de Demissão Voluntária proporcionou economia anual estimada em R\$ 153 milhões, enquanto a atualização cadastral de aposentados e pensionistas, a verificação de acumulação indevida de cargos e a realização de auditorias acarretaram redução de cerca de R\$ 244 milhões nos gastos públicos.

Foram realizados cursos na área de gestão pela qualidade para mais de 3.400 servidores e implantou-se a rede de consultores, formada por servidores públicos com experiência em gestão pela qualidade. A política de capacitação e desenvolvimento de servidores, bem como a de valorização, serão reforçadas no Plano Nacional de Capacitação e no Plano de Valorização do Servidor, com ênfase na definição de critérios de remuneração. A meta é capacitar trinta mil servidores na interpretação e aplicação dos atos normativos no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE.

Foram treinados 18.725 servidores; desenvolvidos dezessete novos cursos; formados 96 especialistas em políticas públicas e gestão governamental e 31 analistas de orçamento. Realizou-se o II Concurso Nacional de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal, em que 46 experiências foram premiadas e divulgadas, constituindo importante fator de difusão de novas formas de gestão pública.

Prevê-se para 1998 o treinamento de doze mil servidores, a formação de 120 especialistas em políticas públicas e gestão governamental e a promoção do III Concurso Nacional de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal.

Quase vinte mil servidores públicos federais foram treinados em 1997.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O Governo definiu como um de seus objetivos a construção de um Estado moderno e eficiente, ancorado no restabelecimento da função planejamento – especialmente o de médio e longo prazo

Aumentar a eficiência do estado é o grande desafio.

Para esse desafio, foram estabelecidas três linhas de atuação: fortalecer o Sistema Federal de Planejamento, reestruturando seus valores, conceitos e instrumentos; reintroduzir a dimensão espacial na formulação das políticas setoriais, ampliando os mecanismos de participação regional na gestão governamental; e difundir a cultura da administração estratégica como forma de ampliar a eficiência do Estado, mediante alocação de recursos por critério de desempenho e pela capacidade de gerar as mudanças necessárias.

Com a edição da Medida Provisória nº 1550, o Governo passou a contar com nova base legal, que define a organização e as atribuições do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Espera-se completar esse arcabouço legal com a aprovação, em 1998, da Lei Complementar de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle Interno, a partir da qual a integração das diversas funções da gestão pública poderá ser exercida em sua plenitude.

Foi enviado ao Congresso Nacional o primeiro relatório de acompanhamento do Plano Plurianual – PPA 1996/1999, referente ao exercício de 1996. Para sua elaboração, foi desenvolvido o Sistema de Acompanhamento do Plano Plurianual – SIAPPA, que possibilitou o monitoramento das ações do Governo, compreendendo dados de execução física e orçamentário-financeiros. Para o relatório de 1997, serão introduzidos aperfeiçoamentos no SIAPPA, com novas informações visando atender, inclusive, recomendações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

No decorrer de 1998, serão desenvolvidos estudos sobre a disseminação de metodologia, rotinas e sistemas de informações de apoio à elaboração do PPA 2000/2003, dentro da concepção de planejamento estratégico. A intenção é incorporar no PPA 2000/2003 os conceitos contemporâneos de gestão estratégica.

O Programa Brasil em Ação foi criado, em 1996, para enfrentar os desafios gerenciais do Estado, controlando os investimentos estratégicos do Governo e estabelecendo prioridade para as áreas em que a solução dos problemas é mais urgente e as mudanças estruturais mais necessárias.

Brasil em Ação é síntese do novo modelo de administração estratégica.

Mais que um programa, o Brasil em Ação representa a consolidação de um instrumento de administração estratégica, típico dos Estados modernos, cuja finalidade é orientar a ação do Governo, dentro de novo modelo de planejamento governamental, voltado integralmente para as formulações de médio e longo prazo e para a melhoria crescente da gestão pública.

O aperfeiçoamento do Brasil em Ação, pela introdução de avanços qualitativos no seu modelo gerencial, está permitindo identificar oportunidades de investimentos complementares ou relacionados, motivar investidores privados, resultando em novos ganhos em termos de efetividade das ações desenvolvidas.

De outra parte, o Governo deu continuidade ao esforço de consolidar o conceito de Eixos de Desenvolvimento e Integração Nacional, como método para melhor orientar as ações de investimento da União no plano regional, tendo em conta a avaliação socioeconômica e a heterogeneidade dos espaços do território nacional.

Eixos de desenvolvimento orientam investimentos do Governo.

Em 1998, será concluído amplo estudo para identificação de oportunidades de investimentos públicos e privados em áreas de influência dos Eixos, de modo a estimular o desenvolvimento integrado e equilibrado das regiões brasileiras, sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE vem trabalhando sobre um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, em diversas dimensões, como a inserção do Brasil no mundo, as relações do Estado com a sociedade civil e as questões de interesse da Amazônia.

Com essa orientação, a SAE desenvolve o projeto Brasil 2020, que consiste na elaboração de cenários de longo prazo para o País. Da primeira etapa do trabalho, concluída em 1997, resultaram três cenários exploratórios, que estão sendo oferecidos a ampla discussão.

SAE traça cenários de longo prazo para o País.

Desde 1995, estão sendo promovidos diversos seminários e conferências sobre a concessão de serviços públicos, a reforma do Estado, o controle de fluxos financeiros internacionais, a integração sul-americana na área de transportes terrestres, o futuro da energia nuclear no Brasil, o diagnóstico ambiental da Amazônia Legal, a Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e o processo decisório em política externa dos Estados Unidos e sua influência sobre o Brasil.

O Governo deu início à criação de rede nacional de Institutos de Pesquisa Aplicada e Planejamento, objetivando racionalizar e melhorar a produção e disseminação de estudos, pesquisas e informações econômicas e sociais que possam subsidiar a formulação de políticas públicas. Para 1998, está prevista a realização de pesquisas no campo das finanças públicas, da seguridade social, da previdência rural, da pobreza e do mercado de trabalho.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE finalizou o Censo Cadastro de Unidades Econômicas, o Censo Agropecuário e a Contagem Populacional. Iniciou as atividades de planejamento do Censo Demográfico do ano 2000, a Pesquisa de Economia Informal Urbana e o projeto de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia. Foram divulgados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios – PNAD referentes a 1996 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF.

IBGE implanta novo sistema de contas nacionais.

O processo de elaboração das Contas Nacionais vem passando por aprimoramentos sucessivos. Em 1997, o IBGE implantou o Novo Sistema de Contas Nacionais (NSCN), mais abrangente e apresentando maior nível de desagregação, seguindo as últimas recomendações metodológicas das Nações Unidas.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES atuou de forma a intervir no nível e na qualidade dos investimentos, viabilizando e incentivando a expansão e a reestruturação produtiva nacional, influenciando sobre os fatores determinantes da competitividade, a geração de empregos e a qualificação dos recursos humanos, a melhoria de qualidade nas empresas, a preservação ambiental e a infraestrutura econômica e social.

Investimentos do BNDES foram de R\$ 17,4 bilhões em 1997 – 49% mais que em 1996.

A distribuição setorial dos financiamentos em 1997 apresentou a seguinte composição aproximada: 42% para infra-estrutura, 37% para a indústria, nove por cento para o setor de serviços, oito por cento para a área social e quatro por cento para a agropecuária, totalizando R\$ 17,4 bilhões, o que representa crescimento de 49% em relação a 1996.

No setor de infra-estrutura, foram financiados numerosos projetos, destacando-se: o gasoduto Bolívia-Brasil, com US\$ 373 milhões; o porto de Sepetiba, com R\$ 10,7 milhões; a recuperação e a modernização da Via Dutra, primeiro contrato de “project finance” na área de rodovias, no valor de R\$ 171 milhões; e o metrô de Brasília, no valor de R\$ 254 milhões.

Na área social, ressalta-se o convênio firmado entre o BNDES e a Caixa Econômica Federal – CEF para apoio ao Programa de Fomento à Parceria Público-Privada na Prestação de Serviços de Saneamento, com o objetivo de estimular as concessões à iniciativa privada dos serviços municipais de saneamento básico e a modernização do sistema de arrecadação tributária.

Financiamento às exportações sobe de US\$ 400 milhões, em 1996, para US\$ 1 bilhão, em 1997.

Os desembolsos do BNDES para financiamento às exportações atingiram montante de US\$ 1 bilhão, com grande crescimento em comparação aos US\$ 400 milhões desembolsados em 1996. A estimativa é de que em 1998 haja novo salto, com os desembolsos atingindo US\$ 2 bilhões.

Os principais contratos de financiamento à exportação foram firmados pelo BNDES com empresas brasileiras fornecedoras de equipamentos para a usina hidrelétrica de Três Gargantas, na China e com a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER, para venda de aviões aos Estados Unidos.

A CEF promoveu o ajuste estrutural requerido pela nova realidade econômica e implementou as reformas necessárias para atender às demandas sociais decorrentes de sua missão institucional, consolidando a instituição como agente de fomento nos segmentos de habitação, infra-estrutura urbana e prestação de serviços na área social, tais como o FGTS, o Programa de Integração Social – PIS e o Seguro-Desemprego.

**Ajuste estrutural
consolida CEF como
banco social.**

Com recursos do PIS, foram pagos R\$ 906 milhões, a título de abonos, rendimentos e quotas e realizadas operações de capital de giro às micro e pequenas empresas, no montante de R\$ 332,1 milhões, mediante a assinatura de 45,8 mil contratos.

Como administradora do Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS, a CEF realizou a análise técnica e documental de cerca de 1,3 milhão de contratos habilitados junto a ele, no montante de R\$ 31,9 bilhões, possibilitando a regularização de todo o estoque existente, com reflexos diretos no equilíbrio do sistema. Foram realizadas pela CEF 51 operações de crédito destinadas ao saneamento de finanças estaduais, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,7 bilhões.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, na sua linha de dinamização do desenvolvimento nacional, apoiou a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas, concedendo empréstimos no total de R\$ 169,6 milhões, com a seguinte distribuição: pequenas e médias empresas, R\$ 34,6 milhões; pesquisa e desenvolvimento tecnológico, R\$ 50 milhões; e participação no capital do Banco do Nordeste, R\$ 85 milhões. O orçamento previsto para 1998 está estimado em R\$ 242 milhões.

Os desembolsos dos financiamentos do Banco Mundial no ano fiscal 1997 (julho/96 a junho/97) atingiram a US\$ 1,6 bilhão, superando a meta estabelecida de US\$ 1,2 bilhão para o período. No caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, os desembolsos em 1997 superaram a marca de US\$ 1 bilhão. Os ingressos líquidos de recursos das duas principais agências de fomento internacional, negativos no período 1987-1995, tornaram-se positivos em 1997.

**Desembolsos do
Banco Mundial e do
BID ao Brasil foram de
US\$ 2,6 bilhões.**

Foram contratados junto ao BID, até o mês de novembro, US\$ 1,6 bilhão destinados a oito novos projetos. No mesmo período, concluíram-se as negociações de outros financiamentos envolvendo recursos de US\$ 1,2 bilhão, dos quais US\$ 607 milhões para projetos integrantes do Brasil em Ação.

Junto à Corporación Andina de Fomento – CAF, foi contratado financiamento no valor de US\$ 86 milhões, destinado à conclusão da pavimentação da Rodovia Manaus-Caracará, na fronteira do Brasil com a Venezuela, e aprovados US\$ 166 milhões destinados a projetos de energia na Região Norte e ao gasoduto Bolívia-Brasil.

Quanto às instituições bilaterais, foram contratados com o Eximbank do Japão recursos de US\$ 1 bilhão, referentes a quatro projetos, e aprovados três novos financiamentos, totalizando US\$ 323,7 milhões, entre eles, o da segunda etapa da duplicação da Rodovia Fernão Dias, em conjunto com o BID; junto ao OECF, também do Japão, US\$ 138,2 milhões para dois novos projetos; e junto ao KfW da Alemanha, dois financiamentos no valor de US\$ 21 milhões. Com a garantia dos governos italiano e espanhol, foram contratados financiamentos nos valores de US\$ 55,4 milhões e US\$ 170,3 milhões, respectivamente, ambos destinados a obras de infra-estrutura viária. Encontra-se em apreciação no Congresso Nacional acordo bilateral com a França, no valor de US\$ 277,6 milhões, referente ao financiamento de dois projetos, cujas negociações se concluíram em 1997.

**COFIEX aprova
US\$ 6,9 bilhões em
financiamentos
internacionais.**

A Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX aprovou em 1997 a preparação de 45 operações de contratação de financiamentos oriundos de organismos multilaterais e agências governamentais, estimados em US\$ 6,9 bilhões, relativos a investimentos de US\$ 12,3 bilhões.

A projeção para 1998 é de que as fontes multilaterais, com destaque para BID e Banco Mundial, concederão financiamentos a projetos do Brasil em montante superior a US\$ 3 bilhões, enquanto das agências bilaterais estima-se a mobilização de US\$ 3,2 bilhões, especialmente com o Eximbank e o OECF do Japão e a KfW da Alemanha.

VIII. DEFESA NACIONAL

A participação em operações internacionais de manutenção da paz, a contribuição ativa para o fortalecimento da integração regional, a intensificação do intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas e a busca de um nível de pesquisa científica e tecnológica de modo a diminuir a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a defesa, foram importantes diretrizes e objetivos das recentes Políticas de Defesa Nacional e Militar Brasileira alcançados em 1997.

Foram concluídos os estudos exploratórios que auxiliaram na decisão política do Governo de criar o Ministério da Defesa. A estrutura a ser adotada no Brasil não será uma importação, pura e simples, de modelo de outros países, mas deverá preservar os avanços conquistados, suas tradições, seus usos e costumes, visando, entre outros objetivos, racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas.

**Ministério da Defesa
não será mera
importação do modelo
de outros países.**

Essas transformações e a evolução devem ser encaradas como longo processo que avançará em função das condicionantes conjunturais e de estudos que prosseguem para o detalhamento das ações a serem realizadas, coerente com uma capacidade de defesa nacional compatível com a estatura político-estratégica do Brasil, consolidadas no documento Estratégia Militar Brasileira, em fase final de elaboração.

O Plano de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, elaborado em 1994, visando ao desenvolvimento da capacitação tecnológica em áreas consideradas estratégicas, avançou, em 1997, com reequipamento de laboratórios e formação de recursos humanos especializados. Foi atingido nível satisfatório de capacitação na área de tratamento de imagens de satélites, pelas três Forças Armadas, propiciando o desenvolvimento da cobertura cartográfica do País nos próximos anos, com nitido enriquecimento das atividades de navegação marítima, terrestre e aérea, tanto civil como militar.

Em 1998, será dada continuidade à modernização de quinze laboratórios, à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas estratégicas selecionadas e ao desenvolvimento do Catálogo de Ciência e Tecnologia, o qual permitirá acesso, via Internet, às instituições civis e militares de C&T ligadas direta ou indiretamente às Forças Armadas.

A Marinha possui uma série de projetos de desenvolvimento tecnológico e pretende dar prosseguimento às pesquisas em áreas de interesse estratégico, cujo acesso à tecnologia esteja vedado ao País; desenvolver protótipos nessas áreas, buscando utilizar a indústria nacional na produção de materiais e equipamentos de alta tecnologia; e capacitar-se tecnologicamente, de forma autônoma, para projetar, construir e operar plantas nucleares, de produção de combustíveis e de propulsão.

Em 1998, entra em operação a rede móvel do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS foi concebido, em 1983, para prover a área militar de sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, atendendo às necessidades da estrutura militar de guerra. Em 1997, a Presidência da República foi integrada ao sistema, sendo iniciados os projetos de inserção dos ministérios civis, começando com os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Fazenda e das Comunicações.

Foi também iniciada a construção da estação terrena de Manaus, que será conectada à rede de estações terrenas via satélite, já instaladas e operativas em Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro. Deu-se início à instalação de equipamentos de sigilo destinados a prover as comunicações de segurança criptográfica, por meio do SISCOMIS.

Em 1998, deverá entrar em operação a rede móvel do SISCOMIS, composta, inicialmente, de estação central de banda X, oito estações transportáveis e uma estação naval, permitindo a comunicação de usuários móveis. A rede móvel será integrada à fixa já instalada, sendo que ambas serão expandidas em cumprimento à Diretriz para Implantação da Estrutura Básica do Sistema de Comunicações Militares por Satélite. Estão previstas a hierarquização da rede, que determinará condições de acesso específicas entre os assinantes do SISCOMIS, e a conclusão das instalações necessárias ao seu provimento e segurança criptográfica.

Missão de paz em Angola é encerrada. Missão Equador-Peru é reforçada.

Em 1997, o Brasil encerrou sua participação na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM. Durante dois anos foram empregados 4.400 militares das três Forças Armadas. Continua a Missão de Observadores Militares Equador-Peru – MOMEPE, instituída como parte das negociações para cessar as hostilidades e evitar novos confrontos bélicos na fronteira entre aqueles países.

A participação brasileira na Missão Peru-Ecuador tornou-se mais efetiva, em 1997, com a assunção de novos encargos logísticos, com destaque para a substituição dos quatro helicópteros utilizados na supervisão do cessar-fogo na área desmilitarizada, antes sob responsabilidade dos Estados Unidos. Além disso, cabe atualmente ao Brasil apoiar a MOMEPE na parte de transporte terrestre, cartografia, fotografia, almoraxarifado e transporte aéreo entre Manaus e Guaiquil, no Equador. Em conseqüência,

além de continuar com a responsabilidade da coordenação geral da Missão, o Brasil, agora, com a concordância dos demais países-garantes – Argentina, Chile e Estados Unidos – também tem a seu cargo a coordenação do apoio logístico.

A filiação do Brasil ao Sistema de Catalogação da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN foi consolidada. Para tanto, foi implantado o Centro de Catalogação das Forças Armadas, órgão que representará o País junto à OTAN, permitindo não só acesso às informações sobre os países integrantes e filiados, como também a possibilidade de inserção de produtos brasileiros naquela organização.

O Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos estão estudando a criação do Serviço Civil. A presença do EMFA nas diversas reuniões para discussão do projeto é consequência da experiência adquirida na condução do Sistema do Serviço Militar.

**EMFA estuda
criação de serviço
civil.**

O Governo está empenhado na modernização e renovação de seus meios navais e aeronavais. A construção naval brasileira concluiu o submarino Timbira e obteve grande avanço na montagem dos dois seguintes: Tapajós e Tikuna. Prosseguiu a construção da corveta Barroso, projeto inteiramente nacional, e de navios-patrolha, todos utilizando estaleiros nacionais. Foi concluída a modernização do navio-aeródromo Minas Gerais, bem como de diversas outras embarcações e veículos de uso da Marinha.

Dentro do esforço para modernização do Programa Calha Norte, foi contratado o fornecimento de quatro lanchas-patrolha de dez metros que estarão em operação, em 1998, na Bacia Amazônica. Acrescente-se, ainda, a realização pelo Exército da conservação da BR-307, da manutenção de micro-usinas hidrelétricas ao longo da faixa de fronteira norte e da organização dos Pelotões Especiais de Fronteira de Auaris (RR) e Pari-Cachoeira (AM).

**Programa Calha
Norte é
modernizado.**

Prosseguiram as pesquisas científicas na Antártica, em continuidade ao Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, por meio das Operações Antártica XV e XVI, que se iniciam em outubro de cada ano. Durante a Operação Antártica XV, foi prestado apoio logístico a diversos programas científicos do Uruguai, Argentina e Chile.

Em trabalho coordenado, as Forças Armadas participam do Programa Integrado de Modernização Portuária; na legislação sobre navegação e segurança aquaviária; na regulamentação da hidrovia Paraguai-Paraná; no desenvolvimento do setor pesqueiro nacional; no Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva; no planejamento do uso sustentável dos recursos da zona costeira; e no Plano de Levantamento da Plataforma Continental.

Exército investe em Núcleo de Modernidade.

Coerente com os objetivos e diretrizes constantes da Política de Defesa Nacional, o Exército tem investido na implantação de “Núcleo de Modernidade”, de modo a manter a força terrestre apta a prosseguir com sua presença em todo território nacional, com prioridade para a área estratégica da Amazônia.

Nesse sentido, foram feitas aquisições de material de tecnologia avançada, que aumentou o nível de capacitação operacional do Exército, privilegiando as forças de pronto emprego, o sistema de comando e controle, o ensino militar, a guerra eletrônica, os blindados e a aviação.

Visando ao adestramento de tropas, foram realizados dois exercícios envolvendo ações de paz: a Operação Cruzeiro do Sul e o Exercício Forças Unidas 97.

Nas Conferências dos Exércitos Americanos, o País foi representado pelo Exército, a SAE e o Ministério das Relações Exteriores e marcou presença nos processos de desarmamento no âmbito da ONU, defendendo a posição brasileira na Convenção sobre Proibição de Armas Químicas, na Reunião de Peritos Governamentais de Registro de Armas Convencionais e na Convenção de Ottawa, que visa à proibição do uso de minas terrestres.

Militar brasileiro realiza ações de desminagem em Honduras, Nicarágua e Guatemala.

Contribuindo para a segurança internacional, o Exército esteve presente em diversas operações de manutenção da paz, no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, como a Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central, que realiza ações de desminagem de áreas em Honduras, Nicarágua e Guatemala. Sob a égide da ONU, participou de operações na

Guatemala, em Chipre e em Angola, para onde deslocou um efetivo de 3.060 militares, em sistema de rodízio semestral, a partir de 1995.

O Exército tem prestado eficiente apoio à melhoria da infra-estrutura nacional, construindo inúmeras obras, principalmente nas regiões mais distantes e inóspitas, onde a iniciativa privada não mostra interesse em atuar: estradas, ferrovias, pontes, viadutos, túneis, instalações de portos, açudes, poços artesianos, tubulações de água e esgotos, mapeamento e demarcação de áreas indígenas ou para reforma agrária. Vem colocando, ainda, seus meios materiais e humanos a serviço da sociedade brasileira, no apoio à defesa civil, socorrendo populações atingidas por calamidades em diversas ocasiões.

Nos últimos anos, o Exército tem ampliado a rede de Colégios Militares, beneficiando não só os membros das Forças Armadas, mas também a população civil. Além do Colégio Militar de Santa Maria (RS), foram criados os de Juiz de Fora (MG) e Campo Grande (MS), reativados e ampliados os Colégios Militares de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba e revitalizados os de Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Porto Alegre e Fortaleza.

A Aeronáutica deu prosseguimento ao planejamento estratégico de investimento nas infra-estruturas aeroportuária e de proteção ao voo, buscando desenvolvimento racional e integrado de todo o sistema aeroviário.

Estão em desenvolvimento as seguintes obras aeroportuárias: ampliação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, motivada por fatores de demanda; pavimentação da pista de Auaris (RR); construção do Aeroporto de Palmas; construção do novo aeroporto e terminal de passageiros de Rio Branco e de novos terminais de passageiros nos aeroportos de Aracaju, São Luís, Fortaleza, Natal, Brasília, Belém e Porto Alegre.

Obras em dez aeroportos do País melhoram condições de transporte aéreo.

Mais de trezentos aeródromos públicos já foram ou estão sendo beneficiados por obras de melhoramentos em sua infra-estrutura, executadas, em sua quase totalidade, com recursos gerados no próprio Sistema de Aviação Civil. Os investimentos planejados para 1998, num total de R\$ 555,47 milhões, estão distribuídos entre 164 aeroportos e aeródromos, para execução de 632 obras e serviços, em todas as unidades da Federação.

O Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, parte integrante do SIPAM, promoveu levantamentos em campo, estudos do solo, serviços de topografia, geotecnia e projetos básicos de engenharia, para a implantação da infra-estrutura de suporte ao sistema, tais como: estações receptoras e centros de coordenação, de vigilância e de apoio logístico.

Merecem menção especial a aprovação dos requisitos operacionais preliminares do sistema, a adaptação da aeronave nacional EMBRAER-145 para plataforma de vigilância aérea e o desenvolvimento da aeronave leve de ataque AL-X, suporte do policiamento aéreo nas ações do SIVAM.

Foram iniciados trabalhos para aproveitamento dos meios de sensoriamento remoto existentes no País, visando ao estabelecimento de moderno sistema de imagens, a par da estruturação e do estabelecimento de sistema de vigilância terrestre, integrando também o Exército ao SIVAM.

O programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira tem como pontos principais a continuidade do projeto AM-X e o desenvolvimento da aeronave nacional leve de ataque AL-X, o qual teve a escolha dos seus equipamentos concluída em outubro de 1997. A perspectiva para 1998 é de que sejam recebidas mais oito aeronaves AM-X do terceiro lote já contratado.

O projeto de modernização das 48 aeronaves F-5 teve sua contratação e financiamento definidos. Essa medida permitirá dotar as aeronaves de sistemas atualizados, a fim de mantê-las em estado operacional até 2015.

IX. POLÍTICA EXTERNA

A política externa tem sido uma vertente relevante da ação econômica e social do Governo, com prioridade para o aumento da confiança internacional nas diretrizes de consolidação da democracia, respeito aos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, abertura econômica, retirada do Estado da atividade produtiva e realização das reformas estruturais, além do reforço das parcerias internacionais e da atração de investimentos externos.

Ao longo de 1997, realizaram-se visitas presidenciais à Itália, ao Vaticano, ao Canadá, ao Uruguai, à Bolívia, ao Chile, à Colômbia e ao Reino Unido.

Como evidência da crescente importância do Brasil no cenário mundial, bem como do interesse compartilhado por nossos parceiros internacionais em estreitar laços de amizade e cooperação, visitaram o País em, 1997, onze Chefes de Estado e de Governo: o Papa João Paulo II, o Imperador do Japão, os Presidentes da França, Portugal, Argentina, Venezuela, Líbano, Estados Unidos e Costa Rica e os Primeiros-Ministros de Portugal e Espanha.

Em 1998, buscar-se-á aprofundar e diversificar o relacionamento bilateral com a visita oficial do Presidente da República a Israel, Autoridade Palestina, Suíça, Espanha e Líbano. O Presidente também comparecerá ao Foro Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e à II Cúpula das Américas, em Santiago, no Chile. Deverão visitar o Brasil, entre outros, o Presidente da Índia e o Primeiro-Ministro de Cingapura.

No plano multilateral, o Presidente da República participou da 11ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio e da 7ª Reunião de Cúpula da Conferência Ibero-Americana. Além disso, o Brasil participou de forma ativa, no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, da negociação e implementação de decisões relacionadas à segurança hemisférica, ao controle de drogas e ao contrabando de armas.

A ação diplomática no âmbito das Nações Unidas visou à inserção do País na cena global. Nesse sentido, o Brasil foi eleito, em 1997, para assento não-permanente no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico e Social – ECOSOC.

No plano da diplomacia multilateral, pela primeira vez na história, o Brasil estará presente, simultaneamente, nos principais órgãos das Nações Unidas: o Conselho de Segurança, o ECOSOC, a Corte Internacional de Justiça e a Assembléia-Ge-

ral. Com isso, abrem-se grandes perspectivas para que o País contribua para as ações desenvolvidas no âmbito da ONU.

O Brasil tem defendido a necessidade de tornar o Conselho de Segurança das Nações Unidas mais legítimo, representativo e transparente, e expressou sua disposição de desempenhar a função de membro permanente daquele órgão.

O Brasil concluiu com sucesso sua participação na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM III. Com o fim dessa missão, deixamos de ter tropas a serviço da ONU. No entanto, continuamos a ceder observadores militares e policiais a missões de paz em Angola, Guatemala, ex-Iugoslávia e Chipre, e continuaremos a manter perfil atuante na defesa da paz e segurança internacionais.

Na área do desarmamento e da não-proliferação, o Brasil participou dos esforços negociadores internacionais, em especial em matéria de proibição de armas químicas e do banimento de minas anti-pessoal. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional, para exame com vistas à ratificação, o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares – TNP.

Os órgãos do MERCOSUL aprovaram acordos nas áreas de justiça, educação, saúde e agricultura. A agenda externa do MERCOSUL tornou-se mais intensa e diversificada, consolidando-se como modalidade de regionalismo aberto. Deu-se continuidade às iniciativas de relacionamento externo com a União Européia, Comunidade Andina, Japão, China, México e Comunidade dos Estados Independentes – CEI. Com a União Européia, em particular, a reunião de Punta del Este logrou avanços nos trabalhos preparatórios para a etapa seguinte de negociação de acordo de livre comércio entre as regiões. A evolução do MERCOSUL constitui requisito essencial à preservação de sua identidade, tendo em vista o contexto mais amplo da integração hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

O Brasil exerceu, em 1997, a Presidência “pro tempore” do processo preparatório das negociações sobre a ALCA. Na reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio do Hemisfério, realizada em Belo Horizonte, acordou-se que aquelas negociações serão lançadas na II Cúpula das Américas, a realizar-se em Santiago, em abril de 1998.

Brasil e seus parceiros do MERCOSUL mantêm coesão nas negociações sobre Área de Livre Comércio das Américas.

Desde o início do processo de integração hemisférica, na Cúpula de Miami, em 1995, o Brasil e seus parceiros do MERCOSUL têm atuado de forma coesa e defendido posições comuns. Interessa ao MERCOSUL que os entendimentos em torno da ALCA avancem por consenso, de forma gradual e equilibrada. Tais princípios devem balizar as negociações substantivas propriamente ditas, a serem iniciadas após a II Cúpula das Américas.

O Brasil contribuiu para a continuidade, sob a égide da Organização Mundial de Comércio – OMC, do processo de implementação dos acordos de Marrakech sobre

comércio de bens e serviços e aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio. Além do esforço de adequação da legislação nacional ao quadro normativo daquele organismo, participou do exame multilateral das normas adotadas pelos outros países-membros e de suas políticas comerciais.

Continuar-se-á a privilegiar o sistema multilateral de comércio como base para regulamentação do comércio internacional e como foco principal das iniciativas de liberalização comercial. Da mesma forma, a utilização do mecanismo de solução de controvérsias da OMC para buscar a eliminação de barreiras discriminatórias contra suas exportações e para defender, contra eventuais queixas de nossos parceiros comerciais, a conformidade com os acordos da OMC das medidas e práticas econômicas, financeiras e comerciais adotadas pelo País. Será dada, igualmente, continuidade à realização de negociações bilaterais com países-candidatos ao ingresso na OMC.

A prestação de assistência consular a brasileiros no exterior, uma das prioridades da política externa, tendo em vista as crescentes demandas resultantes do aumento do fluxo de brasileiros ao estrangeiro, está sendo aperfeiçoada. Nesse sentido, o Governo modernizou a estrutura e os procedimentos de assistência consular e expandiu a rede de repartições consulares. Foram criados o consulado de carreira em Orlando, nos Estados Unidos, e dois consulados honorários: San Ignacio de Velasco, na Bolívia, e Baton Rouge, nos Estados Unidos. Além disso, multiplicaram-se os Conselhos de Cidadãos, destinados a promover maior integração entre as comunidades de brasileiros no exterior e o Serviço Diplomático. O número desses conselhos eleva-se hoje a 37, com a criação, em 1997, de sete novos: Berlim, Bonn, Caiena, Cingapura, Madri, Montevideu e Santiago.

O Governo dará seguimento, em 1998, às diretrizes de modernização da estrutura e da prestação de assistência consular e da proteção dos interesses dos brasileiros no exterior, por meio da abertura de novas repartições consulares, pela criação de novos conselhos de cidadãos, pelo sistema de consulados itinerantes, pela prestação de assistência jurídica e pela edição de cartilhas consulares. Está prevista a instalação de Consulado de carreira em Córdoba, na Argentina e de Consulados honorários em Cancún, no México, Pointe-à-Pitre, na França, e Tallinn, na Estônia.

Ainda na área consular, o Brasil buscará facilitar e incrementar o trânsito de empresários nacionais e estrangeiros por meio, em particular, da negociação de acordos de isenção de vistos ou de concessão de vistos de longa duração. Está prevista a assinatura de novos acordos com esse perfil com Argentina, México, Japão e Polônia.

Na área cultural, a Comissão Nacional do V Centenário dará continuidade, sob a coordenação do Itamaraty, à organização dos eventos comemorativos dos quinhentos Anos do Descobrimento, em particular a Expo 1998 em Lisboa, com a participação de Estados, Municípios e entidades da sociedade civil. No contexto desses eventos, o Governo pretende estimular a reflexão sobre o processo de formação da nacionalidade brasileira e sobre as perspectivas para o futuro do País. Brasil e Portugal prosseguirão os entendimentos para definição de pauta comum de festividades.

O aprofundamento e diversificação do relacionamento externo do Brasil, a ampliação de suas relações econômicas internacionais, tanto no âmbito regional quanto no global, tendo em vista sua vocação de “global trader” e o fortalecimento de sua ação multilateral, em especial nas Nações Unidas, constituem testemunho do reconhecimento das credenciais do Brasil como ator de relevo no contexto mundial deste fim-de-século.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO

Ministério do Planejamento e Orçamento

COMPOSIÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

Casa Civil da Presidência da República

ESTA OBRA FOI
REIMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1998, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES